

SISTEMA FARIAS BRITO DE ENSINO

DA LEITURA À ESCRITA

LINGUAGENS, CÓDIGOS
E SUAS TECNOLOGIAS



DADOS DO ALUNO

Nome:

Fone:

Celular:

E-mail:

HORÁRIO ESCOLAR

Aula	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado
1 ^a						
2 ^a						
3 ^a						
4 ^a						
5 ^a						
6 ^a						



SISTEMA FARIAS BRITO DE ENSINO

DA LEITURA À ESCRITA



SISTEMA FARIAS BRITO DE ENSINO

Direção-geral: Tales de Sá Cavalcante, Hilda Sá Cavalcante Prisco, Dayse de Sá Cavalcante Tavares

Direção administrativa: Patrícia Teixeira

Direção técnica: Fernanda Denardin

Gerência executiva: Danielle Cabral

Direção de ensino: Marcelo Pena

Gerente editorial: Rafael Craveiro

Supervisão pedagógica: Dawison Sampaio

Iconografia: Amanda Pinto, Kelly Lopes, Tatielly Farias

Projeto visual: Felipe Marques, Franklin Biovanni, Paulo Henrique dos Anjos, Raul Matos

Projeto gráfico, revisão e editoração: Gráfica FB

EDITORA MODERNA

Diretoria-geral de educação: José Henrique del Castillo Melo

Diretoria de negócios: Francisco Ribamar Monteiro

Diretoria de operações editoriais: Ricardo Seballos

Gerência de design e produção gráfica: Everson Laurindo de Paula

Coordenação de conteúdo: Jones Brandão

Coordenação de produção: Rafael Mazzari

Design da capa: Mariza de Souza Porto, Patricia Malízia

Foto: Suwin/Shutterstock

Impressão:

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:

Bibliotecárias responsáveis: Raquel Hernandes Silva Almeida – CRB-3/950,
Lianna Cláudia Barbosa Costa – CRB-1/391, Lucia Maria Braga – CRB-3/880

Autora:

Mariliana Costa da Silva

Os textos aqui veiculados são de inteira responsabilidade de seus autores.

Fica proibida a sua reprodução total ou parcial, sob pena de detenção.

Lei nº 9.610/98 e art. 184 do Código Penal.

P397p

373 Pena, Marcelo

Pré-universitário: da leitura à escrita, anual, volume único/ Marcelo Pena, organizador. – 4 ed. – Fortaleza: FB Editora, 2020.
112 p. : il. ; 29 cm.

ISBN 978-85-8420-161-7

1. Educação (Ensino médio). 2. Enem. 3. Linguagens, códigos e suas tecnologias. I. Título: Da leitura à escrita, anual, volume único

APRESENTAÇÃO

Caro (a) estudante,

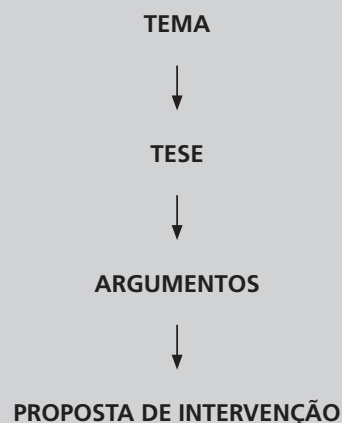
O presente material tem como objetivos principais instigar a leitura e ter como consequência a produção escrita. Nele, são apresentados 50 temas, com textos motivadores que podem resultar em uma produção textual. Além disso, algumas dicas que vão ajudar no alcance da nota 1000.

A partir da leitura dos textos motivadores de um dos temas seguintes, você pode:

- Produzir um texto **dissertativo-argumentativo** em que mostre seu ponto de vista de forma articulada, baseado em argumentos fortes e consistentes. Para elaborar o seu texto, além de informações apresentadas, busque informações em todas as áreas de conhecimento, selecione e interprete todos os conceitos a fim de redigir um texto coerente e coeso sobre o assunto. Elabore, também, propostas de intervenção consistente e convincentes para lidar com o tema abordado. Use a norma padrão da língua.

Não se esqueça de que, no Enem:

A prova de redação exigirá de você a produção de um texto em prosa, do tipo dissertativo-argumentativo, sobre um tema de ordem social, científica, cultural ou política. Os aspectos a serem avaliados relacionam-se às competências que devem ter sido desenvolvidas durante os anos de escolaridade. Nessa redação, você deverá defender uma **tese** – uma opinião a respeito do **tema** proposto –, apoiada em argumentos consistentes, estruturados com coerência e coesão, formando uma unidade textual. Seu texto deverá ser redigido de acordo com a modalidade escrita formal da língua portuguesa. Você também deverá elaborar uma **proposta de intervenção social para o problema apresentado no desenvolvimento do texto** que respeite os direitos humanos.



- Produzir um texto a partir de um gênero indicado ao final do tema.

Que sua escrita seja recheada de bons argumentos e cheia de criatividade. Lembre-se de que escrever é uma atividade que exige dedicação e disciplina. Sucesso e perseverança sempre.

Grande abraço, Mariliana Costa.

SUMÁRIO

1. MAIORIDADE PENAL.....	3
2. O PRECONCEITO NA SOCIEDADE BRASILEIRA	5
3. A VOLTA DE DOENÇAS ERRADICADAS NO BRASIL	8
4. CRISE NO SETOR ENERGÉTICO.....	9
5. MOBILIDADE URBANA.....	11
6. CAMPANHAS DE VACINAÇÃO.....	12
7. O USO DO TELEFONE CELULAR EM SALA DE AULA	15
8. DOAÇÃO DE ÓRGÃOS	16
9. A INFLUÊNCIA DA CULTURA AFRICANA NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	18
10. AS NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO NO MUNDO MODERNO	20
11. ENERGIAS RENOVÁVEIS: SOLUÇÃO PARA O MEIO AMBIENTE	21
12. O ESPORTE COMO FATOR DE INCLUSÃO SOCIAL	24
13. LIMITES ENTRE ESTÉTICA E SAÚDE.....	27
14. NOVOS MODELOS DE EDUCAÇÃO	30
15. A DEPRESSÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	31
16. OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA.....	33
17. VOLUNTARIADO E TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS.....	34
18. CONSUMO DE ÁLCOOL E DROGA POR ADOLESCENTES.....	37
19. GESTÃO DE RESÍDUOS URBANOS.....	38
20. SAÚDE PÚBLICA	40
21. O PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	41
22. CORRUPÇÃO NO BRASIL	43
23. <i>FAKE NEWS</i> NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.....	45
24. IMPORTÂNCIA DA ÁGUA PARA A ECONOMIA BRASILEIRA	49
25. O VELHO DRAMA DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO	50
26. VIOLÊNCIA NO BRASIL	52
27. A DIFÍCIL SITUAÇÃO DO IDOSO NO BRASIL.....	54
28. BULLYING NAS ESCOLAS.....	57
29. OBESIDADE NO BRASIL. POR QUE ESTAMOS MAIS GORDOS?.....	59
30. APROVAÇÃO DA REFORMA PREVIDENCIÁRIA NO BRASIL	64
31. <i>SELFIE! SELFIE!</i> O NARCISISMO CONTEMPORÂNEO E A SUPERVALORIZAÇÃO DA IMAGEM	67
32. A VOLTA DO DESEMPREGO	69
33. CONSUMISMO INFANTIL EXAGERADO	71
34. O ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL.....	74
35. A INFLUÊNCIA DO MUNDO DIGITAL NAS PRÁTICAS DE LEITURA	75
36. TRABALHO ESCRAVO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES	77
37. A TECNOLOGIA E O DESEMPREGO.....	80
38. DESCARTE DO LIXO ELETRÔNICO	82
39. SOLIDARIEDADE BRASILEIRA.....	85
40. O SEDENTARISMO NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	88
41. SITUAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA E CONSCIÊNCIA POLÍTICA.....	90
42. SITUAÇÃO DOS ÍNDIOS NO BRASIL	92
43. DESAFIOS DA POLÍCIA NO BRASIL	95
44. EDUCAÇÃO AMBIENTAL	96
45. INTERNET COMO FERRAMENTA POLÍTICA.....	98
46. DESAFIOS BUROCRÁTICOS NO PROCESSO DE ADOÇÃO NO BRASIL.....	101
47. GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	104
48. IDEOLOGIA EM SALA DE AULA	107
49. HOMOFOBIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA	110
50. OS DESAFIOS DA ESCOLHA PROFISSIONAL.....	111

1ª

Temática

Maioridade Penal

Ceará firma parceria com Unicef para execução de Programa de Defesa dos Direitos Humanos

Com a lei, que deve ser publicada no Diário Oficial do Estado nesta terça-feira, 8, fica autorizado convênio de R\$ 1 milhão com a Unicef para a execução de políticas para inclusão social e enfrentamento à violência.

O repasse financeiro tem a finalidade da cooperação para ações que garantam os direitos de crianças e adolescentes.

Foi sancionada nesta segunda-feira, 7, pelo governador do Ceará, Camilo Santana, a lei que autoriza a parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) para execução do Programa de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e ações para inclusão social e enfrentamento à violência contra grupos vulneráveis. De acordo com informações do Governo do Estado, a norma entra em vigor nesta terça-feira, 8, no Diário Oficial.

Com a publicação da lei, fica autorizado convênio de R\$ 1 milhão com o Unicef para a execução de políticas para inclusão social e enfrentamento à violência. O repasse financeiro tem a finalidade da cooperação para ações que garantam os direitos de crianças e adolescentes, com abordagem inovadora e sustentável em quatro pilares: políticas específicas para crianças e adolescentes excluídos; políticas sociais de qualidade para crianças vulneráveis e em risco de exclusão; prevenção e resposta a formas extremas de violência; e engajamento e participação da cidadania.

Outra parceria

Conforme a assessoria, além da parceria com a Unicef, o Estado fechou parceria com a Frente de Assistência à Criança Carente (FACC), por meio da Secretaria da Justiça e Cidadania (Sejus), convênio de R\$ 2,2 milhões para execução do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados (PPCAAM). A parceria receberá recursos do Tesouro Estadual e da União.

Redação OPovo Online

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/08/ceara-firma-parceria-com-unicef-para-execucao-de-programa-de-defesa-do.html>>

Osmar Terra

Ministro defende ações para impedir entrada de jovens no crime organizado do Rio

O ministro do Desenvolvimento Social, Osmar Terra, defendeu na terça-feira, 1º/08/2017, no Rio de Janeiro, que é preciso “disputar os jovens” de comunidades pobres do Rio e impedir que entrem para o crime organizado. Ele afirmou que as Forças Armadas e de segurança pública serão o abre alas do Plano Nacional de Segurança nas comunidades, e disse que os serviços de assistência vão buscar oportunidades para os jovens e trabalhar com capacitação e atividades esportivas.

“Se não fizermos isso, de onde esses [criminosos] vieram para o crime organizado muitos outros vão continuar vindo. Ou abrimos essa comunidade e inspiramos esses jovens para um outro mundo ou teremos muita dificuldade em vencer a violência no Rio de Janeiro”, afirmou o ministro. “Tem que haver um entrelaçamento das ações sociais junto com as ações de segurança”.

Osmar Terra participou, num hotel da zona sul da cidade, do debate Encontro Brasil de Ideias, que tratou de segurança pública. Ele contou que está em negociação com o governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, e com o prefeito Marcelo Crivella, a reabertura de centros de assistência social em favelas do Rio. Pediu a uma plateia de empresários que a iniciativa privada apoie o projeto, inclusive com a oferta de vagas de emprego e estágio reservadas para jovens indicados pelo governo por meio desses centros.

O ministro adiantou que o governo pretende aumentar em até três vezes as vagas em programas esportivos oferecidos pelas Forças Armadas e disse que outra ideia é oferecer cursos na área de programação para estimular o empreendedorismo.

Outra medida em estudo é a oferta de um acréscimo no valor pago pelo Bolsa Família às famílias em que os jovens participam desses programas sociais no período em que não estão na escola.

Legalização

Ao falar sobre o crime organizado, o ministro chamou de “leniência” a possibilidade de legalizar a venda de drogas diferentes do álcool e do tabaco no Brasil e afirmou que o país já vive uma epidemia do consumo de entorpecentes.

“Essa leniência de achar que legalizar drogas pode ser uma opção é um absurdo. Na minha opinião, é um absurdo”, disse ele, cujo argumento foi de que o consumo de drogas pode causar comportamentos violentos e doenças psiquiátricas.

Terra comparou que casos de violência doméstica muitas vezes estão relacionados ao consumo de álcool, que é legalizado e de fácil acesso à população, segundo ele. “Se legalizar as outras, vai aumentar [a violência], não vai diminuir. Vai aumentar o número de pessoas com transtornos na rua”.

O presidente da Embratur, Vinícius Lummertz, participou do debate e defendeu que o ambiente de segurança só pode permanecer se houver sustentabilidade econômica. Argumentou que são necessárias medidas que estimulem o empreendedorismo e a geração de postos de trabalho. “O maior programa social é o emprego. E não só o emprego, mas a fluência social, a condição de crescer na sociedade”, destacou Lummertz.

Regularização fundiária em áreas pobres

Mediador da segunda mesa do evento, o secretário de Urbanismo, Infraestrutura e Habitação da prefeitura do Rio, Índio da Costa, destacou que uma das iniciativas de sua pasta para enfrentar a influência do crime organizado é a regularização fundiária em áreas pobres da cidade, garantindo aos moradores propriedade sobre imóveis.

Para ele, a medida reduz a vulnerabilidade dos moradores diante das investidas de milicianos e traficantes que queiram tomar suas casas.

O chefe do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Sérgio Etchegoyen, encerrou o evento pedindo que os empresários se engajem no debate sobre segurança pública e promovam uma visão que não seja pautada “por ideologias dogmáticas”.

“Existem dois fatores críticos para o sucesso disso: a adesão da sociedade do Rio de Janeiro e a compreensão que a mídia terá do que será feito. Isso é fundamental, porque vamos ter insucessos, vamos ter incidentes”.

Agência Brasil

Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2017-08/ministro-defende-acoes-para-impedir-entrada-de-jovens-no-crime-organizado-do>>

Renato Bonfim: “O Brasil ainda tem jeito”

Vivemos uma crise de corrupção, assaltos, insegurança, ausência de vergonha, nas autoridades constituídas, que dirigem o Brasil. O País ainda tem jeito, desde que muitas providências sejam adotadas, urgentes e com seriedade. A Constituição precisa ser reavaliada por um grupo de juristas notáveis, renomados, representantes de classes empresariais, aposentados, professores, políticos, mulheres, trabalhadores, clero, enfim, um grande grupo que representasse a população, em todos os seus segmentos.

Esta Constituição reformulada deveria conter os princípios básicos, como: proibição de reeleição, em todos os níveis, candidatos ter curso superior, ficha limpa, levando-os a uma melhor qualificação. Redução do número de deputados, vereadores e senadores, e corte de privilégios, como: pagamento de passagens aéreas, auxílio moradia, proibição de *outdoor* como publicidade eleitoral, utilização de programas gravados pela TV, uma programação ao vivo, “olho no olho”, com limitação de tempo. Retorno à fidelidade partidária, ou seja, para quem mudasse do partido, que os elegeram, perderiam o mandato, procedimento similar àqueles de deixaram de cumprir a orientação partidária.

Redução da maioria penal para 15 anos. Depois que foi aprovado o “Estatuto do Menor”, a violência aumentou, face à impunidade do menor infrator.

Construir, em cada Estado, penitenciárias agrícolas com segurança máxima, longe da capital, sem televisão, celular, levando os presos a trabalharem, manter-se com os rendimentos do seu próprio trabalho, reeducando-os profissionalmente, quando ao retorno à vida social e cumprimento da pena imposta. Modificar a nossa justiça em todos os seus graus.

Quando da abertura de processo, deveria haver um prazo estimado para ser concluído, porque as partes têm prazos e a Justiça não tem tempo determinado para julgar, verificando-se processos que levam mais de 20 anos para suas conclusões. Prazos deveriam ser estabelecidos iguais para todas as partes: advogados, juízes e desembargadores. No regime atual, o réu sempre é o mais prejudicado, face a demora e ao volume de processos existentes, e os incontáveis recursos apelativos para instâncias superiores.

Se esta nova Constituição contiver todos estes princípios e mais alguns importantes detalhes, rapidamente o Brasil será uma potência mundial, porque temos todos os requisitos básicos de crescimento, com educação, trabalho, honestidade e sem esta corrupção endêmica, que assola o nosso país, no momento.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2017/02/renato-bonfim-o-brasil-ainda-tem-jeito.html>>.

Não precisamos de leis novas

Com surpresa recebemos a notícia de um projeto de lei na Câmara Federal, referendado pelo Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, que aumenta em até três vezes o tempo máximo de internação de adolescentes que tenham praticado ato infracional.

Parece-nos evidente que a proposta é uma forma dissimulada de implementar, por via indireta, a redução da maioria penal. O raciocínio é simples: já que a PEC 33/2012 teve sua votação adiada e tendo em vista a dura resistência para sua aprovação, triplica-se o tempo máximo da medida de internação e se equiparam as sanções impostas a adultos e adolescentes.

Dá-se uma roupa nova para um debate antigo. Sem dúvida, uma manobra cínica e inconstitucional.

Ressalte-se que o Ceará teve destaque no Informe 2017/2018 da Anistia Internacional não apenas pela caótica situação das unidades socioeducativas, mas também pela omissão quanto à apuração de denúncias de torturas e maus tratos: das 200 notificações formais, apenas duas tiveram inquéritos policiais instaurados. Fatos que mostram o lugar dado aos jovens em conflito com a lei por parte do Sistema de Justiça: o de não sujeito, do qual se deve esquecer quando segregado.

A aprovação deste projeto seria o reconhecimento do Estado de que não há diferença entre o tratamento dispensado a um jovem que cometa um ato infracional e um adulto que pratique delito, rompendo com as determinações internacionais, constitucionais e legais sobre o tema. Tem-se a negação definitiva da condição da criança e do adolescente como pessoa em desenvolvimento, estatuída pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Há 28 anos, o ECA rege o tratamento que deve ser dado ao jovem em conflito com a lei. A Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) fixa também as metodologias a serem adotadas nesta seara. Nenhum destes foi implementado em sua integralidade. Em inspeções aos centros, e no acompanhamento judicial, a Defensoria Pública tem identificado, impugnado e denunciado inúmeras violações a estes diplomas normativos.

Não precisamos de leis novas, muito menos de leis com manifesto viés punitivista. Precisamos que os atores políticos e do Sistema de Justiça cumpram seus papéis na concretização do sistema socioeducativo pensado pelo ECA e pelo Sinas.

Liana Lisboa liana.correia@defensoria.ce.def.br. Defensora pública e supervisora do Núcleo de Atendimento aos Jovens e Adolescentes em Conflito com a Lei (Nuaja). Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/05/nao-precisamos-de-leis-novas.html>>.

Redução da maioria penal volta à pauta do Congresso

Frente Parlamentar sobre o tema será lançada na terça-feira, 25; cinco cearenses integram o grupo, tanto favoráveis como contrários

Duzentos parlamentares, entre senadores e deputados federais, irão integrar a Frente Parlamentar Mista da Redução da Maioridade Penal, que será lançada na próxima terça-feira, 25/06/19. A proposta é de autoria do deputado Carlos Jordy (PSL-RJ) e reúne os filhos do presidente Jair Bolsonaro, deputado Eduardo e senador Flávio.

Da bancada cearense, cinco parlamentares assinaram o projeto que criou a Frente — todos da Câmara. Farão parte os deputados AJ Albuquerque (PP), Denis Bezerra (PSB), Júnior Mano (PL), Roberto Pessoa (PSDB) e Vaidon Oliveira (Pros).

Roberto Pessoa explica que ao assinar pela criação da Frente “não quer dizer que está apoiando integralmente” a causa. “São temas polêmicos que a gente tem que discutir no Congresso. O parlamento é isso, tornar a coisa mais perto do povo”, considera.

Contudo, o tucano admite ter “uma simpatia pela causa”. “Se o jovem vota com 16 anos, ele tem que ter noção das coisas. O jovem de 16 anos de hoje é diferente de 40 anos atrás”, defende. “Mas eu assinei com o objetivo de discutir”, completa.

Denis Bezerra reitera que quem participa da Frente não necessariamente segue um mesmo pensamento. Ao perceber uma maioria de componentes como mais favoráveis à redução “vi como necessária a participação para levantar o ponto contrário”, afirma ao se posicionar contra à redução da maioria penal. Bezerra considera que é importante participar dos debates “seja para levantar o contraponto seja para concordar com algo que realmente venha de bom.”

Ele relata a possibilidade da Frente organizar eventos como audiências públicas ou seminários sobre o tema, mas admite não ter “como precisar qual é o foco, porque ainda não houve nenhuma reunião”. Contudo, Jordy já se pronunciou quanto ao objetivo central da Frente.

“É retomar a discussão de propostas em tramitação no Congresso Nacional, como a PEC 171/1993, que trata da imputabilidade penal a partir dos 16 anos e aguarda apreciação pelo Senado”, destaca. A PEC prevê responsabilização aos 16 anos para crimes hediondos, homicídios e lesão corporal seguida de morte.

“É um retrocesso tanto a redução da maioridade penal quanto a iniciativa desses parlamentares porque a atuação legislativa deveria ser para a criação de lei e de normas que aumentasse o nível de proteção social”, critica o assessor jurídico do Centro de Defesa da Criança e do Adolescentes (Cedeca) do Ceará, Renan Santos.

A redução da maioridade, contudo, seria “uma ação que se funda em mitos e que não vai conseguir os resultados” pretendidos, mas “vai significar um aprofundamento de um quadro, já existente, de criminalização de uma juventude que é sobretudo pobre e negra”.

O advogado criminalista Leandro Vasques também considera que este não é o momento mais apropriado para pensar a diminuição da maioridade penal. Vasques, contudo, é favorável à medida, embora projete que a redução deveria ser pensada apenas depois de uma mudança na estrutura cárcere brasileira.

“O jovem maior de 16 anos tem plena capacidade de compreender o caráter ilícito de determinados atos”, defende. Porém, “a diminuição da maioridade penal vai causar um colapso do sistema carcerário brasileiro que não está preparado para essa revisão. Não é simplesmente reduzir a idade penal, nós temos que fazer uma revolução no nosso sistema prisional”.

(...)

Coordenador quer uma diminuição de 18 para 16 anos
Eleição

A redução da maioridade penal foi um dos programas que constava no programa de governo de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018. O objetivo era o de diminuir de 18 para 16 anos a idade para punição por crimes hediondos, embora não detalhasse como iria cumprir a promessa.

Frente

Formam a Frente Parlamentar pela Redução da Maioridade Penal 194 deputados e 9 senadores de 17 partidos: PSL, PL, PP, MDB, Patriota, PDT, PSD, PRB, Podemos, PSC, PSB, DEM, PROS, PSDB, Avante, Cidadania e Solidariedade.

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/politica/2019/06/21/reducao-da-maioridade-penal-volta-a-pauta-do-congresso.html>>.

Luana Barros



Proposta de Redação

- **COMO A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL PODE MUDAR A SITUAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO BRASIL?**

2ª
Temática

O Preconceito na Sociedade Brasileira



karamini/123RF/Getty Images

Dez pragas do Brasil

Deus é brasileiro, diz a sabedoria popular. E é mesmo. Nossa excepcional condição de riqueza, pluralidade e diversidade natural e cultural tem certamente em sua essência fortes predileções divinas. Acontece que, assim como ensina a narrativa bíblica da libertação dos escravos na antiguidade egípcia, a sociedade brasileira está submetida a dez pragas das quais precisa se livrar, sob pena de não realizar seu destino de lugar. Dentre elas, destaca-se: Praga da Segregação – Em uma sociedade efetivamente mestiça, os esforços de superação das desigualdades pelo isolamento, e não pela conciliação, acirra preconceitos e instiga a violência, gerando nuvens de gafanhotos em situação de consumismo, devastando a cultura.

Flávio Paiva

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/flaviopaiva/2015/12/16/noticiasflaviopaiva,3549777/dez-pragas-do-brasil.shtml>>

Consciência Negra

Dia da Consciência Negra: uma data de luta e de reflexões sobre direitos. No Dia da Consciência Negra, *O POVO* dialoga sobre avanços e desafios vividos pelos negros – especialmente os mais jovens.

Nos últimos anos, “os pretos saíram do lugar comum” e “assumiram suas belezas”. Assim refletem, respectivamente, Preto Zezé, presidente da Central Única das Favelas (Cufa), e Maykow Peter, 18, estudante e morador do Curió, um bairro de Fortaleza-CE. Criação de estatuto, aplicação de cotas e inserção da História Afro-brasileira no ensino regular foram algumas das principais medidas tomadas pelo Governo Federal como tentativa de compensar uma população que tanto tempo permaneceu em escravidão no Brasil. Os avanços, entretanto, mascaram a realidade: o preconceito persiste. O negro ainda teme represália; e teme porque a sofre.

Embora crimes como os que aconteceram semana passada na Grande Messejana, outro bairro de Fortaleza-CE, choquem pela quantidade de assassinados numa mesma noite, homicídios de jovens negros acontecem diariamente nas periferias de Fortaleza sem que haja mobilização ou comoção. Em 2012, segundo dados do Mapa da Violência sobre Jovens do Brasil, Fortaleza foi a quinta cidade com maior taxa de mortes de jovens negros, atrás apenas de Brasília, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. E os negros mortos são tratados como “culpados até que se prove o contrário”, lamenta Preto Zezé.

“Tenho orgulho da minha cor”, escreve Maykow em rap.

“As ações que temos hoje são incapazes de fazer com que esses jovens se sintam seguros, inseridos na sociedade”, compreende o jornalista e pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV) da Universidade Federal do Ceará (UFC), Ricardo Moura, colunista do *O POVO*.

Educar para evoluir

Por conviver com o preconceito racial desde criança e entender que o conhecimento é a única forma de abolir o “apartheid não dito” que segrega negros e brancos no Brasil, Maykow Peter anseia “construir pessoas” através do ensino de História ou Ciências Sociais.

Atualmente concluindo o Ensino Médio em escola pública, o jovem, que também compõe rap, revela que “aceitou” a cor da própria pele quando foi incentivado por professores. “Lá na escola, muitas meninas começaram a deixar o cabelo enrolar”, diz, a respeito da adesão por parte dos colegas. “De uma hora pra outra, ser preto virou legal”. E que bom que virou!”, comemora o jovem, citando trecho de canção do rapper Emicida.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/11/20/noticiasjornalcotidiano,3537101/dia-da-consciencia-negra-houve-avancos-mas-ha-muito-por-avancar.shtml>>

Onde está o preconceito?

O Brasil é uma democracia plural, aqui coexistindo pessoas das mais diversas tendências, sendo diferentes as visões de mundo, crenças, cor da pele e situação econômica, entre muitos outros fatores que nos aproximam ou distanciam. Até hoje, contudo, nos deparamos com o preconceito oculto sob as mais variadas justificativas, o que nos torna menos plurais do que deveríamos.

Eles lá, eu aqui: muitos sustentam, em relação aos “diferentes”, não terem nada contra, desde que estejam separados. Trata-se de postura declarada inconstitucional pela Suprema Corte dos Estados Unidos já no ano de 1955, em que se afastou a segregação racial nas escolas, que somente contribuía para perpetuar a desigualdade.

No ano seguinte foi declarada inconstitucional também em relação ao transporte coletivo. Idêntica justificativa também se aplica em relação aos que afirmam não ter preconceitos no que tange à orientação sexual de terceiros. Aqui não cabe falar em tolerância, mas sim em reconhecer a igualdade como um valor e um direito.

Meus filhos quem educa sou eu: a Constituição Federal de 1988 reconhece ser a família a base da sociedade, tendo especial proteção do Estado. Isso não significa, porém, uma exclusividade para fins de doutrinação, já que a sociedade, o Estado e notadamente a escola concorrem para a educação e também para que sejam colocados a salvo de negligência e discriminação.

O problema dos imigrantes é que roubam nossos empregos: muitos acreditam que se acolhermos as pessoas que chegam ao Brasil fugindo de conflitos, como determina nossa Constituição Federal, propiciaremos que roubem empregos de brasileiros. Em todo o mundo, porém, não é possível afirmar, com base em dados estatísticos, tenha ocorrido prejuízo aos nativos com o afluxo de estrangeiros, mas sim a substituição de funções com o surgimento de novas atividades.

É preciso com frequência repensar nossas crenças e ideias.

Rômulo Moreira Conrado – romulo@mpf.mp.br – Procurador da República
Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/08/onde-esta-o-preconceito.html>>

“É preciso desnaturalizar o racismo”, diz diretora da anistia internacional

Diretora executiva da Anistia Internacional no Brasil, Jurema Werneck destaca a necessidade de se tomar medidas ativas contra o racismo no País e de fortalecer as pessoas negras

O Brasil não ajudou a médica Jurema Werneck. Carioca, nasceu na favela e estudou em instituições públicas até a universidade. Mulher, negra, pobre. Soube o que era racismo ao

seis anos, quando, na escola, um menino da mesma idade não quis encostar nela para dançar. Fala firme à frente da Anistia Internacional, uma das principais entidades de luta para garantia dos direitos humanos. Jurema aprendeu a falar, mesmo diante da timidez. Graças às mulheres da sua vida, que mostraram a importância do passado e lhe deram a chance de ter um futuro. Na verdade, ela atribui à comunidade a possibilidade de estudar, se formar e ser voz para quem precisa. Acreditaram nela e isso a fez seguir sempre.

Num cenário diferente do que viveu na infância e do qual avó e mãe vinham, Jurema diz que é preciso desnaturalizar o racismo, fruto de um patriarcado difícil de sumir. E ressalta a importância das instituições públicas para esse passo ser dado em direção à igualdade. Mais ainda: destaca que precisamos ajudar quem elegemos em 2018 em resposta ao preconceito que tirou a vida da deputada carioca Marielle Franco. Quando questionada sobre uma onda conservadora que corrobora com a ideia de que direitos humanos não são direitos de todos os humanos, Jurema não eleva o tom. Atribui a realidade à falta de informação.

(...)

OP – Você foi uma menina tímida, calada. Quando ganhou voz e qual a sensação de conseguir se expressar e buscar por direitos?

Jurema – Eu era muito silenciosa, mas acho que isso tinha a ver com a experiência fora de casa, no mundo, na escola. Eu tinha um déficit de atenção, então era difícil viver na escola. Um ambiente que não é exatamente o melhor lugar para uma menina negra. Mas eu também vivi nessa família, com a liderança dessa mulher, a voz dessas mulheres, que era forte e respeitada. Eu comecei a participar de algumas iniciativas estudantis, desde os oito anos de idade, que é uma das memórias mais antigas que eu tenho. Mas principalmente foi no movimento social. No estudantil primeiro e depois no movimento de mulheres negras em que eu fui exercitando essa possibilidade de falar. E também, claro, profissionalmente. Sou médica e um dos aspectos do exercício da medicina é o poder de falar. E na maior parte das vezes fui aprendendo com outras crianças, outros homens e mulheres. Principalmente mulheres negras, que foram permitindo e me ajudando a ocupar esse lugar, de ter uma voz e pode falar.

OP – Ter voz e poder falar transforma em quê a vida das pessoas?

Jurema – É um modo de poder estar na sociedade do ponto de vista mais completo. Muitas vozes são silenciadas e muitas vozes são desautorizadas. Ainda que o direito de participar, de emitir a própria opinião, e poder participar das conversas, dos discursos e dos diálogos públicos exista. Esse direito nem sempre é exercido por diferentes pessoas e grupos. Para você poder superar essa barreira e emitir sua voz, primeiro é um exercício do direito. A gente ter uma voz pública significa que teve todo um esforço de uma comunidade que espera que você a represente quando fala publicamente. Não apenas representar no sentido de estar presente na arena pública, mas de trazer as mensagens, as propostas e visões que permitam que essas pessoas que estão silenciadas possam, no mais curto espaço de tempo possível, também ter acesso aos seus direitos e à sua própria voz.

OP – Falando sobre racismo e sobre ser negro, você conta que uma das primeiras experiências de discriminação que teve foi aos 6 anos, quando um colega da escola não quis dançar com você...

Jurema – Ele não queria encostar a mão em mim. Numa escola pública e nós tínhamos 6 anos de idade. Estava começando na escola e ele também. Foi o primeiro encontro, a primeira lição sobre o racismo, sobre como ele funciona. Não apenas deformando a mentalidade de uma criança de 6 anos, que foi o caso desse meu

colega, mas como as estruturas permitem que isso aconteça. Ele fez isso numa escola, as professoras estavam lá e eu me lembro que falei com uma delas e a diretora. No máximo deram uma bronca nele e ele foi obrigado a dançar comigo. Mas não se resolveu o problema né? Ou seja, as instituições acabam permitindo que isso aconteça. Porque ele aprendeu o racismo fora da escola. A sociedade já faz isso, permite que uma criança de 6 anos aprenda o que é racismo. E um racismo violento como esse. Mas a escola acaba dando espaço, perde a oportunidade de transformar esse menino em um homem justo e decente.

(...)

OP – Existe a questão do autorreconhecimento como negro. Muitas pessoas não se consideram negras. O que isso significa?

Jurema – Tem que se colocar no lugar dessas pessoas. Imagina você ser uma pessoa negra numa comunidade racista onde os discursos racistas dizem que você, negro, é nada. Você vive em uma sociedade e, por ser negro, está exposto a muito mais violências, muito mais exclusões, à pobreza? Então tem um movimento quase que de autoproteção, não é? Uma tentativa de se desidentificar e talvez se proteger de tudo isso que o racismo produz. Mas na verdade não adianta. Porque o racismo sabe muito bem, faz com que as políticas racistas saibam muito bem quem é o negro, e essa pessoa acaba não escapando. É claro que você pode pegar a conceituação em que se considera negros e brancos, mas claros e escuros. Porque a forma como o racismo se estrutura permite uma certa fluidez da raça ou do ser negro. Isso significa que, quanto mais claro, mais você vai ser convidado a se desidentificar. Uma outra pessoa chamava isso de ideologia à traição, mas na verdade é um convite. O racismo, do jeito que se organiza no Brasil, oferece um pouco, um pequeno espaço para aqueles mais claros.

OP – E então entramos nas definições de ele é moreno ou preto.

Jurema – Exatamente. Esse é um fenômeno que já foi registrado até por Gilberto Freyre em um dos volumes de *Sobrados e Mucambos*, no capítulo chamado “a ascensão do bacharel e do mulato”. Em que ele fala exatamente dessa melancolia, se não me engano o termo que ele usa é esse, melancolia. Em que esses mais claros acabam se afastando do polo negro para tentar se aproximar do mais branco, como forma de proteção ou de possibilidade de trânsito. Essa pessoa também não está a salvo do racismo.

OP – E o que significa ser uma mulher negra?

Jurema – Mulher negra é só um conceito, um construto. Na vida real são muitas e múltiplas. Com diferentes características. Mas ser mulher negra é experimentar de forma aguda os efeitos do racismo patriarcal. A linha que divide a sociedade no Brasil é a linha de cor. Não é a linha de gênero, mas também a linha de gênero. E os grupos por cor acabam se dividindo mais e se violentando mais de acordo com gênero e outras características. Ser uma mulher negra numa sociedade que é guiada pelo racismo patriarcal, nós vamos viver imensos desafios, de toda sorte, inclusive da própria sobrevivência.

OP – Esses desafios mudaram ao longo do tempo?

Jurema – Sim e não. Não porque o racismo patriarcal continua aí, com os mesmos desafios. O que é diferente são as arenas de disputa e as formas de confrontação. Já temos mais mulheres ocupando a esfera pública, mais mulheres negras, mais debate público do antirracismo patriarcal. Nós temos, por exemplo, mulheres em ambientes de ações afirmativas, que estão dando resultado. Então a forma de disputa e luta se diferencia um pouco, mas é só na forma. Porque o problema original ainda está aí e está produzindo vítimas.

(...)

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/paginasazuis/2018/12/e-preciso-desnaturalizar-o-racismo.html>>

Dois casos emblemáticos demonstram como o racismo é renitente no Brasil

Dois casos emblemáticos – um nacional e outro local – divulgados recentemente, demonstram como o racismo é renitente no Brasil. O apresentador do Jornal da Globo, William Waack, foi afastado de suas funções após ser acusado de racismo. Em vídeo divulgado na internet – em fato acontecido há mais de um ano, durante a eleição presidencial americana –, ele foi flagrado afirmando, dentre outros impropérios, que o barulho irritante de uma buzina ouvida ao fundo, quando tentava fazer uma entrevista, era “coisa de preto”.

Coincidentemente, no mesmo dia da revelação do fato, o jornal cearense *O POVO* publicava o caso de uma consumidora negra que, por conta da cor da pele, foi abordada por seguranças de uma loja, num shopping de Fortaleza, no Ceará, acusada injustamente de roubo, configurando possível crime de racismo (edição de 8/11/2017.)

No caso do jornalista famoso, sua empregadora publicou uma nota, explicando o afastamento do profissional: “A Globo é visceralmente contra o racismo em todas as suas formas e manifestações. Nenhuma circunstância pode servir de atenuante”. Já a jovem negra cearense, Sulamita Lino, 26, levou o caso à Justiça, entrando com processo administrativo contra a empresa Lojas Americanas do Shopping Benfica.

Durante audiência extrajudicial, a vítima deu uma demonstração de dignidade e consciência cidadã ao recusar uma oferta de indenização de R\$ 5 mil, propondo, em seu lugar, que a loja realizasse uma campanha publicitária contra o racismo e um curso de formação sobre o tema para seus funcionários. A empresa rejeitou a contraproposta, e a ação de racismo foi judicializada.

Quando personalidades referenciais são flagradas (o que acontece com frequência cada vez maior depois da revolução na tecnologia de gravação de imagens e áudios), manifestando preconceitos inimagináveis em sua pessoa, a exposição serve para desmascará-los. Embora haja também quem o faça para reforçar o preconceito latente na sociedade.

O pedido de desculpas da personalidade ou da entidade infratora e a reparação à vítima tornam-se imprescindíveis, não só como ato de justiça, mas para exorcizar possíveis efeitos no tecido social. Profissionais, empresas, personalidades e organizações sociais e culturais não podem eximir-se da luta contra o preconceito, se almejam, de fato, um Brasil sadio.

Adriano Nogueira

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2017/11/editorial-a-praga-do-preconceito-racial.html>>.



Proposta de Redação

- A PERSISTÊNCIA DO PRECONCEITO RACIAL NO BRASIL.

3^a
Temática

A Volta de Doenças Erradicadas no Brasil

OMS amplia alerta de febre amarela no País

A Organização Mundial da Saúde (OMS) elevou na quarta-feira, 13/02/19, o alerta sobre a febre amarela no Brasil e ampliou a área onde uma vacinação é recomendada a estrangeiros e turistas que visitem o País. Para a entidade, há indícios de que uma “terceira onda” de contaminação esteja sendo iniciada, numa progressão do surto em direção ao Sul e Sudeste do Brasil.

A iniciativa foi tomada após casos em humanos serem notificados de julho de 2018 a janeiro deste ano em nove municípios paulistas bem como a confirmação de casos humanos e epizootias (mortes de macacos) por febre amarela no Paraná.

“Embora seja cedo para determinar se este ano terá os altos números de casos em humanos observados nos dois últimos grandes picos sazonais, há indicações de que a transmissão do vírus continua a se propagar em direção ao sul e em áreas com baixa cobertura vacinal”, declarou a OMS, em comunicado.

Entre dezembro de 2018 a janeiro de 2019, a entidade apontou para 36 casos confirmados de febre amarela em humanos, incluindo oito mortes, em 11 municípios brasileiros. Diante do cenário, a OMS sugere que a vacina seja adotada por quem vai viajar aos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Tocantins, Santa Catarina e São Paulo.

A recomendação é de que o imunizante seja aplicado dez dias antes do viajante embarcar para esses destinos. Uma dose da vacina é suficiente.

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2019/02/32963-oms-amplia-alerta-de-febre-amarela-no-pais.html>>. Adaptado.

São Paulo tem Dia D para vacinação contra sarampo

A capital paulista tem hoje (29) um Dia D para vacinação contra o sarampo. Todas as 464 Unidades Básicas de Saúde (UBSs) estão abertas das 8h às 17h, além de postos volantes, para facilitar o acesso à dose de imunização. O objetivo é ampliar a cobertura vacinal dos jovens com idade entre 15 e 29 anos, público prioritário da campanha.

De acordo com a Secretaria Municipal de Saúde (SMS), em 2019, foram confirmados 123 casos no Brasil, até 15 de junho. Na cidade de São Paulo, são 32 casos confirmados de sarampo, sendo oito importados e 24 em investigação sobre o provável local de infecção. Não há registros de morte causada pela doença no município.

A secretaria intensificou as ações de vacinação pela baixa adesão à campanha iniciada em 10 de junho. Até o dia 19, 12.265 mil jovens procuraram os postos de saúde para se vacinar. O órgão aponta que a população de 15 a 29 anos é composta de 2,9 milhões

de pessoas e a meta é alcançar uma cobertura vacinal de 95% do público-alvo para interromper a transmissão por sarampo na cidade.

A prefeitura alerta que “o sarampo é uma doença altamente contagiosa e pode levar à morte”. A vacina tríplice viral, que protege contra o sarampo, a caxumba e a rubéola, é a única forma de prevenir a ocorrência dessas doenças. Segundo a Secretaria, a vacina é “comprovadamente eficaz em cerca de 97% dos casos”.

Ações

Na capital paulista, a cobertura vacinal da primeira dose da vacina tríplice viral, aplicada na população de 1 ano de idade, alcançou 95,66% em 2018 e 101% nos primeiros quatro meses de 2019. A cobertura da segunda dose, no entanto, foi 44,10% no ano passado e 79,67% de janeiro a abril deste ano.

A definição do público-alvo da campanha foi definida em conjunto com o governo estadual e contempla a faixa etária com menor chance de ter recebido as duas doses da vacina tríplice viral. A notificação do sarampo é obrigatória e deve ser feita de forma imediata pelos órgãos responsáveis.

Os casos suspeitos desencadeiam ações de bloqueio vacinal para interromper a transmissão da doença. As ações de imunização ocorrem em todos os locais frequentados pela pessoa com suspeita de ter contraído a doença, como a vizinhança da residência, locais de trabalho, e estudo, a unidade de saúde e os meios de transporte utilizado em viagens no período de transmissão da doença. A vigilância epidemiológica do município fez, até o dia 8 de junho, 259 ações de bloqueio.

Ressurgimento do sarampo

Até março de 2019, 170 países notificaram 112.163 casos de sarampo à Organização Mundial de Saúde (OMS). No mesmo período do ano passado, foram 28.124 ocorrências em 163 países, o que representa um aumento de quase 300%. O ressurgimento da doença, portanto, trata-se de fenômeno global. Na Europa, foram registrados 41 mil pessoas infectadas no primeiro semestre desse ano. Em abril, a cidade de Nova Iorque entrou em alerta contra o sarampo após 285 casos em seis meses.

“Embora ainda não exista um estudo que determine o impacto individual dos fatores que contribuíram para o surgimento do vírus em países onde a doença já havia sido eliminada, a circulação de informações falsas ou infundadas nas redes sociais é apontada como uma das causas para a baixa adesão a vacinação”, aponta, em nota, a secretaria de saúde de São Paulo.

No Brasil, em 2018, os estados do Amazonas e de Roraima confirmaram, respectivamente, 9.778 e 355 casos de sarampo. Outros nove estados também confirmaram casos da doença: 61 no Pará, 45 no Rio Grande do Sul, 19 no Rio de Janeiro, quatro em Pernambuco e em Sergipe, três em São Paulo e na Bahia, dois em Rondônia e um no Distrito Federal, totalizando 10.274 ocorrências.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2019-06/sao-paulo-tem-dia-d-para-vacinacao-contra-sarampo>>.

Ceará registra 19 óbitos relacionados à influenza em 2019

Mortes pela doença incluem padre e estudante de nutrição na região do Cariri. Secretaria da Saúde confirma aumento de casos notificados e reforça importância da Campanha de Imunização, prorrogada até sexta-feira (14)

Doenças respiratórias são sempre complexas, pois são invisíveis e podem gerar quadros graves. Em 2019, até 6 de junho, 19 pessoas morreram por influenza no Ceará, de acordo com a Secretaria da Saúde do Estado (Sesa), por meio do boletim epidemiológico divulgado ontem (10).

Os casos representam 36% das 53 mortes ocasionadas por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) neste ano. Desse total contabilizado, sete foram em decorrência do subtipo A H1N1.

Os dados revelam quedas acentuadas em relação a igual período de 2018, quando foram registrados 144 óbitos por SRAG, dos quais 73 foram por influenza. Das mortes causadas por influenza, 57 tinham subtipo A H1N1. Quando se observam as notificações da doença neste ano, no Ceará, foram contabilizados 550 casos de SRAG; destes, 125 foram por influenza, sendo 44 pelo subtipo A H1N1. No ano passado, esse mesmo subtipo havia sido responsável por 308 notificações.

De acordo com a Sesa, a partir do mês de fevereiro, foi identificado um aumento no número de casos notificados e confirmados para outros vírus respiratórios de SRAG não especificada, diferente do padrão encontrado nos dois anos anteriores. “Isso tem a ver com o padrão de circulação do vírus, como ele está acometendo, em que regiões do Estado está circulando, e aí tem um aumento do número de casos”, explica Danielle Queiroz, coordenadora de Vigilância em Saúde do órgão.

Casos no Cariri

A Secretaria notou que, nas últimas semanas, houve “um incremento dos casos notificados de SRAG na macrorregião do Cariri”. Óbitos por influenza foram registrados nos municípios de Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Tarrafas, Jucás, Aurora e Missão Velha. Até o momento, nessa região, houve 12 casos por influenza A H1N1, três óbitos confirmados pelo mesmo subtipo e 27 ocorrências que ainda estão em investigação pela Pasta.

Quatro casos de H1N1 foram confirmados no mês de maio nos municípios de Juazeiro do Norte e Crato, com três mortes. As informações, obtidas na semana passada, foram confirmadas pela Secretaria. Entre as mortes, está a da estudante de nutrição Rafaela Callou de Sá Barreto, de 23 anos. A universitária estava internada em uma clínica particular de Juazeiro do Norte e faleceu após sofrer três paradas cardiorrespiratórias, na madrugada do dia 4 de junho.

A segunda morte confirmada ocorreu no mesmo dia. A vítima foi o padre José Luismar Rodrigues, da Paróquia Nossa Senhora das Angústias, em Tarrafas. Ele estava internado num hospital do Crato. Ainda conforme o boletim da Sesa, neste ano, outros seis óbitos foram causados pela influenza A H3/sazonal; seis pela influenza B e dois pelo Vírus Sincicial Respiratório (VSR). Vinte e uma mortes não tiveram o agente etiológico especificado, e 11 estão em investigação.

“O aumento de ocorrências de adoecimento normalmente, epidemiologicamente, acontece quando há pessoas suscetíveis, que não estão protegidas, e acontece a introdução de um vírus, um novo agente etiológico”, comenta Danielle Queiroz.

Imunização

A Sesa afirma que a imunização contra a influenza é uma das medidas mais efetivas para a prevenção. A vacina protege contra três tipos da doença: a H1N1, a H3N2 e a B/Colorado/06/2017. Após a vacinação, a detecção de anticorpos protetores ocorre entre 2 e 3 semanas. Geralmente, apresenta duração de 6 a 12 meses.

Até 13h do dia 9 de junho de 2019, o Ceará havia vacinado 2.266.437 pessoas contra a gripe. O alcance representa cobertura de 88,4% do público-alvo, enquanto a meta oficial do Ministério da

Saúde é de 90%. Para tentar chegar ao resultado, a vacinação em todo o Estado foi prorrogada até a próxima sexta (14). No Ceará, 151 municípios já alcançaram a meta da cobertura vacinal.

Os dados mostram que a população carcerária e funcionários do sistema prisional foram os mais imunizados, atingindo 145% da meta. Em seguida, vêm 95% das mulheres com até 45 dias pós-parto (puerpério); 95% da população indígena; 92,47% dos idosos com 60 anos ou mais e 90% professores de escolas públicas e particulares.

Gestantes, trabalhadores da saúde e doentes crônicos estão empatados, com 89% cada; 86% das crianças de 6 meses a menores de 6 anos também foram vacinadas. A população com menor cobertura é a de adolescentes e jovens sob medida socioeducativa, com apenas 14% do total.

“Por isso a vacinação é tão importante para os grupos de risco. Embora para a maioria da população a gripe vem como uma doença comum que se cura em sete dias, para os grupos prioritários ela pode ter um custo mais grave”, finaliza Daniele Queiroz.

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/ceara-registra-19-obitos-relacionados-a-influenza-em-2019-1.2109798>>.



Proposta de Redação

- **CONSEQUÊNCIAS DO RESSURGIMENTO DE DOENÇAS ERRADICADAS NO BRASIL.**



Crise no Setor Energético

Energia nuclear: a decisão inadiável

Segundo dados divulgados neste mês de junho de 2015, o custo da energia elétrica aumentou 60,42% nos últimos 12 meses. Grande parte desse aumento foi causado pela tentativa do governo brasileiro de suprir a iminente falta de energia elétrica pela reativação das usinas termoeletricas.

O retorno à utilização das usinas termoeletricas à base de carvão – uma das fontes de geração de energia mais poluentes e caras na atualidade – demonstra que o Brasil, apesar de ter uma das matrizes energéticas mais renováveis do mundo, claramente não dispõe de um planejamento consistente e de longo prazo no setor de geração de energia elétrica.

Diante do momento histórico em que o País está e sabendo-se que os recursos energéticos ocupam uma posição estratégica no desenvolvimento econômico e social, o principal – e atual – desafio brasileiro é efetivar uma política energética capaz de garantir um fornecimento eficiente de energia, com um custo de geração competitivo e com um baixo impacto ambiental.

O País necessita urgentemente diversificar a sua matriz energética que, em razão das arriscadas apostas do governo no setor elétrico, é hoje altamente dependente das hidroelétricas (que representam mais de 70% da geração de energia do Brasil) e das termoeletricas, em situações emergenciais.

Estima-se que, entre 2013 a 2040, a demanda energética no Brasil cresça de 3% a 4% e, diante desse exacerbado aumento da demanda, o País não pode prescindir de nenhuma fonte de geração de energia, muito menos de uma fonte de energia de

custo de geração competitivo, ambientalmente correta e da qual se possui matéria-prima abundante e conhecimento técnico avançado no País: a energia nuclear.

É nesse sentido que o aumento da participação da energia nuclear na matriz de energia do País, ainda que a longo prazo, revela-se imprescindível – e inadiável – como forma de se solucionar de forma definitiva a crise energética brasileira.

Infelizmente, o massacre ocorrido na Segunda Guerra Mundial, bem como a situação de temor gerada durante a Guerra Fria e os famosos acidentes nucleares, criaram um estigma muito forte em relação ao uso da energia nuclear. O preconceito desacelerou consideravelmente o desenvolvimento deste tipo de energia no Brasil.

Fica o questionamento: será o Brasil capaz de superar a opinião pública desfavorável e ultrapassar os desgastes políticos nacionais e internacionais que envolvem o desenvolvimento a partir da utilização da energia nuclear?

Mariana Zonari – Advogada, mestranda em Direito Constitucional pela Unifor e pesquisadora do CNPq

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2015/06/30/noticiasjornalopiniao,3462238/energia-nuclear-a-decisao-inadiavel.shtml>>

A energia que cresce

Enquanto canetadas nunca antes imaginadas desfazem importantes acordos pró-preservação do meio ambiente nos Estados Unidos, é muito bom saber que em outras partes do mundo a conscientização ambiental cresce de modo consistente.

A agência Ambiente Energia, que regularmente me envia boletins sobre as atividades de geração de energias limpas e renováveis no País e no exterior, divulgou uma nota animadora sobre relatório da petroleira britânica BP. Segundo o estudo, relativo a 2015, a energia solar é a fonte que cresce mais rápido no cenário mundial.

Naquele ano, o número de painéis solares gerou um terço a mais de eletricidade do que no ano anterior. A China, quem diria, superou os Estados Unidos e a Alemanha, posicionando-se como o maior gerador de energia solar. Em dez anos, a produção de energia solar aumentou mais de 60 vezes.

No Brasil, o boletim registra que nos últimos dois anos a energia solar cresceu cerca de 70%. Os principais motivos para tal arrancada decorrem da redução de mais de 70% no preço da energia solar nos últimos dez anos, em comparação com o aumento de mais de 50% nas tarifas de energia elétrica em 2015.

Diante desses percentuais, a Associação Brasileira de Energia Solar (Absolar) prevê que a participação da energia solar na matriz energética vai passar de 0,02% em 2015 para mais de 10% em 2030.

Telhados solares

No Brasil, os telhados solares poderiam superar com folga a geração total de eletricidade, segundo a Absolar. A associação se pauta em estudo do Greenpeace sobre microgeração energética, que revela que 72% dos pesquisados de todas as classes sociais comprariam um equipamento de energia solar fotovoltaica se houvesse linhas de crédito com juros baixos.

Ainda de acordo com informação do boletim Ambiente Energia, atualmente há cerca de seis mil sistemas fotovoltaicos instalados nas residências, os quais geram cerca de 70 MW (megawatts). Essa capacidade instalada de energia é suficiente para iluminar 30 mil casas por ano, em média.

Para Rodrigo Sawaia, presidente executivo da Absolar, “o Brasil deve criar até 60 mil empregos diretos e mais 100 mil indiretos com energia solar fotovoltaica até 2020, considerando-se o mercado de leilões de energia solar e o de geração distribuída, onde se insere o segmento residencial”.

Para quem não é do ramo, vamos e venhamos, tal perspectiva de geração de empregos é bastante animadora. Por si só, trata-se também de um importante sinal de alerta para a formação de técnicos para a área de geração de energias renováveis.

25 Anos

Por fim, cabe registrar um estudo da Bloomberg New Energy Finance sobre o futuro das energias renováveis, igualmente divulgado pela agência Ambiente Energia. Diz o documento que dentro de 25 anos a presença das fontes eólica e solar na matriz energética nacional superará a das fontes hidrelétricas.

O estudo considera que fatores naturais são uma das principais causas para a diminuição das hidrelétricas. Atualmente, as regiões onde ainda é possível se expandir a hidroeletricidade são de difícil acesso e implicam custos maiores de transmissão. Além disso, a crise no setor energético nos últimos anos, agravada pela seca de 2014 e 2015, tornou urgente a diversificação da matriz energética.

Desse modo, de acordo com o já mencionado relatório, em duas décadas as energias renováveis ultrapassarão fontes fósseis como o carvão e o gás natural na geração de energia, proporcionando condições para que possamos viver em um novo tempo, o da geração de energia mais limpa e de menor impacto ambiental.

Até lá, o que será dos Estados Unidos da América, o país no qual o mundo ocidental sempre se espelhou e que, hoje, desafia os princípios da sustentabilidade arduamente conquistados pelos guardiões do planeta? Quem viver verá!

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/responsabilidadesocialeetica/2017/01/a-energia-que-cresce.html>>

Seca e subsídios fazem conta de luz subir quatro vezes mais que a inflação no ano

A conta de luz já aumentou quatro vezes mais que a inflação neste ano de 2018. Enquanto o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) entre janeiro e julho ficou em 2,94%, a energia elétrica para as famílias brasileiras subiu 13,79%. A disparada no preço da energia é resultado de uma série de fatores, que inclui falta de chuva, alta do dólar e o crescente peso dos subsídios, encargos e tributos na tarifa elétrica. A expectativa é de que novos aumentos comprometam ainda mais a renda da população.

“A tarifa tem subido de forma preocupante e está chegando ao limite de pagamento do consumidor”, afirma o diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Romeu Rufino.

Segundo ele, além das questões conjunturais, como o baixo volume de chuvas, outros fatores estão pesando no custo da energia. Um deles é a decisão de elevar a cobrança de encargos na conta de luz para bancar, inclusive, programas públicos que não têm relação alguma com o setor elétrico.

Hoje, os penduricalhos na conta de luz beneficiam, por exemplo, produtores rurais, atividades de irrigação, empresas que prestam serviços públicos de saneamento e consumidores de baixa renda. “A tarifa não é um saco sem fundo onde se pode enfiar tudo”, diz Rufino.

Desde 2015, para não onerar o Tesouro Nacional, os custos do setor são transferidos para o consumidor. De lá para cá, a tarifa de energia subiu 30 pontos percentuais acima da inflação, segundo levantamento feito pela empresa de comercialização e consultoria Safira Energia. Essa discrepância pode se acentuar.

Emendas parlamentares incluídas no texto original da Medida Provisória que destrava a venda das distribuidoras da Eletrobras podem aumentar o rol de subsídios. Entre as propostas estão a ampliação da tarifa social (para consumidor baixa renda), o aumento do custo das térmicas a gás e a inclusão do custo de transporte de gás natural no gasoduto Uruçu-Coari-Manaus

na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - hoje um dos principais encargos cobrados no setor. Tudo isso seria repassado para o consumidor.

Sobrecarga

De acordo com dados da Aneel, em 2014, os encargos tinham peso de 6% nas tarifas; no ano passado, essa participação já havia chegado a 16%. “Ficou fácil transferir tudo para o consumidor”, afirma o presidente da Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e Consumidores Livres (Abrace), Edvaldo Santana, ex-diretor da Aneel.

Ele não vê chances de redução das tarifas nos próximos cinco anos e explica que a origem de boa parte dos problemas vem da intervenção feita em 2012 pela presidente Dilma Rousseff no setor elétrico. Na época, para reduzir as tarifas em 30%, o governo criou a CDE para arcar com vários custos do setor. A intenção inicial era que o Tesouro arcasse com as despesas. Com a crise fiscal, esse plano foi abandonado e o problema jogado no colo do consumidor.

Para piorar o quadro, o País passou a enfrentar um período de estiagem que reduziu o nível dos reservatórios e obrigou o governo a colocar em operação térmicas movidas a óleo diesel, bem mais caras. Esse problema criou no setor outro rombo bilionário, que é o chamado risco hidrológico.

Para bancar a conta, o governo criou as bandeiras tarifárias, que oneram quem consome mais energia. Além disso, a alta do dólar tem encarecido a energia de Itaipu, responsável por 20% do consumo nacional. As informações são do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Agência Estado

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/economia/ae/2018/08/seca-e-subsidios-fazem-conta-de-luz-subir-quatro-vezes-mais-que-a-infl.html>>.



Proposta de Redação

- **IMPLICAÇÕES DA CRISE ENERGÉTICA PARA A ECONOMIA BRASILEIRA.**

5ª

Temática

Mobilidade Urbana

Comum em praticamente todas as grandes cidades do país

Mobilidade: o custo do excesso de carros

O conceito de externalidade ganha compreensão quando o indivíduo o sente na pele. Se um indivíduo entra no mercado de trabalho, temos mais um agente a impulsionar a produção e do consumo. Externalidade positiva. No entanto, se ele adquire um veículo e o incorpora à frota de milhares de outros, esse fato singelo gera externalidades negativas.

Os demais motoristas terão diminuída a velocidade média nesse centro urbano. Hoje, segundo a Pnad divulgada semana passada pelo IBGE, o brasileiro gasta, em média, 82 minutos por dia no trânsito para fazer o trajeto casa-trabalho-casa.

O custo do excesso de carros nas ruas traduz-se em poluição,

acidentes de trânsito, aumento dos gastos com combustível, estresse e tantas doenças causadas pela poluição, além, é claro, do tempo perdido na produção.

Estudo conduzido pelo economista Armando Barcelar, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, no livro *Mobilidade Urbana: Desafios e Perspectivas para as Cidades Brasileiras*, aponta que o tempo perdido pelos brasileiros nos deslocamentos para o trabalho nas regiões metropolitanas devido aos problemas de mobilidade urbana gera um custo adicional de R\$ 62,1 bilhões à economia. Cerca de oito vezes o que o poder público investe nesta área. Este custo estima o tempo em que as pessoas poderiam estar produzindo em vez de estarem presas no trânsito.

Em tempo de crise fiscal, em que governos procuram reduzir despesas, especialistas apontam alternativas para contornar este custo econômico e social, tais como: a criação de um pedágio urbano, o aumento do valor dos estacionamentos nas regiões centrais das cidades, além do aumento da tributação sobre veículos de passeio e sobre combustíveis.

As organizações públicas e privadas, por outro lado, poderiam contribuir para diminuir esta externalidade negativa, se incentivassem mais a cultura do *home working*. Também o uso de outros meios, como a melhora do transporte público, o uso da bicicleta e da carona, devem ser estimuladas.

Com o aumento da frota de veículos, no Brasil já são 45,4 milhões de veículos. Na média, tem um veículo para cada 4,4 habitantes. Ou seja, a população brasileira já cabe dentro da frota.

Francisco Wildys de Oliveira – Mestre em Economia

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2015/10/02/noticiasjornalopiniao,3513252/mobilidade-o-custo-do-excesso-de-carros.shtml>>

Uma questão de educação e gestão

É notório o desmonte das estruturas que controlam o trânsito na Capital cearense.

A Prefeitura de Fortaleza anunciou, nos últimos dias, a execução de duas políticas públicas de grande importância para a Capital. A primeira diz respeito à relação da cidade com os resíduos sólidos (lixo). A segunda pretende atacar a maneira desorganizada e irresponsável com que muitos motoristas, motoqueiros, ciclistas e pedestres se relacionam no cotidiano do trânsito. As duas ações passam necessariamente pela educação cidadã.

A população de Fortaleza se tornou metrópole crescendo em padrões acima da média sem que os cidadãos adotassem comportamentos urbanos compatíveis com a dimensão da cidade. Tanto no que diz respeito ao descarte do lixo quanto à atitude no trânsito, reproduzem condutas incivilizadas. A consequência é uma cidade suja, repleta de monturos intermináveis, e um trânsito caótico, que mata, mutila e desorganiza a vida urbana.

Na segunda frente de atuação (o trânsito), a Prefeitura fechou um acordo com a Bloomberg Philanthropies, uma fundação dos EUA que atua na área de segurança viária. Na prática, o programa a ser desenvolvido pretende oferecer assistência técnica de especialistas globais em segurança no trânsito, passando por campanhas educativas, ações de redução de acidentes, estímulo ao uso de bicicletas e corredores exclusivos de ônibus. As duas últimas, já foco das políticas municipais.

A experiência de especialistas estrangeiros em segurança viária é bem-vinda. Porém, é fundamental que o município cumpra a sua parte. É notório o desmonte das estruturas que controlam o trânsito na Capital. Hoje, a cidade ainda convive com problemas inaceitáveis, como as constantes quedas no funcionamento dos sinais luminosos nos cruzamentos.

No citado caso, assim como na insuficiência na quantidade de guardas de trânsito, o problema tem a ver com gestão e não educação. É bom lembrar que há experiências praticadas no Brasil que merecem ser copiadas. A mais conhecida ocorreu em Brasília, quando o hoje senador Cristovam Buarque (PDT) governou o Distrito Federal.

O trânsito virou hoje um grande gerador de problemas no

sistema de saúde. Assim como as fortunas que são gastas para recolher os monturos que se reproduzem cotidianamente, os acidentados no trânsito estrangulam as emergências dos hospitais públicos, gerando imensos custos financeiros e humanos. Passa da hora de atacar os dois problemas.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2015/04/16/noticiasjornalopiniao,3423611/uma-questao-de-educacao-e-gestao.shtml>>



dfmaiberku0123Rf/Easypix

Da cobrança de ciclistas e pedestres nos transportes

É preciso melhorar calçadas, arborizar mais e proporcionar melhor segurança

A respeito da manchete da página 4, “Paít. Um ano de ações e mudanças no trânsito de Fortaleza”, da repórter Sara Oliveira (Editoria Cotidiano), na edição de 26/12 do O POVO, matéria complementar sobre o Plano de Ações Imediatas de Transporte e Trânsito indica que o projeto faltou contemplar o pedestre. A cobrança parte de lideranças da Associação dos Ciclistas Urbanos de Fortaleza (Ciclovida), mesmo com a implantação multiplicada de ciclofaixas recentes na capital cearense, e do coletivo Direitos Urbanos.

Ciclistas queixam-se de ausência de continuidade no interior de túneis nas faixas exclusivas para eles. Já entre os ativistas dos Direitos Urbanos, é preciso melhorar calçadas, arborizar mais e proporcionar melhor segurança para os transeuntes. Entretanto, a questão é de maior abrangência. Desde a consolidação da indústria veicular no Brasil, concentrada na ocasião, a segunda metade dos anos 1950, em São Bernardo do Campo (SP), foram priorizados a política e o planejamento rodoviários em cidades brasileiras.

A própria Brasília em construção padecia dessa característica. É verdade que o Plano Piloto da Novacap previa autonomia de serviços, a exemplo de comércio de pequeno e médio portes nas extremidades de superquadras. Entretanto, empregos, escolas e hospitais ficaram mais distantes dos habitantes, necessitando-se a utilização maciça de transportes automotores coletivos e particulares.

Ainda que capital estadual mais antiga do que Brasília, Fortaleza, também, passou por desdobramentos nessa priorização rodoviária. É uma cidade que, no início do século XX, ganhou bulevares aos estilo parisiense, começando pela avenida Bezerra de Menezes. Já 40 anos atrás, na aplicação do Plano Hélio Modesto, começou uma segunda fase de grandes avenidas, desde a Presidente Castelo Branco (Leste-Oeste) ao prolongamento da Santos Dumont. Foram vitais para que a cidade ficasse melhor interligada. Entretanto, sempre resta uma faixa de população que reivindica urbanidade mais humana, o que já foi descoberto em parte das metrópoles mundiais.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2014/12/27/noticiasjornalopiniao,3368490/da-cobranca-de-ciclistas-e-pedestres-nos-transportes.shtml>>



Proposta de Redação

- OS DESAFIOS PARA MELHORAR A MOBILIDADE URBANA NO BRASIL.

6^a

Temática

Campanhas de Vacinação



Kenny Kiernan/123RF/Easypix

Ceará registra, em média, um caso de meningites por dia em 2017

185 casos de meningites e 17 óbitos pelas doenças foram registrados neste ano no Estado. Entre os tipos, a meningite bacteriana é a que mais preocupa

A cada dia de 2017, o Ceará registrou, em média, um caso de meningites. Foram 185 casos confirmados das doenças até a 27ª semana epidemiológica, referente a até o dia 8 de julho. No período, 17 pessoas morreram em decorrência de meningites bacterianas, virais e de agentes etiológicos não especificados. Os números estão abaixo dos registrados em 2016, quando 275 pessoas foram acometidas pelos tipos da doença e 29 casos evoluíram para óbitos.

Os dados, divulgados em boletim pela Secretaria Estadual da Saúde (Sesa), preocupam no que tange à incidência de casos de meningite meningocócica. Em 2017, 24 pessoas contraíram a doença e sete delas morreram — ou seja, uma letalidade de 29,2%. Os números de confirmações no período já superaram os do ano inteiro de 2016, que registrou 20 casos, e já se igualam em total de óbitos.

“Enquanto todos os dados estão abaixo da média histórica do período (determinada pelo comparativo dos últimos dez anos), o número de casos da meningite meningocócica, mesmo não chegando ao limite, já ultrapassa a média. Ainda não se pode falar em epidemia, mas a preocupação é porque é uma doença que evolui para óbito muito rapidamente”, detalha Daniele Queiroz, coordenadora de Promoção e Proteção à Saúde da Sesa.

O caso mais emblemático deste ano aconteceu em maio, em Parambu, na microrregião dos Inhamuns. Quatro homens contraíram a doença meningocócica e dois deles morreram. A cidade de cerca de 31 mil habitantes passou por imunização, com entrega de 28 mil doses da vacina. “Foi configurado surto comunitário por se tratar de casos que não tinham vínculos entre eles”, comenta a coordenadora. Em Fortaleza, até a semana epidemiológica analisada, foram registrados 70 casos de meningites, sendo sete deles de doença meningocócica.

Em 2017, 14,59%, 27 dos 185 casos totais, foram relacionados na faixa etária de 30 a 39 anos, com predomínio no sexo masculino. Já quanto à incidência de doença meningocócica, o maior número de casos foi entre 35 e 49 anos (29,1%).

Sintomas

Caracterizada por processo inflamatório das leptomeninges, as meningites podem ser causadas por bactérias, vírus, fungos ou agentes não infecciosos.

O médico infectologista e professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC), Roberto da Justa, alerta para três sintomas principais e que devem ser motivo para procura imediata de atendimento médico: “Dor de cabeça muito forte, muito vômito (e em jato) e febre alta. São sintomas que são comuns a outras doenças, mas, no caso da meningite, se instalam de forma súbita”, afirma.

Conforme ele, é preciso um exame médico minucioso que verifique rigidez na nuca, endurecimento no pescoço e manchas na pele. “O diagnóstico rápido é essencial”, destaca.

Saiba mais

Roberto da Justa detalha que, mesmo que se evite a morte, o paciente acometido por meningites nas formas mais graves pode ter sequelas como abscessos cerebrais, surdez e necroses das extremidades (que podem levar a amputações).

Vacinação na primeira infância e na adolescência (aos 12 e 13 anos) é a principal forma de prevenção.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/jornal/cotidiano/2017/08/ceara-registra-em-media-um-caso-de-meningites-por-dia-em-2017.html>>

ANVISA PODE LIBERAR VACINAÇÃO EM FARMÁCIAS; ENTIDADES CRITICAM PROPOSTA

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) está elaborando regulamentação que trata sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação no país. A norma já passou por consulta pública e, se aprovada, permitirá que farmácias apliquem vacinas. Entretanto, entidades médicas temem que a resolução possa precarizar o serviço de vacinação e colocar em risco a população.

Segundo a Anvisa, a permissão para farmácias disporem de vacinas está prevista na Lei nº 13.021/2014, que trata sobre o exercício e a fiscalização das atividades farmacêuticas, e, com ela, a regulamentação vigente sobre o controle sanitário para estabelecimentos privados de vacinação, se tornou insuficiente para farmácias e drogarias.

“A fim de diminuir o risco da população brasileira frente ao possível uso e administração inadequados de um medicamento tão peculiar quanto a vacina, principalmente em estabelecimentos que não têm um histórico antigo na prática da vacinação, a Anvisa propõe norma sanitária com requisitos mínimos para a prestação dos serviços de vacinação”, diz a Anvisa, na justificativa da proposta.

Atualmente, além da rede pública, somente clínicas de vacinação podem oferecer o serviço, regulamentadas pela Portaria Conjunta Anvisa/Funasa nº 01/2000.

Entre outras exigências, pela norma atual, a clínica deve ter um médico como responsável técnico pelo estabelecimento. Segundo a presidente da Sociedade Brasileira de Imunizações (SbIm), Isabella Ballalai, essa exigência é muito importante e está sendo retirada da nova proposta. “Ela tira a obrigatoriedade de maca, consultório e médico para atender evento adverso, desde o desmaio até anafilaxia. Isso não é serviço de vacinação, é aplicação de injeção”, disse ela, explicando que o médico especialista em vacinação é importante desde a triagem até o diagnóstico de reação à vacina.

A proposta de regulamentação em análise na Anvisa diz que o estabelecimento deve ter um profissional habilitado e capacitado para o serviço de vacinação. Também prevê que, em caso de intercorrências, ele deve garantir o encaminhamento

do paciente ao serviço médico. E as vacinas que não fazem parte do calendário oficial do Programa Nacional de Imunizações deverão ser feitas mediante prescrição médica.

Riscos à população

Para Isabella, esses requisitos não são suficientes e, acabar com as regras atuais pode ser prejudicial para a cobertura vacinal, pois um serviço precário de vacinação pode levar medo às pessoas. “A SbIm não discute onde a vacina é aplicada, na clínica médica ou farmácia, o que defendemos é a qualidade e manutenção das normas para que a vacinação não seja banalizada e a população não corra risco de erros. As normas deveriam ser mais exigentes e não menos”, disse a médica.

“Estamos falando de movimentos de antivacínismos, mitos, medos, famílias que circulam informações erradas em redes sociais. Um erro pontual pode fazer a população perder a confiança na imunização. Que sejam bem-vindas as farmácias, desde que o rigor nas exigências seja mantido”.

O presidente da Associação Brasileira das Clínicas de Vacinas (ABCVC), Geraldo Barbosa, concorda que os requisitos mínimos propostos podem prejudicar os serviços. “Não somos contra vacina estar em farmácias. Mas temos um nível de exigências que se provou muito eficaz para conseguir os resultados de imunização. Então, se vai entrar farmácia nesse mercado, porque flexibilizar a lei?”, disse, informando que os laboratórios de análise clínica passaram a oferecer vacinas porque se enquadraram na legislação atual.

Segundo a presidente da SbIm, também é errado falar em maior acesso da população às vacinas, pois as farmácias devem priorizar grandes mercados. Além disso, ela explica que a indústria de vacina não foi levada em conta para a edição da proposta de regulamentação. “A falta de vacinas que vivemos na rede privada é absurda, e isso deve ser colocado em discussão. E com o aumento dessa rede pode ser que se tenha menos vacinas ainda porque os fabricantes não conseguem atender o mercado”, argumentou Isabella.

Barbosa complementa dizendo que a previsão para a demanda atual de vacinas ser normalizada é entre 2020 e 2022, porque os laboratórios já estão no limite de produção e novas fábricas estão sendo construídas.

Interesse comercial

Para ele, o interesse comercial das farmácias é apenas na vacina contra gripe. “Não estão preocupados com o esquema vacinal completo”, disse. Segundo Barbosa, a vacina contra gripe é o que ajuda a manter o custo operacional das clínicas de vacinação, já que a operação de outras vacinas é quase negativo. Então, para ele, a nova regulamentação pode prejudicar a qualidade e acesso ao serviço quando as clínicas começarem a cortar custos com outras vacinas para poder competir no mercado.

A norma ainda está em elaboração e recebeu centenas de contribuições durante a consulta pública, que ocorreu no mês de maio. Não há prazo para a votação no colegiado da Anvisa.

Para o presidente do Conselho Federal de Farmácia (CFF), Walter da Silva Jorge João, a possibilidade das farmácias aplicarem vacina é uma ação social e as farmácias irão se adequar à regulamentação da Anvisa para garantir a qualidade do serviço e as condições impostas.

“Temos que ver as farmácias como unidades prestadoras de atenção à saúde e assistência farmacêutica, que têm sua contribuição com as políticas de saúde do país. É um avanço social. E vacina é medicamento e, sendo medicamento, o farmacêutico tem propriedade para fazer a aplicação”, disse.

Segundo João, a indústria precisa ter um olhar positivo para a situação dos estoques, pois vai aumentar o número de postos que passarão a oferecer as vacinas. O presidente do conselho ressalta ainda que o Brasil possui 80 mil farmácias e a concorrência com as clínicas de imunização vai ajudar na queda dos preços de vacina para a população.

A proposta de regulamentação sobre os requisitos mínimos para o funcionamento dos serviços de vacinação no país está disponível na página da Anvisa.

Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2017-06/anvisa-deve-liberar-aplicacao-de-vacinas-em-farmacias-proposta-e-criticada>>

Vacinação: quais são as principais fake news?

Órgãos de saúde estão preocupados com o crescimento do movimento antivacina e alertam quanto ao compartilhamento de boatos nas redes sociais.

A “hesitação em se vacinar” é uma das dez ameaças globais à saúde em 2019, para a Organização Mundial de Saúde (OMS). A entidade alerta que a relutância ou a recusa em se imunizar, mesmo com a vacina disponível, pode reverter os efeitos do combate às doenças preveníveis por meio da medida.

A chamada surgiu após o crescimento de um movimento antivacina, na última década, principalmente em países da Europa e da América do Norte. Um grupo de estudos da Organização identificou a “complacência”, a “inconveniência” e a falta de confiança no método como os principais motivos para a hesitação.

A OMS estima que entre 2 e 3 milhões de mortes sejam evitadas, por ano, por causa da vacinação. Outras 1,5 milhão de mortes poderiam ser evitadas se a cobertura global de imunização fosse mais ampla.

“No Ceará, esse movimento não é forte ao ponto de impactar nas nossas coberturas vacinais, mas é lógico que existe, até pela desinformação por causa de *fake news*”, explica Daniele Queiroz, coordenadora de Vigilância em Saúde da Secretaria Estadual da Saúde (Sesa).

“Isso cresce mais em famílias que têm poder aquisitivo melhor e mais acesso à informação. Os pais buscam orientação sobre vacinas e acabam sendo levados a informações que não são verdadeiras. Como nossos serviços têm impacto maior para famílias de menor renda, a gente não vê tanto essa questão do movimento antivacina”, diz.

O Ministério da Saúde recomenda que eventuais dúvidas sejam esclarecidas somente com médicos ou fontes oficiais, e que as redes sociais não sejam utilizadas para compartilhar boatos. Confira uma lista de *fake news* já compartilhadas sobre o tema e negadas pelo órgão federal:

“Vacinas causam autismo”

Um estudo apresentado em 1998, que levantou preocupações sobre uma possível relação entre a vacina tríplice viral (contra o sarampo, a caxumba e a rubéola) e o autismo, foi considerado “seriamente falho” e retirado pela revista que o publicou. Ou seja, o órgão ressalta que vacinas não causam autismo.

“Boa higiene e saneamento fazem as doenças desaparecerem”

Lavagem das mãos e uso de água limpa ajudam a proteger as pessoas de doenças infecciosas, mas muitas delas podem se espalhar independente de quão limpos estamos. Logo, doenças que podem ser prevenidas por vacinas retornarão caso os esquemas de imunização sejam interrompidos.

“As vacinas têm efeitos colaterais e de longo prazo que ainda são desconhecidos, e podem até ser fatais”

“As vacinas são muito seguras”, garante o Ministério, lembrando que a maioria das reações são geralmente pequenas e temporárias, como um braço dolorido ou uma febre rápida. Eventos graves de saúde são “extremamente” raros, além de monitorados e investigados.

Adultos também devem atualizar calendário de vacinas, conforme o Ministério.

“A vacina combinada contra a difteria, tétano e coqueluche e a vacina contra a poliomielite causam a síndrome da morte súbita infantil”

Não há relação causal entre a administração de vacinas e a síndrome da morte súbita infantil (SMSI), também conhecida como síndrome da morte súbita do lactente. No entanto, essas vacinas são administradas em um momento em que os bebês podem sofrer com essa síndrome. Assim, “as mortes por SMSI são coincidentes à vacinação e teriam ocorrido mesmo se nenhuma vacina tivesse sido aplicada”.

“As doenças evitáveis por vacinas estão quase erradicadas, por isso não preciso me vacinar”

Embora as doenças evitáveis por vacinação tenham se tornado raras em muitos países, os agentes infecciosos continuam circulando em algumas partes do mundo. Com a globalização, eles podem atravessar fronteiras geográficas e infectar qualquer pessoa que não esteja protegida.

“Aplicar mais de uma vacina ao mesmo tempo em uma criança pode aumentar o risco de eventos adversos prejudiciais”

Evidências científicas mostram que aplicar várias vacinas ao mesmo tempo não causa aumento de eventos adversos sobre o sistema imunológico das crianças. Segundo o Ministério, uma criança é exposta a muito mais antígenos (substâncias que levam à produção de anticorpos) de um resfriado ou dor de garganta do que de vacinas. Além disso, aplicar várias vacinas ao mesmo tempo levam a menos visitas ao posto de saúde ou hospital, o que economiza tempo e dinheiro; e a uma maior probabilidade de que o calendário vacinal seja completado.

“As vacinas contêm mercúrio, que é perigoso”

O tiomersal é um composto orgânico que contém mercúrio e é o conservante mais utilizado para vacinas fornecidas em frascos multidose. No entanto, conforme o Ministério, não existe evidência que sugira que a quantidade de tiomersal utilizada nas vacinas represente um risco para a saúde.

Nícolas Paulino, 01 de Jul. de 2019

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/online/vacinacao-quais-sao-as-principais-fake-news-1.2117414>>



Proposta de Redação

- A IMPORTÂNCIA DA VACINAÇÃO PARA A PREVENÇÃO DE DOENÇAS NO BRASIL.

7^a

Temática

O Uso do Telefone Celular em Sala de Aula

Pesquisa inglesa diz que uso de celular em sala de aula prejudica aluno

Os alunos que tiveram a proibição do aparelho durante o período de aulas melhoraram 14% no rendimento escolar

Uma das mais prestigiadas Instituições de Ensino Superior do mundo, a London School of Economics, divulgou em maio de 2015 uma pesquisa em que aponta que os alunos das escolas inglesas que retiraram os telefones celulares durante o período de aula melhoraram 14% de rendimento escolar.

Denominada como “Tecnologia, distração e desempenho de estudantes”, a pesquisa, entretanto, afirmou que o fato aconteceu apenas com aqueles que apresentavam notas mais baixas, ou seja, que estavam abaixo de 60% em exames de avaliação.

Aqueles que obtinham boas notas não tiveram influência sobre a proibição dos celulares. A pesquisa atingiu uma faixa etária entre sete e onze anos de idade.

De acordo com o estudo, as distrações devido ao excessivo uso dos *smartphones* é o principal motivo dos estudantes tirarem notas ruins.

Legislação

No Reino Unido, não existem leis para a proibição do celular em sala de aula. No Brasil, entretanto, existe um projeto de lei em que proíbe o uso deste dispositivo durante o período de ensino.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/maisnoticias/tecnologia/2015/06/08/noticiastecnologia,3450228/pesquisa-inglesa-diz-que-uso-de-celular-em-sala-de-aula-prejudica-alun.shtml>>



Celular e MP3 proibidos em sala de aula

Yanna Guimarães (Redação).

O que já era proibido em muitas escolas, especialmente nas particulares, agora virou lei. Os alunos não podem mais usar celulares ou qualquer aparelho eletrônico, como tocadores de MP3, durante

o horário das aulas. A ordem vale para todos os estabelecimentos de ensino do Ceará. Mas a regulamentação e a punição para quem descumprir a lei deve ser determinada pelas próprias escolas, conforme o estatuto de cada uma. Iniciativa do deputado estadual Artur Bruno (PT), a Lei 14.146/08 foi aprovada em junho e já está em vigor. Mas o que os especialistas pensam sobre a medida?

(...)

...o professor Idevaldo Bodião, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), acredita que não é necessário haver uma lei para proibir o uso dos aparelhos. “Não acompanhei as discussões e nem sei ao certo o teor da lei, mas acredito que essa atitude é elementar. Acho um absurdo que se faça lei para isso”. Para ele, o que vai bem ou mal na educação não tem relação com o uso dos aparelhos. “Desligar o celular é a primeira coisa que você faz em atenção ao coletivo. Você faz quando vai ao cinema, ao teatro”.

O deputado Artur Bruno discorda, por isso criou e defende a lei. “Sou professor há 30 anos e continuo dando aula. Percebo que muitos problemas na sala têm sido gerados por esses aparelhos”. Ele destaca que não há nada pior para o professor e para os alunos do que o toque de um celular no momento em que a matéria está sendo dada. “Gera conflitos, tira a atenção e há perda de tempo”. Ele explica que o ideal era que não houvesse necessidade da lei. E cita exemplos como o uso do cinto de segurança e a proibição do fumo em locais fechados. “Só funcionou depois da legislação. A lei é educativa e vai gerar novos comportamentos”, conclui.

O que diz a lei

Lei nº 14.146, de 25/6/2008

Ficam os alunos proibidos de utilizar telefone celular, *walkman*, *discman*, *MP3 player*, *MP4 player*, *iPod*, *bip*, *pager* e outros aparelhos similares, nos estabelecimentos de ensino do Estado do Ceará, durante o horário das aulas.

A regulamentação e punição da lei fica a critério de cada escola.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/fortaleza/2008/07/10/noticiastecnologia,803364/celular-e-mp3-proibidos-br-em-sala-de-aula.shtml>>

Escola sem celular?

Educação Lei francesa proíbe celulares em escolas como forma de promover uma “desintoxicação”. Por aqui, a discussão é sobre os usos pedagógicos do aparelho

Denominando de “medida de desintoxicação”, a França aprovou uma lei que proíbe que alunos até os 15 anos, ou seja, de Ensino Fundamental, usem celulares e aparelhos similares na escola. A legislação, promessa de campanha de Emmanuel Macron, passou em votação no parlamento francês ainda em julho e escolas já começam a receber esta semana a pressão do Ministério da Educação para pôr em prática. No Ceará, educadores apontam que a mediação do uso por professores se apresenta como alternativa mais viável diante de uma geração que nasceu na era digital.

Indicando que banir o uso em sala de aula é “ir de encontro a uma cultura digital estabelecida”, a professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (UFC), Antônia Lis de Maria Martins Torres, acredita que o mais aconselhável é que se estabeleça um acordo entre alunos e educadores mesmo diante do fator de distração que os aparelhos possam ser.

“O que a gente pode fazer é um acordo didático com os alunos, entendendo, também, que nos campos da Educação Infantil e do Fundamental I (até o 5º Ano) é preciso ter essa conversa paralela com os pais. O celular pode ser, inclusive, utilizado pelo pais como forma de trabalhar a noção de limites”. Indicar horários, permitir usos em espaços de tempo e regular o consumo de forma acordada são os caminhos apontados.

É o que a coordenadora pedagógica dos Ensinos Fundamental e Médio do Colégio Darwin, Antônia Sousa, diz estar sendo posto em prática na instituição. “É fato que essa tecnologia é um grande distrativo na sala de aula, mas é fato também que temos uma geração com outras necessidades, outros comportamentos. É muito mais sensato que a escola se posicione como postura de negociação, expondo benefícios e malefícios, do que proibir. Isso não traz resultados”.

Ela relembra que há cerca de quatro anos um caixote reunia todos os aparelhos e não permitia que alunos durante a aula tivessem acesso a eles.

“Já saímos dessa fase, não é pedagogicamente correto. E hoje nós orientamos, conversamos”. Permitir que alunos usem o celular por um curto período para se atualizarem depois de 30 minutos de aula também tem sido uma saída orientada pela coordenação. Antônia ainda enumera os usos como quiz de conhecimentos matemáticos utilizando as redes e vídeos produzidos pelos alunos com linguagem e expressão próprios para explicar temas por eles escolhidos.

Pautar nas escolas e entre professores a utilização dos aparelhos para afins pedagógicos pode potencializar as utilidades e sedimentar o aprendizado em uma geração acostumada a consumir informação pelas telas de celular. No entanto, isso ainda é desafio que passa por políticas públicas e por formação de professores, indica Antônia Lis Torres.

“A primeira coisa é fazer o investimento na formação de professores, porque temos uma geração que já nasceu com esses aparelhos sendo ensinada por uma geração que saiu do analógico para o digital. É uma questão de raciocínio lógico que a criança tem muito mais leve do que nós. Por que não usar isso a favor da aprendizagem? E por isso é preciso pensar em políticas públicas de informatização que pensem a educação e as disciplinas nesse contexto”, aponta.

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/etc/2018/09/escola-sem-celular.html>>.



Proposta de Redação

- **CONSEQUÊNCIAS DO USO EXCESSIVO DO CELULAR PARA A EDUCAÇÃO.**

8^a

Temática

Doação de Órgãos



Ceará bate recorde de número de transplantes

Pelo terceiro ano consecutivo, em 2015, o Ceará bateu recorde do número de transplantes realizados. Até ontem, foram 1.409 transplantes de órgãos e tecidos no Estado. O recorde anterior era de 1.399 transplantes, em 2014.

Ao longo do ano, foram realizados 814 transplantes de córnea, 262 de rim, 197 de fígado, 76 de medula óssea, 24 de coração, 14 de esclera, 12 de valva cardíaca, 6 de rim/pâncreas e 4 de pulmão.

O recorde foi possível devido aos números do segundo semestre. Nos primeiros seis meses do ano, houve 646 transplantes, contra 719 no mesmo período de 2014. No segundo semestre, porém, o número de 2015 foi maior: 763, em comparação a 680 nos últimos seis meses de 2014.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/12/29/noticiasjornalcotidiano,3554860/ceara-bate-recorde-de-numero-de-transplantes.shtml>>

Quando alguém começa outro alguém

O encontro de Diego e Marilene, na UTI do Hospital Universitário Walter Cantídio, é singular tanto para a história da medicina quanto para os dias seguintes dos dois pacientes. Ele se tornou parte dela

O recomeço pode ser algo mais simples do que se imagina. Pode significar, apenas, ter a vida usual de volta, estar ao lado de quem se ama, fazer os mesmos planos outra vez – com novas certezas. Em um dos corredores da ala de transplantados do Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC/Universidade Federal do Ceará), onde tem consultas marcadas periodicamente, o taxista Diego Alair da Costa Lima, 30 anos, e a aposentada Marilene Ferreira de Azevedo, 64 anos, tecem amanhãs. Desejam passar o Natal em casa, trabalhar como de costume, continuar a vida.

Embora separados por uma distância geográfica – Diego é do interior do Rio Grande do Norte e Marilene é de uma cidadezinha do Amazonas –, um se tornou o recomeço do outro. Somando-se, demonstram que é possível haver um infinito no que é humano. Aconteceu quando descobriram que precisavam passar por um transplante de fígado.

Diego foi perdendo peso e força, até não conseguir mais andar e trabalhar. Inúmeras consultas depois, um teste genético identificou uma doença hereditária e rara: a Polineuropatia Amiloidótica Familiar (PAF) que, ao longo dos anos, vai minando órgãos e tecidos a partir de uma proteína produzida pelo fígado. “Os médicos conversaram comigo. Eu tinha 70% de morte e 30% de vida... Eles me disseram que era uma escolha minha (fazer, ou não, o transplante)”, reconstitui. Ele arriscou todo o percentual de esperança. No próximo dia 26, vai fazer quatro meses que recebeu um fígado de um doador morto. “Graças a Deus, deu tudo certo”, recomeça.

Do outro lado do rio Amazonas, Marilene era diagnosticada com cirrose hepática e câncer de fígado. Ela culpa a aposentadoria pela doença: “Foram 31 anos de trabalho, aquilo estava me fazendo falta. Porque criei meus (cinco) filhos trabalhando”. As dores lhe obrigaram a parar também a venda de salgados, um extra que aumentava o ganho. Mas o pior foi aportar em terra estranha aos 60 anos, “só eu e minha filha, sem um conhecido mais”. A filha lhe doou coragem, enquanto Marilene esperava – “um ano e um mês” – pelo transplante. “Eu pedia: ‘Senhor, alguém vai morrer pra me dar um fígado? Como eu peço pro Senhor?’. Porque eu não queria que ninguém morresse”. Neste ponto da vida, ela conheceu Diego.

O encontro de Diego e Marilene, na Unidade de Tratamento Intensivo do HUWC, uma hora e meia depois de ele ter recebido um fígado novo, é singular tanto para a história da medicina quanto para os dias seguintes dos dois pacientes. Diego se tornou parte de Marilene. Por meio do “Transplante Dominó”, foi possível transferir o fígado dele para ela. Por um lado, a medicina garante que, apesar da PAF, o órgão está com as “funções inteiramente preservadas” e só acomete o portador da doença hereditária. Por outro lado, Marilene tem fé: “Eu tô pronta pra voltar (ao Amazonas e ao trabalho) e vou continuar. Eu tô boa, minha filha, tô com um fígado novo!”.

Diego também recupera o corpo e as certezas. Acredita que, com o transplante, ganhou “mais 20, 30 anos pra frente”. A vida vai entrando no ritmo, ele sente outra vez. Para o futuro, planeja “andar normal, viajar, voltar a trabalhar, fazer tudo o que gostava de fazer”.

De modo mais simples do que nos damos conta, a vida se faz e refaz por uma premissa: alguém sempre pode começar outro alguém. “O Diego é uma pessoa de coração muito bom, que deu de acordo com o meu coração... Ele foi um presente de Deus, nunca mais vou me afastar dessa família”, abraça Marilene. “Meu órgão não servia pra mim, mas servia pra outra pessoa. Como eu estava recebendo um, por que não doar? É um momento de gratidão, conseguir salvar outra vida”, ele une.

Ana Mary C. Cavalcante

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/especiais/natal/2015/2015/12/24/notnatalrecomecos,3552673/quando-alguem-comeca-outro-alguem.shtml>>

Número de doadores de órgãos cresceu 75% em sete anos

O número de doadores de órgãos no Brasil bateu recorde no primeiro semestre de 2017, em comparação com os seis meses iniciais dos anos anteriores. Foram 1.662 doadores, aumento de 16% em relação a 2016. Quando considerado o intervalo entre 2010 e 2017, esse percentual chega a 75%. A expectativa do Ministério da Saúde é que, até o fim deste ano, sejam contabilizados 3.324 doadores, o que poderá fazer com que o Brasil ultrapasse a meta de 16 doadores para cada grupo de milhão prevista para 2017.

Para ampliar o número de doadores, o país tem o desafio de informar e sensibilizar as famílias para que elas autorizem a realização de transplantes. Hoje, 43% ainda recusam a doação. A média mundial é de 25%, segundo a coordenadora do Sistema Nacional de Transplantes, Rosana Reis. Para mudar esse quadro, o Ministério da Saúde lançou hoje (27), Dia Nacional da Doação de Órgãos, a campanha Família, quem você ama pode salvar vidas.

A campanha busca estimular as pessoas a compartilharem com suas famílias o desejo de serem doadoras de órgãos. Isso porque, após a ocorrência da morte encefálica, é a família quem decide ou não pela doação.

“O Brasil é uma referência nessa área e nós temos procurado, com essa campanha, sensibilizar cada vez mais famílias para que autorizem o transplante de seus entes queridos que já não tenham mais possibilidades de continuar conosco, e que eles possam permitir que outras pessoas vivam com suas vidas”, detalhou o ministro da Saúde, Ricardo Barros, acrescentando que a operação garante expectativa de vida.

Segundo Rosana Reis, pesquisas de opinião registram amplo apoio dos brasileiros à doação. “O que a gente precisa é que essas famílias sejam suficientemente informadas e esclarecidas na hora em que a situação acontece”, completou.

Para isso, o ministério também fortalecerá ações de formação junto aos profissionais de saúde, que devem estar treinados para acolher as famílias e oferecer informações necessárias a elas sobre a importância dos transplantes.

Transplante também bateu recorde

O crescimento do número de doadores neste primeiro semestre fez o país registrar recorde no número de transplantes realizados no mesmo período. Ao todo, foram 12.086, o que representa um incremento de 8% em relação a 2016. Os transplantes de córnea foram os mais comuns: 7.865. Transplantes de órgãos diversos somaram 4.221. Segundo o ministério, foram realizados 2.928 transplantes de rim; 1.014 de fígado e 172 de coração.

Parte do aumento é explicada pela agilidade no transporte de órgãos pelo país, o que ocorre por meio de parcerias com companhias de aviação civil e também com a Força Aérea Brasileira (FAB). Apenas neste ano, foram realizados 2.402 transportes de órgãos, tecidos e/ou equipes por meio desses acordos de cooperação. De junho de 2016, quando decreto presidencial determinou a destinação de uma aeronave para essa finalidade, a FAB ampliou sua participação nesse número, com o transporte de 366 órgãos sólidos até setembro.

Houve queda apenas no número de transplantes de pulmão, variação negativa de 21,8% em relação ao ano anterior, e de pâncreas, com 40% a menos. Por isso, a área de pâncreas será beneficiada com o investimento de R\$ 10 milhões, segundo anúncio do ministério. Desse recurso, 70% serão destinados a ações relacionadas a transplantes efetivamente e 30% incrementarão o setor de doações.

Lista de espera

Apesar do crescimento do número de doadores e de transplantes efetivados, ainda é longa a fila de espera por um órgão. Atualmente, 41.122 estão nessa condição. A maior demanda é por transplante de rim: 26.507. Em segundo lugar, está o transplante de córnea, com 11.413. O grande número de pessoas à espera de um rim decorre do fato de muitas adotarem terapias substitutivas que permitem a elas continuar vivendo enquanto aguardam a doação.

Estrutura de atendimento

O Sistema Único de Saúde (SUS) é o maior sistema público de transplante do mundo sendo responsável por 93% dos transplantes realizados no país. A coordenadora Rosana Reis explica que mesmo pessoas que têm planos de saúde buscam o sistema, porque nele há a segurança de que os pacientes receberão assistência até o fim do tratamento. A estrutura que garante essa rede é complexa. O país conta com 27 centrais de notificação, 506 centros de transplante, 825 serviços habilitados, 1.265 equipes especializadas e 72 organizações que atuam na procura por órgãos. Com toda a política de transplantes, o Governo Federal projeta gastar R\$ 966,50 milhões em 2017.

O resultado é a garantia de vida. “Seguindo as orientações, a gente tem uma vida plena”, diz a atleta gaúcha Liège Gautério. Após cinco meses na fila, ela fez o transplante e passou a viver apenas com um pulmão. Educadora física, ela participou, depois da operação, de duas edições da Olimpíada dos Transplantados. A partir da própria realidade, Liège destaca a importância da doação. “Há seis anos, eu recebi essa segunda chance de viver, em função de uma família que disse sim para mim, para a minha equipe transplantadora e para outras”.

Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-09/numero-de-doadores-de-orgaos-cresceu-75-em-sete-anos>>



Proposta de Redação

- DESAFIOS PARA A DOAÇÃO DE ÓRGÃOS NO BRASIL.

9^a

Temática

A Influência da Cultura Africana na Sociedade Brasileira

Denomina-se cultura afro-brasileira o conjunto de manifestações culturais do Brasil que sofreram algum grau de influência da cultura africana desde os tempos do Brasil Colônia até a atualidade. A cultura da África chegou ao Brasil, em sua maior parte, trazida pela escravidão africana na época do tráfico transatlântico de escravos. No Brasil, a cultura africana sofreu também a influência das culturas europeia (principalmente portuguesa) e indígena, de forma que características de origem africana na cultura brasileira encontram-se em geral mescladas a outras referências culturais.

Traços fortes da cultura africana podem ser encontrados hoje em variados aspectos da cultura brasileira, como a música popular, a religião, a culinária, o folclore e as festividades populares. Os estados do Maranhão, Pernambuco, Alagoas, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul foram os mais influenciados pela cultura de origem africana, tanto pela quantidade de escravos recebidos durante a época do tráfico como pela migração interna dos escravos após o fim do ciclo da cana-de-açúcar na região Nordeste.

Ainda que tradicionalmente desvalorizados na época colonial e no século XIX, os aspectos da cultura brasileira de origem africana passaram por um processo de revalorização a partir do século XX que continua até os dias de hoje.



De maneira geral, tanto na época colonial como durante o século XIX, a matriz cultural de origem europeia foi a mais valorizada no Brasil, enquanto que as manifestações culturais afro-brasileiras foram muitas vezes desprezadas, desestimuladas e até proibidas. Assim, as religiões afro-brasileiras e a arte marcial da capoeira foram frequentemente perseguidas pelas autoridades. Por outro lado, algumas manifestações de origem folclórica, como as congadas, assim como expressões musicais, como o lundu, foram toleradas e até estimuladas.

Entretanto, a partir de meados do século XX, as expressões culturais afro-brasileiras começaram a ser gradualmente mais aceitas e admiradas pelas elites brasileiras como expressões artísticas genuinamente nacionais. Nem todas as manifestações culturais foram aceitas ao mesmo tempo. O samba foi uma das primeiras expressões da cultura afro-brasileira a ser admirada quando ocupou posição de destaque na música popular, no início do século XX.

Posteriormente, o governo da ditadura do Estado Novo de Getúlio Vargas desenvolveu políticas de incentivo do nacionalismo nas quais a cultura afro-brasileira encontrou caminhos de aceitação oficial. Por exemplo, os desfiles de escolas de samba ganharam nesta época aprovação governamental através da União Geral das Escolas de Samba do Brasil, fundada em 1934.

Outras expressões culturais seguiram o mesmo caminho. A capoeira, que era considerada própria de bandidos e marginais, foi apresentada, em 1953, por mestre Bimba, ao presidente Vargas, que então a chamou de “único esporte verdadeiramente nacional”.

A partir da década de 1950, as perseguições às religiões afro-brasileiras diminuíram e a Umbanda passou a ser seguida por parte da classe média carioca. Na década seguinte, as religiões afro-brasileiras passaram a ser celebradas pela elite intelectual branca.

Em 2003, foi promulgada a Lei nº 10.639 que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), passando-se a exigir que as escolas brasileiras de ensino fundamental e médio incluam no currículo o ensino da história e cultura afro-brasileira.



Bloco afro Ilê Aiyê na Bahia

O interesse pela cultura afro-brasileira manifesta-se pelos muitos estudos nos campos da sociologia, antropologia, etnologia, música e linguística, entre outros, centrados na expressão e evolução histórica da cultura afro-brasileira.

Muitos estudiosos brasileiros como o advogado Edison Carneiro, o médico legista Nina Rodrigues, o escritor Jorge Amado, o poeta e escritor mineiro Antonio Olinto, o escritor e jornalista João Ubaldo, o antropólogo e museólogo Raul Lody, entre outros, além de estrangeiros como o sociólogo francês Roger Bastide, o fotógrafo Pierre Verger, a pesquisadora etnóloga estadunidense Ruth Landes, o pintor argentino Carybé, dedicaram-se ao levantamento de dados sobre a cultura afro-brasileira, a qual ainda não tinha sido estudada em detalhe.

Alguns infiltraram-se nas religiões afro-brasileiras, como é o caso de João do Rio, com esse propósito; outros foram convidados a fazer parte do Candomblé como membros efetivos, recebendo cargos honoríficos como Obá de Xangô no Ilê Axé Opô Afonjá e Ogan na Casa Branca do Engenho Velho, Terreiro do Gantois, e ajudavam financeiramente a manter esses Terreiros.

Muitos sacerdotes leigos em literatura se dispuseram a escrever a história das religiões afro-brasileiras, recebendo a ajuda de acadêmicos simpatizantes ou membros dos candomblés. Outros, por já possuírem formação acadêmica, tornaram-se escritores paralelamente à função de sacerdote, como é o caso dos antropólogos Júlio Santana Braga e Vivaldo da Costa Lima, as Iyalorixás Mãe Stella e Giselle Cossard, também conhecida como Omindarewa, a francesa, o professor Agenor Miranda, a advogada Cléo Martins e o professor de sociologia Reginaldo Prandi, entre outros.

Os negros trazidos da África como escravos geralmente eram imediatamente batizados e obrigados a seguir o Catolicismo. A conversão era apenas superficial e as religiões de origem africana conseguiram permanecer através de prática secreta ou o sincretismo com o Catolicismo.

Algumas religiões afro-brasileiras ainda mantêm quase que totalmente suas raízes africanas, como é o caso das casas tradicionais de Candomblé e do Xangô do Nordeste; outras formaram-se através do sincretismo religioso, como o Batuque, o Xambá e a Umbanda. Em maior ou menor grau, as religiões afro-brasileiras mostram influências do Catolicismo e da encantaria europeia, assim como da pajelança ameríndia. O sincretismo manifesta-se igualmente na tradição do batismo dos filhos e o casamento na Igreja Católica, mesmo quando os fiéis seguem abertamente uma religião afro-brasileira.

Já no Brasil Colonial, os negros e mulatos, escravos ou forros, muitas vezes associavam-se em irmandades religiosas católicas. A Irmandade da Boa Morte e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos foram das mais importantes, servindo também como ligação entre o Catolicismo e as religiões afro-brasileiras. A própria prática do Catolicismo tradicional sofreu influência africana no culto de santos de origem africana como São Benedito, Santo Elesbão, Santa Efigênia e Santo Antônio de Noto (Santo Antônio de Categeró ou Santo Antônio Etíope); no culto preferencial de santos facilmente associados com os orixás africanos como São Cosme e Damião (Ibejis), São Jorge (Ogum no Rio de Janeiro), Santa Bárbara (Iansã); na criação de novos santos populares como a Escrava Anastácia; e em ladainhas, rezas (como a Trezena de Santo Antônio) e festas religiosas (como a Lavagem do Bonfim onde as escadarias da Igreja de Nosso Senhor do Bonfim em Salvador, Bahia, são lavadas com água de cheiro pelas filhas de santo do candomblé).

Enquanto o Catolicismo nega a existência de orixás e guias, as igrejas pentecostais acreditam na sua existência, mas como demônios.

Segundo o IBGE, 0,3% dos brasileiros declaram seguir religiões de origem africana, embora um número maior de pessoas sigam essas religiões de forma reservada.

Inicialmente desprezadas, as religiões afro-brasileira foram ou são praticadas abertamente por vários intelectuais e artistas importantes como Jorge Amado, Dorival Caymmi, Vinícius de Moraes, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Maria Bethânia (que frequentavam o terreiro de Mãe Menininha), Gal Costa (que foi iniciada para o Orixá Obaluaye), Mestre Didi (filho da ialorixá Mãe Senhora), Antonio Risério, Caribé, Fernando Coelho, Gilberto Freyre e José Beniste (que foi iniciado no candomblé ketu).



Tecelã do terreiro de Candomblé Ilê Axé Opô Afonjá, Salvador, Bahia.

O Alaká africano, conhecido como pano da costa no Brasil, é produzido por tecelãs do terreiro de Candomblé Ilê Axé Opô Afonjá em Salvador, no espaço chamado de Casa do Alaká. Mestre Didi, Alapini (sumo sacerdote do culto aos Egungun e Assôgbá (supremo sacerdote), do culto de Obaluaiyê e Orixás da terra, é também

escultor e seu trabalho é voltado inteiramente para a mitologia e arte yorubana. Na pintura, foram muitos os pintores e desenhistas que se dedicaram a mostrar a beleza do Candomblé, Umbanda e Batuque em suas telas. Um exemplo é o escultor e pintor argentino Carybé, que, dedicou boa parte de sua vida, no Brasil, esculpindo e pintando os Orixás e festas nos mínimos detalhes. Suas esculturas podem ser vistas no Museu Afro-Brasileiro e tem alguns livros publicados do seu trabalho. Na fotografia, o francês Pierre Fatumbi Verger, que em 1946 conheceu a Bahia, onde ficou até o último dia de vida, retratou em preto e branco o povo brasileiro e todas as nuances do Candomblé. Não satisfeito só em fotografar, passou a fazer parte da religião, tanto no Brasil como na África, o qual foi iniciado como babalawo. Ainda em vida, iniciou a Fundação Pierre Verger em Salvador, onde se encontra todo seu acervo fotográfico.

Culinária

A feijoada brasileira, considerada o prato nacional do Brasil, é frequentemente citada como tendo sido criada nas senzalas e ter servido de alimento para os escravos na época colonial. Atualmente, porém, considera-se a feijoada brasileira uma adaptação tropical da feijoada portuguesa que não foi servida normalmente aos escravos. Apesar disso, a cozinha brasileira regional foi muito influenciada pela cozinha africana, mesclada com elementos culinários europeus e indígenas.

A culinária baiana é a que mais demonstra a influência africana nos seus pratos típicos como acarajé, caruru, vatapá e moqueca. Estes pratos são preparados com o azeite de dendê, extraído de uma palmeira africana trazida ao Brasil em tempos coloniais. (...)

Música

A música criada pelos afro-brasileiros é uma mistura de influências de toda a África subsaariana com elementos da música portuguesa e, em menor grau, ameríndia, que produziu uma grande variedade de estilos.

A música popular brasileira é fortemente influenciada pelos ritmos africanos. As expressões de música afro-brasileira mais conhecidas são o samba, maracatu, ijexá, coco, jongo, carimbó, lambada, maxixe, maculelé.

Como aconteceu em toda parte do continente americano onde houve escravos africanos, a música feita pelos afro-descendentes foi inicialmente desprezada e mantida na marginalidade, até que ganhou notoriedade no início do século XX e se tornou a mais popular nos dias atuais.

Instrumentos usados por afro-brasileiros:

- Afoxé
- Agogô
- Alfaia
- Atabaque
- Berimbau
- Tambor

Wikipédia, a enciclopédia livre

Caminhos da consciência negra

Brasil é um país que ficou internacionalmente conhecido pela sua diversidade étnico-racial. No entanto, essa diversidade também veio acompanhada de profundas desigualdades oriundas de processos históricos, como a escravidão e a abolição inconclusa. Isto é uma pseudoliberalidade, sem oferta de condições dignas de vida e inclusão social.

A história recente do País reconhece essa situação, bem como a luta dos movimentos sociais negros por equidade, cidadania e direitos humanos para a população negra. Tanto reconhece que chegamos a mais um 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

Ainda assim, poderíamos nos perguntar: por que esse dia? Como resposta, poderia se dizer: para que saibamos – e não esqueçamos nunca – de onde viemos e, principalmente, para onde vamos. O 20 de novembro emerge no Brasil da década de 1970, em plena conjuntura de cerceamento de ideias e liberdades individuais.

No sul do País, surge o “Grupo Palmares”, fundado por ativistas e intelectuais gaúchos que evocam a história do Quilombo dos Palmares e seu líder, Zumbi dos Palmares, assassinado em 20 de novembro de 1695 como ícone da resistência ao processo de escravização e da luta antirracista da época.

Ainda nos anos 1970, a organização negra “Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial” nomeia o 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra. Esse dia é para reconhecer a luta de negros e negras que construíram o caminho trilhado até aqui. Que caminho é esse?

O caminho, ainda tortuoso e difícil, de descolonizar mentes e currículos escolares, por meio da aplicação da Lei 10639/03: ensino da história e cultura africana e afro-brasileira; o desafio de consolidar no nordeste do Brasil uma universidade pública pautada pelos laços Brasil-África: Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira; a defesa dos direitos territoriais das comunidades quilombolas; a resistência ativa e ativa de um feminismo negro. Por isso, este dia, nossa marcha e nossa voz, sempre!

Vera Regina Rodrigues da Silva – Professora na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab)

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2015/11/20/noticiasjornalopiniao,3537109/caminhos-da-consciencia-negra.shtml>>



Proposta de Redação

- **AS CONSEQUÊNCIAS DA INFLUÊNCIA DA CULTURA AFRICANA NA FORMAÇÃO DA CULTURA DO BRASIL.**
- **ESCREVA UM MANIFESTO SOBRE A IMPORTÂNCIA DE VALORIZAR AS INFLUÊNCIAS FORMADORAS DA CULTURA BRASILEIRA.**

10^a
Temática

As Novas Tecnologias de Comunicação no Mundo Moderno

Ainda seremos humanos?

Se a Quarta Revolução Industrial resultar em “tudo ao vencedor”, haverá mais conflitos e tensões sociais

Haveria algo em comum entre um professor de humanidades – para quem o homem era mais feliz na época pré-revolução agrícola, e crítico do sistema capitalista – e um engenheiro, fundador do Fórum Econômico Mundial, entidade financiada por grandes empresas transnacionais? A resposta é: existe. E a preocupação a uni-los é o futuro da humanidade.

Esse futuro próximo transformará o homem em um deus, capaz de vencer as doenças e a morte, combinar suas partes orgânicas com inorgânicas (indiferenciação entre homem e máquina), implantar extensões de memória, baixá-la em computador e “editar” bebês para criar seres humanos programados.

Estou falando de dois livros: *Sapiens – Uma breve história da humanidade*, do professor Yuval Noah Harari e *A quarta revolução industrial*, de Klaus Schwab, diretor do Fórum Econômico Mundial.

As duas obras abordam o mesmo assunto, a partir de prismas diferentes, mas convergindo em pontos centrais. Harari vê as mudanças de modo mais filosófico; Schwab, de forma mais “técnica”, analisando seus efeitos práticos, sem deixar de abordar os dilemas éticos.

Schwab relaciona o desenvolvimento sem precedentes nas áreas da robótica, física, biotecnologia e informática, em confronto com algumas regiões do mundo que ainda não chegaram à Segunda Revolução Industrial (1,3 bilhão de pessoas sem acesso à eletricidade) ou à Terceira: quatro bilhões de pessoas, metade da humanidade, vivem em países em desenvolvimento, sem acesso à Internet. Para ele, o futuro será angustiante se os benefícios da inovação tecnológica não forem estendidos a todos os setores da sociedade. Para superar o problema, ele propõe “repensar” os atuais sistemas econômicos, sociais e políticos. Diz que as novas tecnologias provocarão mudanças econômicas, sociais e culturais de proporções “fenomenais”, levando a uma “gigantesca” mudança histórica em todo o mundo.

A Quarta Revolução Industrial também poderá trazer uma “desigualdade exacerbada”, com grande redução no número de empregos, aumentando “o fosso crescente” entre a riqueza dos que dependem do trabalho e aqueles que detêm o capital”. Ele dá como exemplo as três maiores empresas automobilísticas de Detroit (1990), com 1,2 milhão de empregados; e as três maiores empresas do Vale do Silício (2014), com 137 mil funcionários, com faturamento equivalente.

Se a Quarta Revolução Industrial se transformar em uma dinâmica de “tudo ao vencedor”, entre países ou dentro deles, adverte Schwab, haverá “maior número de conflitos e tensões sociais”. Segundo ele, os líderes mundiais precisam assegurar que as mudanças vão melhorar a vida dos povos, caso contrário, “a agitação social, a migração em massa e o extremismo violento poderão ser intensificados”.

Por isso, afirma, será preciso garantir que nenhuma parte do mundo fique para trás. “Isso não é um imperativo moral; é um objetivo crucial para mitigar o risco de instabilidade mundial”.

Nos últimos capítulos, Schwab afirma que não está mudando apenas o que fazemos, mas o que somos. E aqui ele se encontra com Harari na inquietação de que estamos no limiar de redefinir que é ser “humano”.

(Se o diretor do Fórum Econômico vivesse no Brasil, sem dúvida, seria chamado de “petralha”).

Primeira Revolução Industrial (séc. XVIII)

Desenvolvimento da locomotiva e da máquina a vapor e sua aplicação na indústria têxtil.

Segunda Revolução Industrial (sécs. XIX/XX)

Eletricidade usada para produção em massa. Desenvolvimento da indústria química, elétrica, de petróleo e de aço.

Terceira Revolução Industrial (séc. XX)

Disseminação do uso da Internet, tecnologias de comunicação e a digitalização. Surgimento de celulares, computadores pessoais, notebooks.

Quarta Revolução Industrial (séc. XXI)

Fusão de tecnologias, cruzamento das esferas físicas, digitais e biológicas; realidade virtual misturada com o mundo físico. Robôs e softwares convivendo com seres humanos etc.

Plínio Bortolotti

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/menupolitico/2016/10/01/noticiasmenupolitico,36641383ainda-seremos-humanos.shtml>>. (Adaptado)

A tecnologia mais perto

Inteligência Artificial | Empresas contratam softwares de análise de dados do consumidor, baixando custos de operação, e oferecem serviços personalizados

Pedir carro ou comida por aplicativo, realizar transações bancárias ou verificar resultados de exames são atividades cotidianas. O que muita gente não sabe é que tudo isso já é executado com o auxílio de Inteligência Artificial (IA), um mercado que vai movimentar cerca de US\$ 36 bilhões em 2025, segundo estimativas da Intel, empresa de soluções para data center, internet das coisas e inovação.

O crescimento da internet e o barateamento de equipamentos como processadores são fatores que contribuem para o avanço da tecnologia. Mas mesmo com a redução de custos, a infraestrutura necessária ainda é cara para empresas de pequeno porte. Para atender essa demanda, no entanto, grandes corporações como Google e Microsoft investem na computação em nuvem e alocam espaço para esses negócios.

Tim O'Brien, diretor geral de programas de IA da Microsoft, ressalta a importância de desenvolver essa tecnologia de forma transparente, ética e responsável. "A IA tem potencial para nos ajudar a resolver alguns dos maiores desafios do mundo. A oportunidade é significativa, mas o design, o desenvolvimento e o uso responsáveis são igualmente importantes. A tecnologia e as ciências sociais devem andar lado a lado para garantir um impacto positivo nas pessoas e na sociedade", diz.

A reflexão de O'Brien tem a ver com o que mostra a pesquisa "O impacto da IA no mercado de trabalho", realizada pela consultoria norte-americana DuckerFrontier a pedido da Microsoft. O estudo analisa os impactos que a IA pode trazer ao Brasil, até 2030, na economia, sociedade e mercado de trabalho em cenários de mínimo e máximo benefício da adoção de IA.

As simulações, que consideram as áreas de serviços públicos, prestação de serviços corporativos, comércio varejista, atacadista, hotelaria e alimentação, construção, manufatura, mineração, água e energia, e agricultura e pesca, mostram que a adoção máxima de IA no País pode aumentar a taxa composta anual de crescimento (CAGR) do Produto Interno Bruto (PIB) para 7,1% ao ano até 2030, considerando um cenário de máximo impacto pelos benefícios da IA. Esse é um aumento superior à projeção de 2,9% de crescimento da economia feita pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) em igual período.

Segundo o estudo, o maior avanço do PIB viria acompanhado ainda de um crescimento até quatro vezes maior nos níveis de produtividade do Brasil, podendo chegar a uma taxa composta anual de crescimento de até 7% ao ano no período até 2030, comparada a 1,7% de crescimento ao ano estimado pelo Banco Mundial e pelo FMI.

No Ceará, um exemplo da aplicação dessa tecnologia, em parceria com a aceleradora de startups Casa Azul Ventures, é a Chatbot Maker, empresa que atua no relacionamento de outros negócios com clientes, por meio do atendimento virtual ao consumidor. Para o fundador da startup, Marlos Távora, o uso de IA rompe com o imaginário de que é mais fácil solucionar problemas conversando com outra pessoa. O objetivo é que o contato humano seja realizado apenas em casos específicos, quando o sistema não conseguir atender à solicitação.

"A gente tende a achar que a forma mais rápida para resolver seus problemas é conversando com alguém, mas a Inteligência Artificial pode ser usada 24 horas por dia, sete dias por semana, e ajuda na resolução de problemas mais simples como envio de segunda via do boleto", explica.

Para Marlos, o uso da IA está aquém do potencial, mas vem melhorando. "Essas empresas podem se antecipar aos clientes. Se ele costuma pedir a segunda via de um boleto, esta pode ser enviada antecipadamente, criando assim uma maior proximidade entre empresa e cliente. Além disso, pode-se colher uma maior quantidade de dados, para fornecer um melhor serviço", aponta.

No setor bancário, a IA ganha mais força e promete mudar a relação entre instituições e usuários, por meio da personalização. Segundo dados da Pesquisa Febraban de Tecnologia Bancária, da Federação Brasileira de Bancos, atendimentos feitos por chatbots (robôs virtuais), em 2018, atingiram a marca de 80,6 milhões, um crescimento de 2.585%, se comparado a 2017.

De modo geral, pesquisa global com mais de 6,7 mil pessoas, incluindo brasileiros, de 2018, da Salesforce, empresa norte-americana de software sob demanda, mostra que 59% dos entrevistados estão abertos a organizações que usam Inteligência Artificial para melhorar sua experiência. Além disso, 68% dos brasileiros ouvidos pelo estudo afirmam que tecnologia está transformando ativamente sua expectativa com as marcas.

Destaques

A Inteligência Artificial busca reproduzir a inteligência humana por meio de softwares que analisam inúmeras variáveis e toma decisões e resolver problemas.

Quando escolhemos um filme em um serviço de streaming, outros filmes semelhantes são sugeridos.

A IA também está presente em aplicativos de trânsito, que mostram a melhor rota a ser seguida.

Tempo

A tecnologia começou a ser estudada nos anos 1950, mas vem ganhando força nos últimos anos e a previsão é que continue avançando.

Parceria – Tratamento mais aprofundado

25 profissionais do Instituto do Câncer do Ceará, IDM e Universidade de Havard trabalham juntos para desenvolver novas aplicações da inteligência artificial no tratamento dos pacientes.

No mundo

Estudo da Narrative Science indica que 61% das empresas em todo mundo já implementaram algum recurso de inteligência artificial.

Ao acessar a internet, por exemplo, os buscadores colhem informações dos assuntos pesquisados pelos usuários e, em seguida, passam a sugerir conteúdo relacionado.

Dicionário

A interoperabilidade pode ser entendida como uma característica que se refere à capacidade de diversos sistemas e organizações trabalharem em conjunto (interoperar) de modo a garantir que pessoas, organizações e sistemas computacionais interajam para trocar informações de maneira eficaz e eficiente.

Disponível em: <<https://mais.opovo.com.br/jornal/dom/2019/11/23/a-tecnologia-mais-perto.html>>.



Proposta de Redação

- AS CONSEQUÊNCIAS DO USO DE NOVAS TECNOLOGIAS DE COMUNICAÇÃO NAS RELAÇÕES SOCIAIS.

Dicas sobre a Competência I

A Competência I do Enem visa avaliar o candidato sobre o domínio da modalidade escrita formal da língua. Logo, obterá nota máxima nessa competência o candidato que:

200 pontos	Demonstra excelente domínio da modalidade escrita formal da Língua Portuguesa e de escolha de registro. Desvios gramaticais ou de convenções da escrita serão aceitos somente como excepcionalidade e quando não caracterizarem reincidência.
------------	---

Os aspectos abaixo não devem ser esquecidos:

Além dos requisitos de ordem textual, como coesão, coerência, sequencição, informatividade, há outras exigências para o desenvolvimento do texto dissertativo-argumentativo:

- Ausência de marcas de oralidade e de registro informal;
- precisão vocabular; e
- obediência às regras de:
 - concordância nominal e verbal;
 - regência nominal e verbal;
 - pontuação;
 - flexão de nomes e verbos;
 - colocação de pronomes oblíquos (átomos e tônicos);
 - grafia das palavras (inclusive acentuação gráfica e emprego de letras maiúsculas e minúsculas);
 - divisão silábica na mudança de linha (translineação).

Por isso, atente para os seguintes erros que normalmente são cometidos na escrita dos textos.

- “Houveram” muitos questionamentos. Haver, no sentido de existir ou ocorrer, é invariável: Houve muitos questionamentos. / Havia muitas pessoas. / Deve haver muitos homens iguais.
- “Existe” muitas verdades. Existir, bastar, faltar, restar e sobrar admitem normalmente o plural: Existem muitas verdades. / Bastariam dois segundos. / Faltavam poucas palavras. / Restaram alguns objetos.
- Comprei “ele” para a garota. Eu, tu, ele, nós, vós e eles não podem ser objeto direto. Assim: Comprei-o para a garota. Também: Deixe-os sair, mandou-nos entrar, viu-a.
- Nunca “lhe” encontrei. “Lhe” substitui a ele, a eles, a você e a vocês e por isso não pode ser usado com objeto direto: Nunca o encontrei. / Não o convidei. / A mãe o deixou. / Ele a ama.
- “Aluga-se” carros. O verbo concorda com o sujeito: Alugam-se carros. / Fazem-se consertos. / É assim que se evitam acidentes. / Compram-se terrenos.
- Atraso implicará “em” punição. Implicar é direto no sentido de acarretar, pressupor: Atraso implicará desconto salarial. / Promoção implica responsabilidade.
- O governo “interviu”. Intervir conjuga-se como vir. Assim: O governo interveio. Da mesma forma: intervinha, intervim, interviemos, intervieram. Outros verbos derivados: entretinha, mantivesse, reteve, pressupusesse, predisse etc.

- Chegou “a” duas horas e partirá daqui “há” cinco segundos. “Há” indica passado e equivale a faz, enquanto “a” exprime distância ou tempo futuro (não pode ser substituído por faz): Chegou há (faz) dois segundos e partirá daqui a (tempo futuro) cinco minutos. / O atirador estava a (distância) pouco menos de 12 metros. / Ele partiu há (faz) pouco menos de dez dias.
- À medida “em” que a epidemia se espalhava... O certo é: À medida que a epidemia se espalhava... Existe ainda na medida em que (tendo em vista que): É preciso cumprir as leis, na medida em que elas existem.
- Os pais “tem” razão. No plural, “têm” é assim, com acento. Tem é a forma do singular. O mesmo ocorre com vem e vêm e põe e põem: Ele tem, eles têm; ele vem, eles vêm; ele põe, eles põem.
- Chamei-o e “o mesmo” não atendeu. Não se pode empregar o mesmo no lugar de pronome ou substantivo: Chamei-o e ele não atendeu. / Os funcionários públicos reuniram-se hoje: amanhã o país conhecerá a decisão dos servidores (e não “dos mesmos”).
- Vou sair “essa” tarde. É “este” que designa o tempo no qual se está ou objeto próximo: Esta tarde, esta semana (a semana em que se está), este dia, este jornal (o jornal que estou lendo), este século (o século 20).
- A verdade “onde”... Onde só pode ser usado para lugar: A casa onde ele mora. / Veja o jardim onde as crianças brincam. Nos demais casos, use em que: A tese em que ele defende essa ideia. / O livro em que...
- “Causou-me” estranheza as situações. Use o certo: Causaram-me estranheza as situações. Cuidado, pois é comum o erro de concordância quando o verbo está antes do sujeito. Veja outro exemplo: Foram iniciadas esta noite as elaborações (e não “foi iniciado” esta noite as elaborações).
- É hora “dele” voltar. Não se deve fazer a contração da preposição com artigo ou pronome, nos casos seguidos de infinitivo: É hora de ele voltar. / Apesar de o amigo tê-lo convidado... / Depois de esses fatos terem ocorrido...

11^a

Temática

Energias Renováveis: Solução para o Meio Ambiente



700 empresas aderem ao mercado livre em busca de energia mais barata

A queda na atividade econômica deverá impactar positivamente no custo da energia negociada a longo prazo no mercado livre, tornando-a mais barata e atraindo um número maior de empresas interessadas em adquirir energia oferecida pelas distribuidoras. Segundo o presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), Reginaldo Medeiros, pelo menos 700 empresas já estão migrando para o mercado livre, na busca por preços mais atrativos para a energia a ser adquirida.

De acordo com Medeiros, o preço da energia ainda pode aumentar “um pouquinho” em 2016, porque há “aumentos tarifários contratados”. “A expectativa é que, no mercado regulado, o preço se mantenha elevado. Mas no mercado livre, a perspectiva é bastante positiva, porque temos, em função da queda da atividade econômica, uma oferta que está sendo canalizada para o mercado livre. Com isso, a perspectiva é de que as empresas que ainda não foram para o mercado livre migrem para eles e, com isso, haja redução no preço da energia”, disse à Agência Brasil o representante dos comercializadores de energia elétrica.

Medeiros afirmou que a energia no mercado livre é 17% mais barata do que a adquirida no mercado regulado. Isso porque, no mercado livre, ela é adquirida a partir de contratos mais longos, de quatro anos. Segundo ele, a energia contratada nesse mercado só fica mais cara quando adquirida emergencialmente por quem não tem contrato, mas precisa do produto. Os contratos de longo prazo são feitos com o objetivo de resguardar os consumidores, de eventuais flutuações da energia que, no caso do Brasil, são muito influenciadas por questões climáticas.

“Quem migrar para o mercado livre vai se beneficiar da expectativa de preço baixo. Temos informações de que 700 empresas estão migrando, neste momento, para o mercado livre. Nas nossas contas, hoje, essa diferença do preço da energia ficará em torno de 46%”. Essa comparação é feita levando em conta o preço médio da energia das dez maiores distribuidoras e o preço futuro de energia no mercado livre, projetado pela Abraceel.

Ele citou alguns efeitos positivos que a queda da produção industrial poderá trazer aos consumidores de energia. “Hoje, 60% do produto industrial brasileiro adquire energia no mercado livre. Como a atividade industrial tem caído, nossa previsão para esse ano é de 3% ou 4% de redução do consumo de energia comparativamente ao ano passado, fundamentalmente no consumo do mercado livre”, disse o presidente da Abraceel.

“É uma sobra que vai permitir que outros consumidores industriais, que ainda não foram ao mercado livre, dirijam-se a ele para se beneficiar dessa sobra conjuntural de energia, em função da redução da atividade econômica e de uma hidrologia mais favorável nas regiões Sudeste e Centro-Oeste”, acrescentou.

Em relação a 2016, Medeiros prevê oportunidades para trabalhar com uma “agenda mais positiva”, no sentido de construir um aprimoramento no modelo setorial, que induza as empresas a trabalhar com redução de custo.

“A perspectiva é muito positiva para a geração distribuída [na qual os consumidores, além de gerarem a própria energia elétrica, a partir de fontes renováveis, fornecem o excedente para a rede de distribuição de sua localidade]. Acreditamos que ela vai deslançar a partir de 2016. Inclusive estamos levando uma proposta ao Ministério de Minas e Energia, no sentido de possibilitar a venda do excedente de energia elétrica, sem nenhum subsídio, para o mercado livre.”

Hoje, o que está autorizado é um sistema de compensação. “O que estamos propondo é um sistema de compensação com excedente, e que esse excedente seja vendido aos outros consumidores por meio do mercado livre”, disse Medeiros.

(...)

Agência Brasil

Disponível em: <<https://agenciabrasil.abc.com.br/economia/noticia/2016-01/abraceel-700-empresas-aderem-ao-mercado-livre-em-busca-de-energia-mais>>

Inovação. Startup cearense cria crédito de energia limpa

Com a promessa de reduzir até 20% por mês o valor da conta de luz, a startup cearense Sunne Energia elaborou uma plataforma de compartilhamento de créditos de energia limpa e renovável, interligando miniusinas de geração às unidades consumidoras de energia elétrica do Estado.

Na prática, a empresa mostra aos investidores onde apostar em usinas. Depois, injeta a fonte renovável desses empreendimentos na distribuidora Enel, que fará o desconto pelo compartilhamento. “É o conceito de economia compartilhada, como a Uber”, explica o engenheiro elétrico e CEO da Sunne, Yuri Frota. “A meta chegar em 5 MW investimento de R\$ 20 milhões de usinas”, planeja.

Pode aderir qualquer Pessoa Física ou Jurídica que possui uma ou mais unidades consumidoras de energia de baixa tensão (grupo B), no Ceará. O custo do serviço é uma taxa única referente à 10% do valor do plano mensal. Por exemplo, para adquirir um pacote de 300 kWh/mês, seria necessário uma taxa de adesão de aproximadamente R\$ 18, para despesas administrativas de inclusão na Cooperativa. As simulações podem ser feitas no site: <https://www.sunne.com.br/>

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2019/01/inovacao-startup-cearense-cria-credito-de-energia-limpa.html>>

Bons ventos sopram no setor de energia

O Ceará tem no segmento de energias renováveis oportunidade de impulsionar a economia em bases mais sustentáveis. O potencial natural - com radiação solar que chega, em média, a 5,5 kWh/m² e ventos estáveis o ano inteiro - é inegável.

O secretário-adjunto de Energia do Ceará, Adão Linhares, explica que o Estado foi pioneiro no desenvolvimento das energias renováveis no Brasil. Com 76 usinas eólicas e uma solar operando e mais 20 sendo concluídas até 2020, está em terceiro como maior gerador de energias renováveis na geração centralizada do País, atrás apenas da Bahia e Rio Grande do Norte.

E está na briga - não somente para retomar a liderança do setor -, como para fazer da área um dos principais vetores de desenvolvimento. Para isso, ele diz que estão sendo realizadas séries de movimentos para melhorar a competitividade, que vai desde incentivos fiscais, simplificação do processo de licenciamento, estruturação de todos os elos da cadeia produtiva, criação de cursos técnicos e superiores, à equipamentos estratégicos como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP).

“O que fez com que o Ceará se tornasse um dos principais centros de produção industrial de pás e geradores. Hoje exportamos estes produtos para os Estados Unidos. O parque da Vestas, uma das principais empresas do mundo, pretende produzir na sua base no Ceará turbinas de 4.2 megawatts”.

Pablo Ribeiro, sócio-diretor da cearense Inova Energy, uma das maiores empresas de consultoria em projetos energéticos do País, diz o movimento tem colocado o Ceará no radar de muitas empresas do setor, mas de outras interessadas em diversificar suas fontes de energia. “E a tendência é crescer mais ainda, com o aumento do interesse das empresas em ter selo verde”. Linhares acrescenta que a ideia é, em breve, lançar um programa específico para atrair empresas do setor de energias renováveis para os municípios do Sertão Central. “É uma forma de descentralizar a economia, dar novo uso para terrenos desertificados, fomentar toda uma cadeia de negócios e gerar renda para população”.

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/11/bons-ventos-sopram-no-setor-de-energia.html>>

Energia: Os Movimentos do setor no Ceará

GERAÇÃO DA ENERGIA ELÉTRICA

A energia elétrica pode ser gerada através de fontes renováveis de energia (a força das águas e dos ventos, o sol e a biomassa) ou não renováveis (combustíveis fósseis e nucleares). No Brasil, devido ao grande número de rios, a eletricidade é produzida (mais de 90%) por geração hidrelétrica, mas é gerada também em termelétricas que utilizam a fissão nuclear, carvão mineral ou derivados de petróleo.

1

COMO É PRODUZIDA ENERGIA EM HIDRELÉTRICAS

Para aproveitar o potencial hidrelétrico de um determinado rio, geralmente interrompe-se seu curso normal através de uma barragem que provoca a formação de um lago artificial chamado reservatório. A água captada no lago formado pela barragem é conduzida até a casa de força através de canais, túneis e/ou condutos metálicos. Após passar pela turbina hidráulica, na casa de força, a água é restituída ao leito natural do rio, através do canal de fuga.

Dessa forma, a potência hidráulica é transformada em potência mecânica quando a água passa pela turbina, fazendo com que esta gire, e, no gerador, que também gira acoplado mecanicamente à turbina, a potência mecânica é transformada em potência elétrica.

A energia assim gerada é levada através de cabos ou barras condutoras, dos terminais do gerador até o transformador elevador, onde tem sua tensão (voltagem) elevada para adequada condução, através de linhas de transmissão, até os centros de consumo. Daí, pelos transformadores abaixadores, a energia tem sua tensão levada a níveis adequados para utilização pelos consumidores.

2

COMO É PRODUZIDA ENERGIA EM TERMELETRICAS

A termelétricidade, assim como a hidrelétrica, também é produzida por um gerador e transportada até os locais de consumo por linhas de transmissão. O gerador é impulsionado pela queima de um combustível. Ao queimar, o combustível aquece uma caldeira com água, produzindo vapor com uma pressão tão alta que move as pás de uma turbina, que, por sua vez, aciona o gerador. Qualquer produto capaz de gerar calor pode ser usado como combustível, do bagaço de diversas plantas aos restos de madeira. Os combustíveis mais utilizados são: óleo combustível, óleo diesel, gás natural, urânio enriquecido e carvão mineral.

3

COMO É PRODUZIDA A ENERGIA SOLAR

A energia solar fotovoltaica é a energia obtida através da conversão direta da luz do sol em eletricidade, isso ocorre através de um efeito chamado fotovoltaico, que é o aparecimento de uma diferença de potencial nas extremidades de material semicondutor, produzida pela absorção da luz. A célula fotovoltaica é a unidade fundamental para este processo.

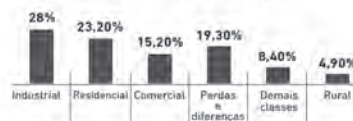
4

COMO A ENERGIA ELÉTRICA CHEGA AOS CONSUMIDORES

A energia elétrica é transportada das usinas através das linhas de transmissão existentes em todo o território nacional, chegando aos consumidores por redes de distribuição, que são o conjunto de postes, cabos e transformadores que levam a eletricidade até as residências, indústrias, hospitais, escolas, etc.



CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO ACUMULADO DE 12 MESES NO BRASIL



Dados consolidados até outubro de 2015. Fonte: Anel



O QUE É ENERGIA DE BIOMASSA

A energia de biomassa é fornecida por matérias de origem vegetal, renováveis em intervalos relativamente curtos de tempo. O quadro das biomassas é bastante amplo, compreendendo a tradicional lenha das florestas naturais, bagaço de cana, madeira cultivada especificamente para fins energéticos, resíduos das indústrias da serraria, aglomerados e celulose, além do biogás, obtido pela decomposição de dejetos.



O QUE É ENERGIA EÓLICA

É a energia dos ventos, como decorrência do movimento das massas de ar. A energia dos ventos é uma abundante fonte de energia renovável, limpa e disponível em todos os lugares. A utilização desta fonte energética para a geração de eletricidade, em escala comercial, teve início há pouco mais de 30 anos e, através de conhecimentos da indústria aeronáutica, os equipamentos para geração eólica evoluíram rapidamente em termos de ideias e conceitos preliminares para produtos de alta tecnologia.



O QUE É ENERGIA NUCLEAR

A energia nuclear provém da fissão nuclear do urânio, do plutônio ou do tório ou da fusão nuclear do hidrogênio. Atualmente, utiliza-se quase somente o urânio. O fator básico é que da fissão de um átomo de urânio são produzidos 10 milhões de vezes a energia produzida pela combustão de um átomo de carbono do carvão ou do petróleo. O Brasil possui a 6ª maior reserva mundial de urânio, assegurando uma excelente reserva e a garantia do suprimento de combustível.



ENTENDA O MERCADO LIVRE E CATIVO DE ENERGIA

A principal diferença entre o mercado cativo e o mercado livre de energia é que, no mercado convencional, o usuário compra da concessionária ou permissionária com permissão para distribuir energia elétrica sem possibilidade de negociação, enquanto no mercado livre as duas partes negociam livremente suas condições comerciais de contratação.



QUEM PODE ADERIR AO MERCADO LIVRE

- Um consumidor pode tornar-se livre desde que tenha demanda maior ou igual a 3 MW e seja atendido em tensão maior ou igual a 69 kV. Para aqueles interligados ao sistema elétrico após o dia 8 de julho de 1995, não há exigência do nível de tensão.
- Os consumidores com demanda contratada maior ou igual a 500 kW (e menor que 3 MW), atendidos desde a tensão de 2,3 kV, poderão aderir se adquirirem energia de fontes incentivadas – pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), eólicas, solar, biomassa ou cogeração qualificada, cuja potência injetada na rede seja menor ou igual a 30 MW. São denominados consumidores livres especiais.

21 de março de 2018. Uma falha na linha de transmissão da usina hidrelétrica de Belo Monte (PA) provocou um apagão em todas as regiões brasileiras. Na Capital, 670 semáforos sem funcionar deram o tom de caos à cidade. O metrô de Fortaleza também parou. Com o gargalo no trânsito e o medo da população varar o anoitecer sem luz, o comércio fechou as portas mais cedo. O incidente que durou quatro horas evidenciou o papel da energia elétrica na sociedade moderna e para o desenvolvimento econômico. A questão é que o Brasil ainda engatinha para alcançar eficiência na produção e transmissão deste recurso.

Nesse contexto, o Ceará ainda tem muito a avançar, mas está no caminho certo, após as conquistas nos últimos leilões de energias renováveis. Em abril do ano passado, o Estado arrematou o certame da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Dos 29 empreendimentos, o Estado ficou com 14 usinas, totalizando 40%.

O investimento foi de R\$ 2,1 bilhões. Os parques devem ser entregues em 2022. “Estamos voltando aos patamares de liderança”, avalia o coordenador do Núcleo de Energia da Federação das Indústrias do Estado (Fiec), Joaquim Rolim, lembrando que, nos últimos anos, o Ceará perdeu espaço para estados como Rio Grande do Norte e Bahia.

Em 2019, deverá ser produzido aqui o maior aerogerador *on shore* (em terra) do mundo pela multinacional Vestas, que investirá R\$ 100 milhões em Aquiraz, na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

O Governo do Ceará diz que a política energética estadual é priorizar as fontes de energias renováveis. “Com os investimentos, a expectativa é que, entre 2019 e 2022, o Estado dobre sua capacidade de geração de energia eólica, contribuindo para que o Nordeste se fortaleça como exportador de energia para o Sudeste do Brasil”. Em relação à geração solar, a meta do Governo é aumentar a capacidade de geração de energia fotovoltaica dos atuais 5 megawatts (MW) para, aproximadamente, 390 MW até 2022. O incremento será suficiente para abastecer mais de 1 milhão de habitantes.

Outro passo dado foi a celeridade no processo de licenciamento e autorização ambiental para empreendimentos de energia solar. O Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema) modernizou e estabeleceu novos critérios e parâmetros para esses processos.

Entre as novidades para 2019, está o Atlas Híbrido do Ceará, que teve investimento de R\$ 1,6 milhão do governo estadual, Fiec e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). O recurso deve atrair *players*. “Vai ajudar o investidor saber o potencial da área. Diferentemente dos mapas estáticos, ele vai permitir que seja feita uma pesquisa em tempo real pesquisa antes de investir”, detalha. A ferramenta será lançada em abril próximo e será publicada em três idiomas.

Na Universidade Federal do Ceará (UFC), o Grupo de Processamento de Energia e Controle (GPEC) realiza estudos a fim de desenvolver soluções para o setor. Entre os protótipos está uma microrrede. “Tem um ponto de conexão que pode estar ligado a várias fontes. Caso a rede principal venha a ser desligada, a microrrede tem a possibilidade de entrar em estado ilhado. Ou seja, se desconecta e fornece energia independentemente das distribuidoras”, explica Lucas Silveira Melo, professor do Departamento de Engenharia Elétrica.

Ele conta que o projeto é uma tendência em condomínios residências. O GPEC também elabora planos de modernização da Enel Distribuição Ceará, concessionária de energia do Estado. Em 2018, a empresa investiu R\$ 4,9 milhões para conexão de novos clientes e para modernização e digitalização da rede de distribuição.

Fontes

Para ampliar a oferta de eletricidade é importante considerar todas as fontes de energia disponíveis. As fontes convencionais são: energia hidráulica, gás natural, carvão mineral, derivados do petróleo e energia nuclear. As não convencionais são: energia eólica, solar e de biomassa.

Domicílios

Em 2017, havia 2,878 milhões de domicílios no Ceará. Destes, 1,261 na Região Metropolitana de Fortaleza. Cerca de 99,9% deles têm energia elétrica.

Números

80 é o número de usinas eólicas em operação atualmente no Ceará.

Bruna Damasceno

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2019/01/energia-os-movimentos-do-setor-no-ceara.html>>.



Proposta de Redação

- **O USO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS COMO SOLUÇÃO PARA PROBLEMAS AMBIENTAIS.**



O Esporte Como Fator de Inclusão Social

Jogos Olímpicos: Esporte, Ferramenta de Inclusão Social

Há mais de dois mil anos, a ocorrência dos jogos olímpicos tinha o dom de paralisar as disputas, mesmo as guerras, em que os gregos estavam envolvidos. Infelizmente, o maior acontecimento esportivo mundial perdeu esta força, embora mantenha semelhante capacidade de envolvimento e mobilização.

Cerca de 10 mil atletas, de umas 200 nações, vão prender a atenção do mundo durante os próximos 17 dias. Entre eles, estarão 259 brasileiros (ou 441, contando os paraolímpicos), que vão buscar o ouro em 32 modalidades esportivas. Quase metade da delegação brasileira é formada por mulheres (47%); número igualmente significativo é formado por atletas beneficiados pelo programa Bolsa Atleta, do Ministério do Esporte: são 111 entre aqueles 259 (ou 42% do total).

São números significativos e que refletem os avanços obtidos desde que o esporte adquiriu o *status* de política pública, inaugurado sob a presidência de Lula, primeiro com o ministro Agnelo Queiroz, depois aprofundado com Orlando Silva e com Aldo Rebelo. Empenho que, além de reforçar a participação brasileira em disputas internacionais deste quilate, teve ainda o mérito de trazer para o Brasil a Copa do Mundo de futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016.

Neste sentido, os investimentos têm sido permanentes e crescentes. Em 2012, os gastos previstos chegaram a R\$ 60 milhões no Bolsa Atleta, mais R\$ 200 milhões para a modernização

de centros de treinamento e R\$ 13 milhões em equipamentos esportivos. Nos últimos quatro anos, os gastos voltados apenas para os jogos olímpicos ultrapassaram a quantia de R\$ 2 bilhões (os jogos anteriores, de Pequim, envolveram a metade desse valor: R\$ 1 bilhão).

Há aqueles que torcem o nariz e, numa renitente síndrome de viralata, condenam os investimentos nacionais no esporte e acendem velas pelo fracasso nos mega eventos de 2014 e 2016. A hipocrisia destes mal-humorados não recua nem mesmo ante a evidente falácia de propor que o dinheiro gasto seria mais bem empregado em infraestrutura, saneamento ou saúde. A questão real que estes argumentos escondem é o ciúme conservador contra realizações visíveis e notáveis que, quando estas mesmas forças estiveram no governo, nunca foram realizadas e nem por isso fizeram os alegados investimentos em infraestrutura, saúde ou saneamento.

O esporte é uma privilegiada ferramenta de inclusão social – este é o fundamento de sua compreensão como política pública que merece cuidados especiais do governo. Os programas criados pelo Ministério do Esporte envolvem mais de dois milhões de estudantes, e seus resultados começam a aparecer nas disputas esportivas internacionais das quais o Brasil participa. (...)

Disponível em: <http://www.vermelho.org.br/editorial.php?id_editorial=1097&id_secao=16>.

Atleta com síndrome de Down é principal atração de evento de MMA

Uma nova franquia surge no MMA nacional. Neste sábado, acontece no bairro de Irajá o 1º New Corpore Extreme. O planejamento arrojado com previsão de 4 eventos ainda em 2015, parece ser ousado. No entanto, o suporte de uma rede de academias pode ser o seu trunfo. Um dos organizadores, o faixa-preta Renato Dominguez, explica o que se pode esperar do novo evento, que vai contar ainda com uma superluta inclusiva envolvendo um atleta com síndrome de Down.

(...)

Superluta inclusiva

Além das lutas femininas, o NCE conta com uma superluta que promete mexer com vários preconceitos. Os atletas da equipe Rio Extreme Fight, Alexandre Mucunda e Gilberto Vilella serão os protagonistas da luta mais aguardada da noite. Isso porque o combate conta com um atleta com síndrome de Down. Mucunda ostenta a faixa-preta de Jiu-jitsu, mas, além de um grande atleta nos tatames, quer mostrar que, dentro do octógono, também pode fazer bonito.

– Tenho uma grande admiração pelo Mucunda. Ele é um cara excepcional. Ele tem síndrome de Down, mas já treina comigo há mais de 15 anos. O Mucunda foi graduado na faixa-preta em 2008 e treina diariamente de igual para igual com qualquer um. Já compete no Jiu-jitsu pela CBJJO e está super animado em lutar em um cage. Nosso intuito em promover esta luta é mostrar que necessidade especial não torna ninguém deficiente. Pelo contrário: por conta das batalhas do dia a dia, torna todos eles verdadeiros guerreiros. Essa luta será o ponto alto do nosso evento, declarou o líder.

Vale citar que, de acordo com o *Combate.com* o confronto envolvendo Mucunda será apenas uma exibição. Uma ação especial de inclusão do atleta no mundo das lutas, mostrando que o esporte é para todos e sua deficiência não é obstáculo.

Disponível em: <<http://esportes.opovo.com.br/app/esportes/minuto/2015/09/12/noticiaminutol,3023610/atleta-com-sindrome-de-down-e-principal-atracao-de-evento-de-mma.shtml>>



images/123RF/Esasyx

A Lei de Incentivo ao Esporte – Lei 11.438/2006 – permite que empresas e pessoas físicas invistam parte do que pagariam de Imposto de Renda em projetos esportivos aprovados pelo Ministério do Esporte. As empresas podem investir até 1% desse valor e as pessoas físicas, até 6% do imposto devido.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2016/01/06/noticiasjornalopiniao,3557457/um-novo-cenario-para-o-conhecimento.shtml>>

Um campeão. Força de vontade no tatame e na vida

Ao contar a própria história, Gabriel Alves Barbosa, 20, recém-aprovado para o curso de Educação Física em uma universidade particular de Fortaleza, reencontra um dos primeiros amigos, da mesma idade, que conheceu quando se mudou de Acopiara, no sertão Centro-Sul do Ceará, para a Capital. “Ele se envolveu com drogas e já morreu”, abrevia.

Foi a mãe de Gabriel, uma costureira, quem mudou o caminho do filho mais velho ao levá-lo, a contragosto, até a escola de karatê do Instituto Beatriz e Lauro Fiuza (IBLF). Gabriel tinha 13 anos e não se interessava pelo projeto, reconhece. A mãe insistiu, e o karatê foi lhe mostrando que outras realidades são possíveis a jovens da periferia: Gabriel se tornou tricampeão brasileiro na categoria adulto verde-rosa, é bicampeão Norte-Nordeste e campeão cearense.

Diziam-lhe que o esporte ia ser bom para ocupar a mente. Verdade. “Quando comecei a praticar, vi que era aquilo que eu queria, e disse: um dia, vou ser professor de karatê”, traçou.

Gabriel mora com a mãe, que está sem trabalhar por problemas de saúde, e dois irmãos mais novos, no Conjunto Jardim União II, uma parte pobre do bairro Passaré, há dez anos. Ele não fala muito sobre o cotidiano de vulnerabilidades sociais, apenas afirma que “o karatê ensina a não ir à violência”. Vencer exige força de vontade, no tatame e na vida, conquista Gabriel. Ele sabe que poderia ter vivido uma história semelhante a do amigo de infância: “Se eu não tivesse as oportunidades que tive aqui, eu me via em outro mundo: das drogas”. Os incentivos da mãe e dos professores, para que não desistisse, foram fundamentais para ele chegar onde chegou, une: “Sozinho não dá”.

A cada conquista, Gabriel avançava no caminho que traçou ao conhecer o karatê. Em janeiro deste ano, ele se tornou também professor do IBLF e, assim, pode pagar a faculdade. Mas, principalmente, Gabriel pode ensinar a cerca de 60 pessoas, de quatro a 36 anos, o que de mais importante aprendeu no tatame e na vida até aqui: “O respeito com o próximo...”.

Outra história para fiar

Uma reviravolta na vida. Mais que as medalhas regionais e nacionais, o karatê deu outro rumo para os dias de Gabriel Barbosa, 20.

Sobre o Instituto Beatriz e Lauro Fiuza

O Programa de Karatê Bushi No Te é desenvolvido pelo Instituto Beatriz e Lauro Fiuza (IBLF), que tem atuação em bairros de alta vulnerabilidade social. Além das aulas de karatê, o IBLF oferece o ensino de música: o Programa de Música Jacques Klein atende a 400 alunos.

Desde 2012, o IBLF está na região do Conjunto do Jardim União II, no Passaré. O instituto também mantém atividades na Casa de José de Alencar (em parceria com a Universidade Federal do Ceará) e no bairro Henrique Jorge (em parceria com a Fundação Carlos Pinheiro). É mantido por doações e tem apoio da Lei de Incentivo ao Esporte (Ministério do Esporte). Atualmente, 200 alunos, entre quatro e 20 anos, participam das aulas de karatê.

A equipe é bicampeã estadual pela Federação Cearense de Karatê Esportivo e, nos últimos dois anos, conquistou 663 medalhas em campeonatos locais e nacionais, informa a assessoria de imprensa do IBLF. Parte dos atletas integra a Seleção Cearense de Karatê. BUSHI NO TE significa “mãos de guerreiro”. Neste sentido, traduz o IBLF, está “a missão de associar a prática das artes marciais a valores como autonomia, inclusão social e cidadania”. Redução nas taxas de evasão escolar, acesso ao ensino superior e restabelecimento de vínculos familiares são alguns resultados que o programa obtém mais informações: www.iblf.org.br, pelo e-mail info@iblf.org.br ou pelo telefone 3268 2132.

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2018/02/um-campeao-forca-de-vontade-no-tatame-e-na-vida.html>>.

Projeto muda a vida de jovens por meio do esporte e da educação

O projeto Meninos de Deus já beneficiou 2 mil crianças e adolescentes

Transformar a vida de crianças e adolescentes que moram em locais de vulnerabilidade social. A partir deste objetivo, o projeto Meninos de Deus já atendeu 2 mil crianças durante seus 10 anos de atuação, completados em 2018. Idealizado por Paulo Uchôa, a ideia foi oferecer aos jovens que vivem em locais violentos uma nova perspectiva de vida.

Entre janeiro e junho deste ano, de acordo com um levantamento feito pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA), 514 adolescentes foram assassinados no Estado. É a partir desta realidade que o projeto desenvolve atividades que priorizam a inclusão social e a promoção da cidadania por meio da educação, do esporte e da arte.

A ideia partiu do agravamento da criminalidade no bairro Jangurussu (Fortaleza-CE), local em que o projeto realiza suas atividades. No período de 2006 a 2008, conta Paulo Uchôa, a violência fez com que 36 jovens fossem assassinados. “Foi triste ver tantas vidas acabadas. Alguma coisa tinha que ser feita, por isso o Meninos de Deus foi criado”.

“Alguns acham mais fácil retirá-los da sociedade. Mas o nosso trabalho é ressocializar cada uma dessas crianças e adolescentes e mostrar que elas podem mais”.

Em menos de um ano de atuação, o Meninos de Deus

já alcançava resultados positivos. Como muitos jovens já tinham abandonado os estudos e estavam usando drogas, o projeto passou a incentivar o esporte e a educação. Antes dos jogos de futebol, que aconteciam duas vezes por semana, uma roda de conversa era realizada com o intuito de incentivar a cultura da paz e a espiritualidade.

Para que as crianças e adolescentes pudessem participar das atividades do projeto, era necessário estar frequentando a escola.

Em agosto de 2018, o projeto completou 10 anos de atuação. Neste ano, 200 meninos e meninas estão participando de atividades realizadas na comunidade Santa Filomena e Gereba. Voluntários, pessoas que já passaram pelo projeto são encaminhados para ter conversas com as famílias dos jovens, para resolver conflitos nas escolas do bairro e para incentivar as crianças e adolescentes a seguirem o caminho do estudo.

(...)

Atuação

A atuação do projeto é voltada para a promoção de cultura, mediação de conflitos, prevenção de violência, incentivo à leitura, atendimento psicossocial, cursos de educação financeira e empreendedorismo.

Parceria

O Meninos de Deus não tem nenhuma parceria financeira para auxiliar nos custos.

“Não temos nenhuma ajuda. Nem do governo nem de outras ONGs. Alguns comerciantes às vezes nos oferecem certo apoio, como, por exemplo, oferecer produtos para darmos às crianças. Mas, no geral, não temos como arcar com as despesas ou com a locomoção do grupo”, explica Paulo Uchôa.

A parceria entre o projeto e a ONG Visão Mundial, que atua no Brasil desde 1975 e auxilia projetos para crianças e adolescentes, é restrita. De acordo com Carmilson Brito, gerente de projetos da Visão Mundial em Fortaleza, a ONG apenas orienta o projeto em suas ações.

Adrielly Viana Especial Para O Povo

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/cidades/2018/12/22541-projeto-muda-a-vida-de-jovens-por-meio-do-esporte-e-da-educaynyeo.html>>



Proposta de Redação

- INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO ESPORTE NO BRASIL.



Limites Entre Estética e Saúde

A fonte da juventude

Muito tristes os comentários sobre as fotos de Vera Fischer numa matéria com críticas à aparência da atriz, hoje com 63 anos de idade. Envelhecer é irreversível e todos nós estamos passando por esse processo agora, neste momento. Vera poderia estar mais magra e com menos flacidez, mas ela tem, sim, o direito de relaxar nos cuidados e envelhecer da maneira que lhe convier.

Ao contrário de Vera Fischer, a atriz Monica Bellucci, de 51 anos, foi muito elogiada por sua boa forma e *sexy appeal*, no filme do 007, *Contra Spectre*. Assim como atriz Suzana Vieira, 73 anos, por sua vitalidade, na novela Regra do Jogo.

A atriz Lucinha Lins saiu em defesa de Vera e disse que o envelhecimento “é inevitável e a cada dia fica pior”. O “pior” a que se refere Lucinha são as consequências do envelhecer sobre o corpo, uma maior exposição a doenças e a mudança na aparência com o surgimento da flacidez (galopante a partir dos 40 anos, por sinal), das linhas de expressão (nos 30 anos), dos sulcos (agravamento aos 50 anos) e por aí vai... Não adianta ter preconceitos, a velhice chegará para você também, é apenas uma questão de tempo.

O que podemos fazer, aí sim é racional, é cuidar da nossa saúde e da nossa aparência, desde já! Utilizar os avanços da Medicina e da indústria da beleza ao nosso favor. Ficar longe de remédios, só à base de suplementos, vitaminas e antioxidantes, de bem com o espelho. Lembre-se: cada idade tem seu encanto, a sabedoria está em aproveitar ao máximo cada momento, viver.

Cabelos: Pode até parecer charmoso, mas como disse o *hair designer* Pedro Araújo, do *The Beauty Club*, cabelos brancos são sinal de envelhecimento, não tem como negar. “Abala a libido, principalmente, a libido de homens em relação às mulheres”. Cuidados também com as químicas excessivas que provocam queda de cabelos, calvície.

Alimentação & Exercícios

Primeiro passo é focar na idade biológica, fazer de tudo para envelhecer mais devagar.

Prevenção: Dormir 8h por dia (fundamental), alimentação rica em antioxidantes e praticar atividade física, com moderação para não provocar lesões e sofrer limitações de movimento na terceira idade. Controlar as taxas hormonais para evitar o acúmulo de gordura. Cuidar do psicológico também para evitar o consumo de medicamentos controlados que dificultam a perda de peso. “Um corpo no peso ideal, com percentual de gordura de 15%, para as mulheres, e de 12% a 15%, nos homens, diminui a flacidez e dá aparência jovial, com músculos à mostra”, afirma o *personal trainer* Luís André Viana, da Central do Corpo.

Invista: Musculação, caminhadas, corrida, a prática do Mahamudra (exercício que usa o próprio peso do corpo, sucesso em SP e RJ, baixo índice de lesão) e Beach Tennis. A nutricionista Mirella Costa, da Atual Estética, indica comer gengibre, tomar chá de hibisco, alimentos ricos em vitamina C, goiaba, melancia, ômega 3, chia, linhaça, peixe, brócolis, suco de uva.

Cuidado: evitar ingerir álcool (dificulta a perda de gordura e oxida), não fumar, que oxida e está envolvido em 50 tipos de doenças, não consumir alimentos enlatados, industrializados, gordurosos e o açúcar (“acaba com a produção de colágeno, um dos responsáveis pela aparência jovem da pele”, diz a fisioterapeuta dermato-funcional Monaliza Cavalcante). O *cross fit* é um dos exercícios que mais causa lesão, segundo pesquisa. Não exagere na corrida.

Tratamentos

Prevenção: Não tem conversa; o uso do protetor solar previne o fotoenvelhecimento, as manchas senis, avisa a dermatologista Viviane Martins, da Clínica Haim Erel. A aplicação da toxina botulínica (*Botox*), de seis em seis meses, deve começar aos 25 anos de idade, para homens e mulheres, assim como as sessões com aparelho de radiofrequência (Thermage, Exilis Elite e Freeze). Ações necessárias que adiam o surgimento de manchas, “pés de galinha”, rugas na testa e preserva o contorno do rosto. Sessões de radiofrequência também nas pernas, barriga e bumbum.

(...)

Cirurgia plástica: Cirurgião plástico Cido Carvalho (CRM 3369) chama atenção também para moderar nas cirurgias plásticas para não virar um monstro, toda repuxada. Para cada procedimento, existe o momento certo. Levantar as pálpebras é boa opção a partir dos 45 anos, levantar a ponta do nariz rejuvenesce. A lipoaspiração dá um contorno corporal harmônico e jovem. Abdominoplastia nos casos em que estejam associadas à gordura abdominal, à flacidez e a estrias.

Topíssimos

Dois procedimentos, um cirúrgico e outro com *laser*, estão revolucionando o modo de tratar o envelhecimento do rosto. Um é o *lifting* facial, associado à microenxertia de gordura, e o outro é o ultrassom Ulthera.

Ulthera: Dermatologista Danielle Diniz (CRM 8513) diz que as ondas do ultrassom microfocado fazem micropontos de coagulação em estruturas profundas, capazes de atingir desde a derme até o tecido muscular. “Atinge altas temperatura e obtemos resultados de *lifting*”, diz Danielle.

Lipofilling: Cirurgião plástico Eduardo Furlani (CRM 8316 / RQE 5876) diz que a *lipofilling* ou a bioplastia orgânica é a associação do *lifting* facial ao enxerto de gordura. “Utilizamos matéria do próprio corpo, processamos e reintroduzimos por meio de microcânulas para avolumizar a face”.

Serviço

Efeito Cinderela

A indústria da beleza percebeu que, hoje, não dispomos de tempo de nos preparar adequadamente para um momento especial ou, simplesmente, desejamos ficar de bem com o espelho ali, na hora, e vem investindo pesado em pesquisa de tratamentos e creminhos que esticam a pele, ali, na hora. São os chamados produtos de “Efeito Cinderela” ou “*Botox-Like*”.

Hoje, contamos com creminhos do prestígio do americano Instantly Ageless, da Jeunesse, que já chegou ao Brasil. Um creme *anti-age* cujos resultados são observados e inacreditáveis dois minutos após a sua aplicação. Fantástico! Recentemente, também foi lançado, em Fortaleza, o Gel Creme Anti-Age, da Beautime. “Reduz a expressão de cansaço na hora e, se usado continuamente, renova as células mortas”, diz a representante Cláudia Brasil.

Ainda existem as marcas do dermatologista americano Petter Thomas, o Revox, que prolonga o efeito da toxina botulínica injetável, da Dermage, o Gradual ComplexDermaRevit, da Adcos, e os cremes manipulados superpersonalizados, prescritos por dermatologistas.

Botox-Like

A farmacêutica Dinalva Queiroz, cap da Evidence Farmácia com Manipulação, diz que os cremes “Efeito Cinderela” ou “*Botox-Like*”, como queiram, contêm a substância *Argireline*. “Hexapeptídeo que possui o mesmo mecanismo de ação da toxina botulínica (*Botox*) invasiva”, esclarece Dinalva Queiroz. Substância segura, de fácil aplicação que mantém a naturalidade da expressão da face, além de restaurar o tônus cutâneo.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/beleza/2015/11/28/noticiasbeleza,3540425/a-fonte-da-juventude.shtml>>



Conheça três cirurgias plásticas mais procuradas pelos brasileiros

Mamoplastia, abdominoplastia e lipoaspiração estão no ranking de cirurgias plásticas mais buscadas no Brasil. País é o segundo no mundo em número de procedimentos.

O compartilhamento de imagens pessoais vem transformando a relação dos indivíduos com sua imagem pessoal. Estabelecendo um paralelo, a tendência comportamental impacta diversos setores, a exemplo da medicina, por meio de cirurgias plásticas. O culto ao corpo pode inclusive ser comprovado em números: o Brasil chegou a ocupar o topo do *ranking* mundial em número de cirurgias plásticas em 2013. Atualmente, o país está na posição de vice-líder – perde apenas para os Estados Unidos, que possui quase o dobro da população brasileira. Entre os procedimentos mais buscados estão a mamoplastia de aumento, abdominoplastia e lipoaspiração.

O cirurgião plástico Harley Cavalcante (CRM-CE 6229 / RQE 2904), membro da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica (SBCP), explica que, logo no início de uma consulta com a finalidade de realização de mamoplastia de aumento, conhecida também como colocação de próteses mamárias, alguns fatores precisam ser esclarecidos junto a pacientes. Um dos aspectos é a compatibilidade entre o volume de prótese desejada e o suportado pela anatomia corporal. “Tenho que saber se ela quer uma mama muito projetada ou mais natural. Mas, no final, o que vai definir o volume a ser adicionado é a anatomia corporal como a circunferência do tronco e a altura da paciente.”

Outra questão é a segurança do procedimento. As próteses atuais, em sua quinta geração tecnológica, não necessitam ser obrigatoriamente trocadas a cada dez anos como no passado; elas serão trocadas quando eventuais sinais de desgastes das mesmas surgirem nos exames de imagem rotineiros efetuados pelas mulheres. O médico esclarece que o implante de silicone é um material utilizado em cirurgias plásticas há décadas, biocompatível e seguro. “Não é uma cirurgia longa, nem de recuperação dolorosa, e geralmente a paciente leva de duas a três semanas para voltar à vida normal.”

O cirurgião, contudo, alerta para a necessidade de dissociar aumento de volume e levantamento da mama. “Um procedimento não substitui o outro, são duas coisas diferentes. Se as mamas estão caídas, somente o silicone não vai resolver. Nesse caso, além de colocar a prótese, temos que levantar essa mama, uma cirurgia chamada de mastopexia.”

Abdominoplastia e Lipoaspiração

Procedimento estético procurado em sua maioria por mulheres, a abdominoplastia reposiciona a musculatura abdominal, e retira o excesso de pele e gordura do abdômen. A cirurgia é geralmente realizada em pacientes que perderam muito peso ou

mulheres que passaram por múltiplas gestações que resultaram em um abdome flácido. Cavalcante frisa que esse tipo de cirurgia deve ser percebida como *start* para se iniciar um novo estilo de vida. O médico argumenta que, se o paciente voltar a se alimentar de forma desregrada e permanecer em uma vida sedentária, pode recuperar o abdômen que tinha antes da cirurgia.

O médico fala que confundir as cirurgias como procedimento para emagrecimento está entre os principais erros que costumam acontecer. “Aparecem muitos pacientes no consultório querendo fazer o abdômen, mas estão bem acima do peso e a cirurgia de abdominoplastia não tem a finalidade de emagrecer, e sim de definir um contorno corporal mais agradável.” O pós-operatório leva uma média de três a quatro semanas.

Assim como a abdominoplastia, a lipoaspiração é um procedimento de definição de contorno corporal. Seu objetivo é retirar gordura localizada. Se o paciente possui gordura disseminada, deve antes emagrecer, uma vez que estar próximo do peso ideal é condição para realizar o procedimento. A cirurgia é realizada com a introdução de uma cânula conectada a uma mangueira, que leva um aparelho responsável por realizar a sucção controlada. “Há um limite de segurança para a lipoaspiração. O limite máximo é de 7% do peso corporal, ou 40% da área corporal do paciente.”

Cavalcante defende que, apesar do senso comum relacionar alto risco ao procedimento, a lipoaspiração é uma das cirurgias mais realizadas no mundo e de segurança considerável. Alguns cuidados, no entanto, são exigidos. “Eu sempre digo aos pacientes que lipoaspiração não deve ser feita exageradamente além do permitido e em ambientes fora de hospital. Um dos maiores problemas que vivenciamos hoje são pessoas que não são cirurgiões plásticos fazendo o procedimento irresponsavelmente.”

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/especialpublicitario/drharleyaraujo/2018/11/conheca-tres-cirurgias-plasticas-mais-procuradas-pelos-brasileiros.html>>

Cirurgia plástica pós-emagrecimento proporciona qualidade de vida

Atuando no âmbito de estética e de saúde, a cirurgia plástica pós-emagrecimento atua no excesso de pele, na flacidez muscular e na gordura localizada de pacientes que passaram por perda de peso extrema.

De acordo com dados da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM), em 2016 o Brasil registrou aumento de 7,5% no número de cirurgias bariátricas realizadas, em relação ao ano anterior. Com registro de 100.512 cirurgias ano passado, mais de 7 mil a mais que em 2015, o País já figura como o segundo no mundo no número desse tipo de procedimento.

A bariátrica, entretanto, não é um procedimento de realização isolada, devendo envolver profissionais de diferentes áreas da saúde. “A cirurgia bariátrica é multidisciplinar, participa dela cirurgião plástico, clínico, anestesista, nutricionista, psicólogo ou psiquiatra, porque, realmente, a alteração no corpo traz um ‘baque’ para a estrutura psíquica”, destaca o cirurgião plástico Harley Cavalcante, membro titular da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica e membro da Sociedade Americana de Cirurgia Plástica.

Outro procedimento que “anda de mãos dadas” com a bariátrica é a cirurgia plástica pós-emagrecimento, que tem como principais pacientes aqueles que tiveram uma perda drástica de peso e, por questões de saúde e estética, precisam remover o excesso de pele, entre outras ações do procedimento. “Um pós-emagrecimento dessa natureza, quando se perde 30% ou 40% do peso, traz uma flacidez de pele muito grande, geralmente de todo o segmento corporal. Gera uma deformidade estética e, em muitos casos, vai além, podendo gerar dificuldades como infecções nas áreas em que a pele dobra”, alerta Cavalcante.

Plástica pós-emagrecimento

Áreas como abdômen, mamas, braços, coxas e face podem estar entre as mais afetadas após um processo de emagrecimento intenso. A cirurgia, entretanto, aborda os segmentos do corpo, com o tratamento do “corpo superior” e o do “corpo inferior”, como forma de proporcionar mais harmonia ao contorno corporal. Indicado para pacientes que já tenham alcançado a estabilidade do peso – alterações mínimas de peso durante quatro a seis meses, o que ocorre, geralmente, cerca de 18 meses após a bariátrica – o procedimento vai além do aspecto estético.

“Você trabalha três segmentos: o excesso de pele, a gordura localizada e a flacidez da musculatura. Existem infecções de pele nas dobras cutâneas, às vezes, dependendo do tipo de avental (dobra de pele)”, explica o cirurgião. O resultado final da cirurgia poderá ser sentido pelo paciente por volta de dez meses a um ano após o procedimento. Em alguns casos, é necessário ainda pequenos retoques. “Mas, nos primeiros meses, você já sente, é uma diferença muito grande, traz uma satisfação para o paciente.”

Cuidados pré e pós-operatórios

A preparação e o acompanhamento necessários para a cirurgia bariátrica devem se estender para o momento das plásticas pós-emagrecimento. Harley Cavalcante alerta que o paciente pós-bariátrico é diferente anatomicamente, fisiologicamente e metabolicamente daquele que não tem o estômago reduzido cirurgicamente, diferenças que devem ser consideradas no pré e no pós-operatório da cirurgia plástica.

“São pacientes que absorvem com mais dificuldade algumas vitaminas, magnésio, fósforo, cálcio, zinco, entre outros, tanto que fazem a reposição no pós-operatório da cirurgia bariátrica. Ele tem que estar mais ou menos com essa parte clínica equilibrada”, esclarece. Cavalcante cita, ainda, fatores que merecem atenção no pré-operatório, como possíveis anemias e o estado nutricional do paciente como um todo.

Quanto ao pós, o cirurgião explica que a plástica pós-bariátrica não é necessariamente dolorosa, embora se experimente certo desconforto nas primeiras 72h. Como se trata de um paciente com cicatrização mais lenta, pela dificuldade na absorção de alguns nutrientes, são fundamentais os cuidados com posição corporal e alimentação, sendo muito importante contar como acompanhamento de um nutricionista, entre outros profissionais. “Existem estatísticas que mostram reganho de peso e a melhor forma de mantermos o resultado a longo prazo, com a devida recuperação, é ter esse acompanhamento.”

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/especialpublicitario/drharleyaraujo/2017/03/cirurgia-plastica-pos-emagrecimento-proporciona-qualidade-de-vida.html>>

Cuidar da estética também é zelar pela saúde

Dar atenção ao corpo e à aparência tem um grau de relevância maior do que se imagina. Alguns procedimentos voltados para corpo e pele contribuem para o bem-estar e a qualidade de vida.

Preocupar-se com a estética é sinônimo de cuidar do corpo e da aparência. Uma forma, também, de viabilizar a saúde.

O hábito influencia diretamente no bem-estar mental e na qualidade de vida. Segundo a neuropsicóloga Kamyllé Guanabara, respeitar as limitações do corpo e cuidar de si é uma maneira de trabalhar esses aspectos. “Quando você realiza o autocuidado, proporciona momentos de relaxamento e valorização para o seu corpo”, pontua.

De acordo com Kamyllé, coordenadora da clínica Sesc Saúde, quando os pacientes chegam à unidade em busca de tratamento, é realizada uma avaliação onde é traçado um plano de tratamento que visa a resolver as necessidades de cada pessoa. “A avaliação acontece a partir do biótipo pessoal e das estruturas físicas da pessoa. São também avaliados os produtos usados e os medicamentos que elas estão usando”, destaca.

Manter o hábito de cuidar do corpo é ainda, segundo a neuropsicóloga, uma forma de se amar. Kamyllé explica que os profissionais da clínica trabalham no paciente a ideia de aceitação do corpo. “Os profissionais não trabalham a ilusão do corpo impossível, e sim a aceitação do seu corpo, de cada ruga, por exemplo. Os tratamentos são com o intuito de que a pele fique mais nutrida e mais saudável”, afirma.

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/especialpublicitario/fecomercio/2018/09/qual-a-importancia-de-cuidar-da-estetica-do-corpo.html>>



Proposta de Redação

- OS LIMITES ENTRE A BUSCA PELA PERFEIÇÃO CORPORAL E A SAÚDE.

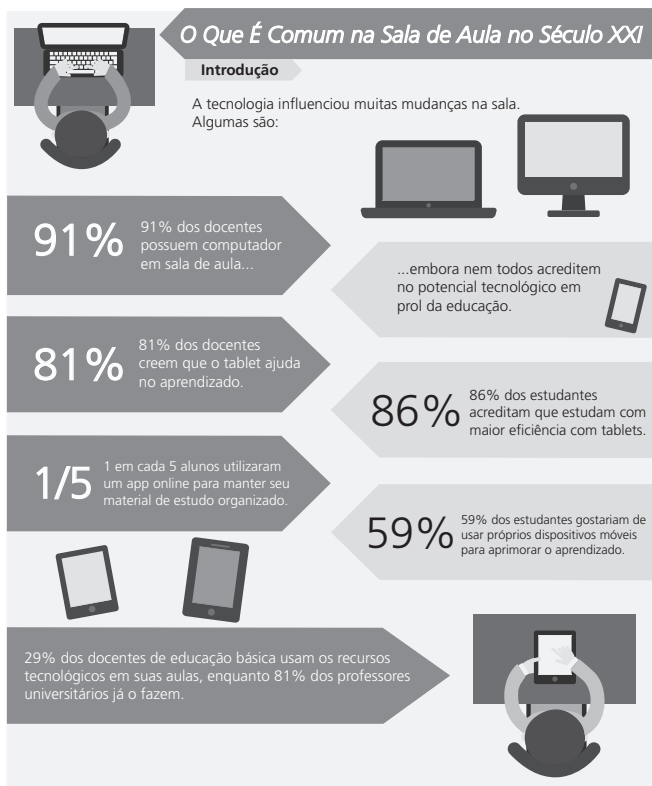


Novos Modelos de Educação

Há muitos debates ocorrendo sobre as problemáticas do sistema tradicional de ensino e novos modelos de educação para o século XXI, tendo em pauta os métodos de avaliação, uso de tecnologias, interação professor-aluno, formação crítica e social etc.



My Make OUV123RF/Esaypix



Tecnologia, inovação e criatividade na educação

Em Maracanaú, Região Metropolitana de Fortaleza-CE, uma nova proposta de ensino leva aos jovens das escolas públicas municipais a lógica de programação dos computadores como exponencial de aprendizagem. O projeto, denominado Programando e Aprendendo, beneficiou, somente em 2015, 370 crianças e adolescentes, entre 6 e 17 anos, usando a linguagem da computação para desenvolver habilidade de resolução de problemas, estimular o senso de inovação e criatividade.

Junto aos adolescentes, a proposta ainda é mais ousada: qualificar profissionalmente alunos do ensino médio para desenvolvimento de aplicativos para celular, gerando novas possibilidades de empregabilidade. As quatro primeiras turmas do projeto foram formadas no mês de junho, beneficiando 45 alunos.

O Programando e Aprendendo, que foi concebido e desenvolvido pelo Instituto para o Desenvolvimento Tecnológico e Social (Idear) e é executado em parceria com as Secretarias de Ciência e Tecnologia, de Educação, e de Assistência Social, quer romper com o limitado modelo de aprendizagem de informática e outras disciplinas nas escolas, focado somente em ensinar a utilizar o computador e programas como editores de texto, planilhas de cálculo e navegadores de Internet. O projeto está sendo desenvolvido com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, provenientes de doações do Imposto de Renda devido de pessoas físicas e jurídicas.

A proposta é ampliar o conceito de tecnologia encarando o computador, os dispositivos móveis e a linguagem de programação como ferramentas interdisciplinares, facilitando e estimulando a aprendizagem da língua portuguesa, matemática, e habilidades transversais, como criatividade, inovação e resolução de problemas.

O Programando e Aprendendo é um novo passo no ensino, em uma área ainda pouco explorada na educação pública e privada do Ceará.

Cláudio Joventino

Assessor de Projetos e Inovação do Instituto Idear

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2015/09/04/noticias-jornalopiniao,3499734/tecnologia-inovacao-e-criatividade-na-educacao.shtml>>

Ensino a Distância: Uma realidade cada vez mais próxima

Engana-se quem pensa que o ensino a distância é sinônimo de inferioridade, o que os dados do Censo da Educação Superior mostram é uma realidade cada vez mais próxima e um ensino cada vez mais seguro, onde um em cada cinco estudantes matriculados em cursos universitários estuda à distância. Podemos dizer que a educação a distância funciona a partir de uma integração virtual entre um aluno e um tutor EAD, separados por tempo e espaço, mas que conseguem se relacionar entre si de maneira eficiente.

Empresas e alunos que não conseguem investir em ensino presencial ainda utilizam o EAD como uma excelente opção, já que o estudante consegue se organizar com aproximadamente R\$ 300 e ter um ensino de qualidade também, já que nas avaliações Enad estes alunos estão indo cada vez melhor. O que ocorre é que o crescimento da educação a distância agora também está se dando de forma mais direta e estruturada, devido aos avanços das plataformas tecnológicas.

Além disso, o Ensino a Distância se classifica como uma economia de tempo para aqueles que têm seus horários comprometidos, já que podem estudar a hora que quiserem, em casa ou de qualquer outro lugar. Com relação a aprendizado, caso o aluno deseje mesmo se empenhar, de qualquer forma essa aprendizagem será efetiva, independente se for ocorrer *in loco* ou não.

Essa é uma realidade não apenas para alunos de faculdades e cursos, até mesmo as escolas estão tentando aplicar esse modelo com o chamado ensino híbrido: que sem perder o contato pessoal com colegas e professores, os adolescentes também podem ter acesso a materiais e atividades em ambientes virtuais. Há experiências que contemplam provas, recuperação, lição de casa e projetos.

Diferente da modalidade de ensino padrão, que é a presencial, o ensino a distância é bem mais moderno, prático. As pessoas estão mais abertas a novos tipos de modalidade de ensino, que tirem do eixo central e viabilizem uma forma de aprender de forma mais tecnológica e acessível, em todos os sentidos. Essas características não apenas tornam esse modelo inovador para transmitir conhecimento, mas também contribuem para uma maior democratização do acesso à educação.

Marcos Sá – Consultor e contador financeiro – marcos@stassessoria.com
Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/10/ensino-a-distancia-uma-realidade-cada-vez-mais-proxima.html>>



Proposta de Redação

- **PRODUZA UM EDITORIAL SOBRE A IMPORTÂNCIA DE NOVOS MODELOS EDUCACIONAIS PARA MELHORIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL.**

15^a

Temática

A Depressão na Sociedade Brasileira

Campanha realiza ações de conscientização sobre depressão

I Abril Blue | Hospital Universitário Walter Cantídio promove atividades em diversos pontos de Fortaleza

Do inglês, expressão que significa estar triste, é que vem o nome da campanha encabeçada pelo Hospital Universitário Walter Cantídio (HUWC), Abril Blue, que durante todo o mês propõe ações de conscientização sobre depressão. A doença afeta cerca de 10% da população mundial.

É também em abril que o Programa de Apoio ao Deprimido Refratário (Proadere) faz aniversário. O grupo, coordenado pelo psiquiatra Fábio Gomes de Matos, é um dos núcleos de referência na área.

Uma tristeza profunda sem motivo aparente, intenso cansaço, pouca concentração. Ora tem insônia, ora dorme mais do que deveria. Come muito ou quase nada. Imunidade cada vez mais baixa. Perda de interesse pelo que antes era animador. Esses são sintomas — em diferentes níveis — com os quais convivem 300 milhões de pessoas em todo o mundo, segundo a Organização Pan-Americana da Saúde.

Diferente de outras patologias, a depressão não é aparente. A identificação é um trabalho também de empatia, no qual ajudam amigos e familiares. Não há consenso sobre a causa. É certo que fatores genéticos influenciam, mas ambientes adoeceadores potencializam a manifestação.

O especialista explica que o tempo pode ser decisivo e que os quadros mais graves podem ser evitados quando detectados e tratados precocemente.

Sendo um tema ainda tabu, falar de depressão é um desafio, aponta Geórgia Rocha, estudante de Psicologia e extensionista do Proadere. Nas escolas que visita, por exemplo, a ideia é fazer os alunos entenderem a importância de conversar sobre o que sentem, assim como mostrar aos professores que eles têm papel importante na identificação de estudantes com episódios depressivos. “A gente busca essa conscientização [...] Pra tentar identificar e desmistificar também”, afirma.

Pessoas que vivem com essa condição precisam enfrentar não somente a patologia, mas também estigmas que ela carrega. Geralmente, são vistas como fracas e têm suas dores invisibilizadas. Carregam o sentimento de culpa ou vergonha.

A luta pela prevenção e tratamento da depressão é uma luta que deve envolver todos aqueles que se interessam por uma sociedade mais saudável, pois todo mundo merece viver bem, ressalta o psiquiatra.

Gabriela Feitosa. *O POVO*

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/farol/2019/04/11/campanha-realiza-acoes-de-conscientizacao-sobre-depressao.html>>.

Depressão e suicídio

OPINIÃO

Estudos contemporâneos revelam transtornos relacionados ao suicídio. Vivências de perda comprometidas com o objeto amado, ruptura da ferida narcísica de âmbito profissional e fortes emoções afetivas. Para Aaron Beck, professor emérito da Universidade da Pennsylvania, a finitude de todas as esperanças é um dos indicadores do risco de suicídio mais precisos. Com distorções das ideias e dos pensamentos proporcionando percepção ou cognição negativista e pessimista da vida, do mundo e do futuro. Durante as recessões econômicas, as taxas de suicídio aumentam. Na Grande Depressão da década de 1930 nos Estados Unidos, os maiores índices de suicídio ocorreram na ponte Golden Gate, em São Francisco, segundo Alec Roy, professor da Universidade de New Jersey.

Como questão popular leiga, o suicídio seria um ato de loucura, covardia ou coragem? Culturas místicas relacionam o suicídio com a autopunição ou renascimento. A partida para um mundo melhor. Um sentimento espiritual místico de realização e supostas gratificações. O terrorismo de fanáticos com atentados e autodestruição (Nova Iorque), “homens-bomba” no Oriente, não conduz ao paraíso, mas para o inferno, com maldição religiosa. A divulgação social de ideias e projetos de suicídio escolar não existe na literatura médica, cultural e familiar. Exige cuidados especiais dos professores e da família.

Deverá ser constituído nas Escolas e Universidades um Departamento Clínico Psicológico de segurança constituído por psicólogo, assistente social e terapeuta ocupacional com a participação da família.

Doenças orgânicas graves, câncer, esclerose múltipla, demência, Aids, Alzheimer estão relacionadas. Alguns países praticam imprópriamente o suicídio medicamente assistido com doses letais de narcóticos. Este assunto é abordado pelo Código de Ética e Conselhos de Medicina. As personalidades compatíveis com o suicídio são: borderline, antisocial, ciclotímica, compulsiva e esquizoide. Simplesmente um ato de loucura? Ou revolta e fuga de um mundo violento, cruel e traiçoeiro.

Kay Taminson, da Universidade de Johns Hopkins, incentiva programas de diagnóstico e prevenção do suicídio entre os jovens. Testes psicológicos, questionários, e “life charts” são procedimentos de rotina nas escolas para detectarem jovens potencialmente suicidas. Na doutrina Cristã, a vida deve ser preservada. Segundo Santo Tomás de Aquino pertence a Deus o fim da existência. No moderno contexto social e cultural, a interpretação do suicídio é complexa. Para Stevenson, vítimas de suicídio sofrem de alguma doença orgânica ou transtornos da personalidade. O desemprego, a queda do status social, estressores psicológicos, emocionais e afetivos. Consequências genéticas influenciam o suicídio.

Sintomas depressivos de perda são agravados com a morte, família distante, relacionamentos difíceis e pobreza. São sintomas de transtornos mentais e desordens psicossociais. Na morte de um filho, morremos também, em parte. Os idosos devem reagir com mais serenidade às perdas psicológicas. Necessitam de apoio familiar e procedimentos médico-psicológicos.

Por que procurarmos a morte se Deus nos deu a vida?

Josué de Castro
Médico e professor de psiquiatria

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/opiniaao/depressao-e-suicidio-1.2123139>>.

Brasil tem maior taxa de pessoas com depressão na América Latina

Levantamento da OMS aponta 5,8% da população nacional afetada pela doença. Cuba, que vem a seguir na América Latina, apresenta taxa de 5,5%

O Brasil tem a maior taxa de pessoas com depressão na América Latina e uma média que supera os índices mundiais. Dados publicados ontem pela Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam que 322 milhões de pessoas pelo mundo sofrem de depressão, 18% a mais do que há dez anos. O número representa 4,4% da população do planeta.

No caso do Brasil, a OMS estima que 5,8% da população nacional seja afetada pela depressão. A taxa média supera a de Cuba, com 5,5%, a do Paraguai, com 5,2%, além de Chile e Uruguai, com 5%. No caso global, as mulheres são as principais afetadas, com 5,1% delas com depressão. Entre os homens, a taxa é de 3,6%. Em números absolutos, metade dos 322 milhões de vítimas da doença vivem na Ásia.

De acordo com a OMS, a depressão é a doença que mais contribui com a incapacidade no mundo, em cerca de 7,5%. Ela é também a principal causa de mortes por suicídio, com cerca de 800 mil casos por ano.

O levantamento mostra que, além do Brasil e dos Estados Unidos, países como Ucrânia, Austrália e Estônia também registram altos índices de depressão em sua população – 6,3%, 5,9% e 5,9%, respectivamente. Entre as nações com os menores índices do transtorno estão Ilhas Salomão (2,9%) e Guatemala (3,7%).

A depressão será o tema de maior destaque a ser tratado no Dia Mundial da Saúde, coordenado pela OMS e lembrado no próximo dia 7 de abril.

Tristeza sem controle

A psicóloga Virgínia Turra, diretora social da Sociedade Brasileira de Psicologia Profunda, alertou, em entrevista à Radiobrás, que é preciso ficar atento às pessoas da família, caso alguém já tenha sofrido a doença. A psicóloga alertou que a depressão é um tipo de sofrimento humano ao qual as pessoas nem sempre dão valor.

A depressão, segundo Virgínia, é uma tristeza que saiu do controle. “Ela já engoliu a pessoa, que não consegue mais levantar da cama e fazer as coisas que fazia. Ela não consegue mais, por força própria, sair daquele estado de entristecimento”. A faixa de maior risco é o início da fase adulta até o início da meia idade.

O principal fator indicativo de que a pessoa está com depressão é a mudança brusca de hábitos. Os idosos passam pelo processo depressivo calados, as crianças ficam chorosas, mais agitadas, o rendimento escolar cai.

Números

4,4% da população do planeta enfrenta o problema da depressão, segundo a OMS 800 mil pessoas, por ano, têm mortes atribuídas, na origem, à depressão

Adriano Nogueira

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/brasil/2017/02/brasil-tem-maior-taxa-de-pessoas-com-depressao-na-america-latina.html>>.



Proposta de Redação

- **A DEPRESSÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA: COMO DISCUTIR E PREVENIR SUAS CONSEQUÊNCIAS?**

16^a

Temática

Obsolescência Programada

Esse conceito significa a diminuição da vida útil de equipamentos com o intuito de incentivar a compra de novos produtos ou versões atualizadas. Rodeia esse tema a questão do consumismo exacerbado, resíduos eletrônicos, responsabilidade e consciência social do consumidor.



Le Moal Olivier/123RF/Esaypix

Data marcada para morrer

Luiz Viana
Jornalista

Que saudade tenho do tempo em que as coisas eram feitas para durar. Lembro-me das geladeiras que passavam anos sem dar problema. Trocar por uma nova era coisa rara. Meu avô se gabava de um maverick vermelho que ainda rodava direitinho, depois de mais de 30 anos de estrada.

Mas o tempo em que os produtos eram fabricados para ter vida longa acabou faz tempo e isso não é obra do acaso. Uma lógica perversa de produzir bens que se tornam propositalmente obsoletos para forçar o consumidor a comprar o mais moderno é regra na indústria.

É ingenuidade crer que os avanços tecnológicos necessariamente fazem o bem para a humanidade. Os conhecimentos adquiridos pelo homem hoje poderiam permitir a oferta de bens de alta qualidade e mais perenes. Aparelhos de TV, *smartphones*, remédios, programas de computador, carros... todos esses produtos são intencionalmente desenvolvidos para serem efêmeros e irem logo pro lixo. Um celular de poucos anos de idade, em perfeito estado, fica logo velho, sem possibilidade de atualização e é até motivo de chacota: –“Pai, tu devia trocar esse teu telefone, parece uma carroça”, reclamam as crianças!

Impressoras são exemplos de como se criar um produto com data marcada para morrer. Quem já não viu uma dessas máquinas pararem de funcionar do nada, com mensagem de erro? Você leva na assistência e descobre que o conserto é muito mais caro que uma nova.

A indústria de lâmpadas dispõe há muito tempo de tecnologia para fabricar produtos que podem durar dezenas de anos. Mas um pacto comercial das multinacionais do setor impede a fabricação de lâmpadas duráveis. Símbolo da luta contra a obsolescência programada, resiste a “lâmpada centenária” que está ligada ininterruptamente há 114 anos no posto de bombeiros 6, em Livermore na Califórnia.

Uma pena que, em nossa sociedade de consumo, a felicidade esteja centrada na satisfação através da compra de supérfluos. Ou interrompemos essa lógica ou o consumo exagerado de hoje vai deixar poucos recursos naturais para nossos filhos e netos amanhã.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2015/10/24/noticiasjornalopiniao,3523704/data-marcada-para-morrer.shtml>>

Smartphone de montar

Smartphones modulares têm sido assunto constante ultimamente. Dá para entender. A ideia de trocar componentes de um celular de maneira tão fácil quanto juntar e separar blocos de Lego aponta para uma nova era na computação de bolso. A modularização extrema desse tipo de dispositivo põe freio na obsolescência programada, que nos faz, por razões de *marketing* ou simples defasagem tecnológica que *gadgets* adquirem pouco tempo depois de lançados, querer substituí-los por versões novas a cada ano. Com esses celulares, qualquer um vai poder trocar câmera, processador, bateria e outros componentes quando julgar necessário e deixar as demais partes, que não incomodam, como estão.

O Google, sempre ele, está na ponta desse processo, e pouco a pouco vem revelando detalhes sobre o Ara, seu projeto de celular modular. Entre as últimas informações divulgadas, estão a de que o Ara estará à venda já no início de 2015 e que ele custará apenas US\$ 50 para ser produzido – por quanto ele sairá para você e eu ainda é um mistério. Mas o *slogan* do Ara é animador: “Desenhado para 6 bilhões de pessoas”. A intenção é que ele seja acessível a todos. E personalizável desde o início: vai dar para escolher cor, textura e componentes já na hora de encomendar seu *gadget*.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/culturageek/2014/04/19/noticiasulturageek,3238687/smartphone-de-montar.shtml>>

Obsolescência programada

Conserto

Já ouvi muitas vezes o seguinte comentário: “É melhor comprar outro do que mandar consertar”. Em contrapartida, raramente ouvi qualquer indagação sobre as razões desta “mudança” e muito menos sobre as consequências dela. Para onde vai o lixo eletrônico? É prejudicial ao meio ambiente? Será que não dá para produzir produtos mais duráveis como acontecia antigamente? Não é contraditório termos um avanço tecnológico cada vez maior e uma durabilidade cada vez menor? Será que a responsabilidade é exclusivamente do modo de produção ou também dos nossos hábitos de consumo cada vez mais voltados ao novo, mais moderno, em um movimento extremamente individual como se quanto mais se consumisse mais feliz se fosse? Mas ao final, de que vale, por exemplo, o mais moderno aparelho de *home theater* se não existir energia para fazê-lo funcionar? De que adiantaria os mais avançados *smartphones* se as notícias forem o comprometimento da vida humana pelo desrespeito à natureza?

Sofremos um apagão na madrugada da sexta-feira, 26. Será que é um fato isolado, inerente exclusivamente à produção de energia ou será que há alguma, por mínima que seja, relação com os hábitos (impostos ou não) de consumo da sociedade contemporânea? São perguntas de difíceis e complexas respostas, mas que precisam ser enfrentadas ou, no mínimo, analisadas, mas não nos surpreendamos se, por qualquer forma, o modo de consumo insustentável aparecer no meio destas respostas.

O papel do Estado

A nossa Política Nacional das Relações de Consumo (PNRC) tem por objetivo “o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo”. Para tanto, entre outros instrumentos, proíbe-se publicidade que “desrespeita valores ambientais” e cláusulas contratuais que “infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais”.

Mas há também “proteções ambientais indiretas” por meio das quais, no intuito de proteger o consumidor, acaba-se também protegendo o meio ambiente. Uma delas diz respeito à proteção em face do vício oculto (artigo 26 do nosso Código Brasileiro de Proteção e Defesa do Consumidor – CDC).

Direito do Consumidor e Direito Ambiental

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) é o nosso Tribunal da Cidadania, a quem incumbe garantir a uniformidade da interpretação da legislação infraconstitucional brasileira, de que é exemplo o CDC. O STJ, recentemente, por sua Quarta Turma, decidiu que “O prazo para o consumidor reclamar de defeito ou vício oculto de fabricação, não decorrentes do uso regular do produto, começa a contar a partir da descoberta do problema, desde que o bem ainda esteja em sua vida útil, independentemente da garantia”.

Ou seja, dando concretude ao nosso CDC, o STJ decidiu que a responsabilidade do fornecedor não se finda com a garantia, mas permanece durante a vida útil do produto. Um exemplo: compro um carro e este tem garantia contratual de um ano; no quarto ano de uso – e, portanto, no auge de sua vida útil – aparecem problemas de fabricação incompatíveis com a idade do veículo: eis um caso de vício oculto, pelo qual terei 90 dias para reclamar a partir da descoberta do defeito.

Um dos fundamentos de tal decisão é que “o Judiciário deve combater práticas abusivas como a obsolescência programada de produtos duráveis. Segundo Salomão, essa prática consiste na redução artificial da durabilidade de produtos e componentes, de modo a forçar sua recompra prematura, e é adotada por muitas empresas desde a década de 20 do século passado. Além de contrariar a Política Nacional das Relações de Consumo, avaliou o ministro, a prática gera grande impacto ambiental”. E, por consequência, “é com os olhos atentos ao cenário atual – e até com boa dose de malícia, dada a massificação do consumo – que deve o Judiciário analisar a questão do vício ou defeito do produto”. (Para saber mais sobre esta decisão, basta acessar <http://bit.ly/RT2zyq>).

Tal decisão contém uma grande dose de esperança: nela enxergo mais que a proteção do consumidor, mais que o reconhecimento de que não é normal produtos “duráveis” durarem cada vez menos; enxergo sobretudo a sua imprescindível aplicação sistêmica posto que, queiramos ou não, o consumo está no centro do modo de produção capitalista e este no núcleo da questão ambiental.

É preciso, entretanto, atenção ao equilíbrio e a boa fé. Não quer – e nem pode querer – o CDC, que o fornecedor seja indefinidamente responsável pelo produto, que lhe garanta uma “eterna juventude”, o “elixir da longa vida”. Não é isso. O que se quer, acima de tudo, é estimular uma produção sustentável.

Direito do Consumidor é primo-irmão do Direito Ambiental e o diálogo entre ambos é essencial para o respeito à natureza que não apenas queremos, mas urgentemente precisamos. Afinal, como lembra Fritjof Capra “(...) Nossas disciplinas acadêmicas organizaram-se de tal modo que as ciências naturais lidam com as estruturas

materiais, ao passo que as ciências sociais tratam das estruturas sociais, as quais são compreendidas essencialmente como conjuntos de regras de comportamento. No futuro, essa divisão rigorosa já não será possível, pois o principal desafio deste novo século – para os cientistas sociais, os cientistas da natureza e outras pessoas – será a construção de comunidades ecologicamente sustentáveis, organizadas de tal modo que suas tecnologias e instituições sociais – suas estruturas materiais e sociais – não prejudiquem a capacidade intrínseca da natureza de sustentar a vida (...)”

Artigo

Para saber mais sobre obsolescência programa, recomendo o artigo “Um mal a ser combatido: a obsolescência programada”, disponível em: <<http://bit.ly/PVLqrf>>.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/ameliarocha/2012/10/27/noticiasameliarocha,2943666/obsolescencia-programada.shtml>>



Proposta de Redação

- **OBSOLESCÊNCIA PROGRAMADA: AVANÇO TECNOLÓGICO OU BUSCA LUCRATIVA?**

17^a

Temática

Voluntariado e Transformações Sociais

O trabalho voluntário no Brasil tem passado por uma transformação. Não se pensa mais no voluntariado como assistencial (doação de roupas, alimentos e agasalhos, por exemplo), mas como uma tentativa de mudança social, através de medidas inclusivas e de impacto. Outro ponto a ser considerado é a valorização que as empresas fazem de candidatos e funcionários que realizam trabalhos voluntários, assim como próprios projetos sociais realizados pelas empresas para contribuição à sociedade ou *marketing*.

Solidariedade engrandecida

Nestes últimos dias do mês de novembro, um grupo especial de pessoas ganha ainda mais destaque entre os adeptos do voluntariado. São os doadores de sangue, sempre lembrados e homenageados por ocasião do dia 25 de novembro. A data registra o Dia Nacional do Doador Voluntário de Sangue.

É óbvio que não existe dia certo para a doação de sangue, embora a necessidade dos bancos de sangue seja maior em algumas épocas do ano. Nas regiões mais frias do país, o inverno inibe a boa vontade de muitos doadores e os estoques dos bancos são drasticamente reduzidos.

Períodos de férias, como o do próximo verão, que já bate às nossas portas, são igualmente críticos, mas por motivos diversos. Doadores saem de férias e o volume de doações cai. O grande fluxo de veículos nas estradas é fator de risco para que haja mais acidentes e, portanto, aumente a demanda por sangue em hospitais e unidades de pronto-socorro. Grandes eventos esportivos, *shows*, festas populares como o Carnaval, e qualquer outra aglomeração de pessoas, sinalizam que os bancos de sangue devem estar preparados para atender mais casos, se preciso for.

Aquém da média desejável

Há ainda outro importante fator a lembrar e ele não é sazonal. O número de doadores no Brasil está aquém do recomendado pela Organização Mundial da Saúde. Segundo a OMS, o ideal é que o número de doadores de um país varie de 3% a 5% do total da população, enquanto nosso índice gira em torno de 2%.

Por outro lado, quem doa uma vez por vontade própria parece que continuará firme em sua convicção de ajudar quem precisa. De acordo com dados da Fundação Pró-Sangue, cerca de 87% das pessoas que procuram a instituição são doadores voluntários. Outros 13% são doadores vinculados a determinada situação.

Outro estímulo para os doadores está no bom uso do material colhido. Uma única doação pode beneficiar de três a quatro pessoas, o que, por si só, engrandece a solidariedade de cada doador. Pois com um gesto individual e intransferível, cada doação pode contribuir para ajudar vítimas de acidentes, pacientes que passam por cirurgias e também aqueles submetidos a inúmeros outros procedimentos, como a quimioterapia.

Além disso, desde 2013 o Ministério da Saúde ampliou a faixa etária dos doadores de sangue, permitindo que pessoas com até 69 anos de idade, mas em boas condições de saúde, pudessem se integrar ao grupo da boa prática.

Valor incalculável

Ao contrário de medicamentos, o sangue não é um produto à venda, qualquer que seja o valor que se queira atribuir a ele. Por isso, a doação é tão importante e sempre necessária. O sangue é o alimento da vida humana. Não envelhece e é rapidamente repostado no organismo do doador, em prazo de dois a três dias, exatamente na mesma proporção que foi doada. As restrições de idade, para mais de 69, ou para menos de 16 anos, são em função do bem-estar do doador idoso, ou para preservar a constituição física ainda frágil dos jovens.

Também é bom termos em mente que o sangue é, vamos dizer, o mais democrático dos bens humanos. A sua qualidade e o benefício que pode levar a outra pessoa independem da cor, do sexo, da idade, do credo, da classe social e até do partido político de quem doa.

A OMS e os hemocentros do país orientam os doadores sobre procedimentos básicos, como a não ingestão de bebida alcoólica no dia anterior à doação; não fumar ao menos duas horas antes da coleta; ter peso igual ou acima de 51 quilos; estar bem alimentado e descansado; não ter contraído anteriormente doenças como Hepatite B, Hepatite C, Chagas, Sífilis, HIV e HTLV.

Após o parto, mulheres devem aguardar entre 90 e 180 dias para doar. Em condições normais, o intervalo entre doações para as mulheres é de 90 dias. Já para os homens, as doações podem ocorrer a cada 60 dias.

Se você puder, seja um doador voluntário de sangue. A prática só faz bem a quem doa e a quem recebe, em qualquer época do ano.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/responsabilidadesocial/2015/11/30/noticiasresponsabilidadesocial,3541664/solidariedade-engrandecida.shtml>>

A máxima que afirma que a ocasião faz o ladrão; a ocasião faz o crime: o ladrão já nasce feito

28 de agosto é o Dia Nacional do Voluntariado, instituído, no Brasil, em 1985. Todos sabem que o voluntariado tem sido abraçado por uma cada vez maior quantidade de seres humanos,

e isso é uma esperança. Mas, como tudo que é humano pode se aperfeiçoar, acrescento algumas observações ao assunto.

Já encontrei vários tipos de voluntários; alguns o faziam por se acharem “culpados” por algo, e quererem “saldar” este débito de erros passados. Outros há que sentem a necessidade de fazer um sacrifício em prol do bem alheio; acho ambos válidos, e até acho belo o espírito do sacrifício. Mas sempre me lembro de alguém que, um dia, após uma boa ação, desferiu a seguinte sentença: “Eu abri mão de muitas coisas por isso!” A expressão me pareceu um lamento por perder algo de maior valor, em termos de prazer e satisfação, por algo de menor valor, dolorido, “sacrificado”. Esse ainda não é bem o espírito do voluntariado com que sonhamos.

Um dia desses, lendo Nietzsche, ouvi-o falar sobre a “vontade de poder”, e me lembrei de que voluntariado nasceu do latim “*voluntate*”, vontade. Ele diz que é inútil a moral que busca converter o homem por meio de máximas insípidas, como “seja bonzinho etc”. Todo ser humano busca, consciente ou inconscientemente, o poder, e isso pode ser educado e convertido em ações morais.

Aí, chocamos com um preconceito nosso: “Mas o poder corrompe...”. Não creio. Como dizia Machado de Assis, está errada a máxima popular que afirma que a ocasião faz o ladrão; a ocasião faz o crime: o ladrão já nasce feito. Poder é capacidade de ser; a própria etimologia do nome poder vem do latim “*potis esse*”: posse do ser. É o atributo mais divino que posso imaginar: não ousa pensar em um Deus débil...

Enamorar-se dessa nobreza latente que a nossa natureza presume e querer profundamente vivê-la, trazê-la à tona, é vontade de poder. Continuava Nietzsche: “Há que substituir os códigos de moral por códigos de nobreza...”. Eu não chegaria a este ponto de abolir códigos de moral, pelo menos não tão cedo, mas chego realmente a duvidar que alguém diria: “Eu sacrifiquei muita coisa para ser humano, para ser nobre...”

O que você sacrificou, meu caro?

O que havia de melhor, na sua vida, do que isso? E, se era menos importante, por que o lamento? Deveríamos viver como seres em construção, enamorados da vida humana e dos seus sonhos mais dignos, entre os quais está o de servir ao bem e servir voluntariamente.

Lúcia Helena Galvão

Vice-diretora da Nova Acrópole Brasil

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2015/08/27/noticiasjornalopiniao,3494977/o-que-e-o-voluntariado.shtml>>

Percepção do voluntariado

Provavelmente nunca saberemos o número exato de voluntários, seja no Brasil, seja no mundo. A razão para isso é simples: muitas ações são isoladas ou individuais. Uma delas ocorre com frequência ao final de um ciclo escolar: o colega de classe que sabe mais dedica algumas horas livres para ajudar um amigo a se preparar para as provas. Tem também aquela do neto que se coloca à disposição da avó para levá-la às compras, ao banco e onde mais ela precisar.

As situações são ilimitadas, pois o que caracteriza o voluntariado é a relação tempo livre e disposição, mais conhecimento e/ou habilidade. O resultado é igual a uma ação para atender a uma necessidade de alguém ou de um grupo.

As informações de que dispomos são fornecidas pelo que podemos chamar de voluntariado organizado, aquele que reúne e registra as ações de funcionários de empresas, alunos de instituições de ensino, membros de ONGs e de entidades religiosas.

Mas, mesmo que seja parcial, qualquer levantamento sobre o trabalho voluntário é bem-vindo. Pois, pelo que podemos acompanhar, trata-se de um impulso para que mais e mais voluntários se descubram e se beneficiem de um dos mais gratificantes prêmios que existem: sentir-se útil.

Uma data para festejar

Em 5 de dezembro de 2011, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) divulgou o Relatório sobre o Estado do Voluntariado no Mundo, em comemoração ao décimo aniversário do Ano Internacional dos Voluntários. O documento citou um estudo da Universidade John Hopkins que estimou haver cerca de 140 milhões de voluntários em todo o mundo.

Dados de mais de 130 países foram reunidos no relatório, que destacou a importância do voluntariado na prevenção de conflitos e na ajuda humanitária frente a desastres naturais. Outro destaque foi para as novas maneiras de agir, como o voluntariado *online*, decorrente do intenso uso das redes sociais.

Há alguns dias, no mesmo 5 de dezembro em que se comemora o Dia Internacional do Voluntariado, a Fundação Itaú Social divulgou resultados de pesquisa realizada pelo DataFolha, o que nos permitiu atualizar os dados do voluntariado no Brasil.

Foram ouvidas 2024 pessoas em 135 municípios entre os dias 9 e 12 de setembro deste ano, trazendo-nos uma amostra representativa de todas as regiões do país.

Assim, ficamos sabendo que três em cada dez brasileiros já fizeram alguma ação voluntária e que a falta de tempo é o maior empecilho alegado por quem poderia ser voluntário.

A pesquisa mostrou que 28% dos brasileiros já participaram de trabalhos voluntários, embora os declarados voluntários ativos sejam 11% deles, aproximadamente 16,4 milhões de pessoas.

Perfil de voluntário

Esse contingente poderia ser ainda maior, dadas as carências do país, mas, de acordo com a pesquisa, alguns resultados são estimulantes: sete em cada dez brasileiros afirmam que doar dinheiro ou coisas não substitui a atividade voluntária; homens e mulheres se dedicam ao voluntariado em pé de igualdade (51% são homens e 49%, mulheres); cerca de metade dos voluntários possuem ensino superior completo e dois em cada cinco pertencem às classes econômicas A e B; mais da metade dos voluntários ativos têm entre 35 e 50 anos de idade.

Entre os jovens, no entanto, chama a atenção o fato de que oito em cada dez indivíduos na faixa de 16 a 24 anos nunca terem se envolvido com voluntariado.

Curiosamente, outro resultado da pesquisa indica que a maioria da população de 16 anos ou mais discorda de que ajudar quem precisa é papel do governo e que as pessoas não têm obrigação de fazer atividade voluntária.

Para quem nunca pensou a respeito, é sempre bom lembrar que ser voluntário é uma iniciativa pessoal, ditada pela consciência, que pode ser tomada a qualquer tempo e em qualquer idade. Há uma gama de boas coisas a fazer e muita gente precisando de ajuda, às vezes bem perto, na vizinhança.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/responsabilidadesocial/2014/12/15/noticiasresponsabilidadesocial,3363037/percepcao-do-voluntariado.shtml>>

Ponte entre as pessoas

Ensinar – O lugar como parte de si mesmo e cada um como parte do outro é a solidariedade que mãe e filha vivenciam na periferia.

SOLIDARIEDADE

Uma vez, quando tinha 5 anos, Lolita Vieira Maranhão, hoje com 9 anos, fez um Natal no Lagamar, bairro da periferia de Fortaleza-CE, onde a família sempre morou. “Tinha um monte de

brinquedos que eu não ficava brincando. Aí, peguei todos os meus brinquedos, coloquei numa sacola com uns recados, aí, eu ia dando pra várias crianças da minha rua”, restaura a alegria que sentiu, ao doar um dezembro, “por saber que eu tava ajudando as crianças”.

“E ela fez isso sem a gente (pais) saber”, orgulha-se a assistente social Adriana Jerônimo Vieira Silva, 28 anos, mãe de Lolita e de Dandara, a caçula, e presidente da Fundação Marcos de Bruin. É Adriana, que suspendeu o sonho da carreira para se tornar presidente da ONG e manter o projeto vivo, quem primeiro ensina solidariedade às filhas. Porque também aprendeu de criança.

Nascida na comunidade e militante da moradia desde 2009, “porque sempre tem uma obra querendo tirar a comunidade”, retrata, Adriana sabe que solidariedade é alguém ser uma ponte até outro alguém.

Explica que a Fundação atua, há 26 anos, na profissionalização de moradores do Lagamar, em questões de moradia e permanência e no acompanhamento escolar de 40 crianças e jovens. A equipe é de voluntários que “doam seu tempo pra continuar mantendo a Fundação”. Formada em Serviço Social, Adriana aprende a administrar a ONG, desde 2015, “com a cara e a coragem” tentando manter seu funcionamento.

“Fui uma adolescente assistida pela Fundação”, faz o caminho de volta também porque atenta que o Lagamar “é um território muito vulnerável, sem políticas públicas para ninguém”. A comunidade é parte dela. “Então, lembrei de mim, na adolescência, que foi um despertar para minha vida profissional, aprendi muito na Fundação. E quis continuar sendo essa ponte para que outras pessoas pudessem se desenvolver a partir daqui”.

Na comunidade de casas unidas e do socorro de última hora, todos são um pouco da vida do outro, espelha Adriana. Sua história, até a universidade, pontua, se encontra com a de diversas mulheres das cooperativas de costura e de artesanato incubadas na Fundação.

“Temos a oportunidade de conversar sobre o feminismo negro, elas se identificarem comigo, eu me identificar com elas. Elas saírem daqui mais fortes, eu aprender com a força delas”, significa solidariedade. “Minimamente, a gente está conseguindo transformar a realidade daquela pessoa que estava se sentindo sozinha. Você não entra na Fundação sem que você ao menos seja ouvido por alguém”, pontua.

Doar-se ao outro ou ao lugar, como quando foi preciso garantir a urbanização do trecho do VLT (que atravessa o bairro), custa-lhe o que é seu: o tempo com a família, este presente. Mas, igualmente, a doação lhe recompõe: Adriana recebe abraços e relatos de mães que viram o filho se transformar em afeto. “Essa é a recompensa: ter crianças amorosas... E a gente vai ter adolescentes muito melhores, amorosos, afetuoso e conscientes dos seus direitos”.

Lolita segue este caminho, também assistida pelo projeto educacional da Fundação. “Ajudo meus colegas, ensino umas coisas que sei, umas contas de matemática”, dispõe-se. E como é ajudar alguém? “É ser amoroso, colocar no lugar do outro... Conversando, colaborando, respeitando”, faz pontes.

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/10/ponte-entre-as-pessoas.html>>.



Proposta de Redação

- **COMO O VOLUNTARIADO PODE TORNAR AS RELAÇÕES SOCIAIS MAIS HUMANAS?**

18ª

Temática

Consumo de Álcool e Droga por Adolescentes

Guia alerta sobre consumo precoce de bebidas alcoólicas entre jovens

O consumo precoce pode levar a uma série de consequências nocivas

No Norte e Nordeste do país, a preferência é pela cerveja, seguida do vinho. A preferência varia de acordo com a região. Os médicos ressaltam que quanto menor a idade de início da ingestão de bebida alcoólica, maiores as possibilidades de se tornar um usuário dependente ao longo da vida. De acordo com pesquisas, o consumo antes dos 16 anos aumenta significativamente o risco de beber em excesso na idade adulta. “O indivíduo adolescente está numa idade em que parte do cérebro ainda está se formando e que o comportamento impulsivo é muito grande. Quem bebe precocemente tem muita chance de usar o álcool de forma abusiva na vida adulta”, explicou Luciana Silva.

Para especialistas, o consumo precoce pode levar a uma série de consequências nocivas. Os adolescentes que se expõem ao uso excessivo de álcool podem ter sequelas neuroquímicas, emocionais, déficit de memória, perda de rendimento escolar, retardo no aprendizado e no desenvolvimento de habilidades, entre outros problemas.

O custo social do uso abusivo de álcool também é elevado. Os adolescentes ficam mais expostos a situações de violência sexual e tendem a apresentar comportamento de risco, como praticar atividade sexual sem proteção, o que pode levar à gravidez precoce e à exposição a doenças sexualmente transmissíveis.

O alcoolismo entre 12 e 19 anos também eleva a probabilidade de envolvimento dos jovens em acidentes de trânsito, homicídios, suicídios e incidentes com armas de fogo. “A mortalidade nessa faixa etária está intimamente ligada ao consumo precoce do álcool”, alerta a pediatra.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), cerca de 2,5 milhões de pessoas morrem a cada ano no mundo devido ao consumo excessivo de álcool. O índice chega a 4% do total da mortalidade mundial e é maior do que as mortes registradas em decorrência da aids ou tuberculose.

O guia traz ainda dados de pesquisas internacionais que mostram que nos Estados Unidos, a bebida alcoólica está mais associada à morte do que todas as substâncias psicoativas ilícitas, em conjunto. Segundo o manual, os acidentes automobilísticos associados ao álcool são a principal causa de morte entre jovens de 16 a 20 anos, mais que o dobro da prevalência entre os maiores de 21 anos.

Propaganda enganosa

Os especialistas que elaboraram o documento afirmam que o consumo de álcool e drogas durante a adolescência está associado a vários fatores, como a sensação juvenil de onipotência, o desafio à estrutura familiar e social, à curiosidade e impulsividade, necessidade de aceitação, busca de novas experiências e baixa autoestima.

O documento chama a atenção para a forte influência de amigos que usam drogas e de um ambiente familiar conturbado e desestruturado como fatores determinantes para o envolvimento precoce de crianças e adolescentes com o álcool. Segundo a SBP, além dos fatores individuais de predisposição juvenil, colaboram ainda o fácil acesso às bebidas no Brasil e o *marketing* que associa o álcool a prazer, sucesso, beleza e poder.

A entidade defende que propagandas dessa natureza, em qualquer veículo, sejam completamente proibidas. E que haja mais investimento em campanhas de prevenção que mostrem as reais consequências e malefícios do consumo de álcool e drogas, já que a falta de informação é apontada como outro fator que propicia o uso abusivo dessas substâncias.

Crime

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, regulamentado pela Lei 13.106/ 2015, vender ou oferecer bebida alcoólica para menores de 18 anos é crime que pode resultar em detenção de dois a quatro anos do vendedor, aplicação de multa de até R\$ 10 mil ou interdição do local de venda. A lei não limita as punições aos comerciantes. Qualquer adulto, inclusive familiares ou amigos que oferecem bebidas alcoólicas a criança ou adolescente, está sujeito às sanções.

A legislação brasileira também restringe o horário de veiculação de propagandas de bebidas alcoólicas em emissoras de rádio e televisão. Segundo a Lei 9.294 (1996), propagandas de incentivo ao consumo de álcool só podem ser exibidas das 21h às 6h e não devem estar associadas à ideia de maior êxito e desempenho em qualquer atividade, como esporte, condução de veículos ou sexualidade.

A Sociedade Brasileira de Pediatria ressalta, contudo, que no Brasil a falta de aplicação da lei e a permissividade das famílias têm estimulado o consumo precoce de álcool. “É absolutamente indispensável que o governo e as escolas estejam mais atentos e ampliem suas ações, porque ainda são incipientes. É necessário que seja proibida a propaganda do álcool na TV, a venda de álcool para menores de 18 anos, que seja proibida toda essa veiculação de beleza com cerveja, porque cerveja também é álcool”, alerta Luciana Silva.

Recomendações e prevenção

Diante das graves consequências do uso abusivo do álcool na infância e na adolescência, a Sociedade Brasileira de Pediatria faz diversas recomendações aos médicos, educadores e familiares. Entre outros pontos, a entidade defende o fortalecimento da articulação entre as áreas de saúde e de educação para promover ações que estimulem hábitos mais saudáveis.

A SBP destaca a participação escolar, dos médicos e a estruturação do ambiente doméstico como estratégias de proteção da criança e do adolescente. Por meio do diálogo e do estabelecimento de limites, a família, o pediatra e educadores podem ser agentes relevantes na prevenção do alcoolismo precoce, segundo o guia.

Para a Sociedade Brasileira de Pediatria, a responsabilidade na proteção dos jovens é compartilhada pelos pediatras, que podem orientar os pacientes não só com questões relacionadas à saúde, mas também à educação e ao comportamento. O guia recomenda que, durante as consultas, o profissional se mostre aberto às dúvidas e aos questionamentos dos jovens e a ouvir as demandas dos pacientes sem julgá-los, além de trazer esclarecimentos e apontar caminhos de prevenção. “Os pediatras têm papel como educadores e orientadores das famílias, no sentido de mostrar as consequências reais e os danos a curto e longo prazo”, acrescenta a médica.

Aos pais e familiares, a SBP recomenda a não ingestão de álcool durante os períodos de gestação e amamentação, a não exposição de crianças ao uso de bebidas alcoólicas em festas familiares ou outras situações sociais e, principalmente, a orientar e conversar com os filhos sobre os riscos do consumo precoce.

As recomendações incluem ainda a responsabilidade dos gestores públicos, nas esferas municipal, estadual e federal, principalmente na restrição da oferta de bebidas aos adolescentes e no aumento da fiscalização da idade mínima, de 18 anos, permitida para beber. Os especialistas sugerem o aumento de impostos e dos preços das bebidas, bem como a proibição das propagandas alusivas, além de investimento maciço em projetos de prevenção nas escolas, na promoção de hábitos saudáveis e de valorização da vida, entre outros.

Seguindo as diretrizes da Organização mundial da Saúde, a SBP sugere que a questão do uso do álcool e das drogas seja tratada como um problema de saúde pública. “Para nós, é indispensável o acesso à informação. Precisamos de medidas mais sérias, vindas do governo e de campanhas nas escolas, para que as crianças e os adolescentes se informem de que não devem se expor a volumes muito grandes de bebidas e drogas nessa faixa etária”, destaca Luciana Silva.

Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-02/guia-alerta-sobre-consumo-precoce-de-bebidas-alcoolicas-entre-jovens>>



Proposta de Redação

- OS IMPACTOS DO USO EXCESSIVO DE ÁLCOOL NO FUTURO DOS ADOLESCENTES.

19^a
Temática

Gestão de Resíduos Urbanos

Em 2010, foi instituída a política nacional de resíduos sólidos. A gestão de resíduos ainda é um tema bastante em alta devido à enorme quantidade de lixo produzido anualmente no Brasil. Coleta seletiva e logística reversa são alguns dos termos importantes de serem entendidos.



Mathawee Songprapane/123RF/Gettyimages

Gestão de Resíduos

Política Nacional de Resíduos Sólidos

A Lei nº 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), é bastante atual e contém instrumentos importantes para permitir o avanço necessário ao País no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos.

Prevê a prevenção e a redução na geração de resíduos, tendo como proposta a prática de hábitos de consumo sustentável e um conjunto de instrumentos para propiciar o aumento da reciclagem e da reutilização dos resíduos sólidos (aquilo que tem valor econômico e pode ser reciclado ou reaproveitado) e a destinação ambientalmente adequada dos rejeitos (aquilo que não pode ser reciclado ou reutilizado).

Institui a responsabilidade compartilhada dos geradores de resíduos: dos fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, o cidadão e titulares de serviços de manejo dos resíduos sólidos urbanos na Logística Reversa dos resíduos e embalagens pré-consumo e pós-consumo.

Cria metas importantes que irão contribuir para a eliminação dos lixões e institui instrumentos de planejamento nos níveis nacional, estadual, microrregional, intermunicipal e metropolitano e municipal; além de impor que os particulares elaborem seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Também coloca o Brasil em patamar de igualdade aos principais países desenvolvidos no que concerne ao marco legal e inova com a inclusão de catadoras e catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, tanto na Logística Reversa quando na Coleta Seletiva.

Além disso, os instrumentos da PNRS ajudarão o Brasil a atingir uma das metas do Plano Nacional sobre Mudança do Clima, que é de alcançar o índice de reciclagem de resíduos de 20% em 2015.

Destaques da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos

A Lei sancionada incorpora conceitos modernos de gestão de resíduos sólidos e se dispõe a trazer novas ferramentas à legislação ambiental brasileira. Ressaltam-se alguns desses aspectos quais sejam:

- Gestão integrada dos resíduos sólidos
- Responsabilidade compartilhada
- Logística reversa
- Inclusão social de catadores

SRHU e CNMA

A problemática “resíduos sólidos”

Segundo dados de 2008 divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, por meio da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico – PNSB, 99,96% dos municípios brasileiros têm serviços de manejo de resíduos sólidos, mas 50,75% deles dispõem seus resíduos em vazadouros; 22,54% em aterros controlados; 27,68% em aterros sanitários. Esses mesmos dados apontam que 3,79% dos municípios têm unidade de compostagem de resíduos orgânicos; 11,56% têm unidade de triagem de resíduos recicláveis; e 0,61% têm unidade de tratamento por incineração. A prática desse descarte inadequado provoca sérias e danosas consequências à saúde pública e ao meio ambiente e associa-se a triste quadro socioeconômico de um grande número de famílias que, excluídas socialmente, sobrevivem dos “lixões de onde retiram os materiais recicláveis que comercializam.

O quadro institucional atual também é negativo, apesar de encontrar-se em fase de alteração. A maioria das Prefeituras Municipais ainda não dispõe de recursos técnicos e financeiros para solucionar os problemas ligados à gestão de resíduos sólidos. Ignoram-se, muitas vezes, possibilidades de estabelecer

parcerias com segmentos que deveriam ser envolvidos na gestão e na busca de alternativas para a implementação de soluções. Raramente utiliza-se das possibilidades e vantagens da cooperação com outros entes federados por meio do estabelecimento de consórcios públicos nos moldes previstos pela Lei de Saneamento Básico (Lei nº 11.445/2007) e Lei de Consórcios Públicos (Lei nº 11.107/2005) e de seus respectivos decretos de regulamentação (Decreto nº 7.217/2010 e Decreto nº 6.017/2007). Ainda é frequente observar-se a execução de ações em resíduos sólidos sem prévio e adequado planejamento técnico-econômico, sendo esse quadro agravado pela falta de regulação e controle social no setor.

SRHU

Coleta seletiva solidária

Atualmente, a maior parte dos órgãos públicos que já implementam ações da A3P estão se inserindo no projeto “Coleta Seletiva Solidária”, conforme o Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006, que institui a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, constituindo-se em exemplo na busca da inclusão social de expressivo contingente de cidadãos brasileiros.

O referido Decreto prevê a constituição de uma Comissão para a Coleta Seletiva, no âmbito de cada órgão, cujo objetivo é de implantar e supervisionar a separação dos resíduos e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores. Assim como é também de sua responsabilidade apresentar, semestralmente, ao Comitê Interministerial da Inclusão Social de Catadores de Lixo, avaliação do processo de separação e destinação às associações e cooperativas dos catadores.

Além de terem um importante papel na economia, os catadores de materiais recicláveis configuram-se como agentes de transformação ambiental e sua ação minimiza o quantitativo de lixo a ser coletado e destinado pelas municipalidades, ampliando a vida útil dos aterros sanitários. Esses trabalhadores são, ao mesmo tempo, geradores de bens e de serviços, impulsionando o setor econômico da reciclagem.

Disponível em: <www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/gestao-adequada-dos-residuos>

Considerações sobre a reciclagem

Os materiais de pós-consumo mais comumente coletados para reciclagem são papel, alumínio, aço e vidro.

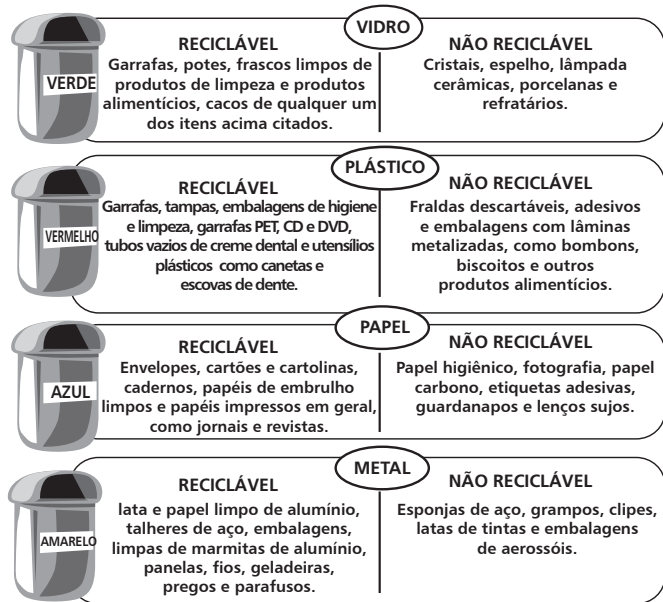
Os custos de mão de obra, energia e poluição associado à coleta, à seleção e ao transporte dos materiais para as instalações onde podem ser reutilizados devem ser considerados em qualquer análise.

Além disso, a demanda de materiais reciclados dessas categorias ao longo do tempo tem se mostrado inconsistente, apresentando preços oscilantes, em resposta às mudanças nas condições de suprimento e em função da demanda.

Assim sendo, a reciclagem de papel, vidro e plásticos necessita ser justificada com base em fatores não econômicos e não energéticos, incluindo, por exemplo, a redução dos espaços dedicados aos aterros.

Por essas razões, e inúmeras outras, a redução no consumo deve ter prioridade sobre a reutilização e a reciclagem de materiais.

Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/a3p/eixos-tematicos/gest%C3%A3o-adequada-dos-res%C3%ADduos/item/9408>>



Marquise: terceira maior empresa brasileira em serviços ambientais

Há 31 anos, a Marquise decidiu ir além de seu papel como construtora e passou também a trabalhar com serviços ambientais. O ano era 1984. Desde então, foram incluídos, na gama de serviços oferecidos – por meio de marcas como EcoFor, EcoPorto e EcoOsasco, em 10 cidades do Brasil –, trabalhos de limpeza urbana, construção e gerenciamento de aterros sanitários, entre outros. Hoje, a Marquise Ambiental se destaca e já é reconhecida como a terceira maior empresa brasileira na área de serviços ambientais.

Reflexo disso, em 1998, a empresa obteve a Certificação de Qualidade ISO 9001, sendo a primeira companhia do Nordeste e a segunda no País a cumprir as exigências necessárias para receber esse reconhecimento. “A certificação vem atestar um programa de organização interna, pela maneira como os processos são organizados e executados. Ela permite regularidade e uma análise contínua desses processos, para buscar sempre um grau de qualidade a mais. Foi uma conquista. Todos os anos, a inspeção é feita e temos conseguido manter a qualidade”, afirma Hugo Nery, diretor de operações de serviços ambientais do Grupo Marquise.

Conforme explica Nery, a área de serviços urbanos abrange diversos serviços, desde a coleta de lixo domiciliar até a manutenção de equipamentos urbanos que precisam de limpeza. “A Marquise Ambiental está preparada para atender todas as áreas, desde a manutenção de iluminação pública, tratamento de água e esgoto, toda a gama de serviços urbanos de limpeza – varrição, capinação, caiação, limpeza de praças, avenidas, lavagem de feiras. Cada município contratará os serviços que são possíveis de acordo com suas capacidades.”

Educação

“Se cada cidadão cuidasse de sua rua, seu bairro, de forma correta, nós não teríamos um problema ambiental macro para cuidar”, afirma Hugo Nery. Segundo o diretor, entretanto, a consciência de que o processo de educação não é algo a curto prazo, é fundamental. “Algumas gerações precisarão ser corretamente educadas para que tenhamos benefícios ambientais lá na frente. Isso tem que começar já.”

Pensando nisso, desde 2010, a Marquise Ambiental desenvolve o Programa Ecocidadão. Trabalho de Educação ambiental realizado por meio do Ecofor, o programa leva – em escolas e comunidades em áreas de vulnerabilidade social de Fortaleza – ações de conscientização e sensibilização sobre a correta disposição de resíduos sólidos e sobre formas de redução da incidência de lixo solto.

A iniciativa abrange, ainda, outras ações, como: fixação de placas proibitivas nas comunidades atendidas, postos de entrega voluntária para coleta seletiva, doação voluntária a cooperativas de coleta seletiva, educação ambiental porta a porta, reuniões com líderes comunitários, implantação de gari comunitário, projeto de grafiteagem e o Dia Mundial da Limpeza de Praia, que acontece no terceiro sábado de setembro e mobiliza cerca de 1500 pessoas.

Números

1.936.575 t de lixo foram coletadas de janeiro a julho de 2015 pela Marquise, atendendo a uma população de mais de 7,02 milhões de habitantes.

50 mil

Crianças foram impactadas com 102 apresentações do programa Ecocidadão nas Escolas em 2015. Em 2014, a iniciativa contemplou dez mil crianças em 25 escolas e, em 2013, três mil crianças em oito escolas.

Serviços

Atualmente, a Marquise Ambiental atende as áreas de: Gestão de resíduos sólidos urbanos, com coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos domiciliares e especiais (entulho, restos de poda e lixo solto); varrição e conservação de logradouros públicos; construção e gerenciamento de aterros sanitários; educação ambiental; gestão de sistemas de água e esgoto.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/especiais/marquise/conteudo/2015/12/03/notmaquiseconteudo,3543796/marquise-terceira-maior-empresa-brasileira-em-servicos-ambientais.shtml>>

As lixeiras da paisagem

Além das criações do arquiteto modernista Antoni Gaudi, há um elemento que se repete na paisagem urbana de Barcelona: a lixeira. De todos os tamanhos, estão espalhadas pela cidade e não se escondem em ruas secundárias ou em bairros afastados. Não estão longe dos olhos. Surgem ao lado da Sagrada Família, ao redor da Praça Catalunya, no Bairro Gótico, pertinho da entrada do Parque Güell. Amarelas, verdes e azuis para recicláveis; marrons para orgânicos e cinzas para o que não se aproveita; pequenas para os pedestres que caminham pela rua.

Todo bairro tem um dia na semana para colocar, próximo a essas lixeiras, objetos maiores, geralmente móveis. É comum que os vizinhos saiam para dar uma volta e ver se tem algo útil e necessário. Uma estante e um sofá podem mudar de casa algumas vezes ao longo das décadas que viverão antes de ir parar em um aterro sanitário.

Essa percepção do lixo doméstico difere completamente da estrutura comum de um bairro de classe média em Fortaleza, por exemplo, repleto de condomínios cujos moradores não se preocupam com os resíduos depois que atravessam a porta de casa. Sabemos que consumimos em excesso, mas preferimos esquecer. Já vimos fotos das ilhas flutuantes nos oceanos, compartilhamos imagens de tartarugas presas em plásticos e golfinhos cortados, mas não nos sentimos responsáveis pelo destino das coisas que não nos servem mais. Perdoem o trocadilho bobo, mas é urgente parar de esconder a sujeira embaixo do tapete.

De pouco servirá uma mudança de postura individual se não houver uma atuação eficaz do poder público de gestão dos resíduos sólidos, além de ações de educação e, principalmente, fiscalização e punição daqueles que não respeitam as regras. Tão bonito como ver a Casa Batlló, o Tibidabo ou a praia da Barceloneta é encontrar uma cidade limpa e cheia de lixeiras incorporadas à rotina da cidade.

Ao evitar falar do tema e se perceber responsável pelo lixo em Fortaleza, capital cearense, mais ele explode diante dos olhos: em calçadas entupidas de porcarias que se transformam no espelho daquilo que não queremos ser, mas somos.

Iana Soares – Jornalista

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2015/08/03/noticiasjornalopiniao,3478272/as-lixearas-da-paisagem.shtml>>



Proposta de Redação

- **IMPACTOS DA ADEQUADA COLETA DE RESÍDUOS PARA MUDANÇAS AMBIENTAIS.**

20^a

Temática

Saúde Pública

Problemas no Sistema Único de Saúde (SUS) como falta de médicos, atrasos, grandes filas de espera e falta de equipamentos são possíveis de serem tratados em uma produção textual. O tema também é bastante atual devido ao programa de governo Mais Médicos, que trouxe médicos de outras nacionalidades (cubanos) para atuar no Brasil com o intuito de amenizar os problemas na saúde pública.

Saúde em colapso?

Sistema público

Por que vivemos uma crise no sistema de saúde brasileiro? O velho clichê político insiste em afirmar que o problema é financiamento ou má qualidade gestora. Contudo, nosso modelo de sociedade sempre exigirá custos crescentes para manutenção desse sistema, sendo, portanto, insustentável no longo prazo. De fato, existe uma incompetência para gerenciar os recursos existentes. Foram anos de gastos sem estudos, sem definições de prioridades com evidências, sendo o principal guia a pasta política em detrimento das necessidades da sociedade. Mas afinal, que modelo doente é esse?

O modelo de saúde nada mais é que o reflexo da sociedade e sofre dos mesmos problemas sistêmicos que a educação e a questão da violência crescente. A base para o problema dos três setores é comum: o desrespeito à vida.

Nessa sociedade, o que é enfatizado é o consumo em detrimento da necessidade, o excesso de conhecimento sem utilidade, os recursos concentrados nas mãos de poucos e a falta de comprometimento ético das relações humanas, sendo os interesses individuais de poucos sempre se sobressaindo às necessidades coletivas.

As escolas viraram locais para “deixar os filhos”; os educadores se transformaram em professores pragmáticos; a saúde, em fútil mercadoria de consumo e o homicídio banal.

É preciso reconstruir tudo com foco no respeito à vida e à dignidade humana. Só fazem sentido escolas que ensinem as crianças a amar a servir ao bem comum, em vez de projetar nas crianças um padrão de sucesso financeiro competitivo e acirrado, o que tem sido causa do crescente número de doenças mentais na vida adulta.

A crise do sistema de saúde pública jamais será resolvida olhando-se apenas para o SUS. Será preciso, antes, a sociedade definir melhor suas prioridades com foco na vida humana. O recurso investido que não agregar valor à vida deve ser considerado desperdício e automaticamente redirecionado para este fim.

Enquanto não compreendermos isso, toda modificação será apenas uma falácia de curto prazo, um circo para ludibriar as expectativas humanas do nosso real problema: a injustiça social a qualquer preço para manter uma sociedade de consumo ativa.

Breitner Chaves

Médico; mestre em Saúde Pública

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2016/01/04/noticiasjornalopiniao,3556427/saude-em-colapso.shtml>>

Crise da saúde

Pacientes no chão de hospitais do Ceará é uma das imagens mais marcantes num ano que produziu cenas lamentáveis em série. Com o agravamento da crise na saúde do Estado, que se tornou ainda mais aguda por causa na queda da arrecadação da União e municípios, a rede pública sofreu, logo no primeiro semestre, com dificuldades extremas no atendimento de unidades como o Hospital Geral de Fortaleza (HGF) e o Instituto Dr. José Frota (IJF). Nem mesmo a construção de unidades no Interior, iniciada ainda na gestão de Cid Gomes (PDT), antecessor do governador Camilo Santana (PT), garantiu leitos em quantidade suficiente a fim de disponibilizar leitos em quantidade razoável. O ápice da crise deu-se com a divulgação de imagens que passaram a circular pelo País: homens e mulheres atendidos no chão do IJF e corredores de outras unidades superlotadas. Como reação, o Sindicato dos Médicos do Ceará começou uma contagem das pessoas mantidas nessa situação, expediente que a entidade batizou de “corredômetro”. Meses depois à superlotação dos hospitais se somaria ainda outro velho conhecido: o surto de dengue. Preocupado com o número de casos, o Governo do Estado preparou uma ofensiva contra o mosquito transmissor, que, além da doença, é apontado como responsável pela explosão de casos de microcefalia no País.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/especiais/perspectiva/2015/12/31/noticiasperspectiva,3553586/crise-da-saude.shtml>>

Deputado pede fim de publicidade de Mais Médicos para priorizar agente

Crítico da medida do Ministério da Saúde, o deputado federal Raimundo Gomes de Matos (PSDB-CE), que faz oposição ao governo Dilma Rousseff, entrou com requerimento de indicação na Câmara dos Deputados para que o ministro da Saúde Marcelo Castro (PMDB) revogue a Portaria 1.025.

“Pela Portaria, um município como Independência, que tem mais de 3 mil km² de área, só poderá contratar, com o auxílio da União, cinco agentes de combate às endemias. Muitos municípios, no Ceará e no Brasil como um todo, acabaram sendo obrigados a demitir agentes ou arcar com custos adicionais”, sustenta o parlamentar.

O tucano destaca como um dos principais pontos negativos do documento a vinculação dos recursos para o combate de endemias à disponibilidade orçamentária, em um momento em que há cortes no orçamento, paralelamente ao aumento nos casos suspeitos de microcefalia associada ao zika vírus.

“Por isso, entrei também com requerimento para sustar propagandas do Ministério da Saúde que não sejam de caráter educativo. Não faz sentido dizer que não tem dinheiro para pagar os agentes e fazer publicidade do programa Mais Médicos”, critica.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/12/18/noticiasjornalcotidiano,3551104/deputado-pede-fim-de-publicidade-de-mais-medicos-para-priorizar-agente.shtml>>

Mais Médicos para o Brasil, mais saúde para você

O Programa Mais Médicos (PMM) é parte de um amplo esforço do Governo Federal, com apoio de estados e municípios, para a melhoria do atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). Além de levar mais médicos para regiões onde há escassez ou ausência desses profissionais, o programa prevê, ainda, mais investimentos para construção, reforma e ampliação de Unidades Básicas de Saúde (UBS), além de novas vagas de graduação, e residência médica para qualificar a formação desses profissionais.

Assim, o programa busca resolver a questão emergencial do atendimento básico ao cidadão, mas também cria condições para continuar a garantir um atendimento qualificado no futuro para aqueles que acessam cotidianamente o SUS. Além de estender o acesso, o programa provoca melhorias na qualidade e humaniza o atendimento, com médicos que criam vínculos com seus pacientes e com a comunidade.

O Mais Médicos se somou a um conjunto de ações e iniciativas do governo para o fortalecimento da Atenção Básica do país. A Atenção Básica é a porta de entrada preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS), que está presente em todos os municípios e próxima de todas as comunidades. É neste atendimento que 80% dos problemas de saúde são resolvidos.

Nesses dois anos, o Mais Médicos conseguiu implantar e colocar em desenvolvimento os seus três eixos pilares: a estratégia de contratação emergencial de médicos, a expansão do número de vagas para os cursos de Medicina e residência médica em várias regiões do país, e a implantação de um novo currículo com uma formação voltada para o atendimento mais humanizado, com foco na valorização da Atenção Básica, além de ações voltadas à infraestrutura das Unidades Básicas de Saúde.

Disponível em: <<http://maismedicos.gov.br/conheca-programa>>



Proposta de Redação

• IMPLICAÇÕES DE UMA SAÚDE PÚBLICA BRASILEIRA DEFICITÁRIA

Dicas sobre a Competência II

A Competência II visa a avaliar a compreensão da proposta de redação – esta exige que o participante escreva um texto dissertativo-argumentativo, o qual é o tipo de texto que demonstra a verdade de uma ideia ou tese. É mais do que uma simples exposição de ideias. Para isso, o candidato deve evitar elaborar um texto de caráter apenas expositivo. É preciso apresentar um texto que expõe um aspecto relacionado ao tema, defendendo uma posição, uma tese.

Assim, obtém a nota máxima nessa competência o candidato que:

200 pontos	Desenvolve o tema por meio de argumentação consistente, a partir de um repertório sociocultural produtivo, e apresenta excelente domínio do texto dissertativo-argumentativo.
------------	---

Por isso, atente para alguns pontos importantes:

- Leia com atenção a proposta da redação e os textos motivadores, para compreender bem o que está sendo solicitado.
- Evite ficar preso às ideias desenvolvidas nos textos motivadores, porque foram apresentados apenas para despertar uma reflexão sobre o tema e não para limitar sua criatividade.
- Não copie trechos dos textos motivadores. Lembre-se de que eles foram apresentados apenas para despertar seus conhecimentos sobre o tema.
- Refleta sobre o tema proposto para decidir como abordá-lo, qual será seu ponto de vista e como defendê-lo.
- Reúna todas as ideias que lhe ocorrerem sobre o tema, procurando organizá-las em uma estrutura coerente para usá-las no desenvolvimento do seu texto.
- Desenvolva o tema de forma consistente para que o leitor possa acompanhar o seu raciocínio facilmente, o que significa que a progressão textual é fluente e articulada com o projeto do texto.
- Lembre-se de que cada parágrafo deve desenvolver um tópico frasal.
- Examine, com atenção, a introdução e a conclusão para ver se há coerência entre o início e o fim.
- Utilize informações de várias áreas do conhecimento, demonstrando que você está atualizado em relação ao que acontece no mundo.
- Evite recorrer a reflexões previsíveis, que demonstram pouca originalidade no desenvolvimento do tema proposto.
- Mantenha-se dentro dos limites do tema proposto, tomando cuidado para não se afastar do seu foco. Esse é um dos principais problemas identificados nas redações. Nesse caso, duas situações podem ocorrer: fuga total ao tema ou fuga parcial ao tema.

21^a

Temática

O Papel da Mulher na Sociedade Contemporânea

O papa e a dignidade das mulheres

É dispensável afirmar que, em pouco tempo de papado, Francisco revelou-se por demais carismático, acessível, humilde e inegável liderança mundial. Ávida que se encontra a humanidade pela solução de seus profundos problemas, dos mais diversos matizes, como guerras, fome, má distribuição de rendas, falta de esperança e discriminações, vem em bom momento uma reflexão a respeito do papel da mulher na sociedade e na Igreja.

A proposta de Francisco é que as mulheres sejam protagonistas e não meras convidadas para a atuação na vida social e religiosa. Diz que de há muito está ultrapassado o modelo de subordinação da mulher ao homem, devendo ser implementada a equivalência e reciprocidade. Que ainda se espalham mundo afora muitas formas de escravidão, mercantilização e mutilação de corpos de mulheres. Ora, para o filósofo Immanuel Kant, o ser humano há de ser sujeito e jamais objeto de quem quer que seja, ou de que regime ou poder posto seja.

Só assim estará sendo respeitada sua dignidade. Dispensa delongas que as formas citadas de exploração da mulher não de ser afastadas de toda e qualquer sociedade, para que venha a ser respeitada sua dignidade. Mas já não teria chegado a hora de a própria Igreja rever seus posicionamentos a respeito dos papéis secundários e coadjuvantes que tem delegado às mulheres ao longo de seus 2.000 anos de existência? Que fundamento sólido justifica a impossibilidade de ordenação de mulheres, tendo as mesmas que se contentarem de sempre estarem a serviço de religiosos masculinos para a realização de suas atividades?

Se homem e mulher são igualmente detentores de dignidade, por qual razão tão poderosa, em pleno século XXI, uma mulher, com toda sua natureza criteriosa, detalhista e devotada não poderia assumir a condição de sacerdotisa e de cargos mais altos da hierarquia da Igreja? Dignidade não pode ser admitida só de forma parcial. E a plena participação é a efetivação da total observância da dignidade da mulher.

Emmanuel Furtado – Desembargador do TRT

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2015/03/19/noticiasjornalopiniao,3409557/o-papa-e-a-dignidade-das-mulheres.shtml>>

Mães do século XXI são mais interessadas em tecnologia

No estudo, 35% das genitoras disseram que não imaginam a vida sem a Internet, incluindo as de maior idade



As mães do século XXI são menos conservadoras e mais interessadas em tecnologia.

O Brasil tem 67 milhões de mães, segundo pesquisa do Instituto Data Popular. Dessas, 31% são solteiras e 46% trabalham. Com idade média de 47 anos, 55% das genitoras pertencem à classe média, 25% à alta e 20% são da baixa. Pouco mais de um terço dos filhos adultos, 36%, ajudam financeiramente as genetrizes. De acordo com o estudo, as mães do século XXI são menos conservadoras e mais interessadas em tecnologia do que as do anterior.

Entre as progenitoras do século passado, 75% acreditavam que uma pessoa só pode ser feliz se constituir família. O percentual de verdade dessa premissa cai para 66% para as mães da nova geração. Para 58% das mães da geração anterior é um dever da mulher cuidar das refeições. Enquanto essa mentalidade prevalece em apenas 45% das genitoras do século XXI. Em relação a tecnologia, 35% das genetrizes da geração atual disseram que não imaginam a vida sem a Internet, contra 14% das que experimentaram a maternidade antes dos anos 2000. Já 63% das mães do século XXI afirmaram que adoram produtos tecnológicos da mais recente geração. Entre as de maior idade, o percentual é de 38%.

A geração anterior também acredita ser principalmente atuação do homem encaminhar dinheiro para dentro de casa, 55%, e que as tarefas domésticas são dever da mulher, 60%. Entre as mais novas, 43% acreditam no dever do homem provedor e 48% veem a mulher como responsável pelo lar. Família monoparental ocorre quando apenas um dos pais de uma criança arca com as responsabilidades de criar o filho ou os filhos.

No Brasil, o clã monoparental é previsto pelo artigo 226 da Constituição Federal. Os familiares formados por um dos pais e seus descendentes organizam-se tanto pela vontade de assumir a paternidade ou a maternidade sem a participação do outro genitor, quanto por circunstâncias alheias à vontade humana, entre as quais a morte, e abandono.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-05/brasil-tem-mais-de-20-milhoes-de-maes-solteiras-aponta-pesquisa>>

Nadia Murad: a luta de uma mulher contra o “Estado Islâmico”

Vencedora do Nobel da Paz, jovem yazidi viu seu vilarejo ser dizimado pelos jihadistas, foi raptada e sofreu três meses de tortura e escravidão sexual. Após escapar do cativeiro, virou porta-voz dos direitos de seu povo. Nadia Murad nunca vai esquecer o dia 15 de agosto de 2014. Ela tinha 21 anos quando sua vida virou um inferno. Até então, a jovem nutria grandes planos: recebera autorização para estudar e pensava em se tornar professora de história ou abrir seu próprio salão de beleza em seu vilarejo.

Com cerca de 2 mil habitantes, a pequena vila onde vivia Murad fica em Sinjar, uma região do norte do Iraque habitada principalmente por yazidis curdos. (...)

Ao longo de uma hora, mais de 300 homens, mulheres e crianças foram exterminados no vilarejo. (...)

Aqueles que sobreviveram ao ataque foram raptados e levados para Mossul, bastião do “Estado Islâmico” no Iraque. Murad foi uma delas. Durante três meses, ela foi prisioneira dos combatentes jihadistas, que em meados de 2014 haviam tomado grandes áreas da Síria e do Iraque ao invadir aldeias povoadas por yazidis, cristãos e outros fiéis não muçulmanos.

Murad sofreu, nesses três meses, o peso da escravidão sexual: foi espancada, torturada, estuprada. O mesmo destino, estima-se, de mais de 5 mil mulheres yazidis.

Quatro anos depois, a sobrevivente, hoje com 25 anos, foi anunciada uma das vencedoras do Nobel da Paz de 2018 por seus esforços para acabar com o uso da violência sexual como arma de guerra, enquanto insiste que mais de 3 mil yazidis seguem desaparecidos, provavelmente ainda em cativeiro.

(...)

Ativismo a favor de seu povo

No país europeu, Murad se tornou uma reconhecida ativista na luta pelos direitos humanos da minoria yazidi, que antes de 2014 contava com 550 mil membros no Iraque. Atualmente 100 mil deles deixaram o país, e muitos outros estão deslocados no Curdistão.

Ela trava uma batalha incansável para ganhar aliados no combate à escravização de mulheres yazidis no norte do Iraque pela milícia terrorista, e defende que a comunidade internacional reconheça como genocídio os horrores cometidos contra seu povo.

Seu ativismo a levou para vários lugares do mundo e lhe rendeu diversos prêmios internacionais antes do Nobel da Paz. Em 2016, foi nomeada embaixadora especial da ONU para a Dignidade dos Sobreviventes do Tráfico Humano.

No mesmo ano, recebeu o Prêmio Sakharov para a Liberdade de Pensamento, principal prêmio de direitos humanos da União Europeia, ao lado de Lamiya Aji Bashar, então com 18 anos, também vítima da escravidão sexual perpetrada pelo “Estado Islâmico” no Iraque.

Por seu comprometimento destemido, Murad continuou sendo perseguida pelo EI e chegou a receber ameaças de morte. Ela diz, no entanto, que já não tem mais medo de perder a vida. “A morte é inofensiva em comparação com o inferno que todos nós tivemos de suportar.”

A Deutsche Welle é a emissora internacional da Alemanha e produz jornalismo independente em 30 idiomas.

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/mundo/dw/2018/10/nadia-murad-a-luta-de-uma-mulher-contra-o-estado-islamico.html>>



Proposta de Redação

- AS CONSEQUÊNCIAS DAS TRANSFORMAÇÕES DO PAPEL DA MULHER NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

22^a

Temática

Corrupção no Brasil

Advogado-geral diz que Brasil regrediu na luta contra a corrupção

O advogado-geral da União, André Mendonça, disse que, entre os anos de 2011 e 2017, o Brasil esteve entre os países que mais regrediram nos indicadores de corrupção. “Ao invés de se aproximar do Chile, o mais bem colocado na América Latina, ficou cada vez mais perto do Paraguai, um dos mais mal avaliados da região”, ressaltou.

Na avaliação de André Mendonça, “a corrupção é um entrave para a qualidade total da governança pública”. O advogado-geral participou nesta quinta-feira, 4, de um seminário que discutiu o impacto da corrupção nos direitos humanos.

O evento foi promovido pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Damares Alves, a ministra, abriu a palestra do advogado-geral, que abordou um estudo com indicadores de corrupção do Banco Mundial e da Transparência Internacional.

De acordo com os dados apresentados pelo advogado-geral, nos três países com melhores indicadores – Dinamarca, Nova Zelândia e Finlândia – “não há desperdício de recursos aplicados em políticas públicas em relação aos que apresentaram maiores índices de corrupção”.

Nesses países, destacou Mendonça, “os recursos liberados para a construção de uma escola ou de um hospital, por exemplo, são usados integralmente na obra e não há desvio do dinheiro”.

“Já nos dois melhores colocados na América Latina, Uruguai e Chile, o desperdício é menor se comparado com o Brasil e com aqueles com classificação pior em relação à corrupção”, afirmou.

Ainda segundo a análise do advogado-geral, a escala de corrupção se assemelha aos indicadores de desenvolvimento humano das Nações Unidas. “As mesmas diferenças que existem nos indicadores de corrupção entre esses países também podem ser auferidas nos Indicadores de Desenvolvimento Humano (IDH)”, assinalou.

O estudo compilado pelo advogado-geral da União já foi apresentado ao presidente Jair Bolsonaro e aos ministros do governo. Para André Mendonça, chegar próximos aos índices de países nórdicos e da Nova Zelândia ainda está muito longe para o Brasil, “mas é possível estar no mesmo patamar dos mais bem colocados na América Latina”.

Para isso, diz o chefe da AGU, “é preciso que todos respeitem leis, contratos e condenações impostas pela Justiça”. “Se eu quero que o meu país chegue ao Chile, pelo menos, precisamos ouvir a confiança que o cidadão deposita em nós. Honrando essa confiança, nós vamos melhorar os indicadores de governança e, com isso, políticas públicas mais efetivas e os direitos humanos vão ser muito melhores resguardados”, avaliou.

Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/advogado-geral-diz-que-brasil-ficou-mais-perto-do-paraguai-na-luta-contra-a-corrupcao/>>

Moro diz que não vai “desistir de missão” no ministério por “falsos escândalos”

Na entrevista, publicada neste Domingo (7), o ministro admite que “pode ter mensagens que tenham ocorrido”

Política

Em relação à suposta interferência em uma possível delação do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, Moro disse que a atribuição não era dele, e sim do Supremo Tribunal Federal (STF).

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Sérgio Moro, afirmou, em entrevista ao Correio Braziliense, que não pretende deixar o cargo por causa das mensagens reveladas com procuradores da Lava Jato à época que era o juiz à frente da investigação na primeira instância.

“Não vai ser por causa de falsos escândalos que vou desistir dessa missão”, disse, referindo-se à consolidação dos avanços no combate à corrupção e ao crime organizado. Moro se refere à publicação das mensagens como “revanchismo” e afirmou que o hacker tem interesse principal de impedir novas investigações e anular condenações.

Na entrevista, publicada neste Domingo (7), o ministro admite que “pode ter mensagens que tenham ocorrido”, citando como exemplo o trecho revelado “In Fux, we trust”. “Confio no ministro do Supremo”. Qual é o problema em falar nisso? Problema nenhum. Mas pode ter uma mexida numa palavra, na própria identificação e na atribuição dessas mensagens”, disse, repetindo que deveria ter sido averiguada a autenticidade do material.

Em relação à suposta interferência em uma possível delação do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha, Moro disse que a atribuição não era dele, e sim do Supremo Tribunal Federal (STF) e da Procuradoria Geral da República (PGR).

No Twitter, o ministro rebateu a reportagem da Folha de São Paulo, que diz que a Lava Jato e Moro atuaram para expor dados sigilosos sobre Venezuela. Ele afirmou que na Venezuela “juizes e procuradores são perseguidos e não podem agir com autonomia”.

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/politica/online/moro-diz-que-nao-vai-desistir-de-missao-no-ministerio-por-falsos-escandalos-1.2120312>>.

Brasil: pior nota em índice de corrupção desde 2012

A corrupção é considerada uma das principais ameaças à democracia no mundo. A ONG Transparência Internacional, entidade que apoia mobilizações da sociedade civil e trabalhos de conscientização de empresas e governos para melhores práticas, tem lançado alertas sobre o assunto.

A entidade mantém o Índice de Percepção da Corrupção (IPC), que ajuda a mapear os movimentos de combate à corrupção pelo planeta. O indicador é publicado desde 1995 e faz uma análise da percepção da corrupção no setor público em 180 países. O estudo toma por base 13 pesquisas de avaliação feitas com empresários e especialistas, e as pontuações do índice estão dispostas em uma escala de zero (altamente corrupto) a 100 (altamente íntegro).

Os resultados de 2018 mostram um quadro triste: mais de 2/3 dos países pontuam abaixo de 50, enquanto a média global é de apenas 43. A constatação mais perturbadora é a de que a maioria dos países avaliados tem feito pouco ou nenhum progresso. Apenas 20 conseguiram avanços significativos nos últimos anos.

O Brasil, felizmente ou infelizmente, está na lista de nações em que houve elevação da percepção de corrupção.

O País apresentou a sua pior nota desde 2012 e caiu da 96ª posição do ranking da Transparência Internacional para a 105ª posição do ranking. A pontuação brasileira ficou bem abaixo da média mundial, passando de 37 para 35, com a terceira queda anual seguida.

Investigações 2

Consequências para o país

Todo esse movimento de combate à corrupção não ocorreu de forma gratuita. Vale lembrar os protestos em 2013, que começaram em defesa de um transporte público mais barato e ganharam proporções maiores.

Depois das manifestações, a presidente Dilma Rousseff encaminhou lei contra organizações criminosas, aprovada no Congresso e Senado a toque de caixa, sem emendas, substituindo lei de 1995. O Brasil também assinou convenção da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) contra o suborno internacional e tomou providência para mostrar transparência aos investidores.

Ou seja, podemos dizer que as investigações foram um avanço, mostram a transparência do setor público. A grande interrogação é sobre as consequências de todo esse movimento: se ele será a base para o fortalecimento da democracia ou apenas para uma substituição de poder e imposição de novos processos burocráticos.

Investigações 3

Processo de mudança

O consultor Wilton Daher é um otimista em relação ao Brasil. Na sua avaliação, mesmo com todos os últimos desastres ocorridos, o mercado olha o País como uma nação em mudança.

(...)

Disponível em: https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/neila_fontenele/2019/01/28811-brasil--pior-nota-em-indice-de-corrupcao-desde-2012.html

Editorial: “Combate à corrupção é agenda mundial”

Estudo da OCDE divulgado em 2014 já apontava a corrupção como a terceira maior do planeta

Um informe da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) em parceria com o Banco Mundial aponta que a corrupção é uma “indústria global” que movimenta em torno de dois trilhões de dólares por ano. Esse montante equivale ao PIB da França e é maior que toda a riqueza que o Brasil produz. Outro estudo da mesma OCDE divulgado em 2014 já apontava a corrupção como a terceira maior “indústria” do planeta, correspondendo a 5% da economia mundial.

Muito se discute acerca da corrupção, mas pouco se fala de seus males. Segundo o estudo da OCDE, o dinheiro anual destinado à corrupção é metade de tudo de que o mundo precisa para garantir uma infraestrutura adequada a seus cidadãos até 2030. Infraestrutura significa mais educação, mais saúde, habitações dignas, mais empregos e mais alimentos.

Dono de uma das maiores economias do mundo, o Brasil contribui significativamente para essa conta. Segundo o último “índice de corrupção” divulgado pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil é a quarta nação mais corrupta do mundo, atrás apenas do Chade, da Bolívia e da Venezuela, que lidera o *ranking*.

Sempre que se falar em pobreza e desigualdades, é importante que relacionemos esses graves problemas sociais não somente a falhas estruturais na economia, mas também à cultura

da corrupção que, a julgar pelas investigações colocadas em prática no Brasil, assumiu patamares espantosos.

Ao longo do tempo, o mundo vem adotando uma série de medidas que atacam de forma decisiva o funcionamento desta “indústria”. A mais relevante é a cooperação internacional que torna cada vez mais difícil manter escondidas contas em paraísos fiscais e bancos estrangeiros. Outra medida importante é a adoção de leis que facilitam a delação por iniciativa das próprias empresas envolvidas em casos de corrupção.

Centro das atenções mundiais por causa dos casos de corrupção investigados em diversas operações, o Brasil ainda precisa adotar medidas mais firmes. Afinal, a promiscuidade entre o público e o privado, o baixo índice de transparência, o excesso de regulações e a burocracia foram o caldo para a proliferação de corruptos.

Disponível em: <http://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2017/05/editorial-combate-a-corrupcao-e-agenda-mundial.html>

Corrupção e violência

Dois atributos primitivos do humano chegam ao topo da estrutura de valores que comanda parte significativa das instituições públicas e privadas brasileiras. Ser corrupto e violento ganhou posição de destaque em uma sociedade refém da sua própria fragilidade de expectativas. O mais grave dessa situação é quando o senso comum começa a admitir ou até a admirar quem se dá bem a qualquer custo.

A corrupção e a violência estão presentes em toda a história da humanidade, entretanto, o refinamento da vida em sociedade criou mecanismos de inibição desses dois traços maléficos, a fim de que eles não se sobressaíam. As leis, por exemplo, são mecanismos reguladores desse tipo de prática antissocial. Mas em momentos que corruptos e violentos tomam o poder, as leis são alteradas em seu favor.

O Estado, criado dentre outras coisas para ter o monopólio da violência, e, com isso, o recurso do estabelecimento da ordem social e do controle do crime, ao assumir também a corrupção como parte de si, torna-se o principal cúmplice do fortalecimento do mercado da segurança. Com isso, a sábia divisão feita entre sociedade civil e militar, que distingue democracia e hierarquia, entra em processo de inversão, enfraquecendo a cidadania.

Vive-se um dilema altamente complexo como efeito da coalizão entre corruptos e violentos. De um lado, o Estado abre mão da sua responsabilidade exclusiva de provedor de segurança, e, nesse vácuo, proliferam os negócios orientados ou dirigidos por profissionais militares e delegados; do outro lado, exacerbam-se as denúncias impulsionadas por ressentimentos associados a causas, em um sensacionalismo de fascinação e paranoia.

O mais crítico nessas premissas é que ambas são propagadoras de medo. Em uma, o medo é causado pela consciência do perigo existente na confusão feita entre polícia, bandido e empresário de segurança; na outra, o medo nasce do temor de linchamento moral quando alguém ousa dizer algo que possa ir de encontro ao caráter intocável de certas denúncias, que, almejando a punições, muitas vezes alimentam o sistema de insegurança.

Se uma e outra propagam o medo, as duas assumem o jogo no campo e com as regras dos corruptos e violentos. Estabelece-se, assim, a negação ao debate sobre as variáveis das motivações, deixando-se o terreno livre para a consolidação do delito como produto e da delinquência como *status* social. Inclusive, a educação quando voltada essencialmente para a competitividade, prepara potenciais corruptos e violentos.

No Brasil, o esforço dos que extraviaram a identidade da esquerda para caracterizar desvios éticos como prerrogativa do poder presta um desserviço ao País, à medida em que contamina a sociedade com um estranho fertilizante que aumenta a produtividade das ervas daninhas. A retórica da vitimização está permeada de reações agressivas e entra em choque com a falta de modos dos que tomaram o poder, numa viralizante guerra civil digital.

Qualquer mudança a ser feita no percurso da crise atual passa pela negação à corrupção e à violência. E aqui não interessa se o implicado é partidário, amigo, parente ou adversário. Precisamos aprender a lidar com as frustrações que essas situações nos trazem. Estamos no impasse de um mundo intervalar e é preciso coragem para sonhar de novo.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/jornal/colunas/flaviopaiva/2017/03/corruptcao-e-violencia.html>>



Proposta de Redação

- **TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO: A CORRUPÇÃO EM QUESTÃO NO BRASIL.**
- **ARTIGO DE OPINIÃO: PRODUZA UM ARTIGO DE OPINIÃO SOBRE OS CASOS DE CORRUPÇÃO RECENTEMENTE INVESTIGADOS NO BRASIL.**
- **ESCREVA UMA CARTA A UM POLÍTICO BRASILEIRO, ABORDANDO QUESTÕES ÉTICAS E HUMANITÁRIAS NECESSÁRIAS AO DESENVOLVIMENTO DO PAÍS.**

23^a

Temática

Fake News na Sociedade Contemporânea

As mentiras e os espantalhos retóricos que viralizam nas redes sociais

Discurso de Ódio e Fake news

No campo da linguagem e dos discursos, estamos (re)vivendo um período de certezas e pré-conceitos fortes, em que o estado de dúvida do pensamento tem sido cada vez mais soterrado com a avalanche de opiniões e comportamentos inflexíveis, intolerantes e caricatos. É uma necessidade humana de encontrar sempre um porto-seguro que não abale as estruturas da “zona de conforto” desejada ou da ilusão mental construída. A busca pela segurança, ainda que inventada, não tem simpatia pela dúvida inerente à própria condição humana.

O discurso de ódio vem nessa onda da construção da “verdade”, única ou hegemônica, daquele que enuncia o discurso, ao mesmo tempo em que representa um (des)encontro hostil com o “outro” diferente. Essa hostilidade é construída a partir da criação de um antagonista/inimigo que precisa ser desumanizado para ser destruído. Por isso, as mentiras, as notícias falsas (*fake news*) em torno deste precisam existir em função de uma lógica binária que sustenta o maniqueísmo. É o pensamento dicotômico que bifurca posicionamentos que não admitem o meio-termo e o equilíbrio (ou é X ou é Y). Há uma intimidade promíscua, pois, entre o discurso de ódio e as *fake news*.

Dessa maneira, o discurso de ódio tem, portanto, um viés moralista de purificação do “eu/nós” e demonização do “outro/ eles”. Numa perspectiva foucaultiana, normatiza-se o que esse “outro” deve expressar, a partir da colonização dos modos de ser e de existir, segundo uma lógica hegemônica que disciplina e molda comportamentos. Não é à toa o apego do discurso de ódio à tradição, à pátria, à família e a Deus. O termo “família”,

propositalmente, é sempre colocado no singular, no sentido de demarcar um espaço de poder patriarcal que invisibiliza e exclui outras formas de composição familiar, ou seja, “famílias” (no plural). Em outras palavras, o que não pertence ao mundo do “eu/nós” é passível de ser distorcido e destruído.

É, portanto, fundamental que a culpa do “mal” seja atribuída a esse inimigo. Quanto maior a musculatura dele melhor para o discurso de afirmação da salvação, pois a busca da vitória se torna performaticamente mais gloriosa com a derrubada de um gigante. A derrota de um time grande sempre capitaliza um resultado melhor, sobretudo no campo da imagem. Noam Chomsky diz que “tudo começa sempre com uma ofensiva ideológica que cria um monstro imaginário, seguida pelas campanhas para destruí-lo”^[1].

Lembremos que, na década de 1990, a televisão era inundada por inúmeros filmes hollywoodianos de ação, cujo inimigo principal era o russo comunista. Essa construção, demonização e amplificação do inimigo formata o imaginário social de tal modo que se produz, automaticamente, o comportamento de manada bovina, que reproduz discurso de ódio e compartilha postagens falsas de forma indevida, sem checagem das fontes. Não é à toa que o espantinho do “combate ao comunismo” da Guerra Fria reverbera até hoje.

Desse modo, a mentira historicamente foi, e continua sendo, instrumentalizada pela política para legitimar a dominação. No cenário político dos Estados Unidos, mentiras foram fabricadas para justificar a “Guerra” do Vietnã. Ainda que porém, desmascaradas, posteriormente, com a ajuda da publicação corajosa do jornal *The Washington Post*, como mostra o filme *The Post – A Guerra Secreta*. Assim também como inverdades foram construídas pelo ex-presidente George W. Bush sobre as supostas armas de destruição em massa que o Iraque teria, exatamente para endossar a invasão do país, em 2003.

Essas propagandas falsas manipulam fatos e determinam rumos. Chomsky afirma que “a propaganda política está para uma democracia assim como o porrete está para um Estado Totalitário”^[2]. E, para além dessa perspectiva, tivemos um “plus” com as redes sociais, que foi a democratização da mentira e a sua respectiva viralização. O poder de alcance da mentira, através das “*fake news*”, aumentou consideravelmente, de maneira que qualquer pessoa pode ser um vetor forte de desinformação.

Na era da busca frenética dos “likes” a qualquer custo, a mentira virou uma mercadoria valiosa de pregação para convertidos. Mente-se publicamente, sem qualquer escrúpulo, através de um clique, de um compartilhamento. Não há mais vergonha em esconder a estupidez. E a mentira terá mais capital estético se for acompanhada do espetáculo da lacração, da humilhação do adversário e da derrota do inimigo construído. Dessa maneira, o ódio engaja, atrai e fortalece os laços afetivos de uma militância incumbida de destruir o “outro”. O sucesso do MBL (Movimento Brasil Livre), nas redes sociais, revela esse modo operacional.

Nesse sentido, o discurso de ódio e as *fakes news* protagonizam mentiras e espantalhos retóricos que viralizam nas redes sociais. Em 2016, na campanha eleitoral para a presidência dos EUA, Trump declarou que Obama era o fundador do Estado Islâmico. No Brasil, no mesmo ano, viralizou que bolivianos estariam invadindo o país para impedir o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff. Essa narrativa falsa já era utilizada antes para afirmar que o Brasil estaria tomado pelo “bolivarianismo”. Ainda em 2016, no Twitter, Janaina Paschoal comentou que o presidente da Rússia, Vladimir Putin, estava a um passo de atacar o Brasil, através de uma base militar na Venezuela.

Recentemente, em agosto de 2018, Bolsonaro, na campanha para a presidência do Brasil, afirmou que a ONU é uma reunião de comunistas. Seguindo idêntica trilha, o também candidato à

presidência, Cabo Daciolo, ao participar do debate ao vivo entre os presidentes, na Rede Bandeirantes, perguntou a Ciro Gomes o que ele tinha a dizer sobre o plano URSAL, que seria a União da República Socialista da América Latina – uma suposta nação sem fronteiras – e aproveitou para dizer que o comunismo não teria vez no seu governo. Cabo Daciolo fez, também, frequentes discursos inflamados contra o “perigo” da maçonaria.

Verifica-se, assim, a lógica da construção do inimigo a partir da instrumentalização dos medos, dos delírios e das alucinações. No filme *Matrix*, de 1999, percebe-se o choque linguístico entre “realidade” x ilusão (simulacro da realidade, representação do real). A *matrix* é essa simulação do real (“realidade” simulada por computadores), simbolizada como algo aprisionador, sendo comandada pela estrutura tecnologizada da inteligência artificial, que domina o “mundo” e mantém o estado de conformidade – e ignorância – das pessoas.

“A ignorância é maravilhosa”, uma das frases famosas do referido filme, pode ser interpretada como uma crítica à sociedade imediatista, efêmera, do consumismo desenfreado e do fetichismo das coisas, na medida em que muitas pessoas optam por viver um mundo de aparências, de representação da realidade, cuja face de incertezas, complexidade, contradições, ambiguidades, dores e infelicidades intrínsecas é sistematicamente negada, como parte real deste mundo líquido.

Nesse sentido, causa mal-estar, sofrimento, dor, ansiedade, angústia e infelicidade ter a consciência de que o mundo escapa do nosso controle quando não está reduzido às nossas projeções de pensamento. Por isso, muitas pessoas criam um sistema mental, uma espécie de “Matrix”, para simularem a realidade conforme suas conveniências, alimentando-se de suas próprias convicções e pré-conceitos, numa autorreferencialidade infinita do “eu/nós” contra a pecha do “outro/eles”. Esse estado é o terreno fértil para a disseminação do discurso de ódio e a propagação de “fake news”, cujo espantelho da “ameaça comunista” faz todo sentido.

Diante da profusão de narrativas falsas, não foi à toa que, em 2016, a expressão pós-verdade (*post-truth*) foi escolhida pelo Dicionário Oxford como a palavra do ano. A definição que o dicionário utiliza é a de que a pós-verdade “se relaciona ou denota circunstâncias nas quais fatos objetivos têm menos influência em moldar a opinião pública do que apelos à emoção e a crenças pessoais”. Isso quer dizer que não importam os fatos, pois o apelo à emoção e a crenças pessoais determina o imaginário social. E nisso se formata a cultura e o cultivo do ódio como capital político/social para disseminar mentiras e destruir oponentes.

No Brasil, em março de 2018, depois do assassinato brutal da vereadora Marielle Franco, surgiram postagens de que ela era ex-companheira de Marcinho VP e teria sido eleita pela facção criminosa “Comando Vermelho”. O conteúdo dessas mentiras viralizou nas redes sociais, sendo compartilhado por autoridades públicas que tinham o dever de zelar pela checagem das fontes. Essa produção de “fake news” se deu, simplesmente, porque Marielle foi identificada e caricaturada como “comunista”, ou seja, era um alvo inimigo a ser abatido. A morte também é capitalizada para engajar o ódio. Não se respeita mais nem o luto. O ódio assassina reputações e massacra até quem não pode mais se defender.

Além disso, outro fato que produziu uma série de “fake news”, por meio do discurso de ódio, foi em relação ao atentado que Bolsonaro sofreu, no dia 06 de setembro de 2018, na cidade de Juiz de Fora/MG, quando fazia campanha política como candidato à presidência do país. Bolsonaro foi covardemente esfaqueado e poderia ter morrido, caso não fosse prontamente submetido a procedimento cirúrgico.

Entretanto, em vez da solidariedade e do respeito à vida alheia, logo surgiram milhares de “fake news”, relativizando o ataque sofrido e insinuando que seria uma armação proposital para vitimar a candidatura dele. Em seguida, uma nova rodada do círculo vicioso

do ódio alimentou “fake news” no sentido contrário, afirmando que a esquerda e o comunismo seriam os responsáveis pela tentativa de homicídio contra Bolsonaro. É uma guerra de narrativas falsas.

Desse modo, é importante destacar que não se pode cair nas armadilhas da comemoração cega da violência que, eventualmente, produtores do discurso de ódio sofrem, em razão da própria cultura de ódio que alimentam em seus discursos. No Brasil, não temos maturidade política e democrática para compreender e administrar o ódio em níveis toleráveis, ao mesmo tempo em que vemos, em muitos eleitores, a lógica do comportamento de torcida que mitologiza políticos, transformando-os em “mitos”, gerando, assim, um perigoso fanatismo ideológico. Daí a preocupação com o combustível do ódio antes de se transformar em chamas incontroláveis.

Assim, não se trata de culpabilizar a vítima, como a cultura patriarcal faz em relação à mulher que é estuprada, por trajar roupa curta, mas de contextualizar o combustível que incendiou um covarde atentado contra um candidato à presidência. A corrente do ódio não pode ser estimulada e retroalimentada. Se Bolsonaro debocha das vítimas da ditadura civil-militar de 1964, elogiando torturadores, ou faz apologia à violência, tais fatos não autorizam e nem legitimam o revide do ódio na forma de mais ódio, como no elogio a Adélio Bispo de Oliveira, algoz violento de Bolsonaro.

A reafirmação do compromisso ético e a defesa dos valores humanistas não sustentam discursos de torcidas igualmente apaixonadas pelo ódio. É preciso conter o sistema retórico que retroalimenta o ódio, numa cadeia discursiva sem fim. Bolsonaro é um conhecido disseminador do discurso de ódio, mas o atentado à sua pessoa foi um atentado à própria democracia. Não se pode cair na tentação de produzir a mesma lógica retórica do discurso de ódio que prega “direitos humanos para humanos direitos”.

É preciso, inclusive, que cada cidadão seja capaz de olhar para dentro de si, no sentido de tentar não se “monstrualizar”, já que é bastante sedutora a emoção do ato de odiar sem limites. Nessa perspectiva, Nietzsche, no livro *Para além do bem e do mal*, escreve alguns aforismos pertinentes. Ele diz que “A marca dos homens elevados não é a força e sim a duração dos sentimentos elevados”. Em outro aforismo posterior, afirma que “Quem luta com monstros deve se precaver para não se tornar monstro também. E quando você olha longamente para um abismo, o abismo também olha bem dentro de você”^[3]. Assim, em momentos de extrema polarização, torna-se muito perigoso o apego excessivo ao ódio mútuo. O abismo da autodestruição ensaia o princípio do fim.

É por isso que devemos ser vigilantes de nós mesmos, nesse cenário de tempos sombrios de celebração do ódio e disseminação de “fake news”, em que a emoção aflora, a intolerância avança e a distorção sabota. São tempos estranhos de sabotagem do “outro”, sobretudo quando esse “outro” faz parte de alguma minoria excluída (ex: negros, índios, população LGBTQIA+, mulheres, pobres). São tempos de fantasmas autoritários que ressuscitam mentes do desamor.

O caminho do ódio encontrou uma avenida sem semáforos, cujos pedestres, que ousam atravessá-la, são atropelados por um discurso de mão única. Cria-se um Código dos Fatos, em que a narrativa é administrada por sujeitos que ditam a “verdade”, na tentativa de estabelecer uma verdade hegemônica, aquela em que os fatos e o “outro” vão ser definidos em função de um discurso alheio a eles. A gestão dos fatos é customizada para atender a essa lógica codificada de crença, tendo como campo fértil os seus delírios e espantelhos.

Além disso, o discurso de ódio encontra bastante eco e ressonância no apoio aos linchamentos, às torturas e ao extermínio de suspeitos de crimes ou presidiários. Nesse campo discursivo, joram “fake news”, a exemplo das viralizações de que todo preso recebe auxílio-reclusão. Não há a menor preocupação ética em dizer o que é esse benefício previdenciário e os requisitos legais para a sua concessão. Os vetores da desinformação prevalecem,

sem qualquer criticidade, e formam o comportamento de manada do ódio nas pessoas.

O que mais causa espanto é quando esse ambiente empoeirado de ódio vem de cristãos que vão à igreja com bastante frequência. Nas missas e nos cultos, presume-se, em tese, que, nas pregações, haja uma incompatibilidade intrínseca com o ódio, por ser um ambiente de propagação dos valores defendidos por Cristo, tais como o amor, a compaixão, o perdão, a misericórdia e a paz.

Como é possível ir a um ambiente de amor e paz e sair de lá para pregar o ódio no dia a dia? É assustador e também desolador ver políticos, com discurso de ódio, usando os púlpitos das igrejas como palanques para disseminar o ódio e a guerra. Como ser cúmplice disso? Há uma passagem bíblica que nos ajuda a tentar entender essa incongruência: “Este povo se aproxima de mim com a sua boca e me honra com os seus lábios, mas o seu coração está longe de mim” (Matheus 15:8).

A situação é tão grave que, na manipulação própria do discurso de ódio para a gestação de mentiras e produção de “fake news”, já houve, nas redes sociais, viralizações de memes que legitimavam a matança de acusados de crimes e presidiários, com base em textos do Antigo Testamento, a exemplo de Êxodo (21:23-25 e 22:2,3).

(...)

Assim, atualmente, refletir sobre o discurso de ódio e sua relação íntima com as “fake news” é um imperativo ético para prevenir a destruição de nosso marco democrático. É dever de todos nós aprimorar a democracia e (re)oxigená-la com mais democracia, criando, para isso, mecanismos que quebrem a corrente que promove, capitaliza e propaga o ódio e suas narrativas falsas. Essa (re)actuação é possível, começando por desarmar nos corações e mentes a bomba do ódio que se instalou em nossa sociedade, antes que essa tentativa ocorra tarde demais, para deter a contagem regressiva dessa explosão que pode dinamitar, mais ainda, nossos laços, precariamente construídos.

Bruno Antonio Barros Santos é Defensor Público no Estado do Maranhão.
Disponível em: <<http://www.justificando.com/2018/09/18/discurso-de-odio-e-fake-news-uma-reflexao-necessaria-na-era-das-redes-sociais/>>

Em site e pelo Whatsapp, novo sistema ajuda a identificar fake news. A ferramenta usa critérios como erros ortográficos e riqueza do vocabulário para detectar notícias falsas

A checagem de notícias se tornou importante em meio a disseminação de fake news, principalmente agora, em período eleitoral. Tendo em vista esclarecer e separar informações verdadeiras e falsas, a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) desenvolveram uma ferramenta de detecção de fake news. O sistema do projeto Detecção Automática de Notícias Falsas para o Português (NILC-USP) pode ser utilizado em um site ou pelo Whatsapp.

A ferramenta utiliza critérios como erros ortográficos e riqueza de vocabulário para avaliar se uma notícia é ou não falsa. Além disso, é percebida a assertividade e a emotividade normalmente utilizadas nas fake news.

A plataforma está em fase de testes e aperfeiçoamento, mas já é possível acessá-la gratuitamente. Para utilizar, é preciso colar no espaço reservado todo o corpo da notícia. O sistema identifica com 90% de precisão informações que são totalmente verdadeiras ou totalmente falsas.

Ao utilizar a ferramenta no Whatsapp, uma janela de troca de mensagens do aplicativo se abrirá com a mensagem “Nilc-FakeNews”. Quando enviada, o sistema responderá com uma mensagem automática e já será possível analisar notícias. Caso sejam verificados indícios de fake news, surge o alerta: “Essa notícia pode ser falsa. Por favor, procure outras fontes confiáveis antes de divulgá-la”.

A plataforma foi criada por meio de um conjunto de notícias com 3,6 mil textos falsos e 3,6 mil verdadeiros. O computador, assim,

consegue analisar características presentes nos dois tipos de notícia e identificá-las, no futuro, em outros textos.

O projeto foi financiado pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic) do CNPq e por outras duas agências de fomento brasileiras (Capes e Fapesp).

Redação O POVO Online

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/tecnologia/2018/10/ferramenta-criada-pela-usp-e-pela-ufscar-ajuda-a-identificar-fake-news.html>>.

Fake news – A fofoca na Internet

“A notícia falsa é um conteúdo em geral disseminado na web, que emula uma página de jornal. Tem uma manchete, tem jeitão de notícia, mas não foi produzida conforme os protocolos do jornalismo.”

Francisco Brito Cruz, diretor do InternetLab

“Gilmar Mendes mandou cancelar o BBB17”, “Governo de Goiás está distribuindo bonecas com órgãos sexuais trocados”, “Pombas são moidas junto com a cerveja”, “Projeto de Lei exigirá uniforme unissex em 2018”, “Pablo Vittar ganhará programa infantil com o apoio da Lei Rouanet”, “Filho do ex-presidente Lula é visto com uma Ferrari banhada a ouro no Uruguai”, “EUA e ONU sugerem intervenção militar no Brasil”... E por aí vai.

As frases anteriores foram ditas na rede mundial de computadores – Internet, onde desconhecidos, por meio de perfis falsos ou não, compartilharam informações inverídicas sobre determinadas personalidades, causando dúvidas aos espectadores e prejuízos morais aos ofendidos.

Difamar personalidades, mudar a opinião pública de um político, destruir a imagem de determinada empresa ou de um produto, distorcer fatos e opiniões, são alguns dos resultados deste mundo globalizado que a cada dia é mais dependente da tecnologia para se comunicar.

A facilidade de comunicação tem possibilitado a disseminação de notícias de origem duvidosa, que vem afetando periodicamente diversos brasileiros – famosos ou anônimos.

A fofoca do dia a dia ganha cada vez mais forças, já que vem sendo exposta naturalmente nas redes sociais, na sua maioria: Twitter, Facebook e WhatsApp. Comportamento que, muitas vezes ingênuo, vem causando muita dor de cabeça aos citados.

Porém esse costume não é novidade. Ele acompanhou a virada dos séculos, distorcendo até a nossa história. Como exemplo na política podemos citar o que revelou Cesar Maia em sua obra Política e Ciência (Maia, Cesar. 1998. Editora Revan) “...500 pessoas espalhadas em vários botequins repetindo a mesma frase fazem um estrago e disseminam um boato”. Ele lembra o episódio das eleições municipais do Rio de Janeiro em 1996, em que deu uma ajudinha ao seu candidato a prefeito, Luiz Paulo Conde, para derrotar Sérgio Cabral — o ex-governador, hoje preso. Cesar Maia pediu a um assessor que colocasse 150 pessoas em bares tomando café e dizendo “Eu soube que o Cabral vai renunciar”. Adivinhe? Conde foi eleito.

Recentemente podemos citar o caso da vereadora do PSOL, Marielle Franco, assassinada em março de 2018, que teve seu nome exposto de forma completamente leviana nas redes sociais, onde políticos “notáveis” citaram a líder comunitária Marielle como “ex-esposa do Marcinho VP”, traficante que comandava o tráfico na zona sul do Rio, “usuária de maconha” e “defensora de facção rival e eleita pelo Comando Vermelho”.

O departamento jurídico do PSOL, familiares e voluntários mobilizaram uma força-tarefa para desmascarar os autores das “Fake news” que difamaram a vereadora, e junto ao CNJ (Conselho Nacional de Justiça) buscam punição dos autores, sendo que boa parte deles se desculparam publicamente e desmentiram os boatos.

Mas, do que vale a desculpa e o sentimento de arrependimento quando a notícia já se espalhou e já causou dor e sofrimento ao

ofendido, assim como aos seus familiares, amigos e colegas de trabalho? O compartilhamento de notícia falsa pode acarretar consequências jurídicas graves para o autor da postagem, já que o abalo causado à vítima não é apenas moral ou em seu círculo de amigos, mas também material, como pode ocorrer em virtude da dispensa de um emprego.

Desta forma, além de incorrer em responsabilidade criminal, onde será apurado a conduta por crime de calúnia, injúria e difamação, a vítima ou até mesmo seus familiares (dano moral reflexo), podem buscar uma reparação civil na justiça com objetivo de recebimento de indenização.

No Brasil, em vista ao regime democrático, a verdade não é absoluta e o uso da Internet é cercada por princípios, como a preservação e a garantia da neutralidade da rede (art. 3.º, inciso IV, Lei 12.965/14) e a liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento (art. 3.º, inciso I, Lei 12.965/14), e tem como objetivos o acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos (art. 4.º, inciso II, Lei 12.965/14).

E ainda temos o Marco Civil na Internet – Lei nº 12.965/14 que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, o qual deve ser observado não somente pelos usuários, mas também pelas empresas de comunicação em massa.

Logo, todo cuidado é pouco. Sempre se deve procurar saber a fonte da informação, buscar verificar a notícia em um site jornalístico sério e de qualidade. E sempre desconfiar do apelo exagerado à sensação – sensacionalismo –, que viralizamos sentimentos de ódio, raiva, medo e revolta.

Finalmente, a educação também deve estar presente na mídia e nas redes sociais, pois quem hoje compartilha, pode estar sendo um “alvo” amanhã. Devemos valorizar a liberdade conquistada em um espaço democrático, já que toda mudança de pensamento é construída com base no conhecimento ensinado, compartilhado e adquirido pelas diversas formas de expressão.

Mariana Cristina Galhardo Frasson é advogada e pós-graduanda em Civil e Processo Civil pela PUC/PR
Disponível em: <<http://www.justificando.com/2018/08/07/fake-news-a-fofoca-na-internet/>>.

Polarização política e fake news impactam confiança no jornalismo

A polarização política e a disseminação de notícias falsas (também conhecidas como *fake news*) vêm minando a confiança da sociedade nos veículos jornalísticos. Além disso, a produção de informação on-line vem sendo marcada pelo poder de plataformas (como Facebook e Google) e pela ampliação de serviços pagos, como os que exigem assinatura.

As conclusões estão no Relatório de Notícias Digitais 2019 (*Digital News Report*), elaborado pelo Instituto Reuters e divulgado ontem (<http://www.digitalnewsreport.org/>). O estudo é o mais amplo e notório sobre o mercado jornalístico e os hábitos de consumo de notícias dos usuários na Internet, realizado a partir de entrevistas com leitores em 38 países em seis continentes, entre eles o Brasil.

A radicalização da disputa política e a disseminação de desinformação apareceram como fenômenos importantes na divulgação de informação na web. O Brasil foi o país com maior preocupação manifestada sobre se uma notícia é verdadeira ou falsa: 85% dos entrevistados disseram ter esse receio.

Outros países com alto índice de preocupação foram Reino Unido (70%) e Estados Unidos (67%). Já entre nações europeias o índice foi menor, como na Alemanha (38%) e Holanda (31%). Frente a este cenário, 24% afirmaram ter deixado de ler notícias de veículos com reputação duvida.

“A polarização política encorajou o crescimento de agendas partidárias on-line que juntamente com os caça-cliques e várias

formas de desinformação estão ajudando a minar a confiança na mídia, levantando novas questões sobre como entregar reportagens equilibradas a justas na era digital”, analisou Nic Newman, um dos autores do estudo.

Confiança

Como resultado, a confiança das pessoas nos veículos jornalísticos caiu dois pontos, de 44% para 42%. O sentimento é mais fraco no tocante às informações obtidas por meio de mecanismos de busca, como Google, (33%) ou por redes sociais, como Facebook, Twitter e Instagram. Na comparação entre países, a confiança foi menor na França (24%).

O percentual de pessoas que disseram evitar qualquer tipo de conteúdo jornalístico cresceu 6%, chegando a quase um terço das pessoas ouvidas (32%). Essas pessoas justificaram essa posição pela influência que o noticiário causa no humor e pela sensação de impotência para mudar os eventos.

Entre os entrevistados, 42% avaliaram que os meios de comunicação fiscalizam pessoas e instituições poderosas. A maioria das pessoas considerou que a mídia é mais eficiente em manter as pessoas atualizadas sobre o que ocorre no mundo e nos seus países (62%) do que em explicar os acontecimentos (51%).

Conteúdo pago

O consumo pago de serviços noticiosos aumentou pouco no último ano. Os percentuais mais altos se dão em países nórdicos, como Noruega (34%) e Suécia (27%). Nos Estados Unidos, o número ficou estável em 16%, a partir de uma elevação em 2017, após a vitória do presidente Donald Trump e as polêmicas sobre desinformação nas eleições e no país.

Nos locais em que essa prática é mais comum, em geral os leitores assinam apenas um serviço. Isso mostra uma lógica de concentração nos serviços pagos, naquilo que na economia se chama “vencedor-leva-tudo”. Uma tendência identificada no estudo foi uma preferência maior de pessoas por conteúdos pagos de entretenimento em relação a notícias, como nas assinaturas de serviços como Netflix (vídeo) e Spotify (música).

Redes sociais

Os aplicativos de trocas de mensagens têm ganhado espaço como fonte de informação das pessoas entrevistadas, fazendo com que o consumo fique mais “privado”. O Whatsapp se tornou a principal fonte de notícias em países como o Brasil (53%), Malásia (50%) e África do Sul (49%). No caso do Brasil, a centralidade do Whatsapp (utilizado por mais de 130 milhões de pessoas) levantou debates como no caso do seu papel nas eleições do ano passado.

O relatório também indicou um movimento de pessoas que se informam em grandes grupos de redes sociais com pessoas que não conhecem. No Brasil, essa prática foi registrada em 22% dos participantes do levantamento. Na Turquia, esse índice ficou em 29%. Os percentuais são bastante diferentes de países mais ricos, como Canadá (7%) e Austrália (7%).

Plataformas

Além das plataformas de redes sociais, o estudo também destacou o papel de serviços de agregação de notícias, como Google News ou Apple News. Nos Estados Unidos, este último é utilizado por mais pessoas (27%) do que um veículo tradicional como o Washington Post (23%).

As plataformas também têm se tornado fonte por meio de seus assistentes virtuais. Modelos como Amazon Echo e o Google Home cresceram, segundo o estudo. A prática de se informar por esses dispositivos cresceu de 7% para 14% no Reino Unido, 5% para 11% no Canadá e 9% para 12% nos Estados Unidos.

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2019/06/13/polarizacao-politica-e-fake-news-impactam-confianca-no-jornalismo.htm>>.



Proposta de Redação

- OS IMPACTOS DAS **FAKE NEWS** NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA.

24^a
Temática

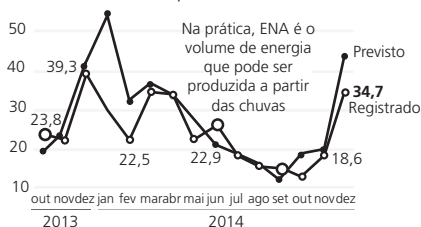
Importância da Água para a Economia Brasileira

O Estado de São Paulo passa por uma intensa crise hídrica e isso tem colocado a água no centro de grandes discussões. A grande discussão em torno da escassez deste recurso está ligada também à importância da água como elemento propulsor da economia de outros estados (além de São Paulo) que precisam da água para a produção de determinados produtos, atividades econômicas como a agroindústria, a produção têxtil e a geração de energia através de hidrelétricas.

MENOS ÁGUA E PREVISÕES ERRADAS

Falhas do ONS em previsões de chuvas dificultam operação do fornecimento de energia. Na prática, com menos água chegando nos reservatórios, o sistema “gasta” mais do que “recebe”. Por isso, os níveis não param de diminuir.

Energia Natural Afluyente (ENA) no sub-sistema Sudeste, em milhares de MW/med



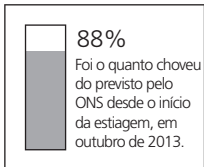
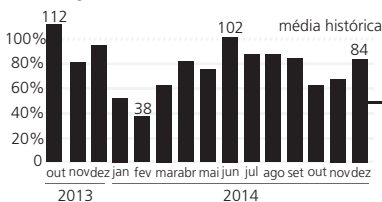
• Apenas em 3 dos 15 meses de estiagem choveu mais do que o previsto pelo ONS no Sudeste.

Como funciona

• O ONS realiza previsões semanais da quantidade de chuvas que devem atingir as regiões dos quatro subsistemas: Sudeste/Centro-Oeste, Sul, Nordeste e Norte.

• A comparação é sempre em relação à média histórica daquele mês.

Em relação à média histórica de cada mês



ONS. Infografia: *Gazeta do povo*

Mudanças climáticas e o acordo de Paris: por que devo me importar?

Um tema importante é pouco considerado por muitas pessoas: as mudanças climáticas. Talvez devido a outros igualmente respeitáveis (inflação, corrupção, desemprego e violência), esse assunto passa despercebido. Entretanto, estas mudanças merecem mais da nossa atenção. E por quê? Porque elas colocam em risco todo o esforço que fizemos nas próximas décadas em prol do desenvolvimento econômico e social no Brasil e no Ceará. As mudanças no clima ocorrem desde o início dos tempos e são elas que provocam mudanças na temperatura do ar e do mar, no regime de chuvas, de ventos, dentre outros.

Os ciclos da natureza e tudo que depende dela são alterados. Porém, a ciência demonstra que esses ciclos têm sido modificados devido a nossa interferência. Um recente trabalho da *Nature*, uma das principais revistas científicas, ilustra bem isso. Do nascimento

de Cristo ao início da Revolução Industrial, em 1800, existia um resfriamento natural do planeta. Segundo essa pesquisa, de 1800 a 2000, houve aumento da temperatura. Tal pesquisa relaciona o fato com a emissão dos gases de efeito estufa. Nesse mês de dezembro, líderes de 195 países estão reunidos em Paris na 21ª Conferência do Clima em busca de um acordo que possa reduzir tais emissões.

Esta é mais uma tentativa das muitas que já ocorreram em outros anos. Espera-se que essa, diferente das demais, tenha resultados satisfatórios. E o que faz com que tantas cabeças pensantes não entrem em um acordo em um assunto tão importante? A dificuldade é definir qual seria o papel dos países ricos e dos pobres. Os países ricos têm recursos e infraestrutura para se adaptar ao que virá. E os pobres? Os países pobres querem que os ricos assumam o financiamento para as mudanças do clima, enquanto que os ricos pretendem dividir essa conta com os pobres.

Segundo o Banco Mundial, devido às mudanças climáticas, nos próximos 15 anos, surgirão mais 100 milhões de pessoas pobres. Um exemplo é a redução das chuvas interferindo diretamente na agricultura, água potável e no aumento do preço dos alimentos. O Brasil, em especial o Ceará, deve abrir os olhos para o problema das mudanças climáticas e seus efeitos na economia, sociedade e biodiversidade. A economia do Ceará é baseada na natureza – pesca, agricultura, água doce, rios, vento etc. Se não vemos importância nisto, estaremos preparados para o que virá?

Marcelo de Oliveira Soares

Dr. Professor do Instituto de Ciências do Mar (Labomar) da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisador visitante da Universidade Autônoma de Barcelona Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2015/12/21/noticiasjornalopiniao,3552173/mudancas-climaticas-e-o-acordo-de-paris-por-que-devo-me-importar.shtml>>

Qual será o preço da água?

Algumas empresas de grande porte do Ceará estudam a possibilidade de utilização de água salgada no seu processo de produção. Em alguns casos isso é possível, embora o custo seja considerado alto, mesmo sem a dessalinização.

O problema é que o governo garantiu o abastecimento das companhias com água doce, fornecida pela Companhia de Gestão de Recursos Hídricos (Cogerh), e os valores dos investimentos para levar água salgada não foram postos no planejamento dessas empresas.

Com quatro anos de seca e a redução das reservas dos reservatórios, as companhias avaliam agora o que é possível fazer, mas ainda aguardam a manutenção dos acordos com o governo.

A transposição das águas do Rio São Francisco representa uma saída para o abastecimento de Fortaleza, mas ninguém sabe até agora por quanto essa água chegará às casas das pessoas. Esse valor ainda está sendo calculado pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), mas provavelmente não será o mesmo que a população está acostumada a pagar.

(...)

Fiec

Observatório da economia

O trabalho de inteligência da Federação das Indústrias deve ser compartilhado com outros setores e governo. O presidente da Fiec, Beto Studart, está montando um “observatório” da economia local, que deve funcionar de modo *online* e ser alimentado constantemente com informações sobre os principais setores da indústria local.

Esse é um dos trabalhos que devem ser consolidados em 2016. Beto Studart ressalta a importância do levantamento de dados e da criação de cenários com indicadores para se traçar projetos de crescimento.

(...)

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/opovoconomia/2015/12/12/notopovoconomia,3548044/qual-sera-o-preco-da-agua.shtml>>



Proposta de Redação

- **A INDÚSTRIA DA SECA E A IMPORTÂNCIA DO CONSUMO CONSCIENTE DA ÁGUA.**

25^a
Temática

O Velho Drama do Sistema Carcerário Brasileiro

Apesar da presença da PM (Polícia Militar) e da Força Nacional de Segurança Pública na segurança interna dos presídios do Complexo Penitenciário de Pedrinhas, localizado em São Luís, a redução das mortes de presos neste ano foi de apenas 40% em relação ao mesmo período do ano passado. No primeiro semestre de 2014, o complexo de Pedrinhas registrou nove mortes de internos. No mesmo período de 2013, ocorreram 16 mortes de presos. Estes números, no entanto, não podem de forma alguma justificar as ações ignóbeis que os detentos vêm cometendo (estupros e assassinatos) tampouco a supremacia dos presos sobre seus tutores e muito menos sobre sociedade.

População carcerária feminina cresce mais de 500% em 15 anos

Estudo aponta que Brasil possui a quinta maior quantidade de mulheres presas do mundo. Cerca de 68% delas estão encarceradas por tráfico de drogas, metade tem entre 18 e 29 anos, e a maioria é negra.

A população carcerária feminina no Brasil aumentou 567,4% nos últimos 15 anos, passando de 5.601 presas, em 2000, para 37.380, em 2014, revelou um estudo divulgado nesta quinta-feira (05/11) pelo Ministério da Justiça.

Essa taxa de crescimento é quase cinco vezes maior do que o aumento médio no número de presos geral no país, que ficou em 119% para o mesmo período. O Brasil possuiu a quinta maior população carcerária feminina do mundo, ficando atrás somente dos Estados Unidos (205 mil), China (103 mil), Rússia (5 mil) e Tailândia (44 mil).

O primeiro relatório que traça um perfil da população penitenciária feminina brasileira revelou ainda que metade das mulheres encarceradas tem entre 18 e 29 anos. A maioria das presas (68%) é negra, e três em cada dez mulheres estão detidas sem condenação.

O estado São Paulo possui a maior população absoluta de mulheres encarceradas, concentrado 39% das presas no país em 2014. O estado é seguido pelo Rio de Janeiro, com 11% do total, e Minas Gerais, 8,2%.

O tráfico de drogas é principal delito cometido por mulheres no Brasil. Esse crime é responsável por 68% das detenções femininas, seguido de furto, 9%, e roubo, 8%.

O relatório mostrou também que em 2014 havia cerca de 2,7 mil estrangeiros presos no Brasil, sendo 21% deles mulheres. Mais da metade delas é do continente americano, sendo Bolívia e Paraguai, os dois principais países de origem de estrangeiras detidas em território brasileiro.

O principal problema do sistema carcerário brasileiro continua sendo os estabelecimentos prisionais. Atualmente, há mais 607 mil presos no país, no entanto, a capacidade do sistema é para 376 mil pessoas.

Das 1,4 mil unidades prisionais, apenas 103 são exclusivamente femininas e 239 são mistas. “O que se vê, em muitos casos, são estabelecimentos masculinos adaptados precariamente para receber mulheres, não oferecendo condições básicas para ela e para os filhos pequenos, que ficam com as mães até determinada idade”, explica a diretora de Políticas Penitenciárias do Departamento Penitenciário Nacional, Valdirene Daufemback.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/maisnoticias/mundo/dw/2015/11/05/noticiasdw,3529558/populacao-carceraria-feminina-cresce-mais-de-500-em-15-anos.shtml>>

Tortura em prisões brasileiras é endêmica, diz ONU

Conselho de Direitos Humanos denuncia uso de *spray* de pimenta, gás lacrimogêneo e balas de borracha por funcionários de presídios. Superlotação gera tensão e violência, afirma.

Após uma inspeção de 12 dias no Brasil, o Conselho de Direitos Humanos da ONU apontou nesta sexta-feira (14/08) que a prática de tortura em presídios do país é “endêmica”, ocorrendo de forma frequente e constante. Segundo o relator especial do conselho, Juan Méndez, a prática é impulsionada pela impunidade e a superlotação das cadeias.

“O uso de *spray* de pimenta, gás lacrimogêneo, bomba de ruído e bala de borracha pelos funcionários de prisões é frequente, assim como golpes e chutes”, disse Méndez em coletiva de imprensa. Ele visitou instituições como delegacias, penitenciárias e centros de detenção juvenil nos estados de São Paulo, Sergipe, Alagoas, Maranhão e Distrito Federal.

“Não estou dizendo que todos os presos são submetidos [à tortura], mas o número de testemunhos e a contundência dos relatos me levam a crer que não se trata de um fenômeno isolado”, afirmou. O relatório final sobre a visita do relator, que é argentino, deve ser apresentado em março do ano que vem.

Segundo Méndez, dificilmente os presos denunciam os atos de tortura, por medo de represália. Ele elogiou medidas já adotadas ou previstas contra maus-tratos, como o Mecanismo Nacional de Prevenção à Tortura, mas afirmou que são necessários mais esforços para garantir uma aplicação em nível nacional das garantias oferecidas por instituições e procedimentos.

Ele observou a “ausência de uma política forte para lidar com as ocorrências de tortura, a falta de responsabilização nesses casos e a probabilidade de que a situação se perpetue, e até mesmo que esta prática aumente, tanto em número como em gravidade”.

Entre as recomendações feitas pelo especialista às autoridades brasileiras está a expansão da aplicação de audiências de custódia, e seu redesenho, para encorajar as vítimas a falar e permitir a documentação eficaz da tortura e de maus-tratos. As audiências de custódia têm o benefício de reduzir o número desproporcionalmente elevado de detentos em pré-julgamento e prevenir a tortura e os maus-tratos, apontou.

Superlotação e maioridade penal

De acordo com o relator da ONU, nas últimas duas décadas, a população carcerária brasileira cresceu de forma muito rápida, e hoje o país tem o quarto maior número de presos do mundo. Segundo o Ministério da Justiça, o último Levantamento de Informações Penitenciárias, de junho de 2014, mostrou que a população carcerária brasileira é superior a 607 mil pessoas e que o déficit de vagas passa de 231 mil.

“Muitas das instalações visitadas estão seriamente superlotadas em alguns casos, com quase três vezes mais que a sua capacidade”, disse Méndez. Para o relator, a superlotação gera tensão e uma atmosfera violenta, na qual os maus-tratos físicos e psicológicos são comuns.

Entre as principais causas apontadas pelo especialista para o rápido crescimento da população carcerária estão a demora na realização de audiências dos presos que ocorrem, em média, cinco meses após a detenção.

O relator também manifestou preocupação com a redução da maioria penal em discussão no Congresso Nacional, de 18 para 16 anos de idade. Ele considera que a medida agravaria os problemas do sistema carcerário, incluindo a superlotação, e violaria as obrigações do Brasil no âmbito da Convenção sobre os Direitos das Crianças.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/maisnoticias/mundo/dw/2015/08/14/noticiasdw,3487228/tortura-em-priso-es-brasileiras-e-endemica-diz-onu.shtml>>

Facções Criminosas: retaliação

Fortaleza, Ceará, amanheceu, ontem, sob tensão após uma série de ataques contra a ordem pública - incêndios de ônibus e destruição de fotossensores - bem como a tentativa de explosão de um viaduto, em Caucaia, na Região Metropolitana. As ações criminosas seriam represálias à fala de posse do titular da nova Secretaria de Administração Penitenciária (SAP), Luís Mauro Albuquerque, de que não reconheceria o domínio das facções sobre territórios, nem o atual modelo de divisão de presídios entre facções. A demonstração de força do crime organizado é considerada intolerável pela opinião pública.

Não é a primeira vez que as facções criminosas tentam intimidar as autoridades públicas para fazer valer as regras do jogo que estabeleceram para si próprias na relação com o poder do Estado. A ousadia não tem limites, à medida em que os criminosos perceberam as fragilidades dos esquemas de controle exercidos pelas autoridades da Segurança Pública, num contexto de uma sociedade marcada por contradições sociais.

Não é consolo também saber que não se trata de uma exclusividade do Ceará e nem mesmo do Brasil. O fenômeno das facções criminosas empesta o cenário dos países não desenvolvidos, como resultado de um modo de organização social mundial que deixa largas brechas para a alienação de segmentos inteiros da população, não absorvidos pelo sistema produtivo e educacional e que caem nas garras do tráfico de drogas, armas e outros instrumentos de perversão social por pura falta de opção. Sua face mais visível, no entanto, não é o seu núcleo central monopolizador de recursos financeiros multibilionários, mas a que encadeia segmentos sociais marginalizados que atuam na base da sociedade, subjugados por uma ordem social que os reproduz incessantemente e ao mesmo tempo os repele. Vicejam com maior vigor onde o Estado está ausente ou agravado por sua face mais disforme, incluindo-se aí a corrupção policial.

Evidentemente, ao tomar a forma de facção criminosa que passa a subjugar territorialmente populações inteiras - justamente os setores sociais mais desprotegidos - só resta a alternativa mais simplista da repressão. Esta é inevitável quando o crime alcança esse estágio. Mas, é possível cortar o seu suprimento humano com políticas públicas de inclusão. O desafio é como enfrentar seu nível de organização e livrar os jovens do recrutamento forçado que, recusado, pode lhes custar a vida. O drama é que quanto mais se encarcera jovens, mais se alimenta esse recrutamento forçado. Quebrar esse ciclo exige mais do que as políticas rasas que ignoram - ou fazem questão de ignorar - as causas mais profundas do problema, que exige uma engenharia social muito mais generosa e complexa.

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2019/01/editorial-faccoes-criminosas-retaliacao.html>>

Juventude entregue à violência

Outra contradição do sistema prisional brasileiro apontada por Paes Manso é que, com o crescimento das facções, o poder público criou um sistema de monitoramento dos presos no cárcere bastante eficiente. Há cerca de dois anos, segundo o pesquisador, autoridades governamentais e pesquisadores têm ciência de que houve uma ruptura na aliança tácita entre os grupos Comando Vermelho e PCC, considerados os mais bem estruturados no Brasil.

Essa aliança entre ambos foi feita por razões estratégicas, para não prejudicar o comércio de drogas. O rompimento foi identificado em grampos telefônicos, nos chamados "salves", os comunicados entre gangues.

"Ironicamente, apesar de serem grupos muito fortes, eles são de certa maneira frágeis porque deixam registros de tudo o que fazem. E tudo isso foi registrado pelas comunidades de inteligências dos estados. O PCC tem 10 mil pessoas, e 80% [de seus membros] estão presos."

De acordo com Gakiya, enquanto os conflitos ficarem limitados às muralhas das prisões, e a violência não se estender para as ruas, a população não sofrerá impactos imediatos da precariedade do sistema carcerário brasileiro. "Mas, uma hora, esses indivíduos vão retornar à sociedade. E vão voltar muito piores", afirma o promotor.

Para Almeida, sem a criação de espaços para oficinas técnicas e cursos profissionalizantes nos presídios, que ofereçam perspectivas de um futuro fora da criminalidade, "a possibilidade de ressocialização é zero".

O governo falha em atender garantias básicas previstas pela legislação brasileira, como de higiene, alimentação e integridade física. Também não há trabalho em todos os presídios nem separação de unidades por idade ou periculosidade, como pede a lei. "O Estado é um descumpridor de leis de execuções penais. Legisla e não cumpre", afirma Almeida. "Enquanto o Estado não tiver políticas de ressocialização efetivas e programas de prevenção à criminalidade, estaremos entregando a juventude à violência."

Prisões do Ceará estão entre as mais superlotadas do Brasil

O Estado ainda está entre os com menor número de detentos que estudam ou trabalham

A superlotação prisional no Ceará é a quinta maior do País. Com 12.972 vagas nas prisões, o Estado tem 29.142 presos - o número é 124,7% acima da capacidade. Isso é o que mostra um levantamento do Monitor da Violência, uma parceria do G1 com o Núcleo de Estudos da Violência (NEV) da USP e com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, divulgado nesta sexta-feira, 26.

Um ano após uma ligeira queda na superlotação, os presídios brasileiros voltaram a registrar um crescimento populacional sem que as novas vagas dessem conta desse contingente. O percentual de presos provisórios também voltou a crescer. **Em 2018, a superlotação cearense estava 80,5 % acima da capacidade, eram 23.591 presos para 13.072 vagas.**

Pernambuco é o estado com penitenciárias mais superlotadas, estando 178,6% acima da sua capacidade prisional. Em seguida estão Roraima, Amazonas, Distrito Federal e Ceará. Na extremidade inversa da lista está o Paraná, com superlotação de 15,4%.

Ressocialização

Os dados, coletados junto aos governos dos 26 estados e do Distrito Federal, expõem outras falhas no sistema penitenciário brasileiro: os baixos números de detentos que trabalham ou estudam, componentes necessários à ressocialização.

No Brasil, menos de um em cada cinco presos (18,9%) trabalha e apenas 12,6% estudam. **No Ceará, apenas 410 detentos (1,4% do total) trabalham, sendo o pior índice no País, e 1.900 (6,5%) estudam, conforme o estudo.**

O último Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), do Governo, é de junho de 2016. Havia, na época, 689,5 mil presos no sistema penitenciário (e outros 37 mil em delegacias).

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/ceara/2019/04/26/prisoos-do-ceara-estao-entre-as-mais-superlotadas-do-brasil.html>>



Proposta de Redação

- **VOCÊ É EX-PRESIDIÁRIO(A) E DEVE ESCREVER UM ARTIGO DE OPINIÃO SOBRE A SITUAÇÃO DO SISTEMA CARCERÁRIO BRASILEIRO.**

26^a

Temática

Violência no Brasil

Para conter onda de violência no Ceará, Força Nacional aumenta efetivo

Serão ampliados para 406 agentes e um total de 96 viaturas

O Ministério da Justiça e Segurança Pública anunciou, na noite de hoje (7), o envio de um efetivo extra de agentes da Força Nacional de Segurança para o Ceará. O estado vive há cinco dias uma onda de violência, protagonizada por integrantes de facções criminosas, que resultou em mais de 150 ataques a prédios públicos, estabelecimentos comerciais, veículos e equipamentos de segurança. As ocorrências foram notificadas em cerca de 37 municípios, incluindo a capital. Desde sábado (5), 330 homens da Força Nacional patrulham as ruas da região metropolitana de Fortaleza. Agora, o contingente será elevado para 406 agentes, bem como um total de 96 viaturas.

Além disso, o governo da Bahia enviou, no fim de semana, um efetivo de 100 policiais militares do estado para o Ceará para ajudar na crise. Mais três estados também enviarão agentes para reforçar a segurança no território cearense. Segundo a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS) do Ceará, são 43 policiais militares e agentes de inteligência do Piauí, Pernambuco e Santa Catarina.

No balanço divulgado no início da tarde, o governo estadual confirmou a prisão de 148 pessoas suspeitas de envolvimento nos ataques. Desse número, 38 foram presos e apreendidos entre a noite de domingo (6) e a manhã de hoje (7). Em meio à crise de violência urbana, um grupo de 23 detentos fugiu hoje de manhã da Cadeia Pública de Pacoti, cidade a 122 km de Fortaleza. Nenhum detento havia sido recapturado até o início da noite.

Por Pedro Rafael Vilela – Repórter da Agência Brasil Fortaleza

Disponível em: <<http://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2019-01/ministerio-enviara-mais-homens-da-forca-nacional-para-o-ceara>>

Capital teve 43 arrastões em ônibus no primeiro semestre do ano

Em relação às ocorrências específicas contra o caixa dos veículos, foram 302 casos de janeiro a junho

Entre dificuldades, limitações e problemas inerentes a quem depende de transporte público no país, presenciar ou passar por um ato de violência é, de longe, a situação mais temida entre os usuários. Em Fortaleza, o número de arrastões a ônibus chegou a 43, de janeiro a junho deste ano. O levantamento, do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado do Ceará (Sindiônibus), refere-se a assaltos cometidos exclusivamente contra passageiros.

A empresa aponta, no entanto, queda no número de assaltos aos coletivos, ou seja, aqueles em que o caixa dos cobradores é o alvo. No primeiro semestre de 2019, foram registradas 302 ocorrências, o que representa uma redução de 59% em relação ao mesmo período de 2018, quando 720 casos foram contabilizados. Em relação a 2017, a redução foi ainda maior, de 77%, quando também de janeiro a junho – 1.319 assaltos foram registrados nos ônibus da Capital.

A atuação mais estratégica das Polícias Civil e Militar está entre os fatores determinantes para essa redução, segundo avalia o gerente de Operações do Sindiônibus, João Luís Maciel. “A Polícia Militar está focada nos locais e áreas onde a gente indica que ocorrem os assaltos, houve um envolvimento maior da Polícia Civil para poder gerar inquérito, o próprio secretário de segurança faz reunião com a gente mensalmente, acompanha os dados e cobra dos comandantes resultados”, afirma.

O segundo fator a gerar impacto positivo no cenário, complementa, é a ampliação da oferta de carros com tarifa exclusiva via crédito eletrônico, atualmente em 30% de toda a frota. A progressão do autoatendimento, ainda conforme Maciel, tende a acontecer nas linhas onde é verificado o crédito eletrônico como a opção mais utilizada entre os usuários.

“Hoje de cada 10 pessoas que pegam ônibus 8 já pagam usando o cartão eletrônico. Com essa frota, a tendência é que o número de assaltos diminua, já que não possui dinheiro certo no carro. Das 43 ocorrências contra passageiros, somente em dois casos os veículos eram de autoatendimento”, destaca.

Renato Bezera

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/online/capital-teve-43-arrastoes-em-onibus-no-primeiro-semester-do-ano-1.2121805>>

Adolescentes assassinados: a dinâmica da violência no Ceará

Em doze meses, 279 vítimas, de 12 a 17 anos, foram assassinadas no estado. Pesquisas mostram que desfecho trágico e precoce costuma acontecer com mais frequência nas periferias

A violência perpetrada contra os jovens é uma lacuna no Brasil. Um dos países mais violentos do mundo, onde os adolescentes não escapam de protagonizar cenas tenebrosas, sejam eles como criminosos ou vítimas. Adílio Anderson Aragão, Maria do Socorro Martins, José Miguel da Costa, Pedro Henrique Ximenes... Todas essas vítimas fazem parte de uma lista longa que resulta em uma conta negativa.

Por que tantos adolescentes morrem no Brasil? Como esse fenômeno pode ser explicado e controlado? Os dados apontam uma realidade trágica. Em doze meses, no estado do Ceará, 279 vítimas de 12 a 17 anos foram assassinadas. Cada história destas 278 vítimas da violência urbana se multiplica. Família, amigos, colegas de sala, professores e vizinhos. Todos, mesmo que indiretamente, integram o roteiro com desfecho infeliz.

A mãe se culpa por não ter “feito diferente”. O pai por não ter imposto limites. Amigos e irmãos da mesma faixa etária, podem chegar a se questionar: “se aconteceu com ele, pode acontecer comigo?”. O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) tem atingido características epidêmicas no Ceará. Há sete anos, o estado tinha o terceiro pior IHA entre os estados brasileiros.

A projeção do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca) é que se as taxas médias de investimentos feitos pelo Governo do Ceará se mantiverem, o estado terá, em breve, mais dinheiro destinado à Segurança do que áreas como Educação e Saúde. O orçamento da política de Segurança Pública cresce em ritmo acelerado, mas as políticas de prevenção e de proteção social parecem não seguir na mesma velocidade.

Emanoela Campelo de Melo

De um por um

Dos 279 crimes, 208 aconteceram de janeiro a junho de 2018. Os outros 71 em igual período deste ano. Os dados mostram que houve queda de 66% no número de adolescentes assassinados no Ceará comparando os dois semestres. A queda de 66% é significativa e acompanha a curva da redução de todos os Crimes Violentos Letais e Intencionais (CVLIs) no Estado.

Quase 85% dos adolescentes assassinados são do sexo masculino. 95% deles morreram em crimes com uso de arma de fogo, os outros 5% registrados ocorreram com arma branca ou outros meios que não puderam ser especificados nos relatórios da SSPDS. O perfil do adolescente vitimizado é negro e da periferia. As chances de um fim precoce aumentam para aqueles que não frequentam a escola há mais de seis meses.

Conforme o sociólogo e coordenador do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, Thiago Holanda, a redução dos índices de adolescentes assassinados não acompanha a diminuição da vulnerabilidade de pessoas deste grupo. O número ainda elevado mostra que, em média, houve pelo menos três mortes de jovens a cada semana. Os homicídios de meninas também chamam atenção.

“Como a queda está associada à dinâmica da reorganização dos grupos que disputam esse mercado varejista da droga no estado do Ceará, e a resposta do estado é o recrudescimento da força policial, a gente não sabe qual resposta para isso. Se tiver uma nova onda de mortes, quem vai ser afetada é essa juventude vulnerável. Há o perfil de adolescentes do sexo masculino, mas em 2017 e 2018 tivemos crescimento assustador de mortes de meninas”, disse Thiago.

Enfrentamento

O diretor do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP), Leonardo Barreto, afirma que a Secretaria da Segurança Pública vem adotando estratégias para estudar, investigar e evitar todas estas mortes. O delegado corrobora as afirmações

de que o crime fica banalizado em ambientes degradados e como consequência os jovens percebem uma necessidade de se agrupar. Segundo Barreto, a Polícia Civil percebeu que em comunidades fortalecidas, os adolescentes com senso de pertencimento tendem a estar protegidos da violência.

“Quando a gente puxa o perfil dos infratores e das vítimas, coincide. São jovens, com baixa escolaridade e moradores de aglomerados. Todos eles estão inseridos em um ambiente criminogênico. Esse jovem busca valores na família. A família está desestruturada. Busca referências na comunidade e vê a comunidade degradada”, ponderou o delegado.

Thiago Holanda reforça que os homicídios geralmente se concentram nas áreas mais precárias: “A política pública precisa abrir uma porta para a juventude vulnerável que tenta sobreviver nestes territórios armados. Falamos muito nos três níveis de prevenção, um deles é chegar até quem já sofreu a violência. As famílias destes adolescentes precisam ser acolhidas e ter apoio. Elas ficam em risco e ameaçadas de ter outro membro da família morto. É importante que o Estado chegue logo não só para dar garantia da proteção, mas a responsabilizar o autor do homicídio. A morte cria um impacto profundo na vida destas pessoas”.

Ameaças

Na fala do coordenador do Comitê, é possível perceber que o impacto das mortes de jovens vai além do luto parental. O drama da violência deixa rastros cercados pelo medo. No dia a dia da 5ª Vara da Infância e Juventude de Fortaleza, o juiz Manuel Clístenes lida com essa juventude ameaçada, mas que pode ser resgatada.

Com objetivo de evitar que as ameaças se cumpram, o Governo aloca pessoas no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAAM). Na prática, segundo o juiz, o rigor do programa afasta os jovens. “O programa é muito rigoroso e tem que ser assim para funcionar. Esse adolescente ameaçado não pode ter rede social e não pode voltar a residir na comunidade de origem. Os que entram passam pouco tempo porque logo cometem faltas graves”, pontuou Clístenes.

Leonardo Barreto reforça que quando um jovem é assassinado, dentro do círculo familiar ou de amizade dele, há um irmão, amigo ou primo que também foi assassinado. Ele garante que as ameaças se tornam comum porque muitas vezes vítima e criminoso se conhecem. Ainda há indicativos sobre o responsável pela morte de um adolescente ser amigo de infância da vítima. “Se parar para pensar na profundidade deste conflito, um não saberia explicar para o outro. A última pesquisa do Ipea concluiu que 1% a mais de jovens nas escolas significa redução de 2% na taxa de homicídios. No meio desta questão falta o elemento principal: a educação”, pontuou Barreto.

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/adolescentes-assassinados-a-dinamica-da-violencia-no-ceara-1.2119818>>.



Proposta de Redação

- MEIOS PARA ERRADICAR A VIOLÊNCIA URBANA NO BRASIL.

27^a

Temática

A Dificil Situação do Idoso no Brasil

Como vai o Idoso Brasileiro?

Ana Amélia Camarano (coord.), Kaizô Iwakami Beltrão, Ana Roberta Pati Pascom, Marcelo Medeiros, Isabella Gomes Carneiro, Ana Maria Goldani, Ana Maria Nogales Vasconcelos, Ana Maria Resende Chagas e Rafael Guerreiro Osório / Rio de Janeiro, dezembro de 1999.

(...) Pode-se dizer que, em geral, o idoso hoje está em melhores condições de vida que a população mais jovem: ganha mais, uma parcela maior tem casa própria e contribui significativamente na renda familiar. Nas famílias cujos idosos são chefes, encontra-se uma proporção expressiva de filhos morando junto. Esta situação deve ser considerada à luz das transformações pela qual passa a economia brasileira, levando a que os jovens estejam experienciando grandes dificuldades em relação à sua participação no mercado de trabalho. Observaram-se melhoras expressivas no nível de renda da população idosa ao longo do período estudado, quando medida pela proporção de idosos sem rendimentos. As mudanças foram bem mais expressivas entre as mulheres. Foi visto, também, que a pobreza entre os idosos está fortemente associada ao seu baixo nível educacional. Isso reflete menores oportunidades educacionais no passado, que afetaram principalmente as mulheres. Uma elevada proporção de chefes de famílias pobres é composta de mulheres. Outro fator de pobreza dessas famílias é o menor número de pessoas que trabalham, o que leva a uma dependência maior da renda do chefe. Foi visto que as aposentadorias desempenham um papel muito importante na renda dos idosos. Pode-se concluir, portanto, que, no nível micro, o grau de dependência dos indivíduos idosos é determinado pela provisão de rendas por parte do Estado. Como uma parcela importante da renda familiar depende da renda do idoso, deduz-se que, quando o Estado reduz ou aumenta os benefícios previdenciários, não está simplesmente atingindo indivíduos, mas uma fração razoável dos rendimentos de famílias inteiras. A literatura, em geral, parte da premissa de que o envelhecimento populacional e o aumento da longevidade ocasionam maior pressão nos serviços de saúde. Do que foi visto, parece que isto ocorre em termos de demandas por número de internações hospitalares. Entretanto, em termos de gastos públicos com saúde entre a população masculina, o grupo etário que apresentou os maiores gastos *per capita* foi o de 55 a 64 anos, não obstante as internações *per capita* crescerem com a idade. Já entre a população feminina, o grupo de 65 anos e mais foi o que apresentou gastos mais elevados. Observou-se, no Brasil, um crescimento da participação do segmento populacional em idade avançada no mercado de trabalho basicamente entre as mulheres, o que deve ser reflexo do aumento geral da participação da mulher brasileira na força de trabalho, processo também verificado no plano internacional. Do que foi visto, parece que a renda constitui um incentivo para que tanto os homens quanto as mulheres parem de trabalhar mais tarde. Concluindo, pode-se dizer que o aumento da longevidade conjugado com o momento pelo qual passa a economia brasileira, com efeitos expressivos sobre o jovem, têm levado o idoso a assumir papéis não esperados nem pela literatura, nem pelas políticas públicas. Isto faz com que a associação entre envelhecimento e aumento da carga sobre a família e o Estado não se verifique de forma tão direta.

Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=3970>

Brasil é reconhecido por políticas públicas em favor de idosos

Proteção

País obteve 12^a posição no ranking dos países que oferecem melhor garantia de renda para população acima dos 60 anos de idade.



Marcelo Casali/Agência Brasil

Brasil tem, hoje, 20,6 milhões de idosos

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Brasil tem 20,6 milhões de idosos. Número que representa 10,8% da população total. A expectativa é que, em 2060, o país tenha 58,4 milhões de pessoas idosas (26,7% do total). O que explica esse aumento não é só a melhoria da qualidade de vida, que ampliou a expectativa de vida dos brasileiros, que pulará de 75 anos em 2013 para 81 anos em 2060 – com as mulheres vivendo, em média, 84,4 anos, e os homens 78,03 anos –, mas também a queda na taxa de fecundidade dos últimos 50 anos, que passou de 6,2 filhos nos anos 1960 para 1,77 (estimativa) em 2013. O governo federal vem tomando medidas e estabelecendo políticas que ajudem a melhorar a qualidade de vida da pessoa idosa. O Pacto pela Vida, de 2006, propôs explicitamente a questão do ciclo do envelhecimento como um tema fundamental na área de saúde, e o Estatuto do Idoso, de 2003, assegura, por exemplo, o tratamento de saúde e a assistência de um salário-mínimo para todo idoso que esteja na linha de pobreza.

Foram esses avanços que colocaram o Brasil na 31^a posição no *ranking* dos países que oferecem melhor qualidade de vida e bem-estar a pessoas com mais de 60 anos, segundo o Global AgeWatch Index 2013, da organização não governamental Help Age International, que luta pelos direitos dos idosos. Os indicadores consideraram quatro áreas-chave: garantia de renda, saúde, emprego e educação, e ambiente social. O Brasil obteve nota 58,9 e seu melhor desempenho foi na categoria garantia de renda, em que ocupou a 12^a posição, graças às transferências de renda implementadas pelo governo brasileiro, como forma de reduzir a desigualdade social. No entanto, no quesito emprego e educação para pessoas entre 55 e 64 anos empregadas, e o grau de instrução dos idosos, o País teve o seu pior desempenho, ficando em 68^o lugar. Já nas categorias saúde e ambiente social, o obteve as 41^a e 40^a colocações, respectivamente.

Segundo a coordenadora do Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso – Sisap-Idoso, do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (Cict/Fiocruz), Dália Romero, nos últimos dez anos, o Brasil pode não estar nas condições ideais, mas obtivemos grandes avanços na área. Ela cita como exemplo o cuidado domiciliar, que é uma normativa do Estatuto do Idoso: “é o intermeio entre o cuidado hospitalar e o atendimento em casa. Ainda falta implementar, mas foi uma grande conquista”.

(...)

Atenção básica

Para melhorar a qualidade de vida do idoso, é fundamental também se falar no atendimento básico que ele terá ao chegar ao SUS e, para isso, há um esforço tanto da Fiocruz, quanto do Ictit, para incorporar o tema “saúde do idoso” dentro da atenção básica. Para isso, a Fundação vem investindo em cursos e capacitações voltados à atenção básica para a área de saúde do idoso. Apenas o Ictit já capacitou cerca de 100 coordenadores estaduais e municipais.

Segundo Dália Romero, “foi um grande passo o Ministério da Saúde entender que tínhamos que capacitar a atenção básica não só para atender crianças e mulheres grávidas, mas também para atender idosos”, explica. Em um projeto – Análise do nível, estrutura e tendências das internações de idosos por condições sensíveis à atenção primária (CSAP) no Rio de Janeiro e Minas Gerais – Comparação da efetividade do SUS e das condições de saúde dos idosos – coordenado pela pesquisadora, que conta com o apoio do CNPq, o foco é justamente a avaliação da atenção básica. “Estamos tentando avaliar como indicador a internação por condições sensíveis à atenção básica, que nos dará uma ideia de como ela está. Na realidade, o indicador diz: ‘na medida em que tivermos mais internações por conta daquela doença, que teria que ser tratada na atenção básica, pior será o desempenho dessa atenção básica’. No momento, estamos comparando o desempenho do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte”, explica.

A pesquisadora acredita que, com esse indicador, será possível monitorar a atenção básica no País. “É por meio dele que poderemos avaliar a qualidade de vida do idoso”, destaca. Afinal, como explica Dália, “qualidade de vida não é sobrevivência, que é um dos objetivos de um hospital. Qualidade de vida é conviver com uma doença crônica, tratar bem e evitar complicações. E, nesse sentido, temos um grande avanço no Brasil com a atenção básica e está ficando muito mais nítido o que está sendo feito para melhorar a qualidade de vida do idoso”.

Um outro instrumento que ajudará a melhorar a atenção básica é a nova Caderneta do Idoso – projeto solicitado pela Coordenação Técnica de Saúde do Idoso, do Ministério da Saúde, ao Ictit. (...)

Fundação Oswaldo Cruz

Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/saude/2014/01/brasil-e-reconhecido-por-politicas-publicas-em-favor-de-idosos>>

Crime de estelionato contra idoso terá pena duplicada

A pena para o crime passa de cinco para dez anos de reclusão



André Nadeau/123RF/Getty Images

Quem cometer crime de estelionato contra idoso poderá receber pena de até dez anos de prisão

A partir de agora, quem cometer crime de estelionato contra idoso poderá receber pena de até dez anos de prisão, o dobro do previsto no Código Penal. A mudança está na Lei 13.228/2015, sancionada pela presidenta Dilma Rousseff e publicada nesta terça-feira, 29, no Diário Oficial.

O Artigo 171 do Código Penal estabelece que o estelionato ocorre quando alguém obtém vantagem ilícita, para si ou para outra

pessoa, em prejuízo alheio, ao induzir alguém ao erro, por meio de fraude ou outros artifícios.

A pena para o crime é de um a cinco anos de reclusão. Com a nova lei, se a vítima tiver 60 anos ou mais, a punição será duplicada, podendo chegar a dez anos de prisão. “Aplica-se a pena em dobro se o crime for cometido contra idoso”, diz o trecho incluído no Código Penal.

Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-12/crime-de-estelionato-contra-idoso-tera-pena-duplicada>>

Dia Nacional do Idoso

No Brasil, o Dia do Idoso é comemorado na mesma data do Dia Internacional do Idoso, estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento, realizada em 1982, na Áustria. Assim, a Lei nº 11.443, de 28 de dezembro de 2006, além de instituir o dia 1º de outubro para as comemorações, determina que os órgãos públicos responsáveis pela coordenação e implementação da Política Nacional do Idoso se responsabilizem pela realização e divulgação de eventos que valorizem a pessoa idosa na sociedade.

Dados do Censo Demográfico 2010, realizado pelo IBGE, revelaram um aumento da população com 65 anos ou mais, que era de 4,8% em 1991, passando a 5,9% em 2000 e chegando a 7,4% em 2010.

A região Norte, apesar do contínuo envelhecimento observado nas duas últimas décadas, ainda apresenta uma população bastante jovem, devido aos altos níveis de fecundidade no passado. Já as regiões Sudeste e Sul são as que apresentam as maiores proporções de idosos na população total, mantendo-se como as duas regiões mais envelhecidas do País. Ambas tinham em 2010 8,1% da população formada por idosos com 65 anos ou mais.

Confira estas e outras informações levantadas pelo Censo 2010.

Disponível em: <<http://teen.ibge.gov.br/calendario-teen-7a12/evento/1022-dia-nacional-do-idoso.html>>

Família. A delicada relação dos filhos com os pais idosos

Livro de pesquisadora da UFRJ discute a geração criada com base na liberdade e nos quereres. O resultado é, quase sempre, a desassistência aos pais na terceira idade

A senhora aposentada de 60 anos não consegue entender os porquês. Quer descobrir quais as razões de hoje serem os filhos a decidir se querem lhe ver. “Difícil engolir que, seja qual for o tipo de relacionamento que você estabeleceu com os filhos por toda a infância e adolescência – quero dizer, se você foi um pai presente, cuidadoso, dedicado em tempo integral, que conversa e dialoga, ou se foi aquele que ‘terceiriza’ tudo (deixa o filho com vó, com babá, ou com tablet e tevê) –, independentemente do tipo de pai que você foi, de um jeito ou de outro, agora são eles que decidem se querem conversar com você”.

A história é narrada pela professora Tania Zagury, da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no livro *Filhos adultos mimados, pais negligenciados* (Record/2015). Na publicação, ela discute o fato de os limites e a liberdade colocados na criação de um filho direcionarem, mais à frente, já na idade adulta, os caminhos que serão dados na atenção aos pais.

A professora afirma que crianças e adolescentes criados com toda a atenção dos desejos e quereres vão deixando de lado a dedicação aos pais. “O livro não trata de agressões físicas ou verbais. Mas, principalmente, de atos de descaso”, pontua.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/dom/2015/12/12/noticiasjornaldom,3548080/familia-a-delicada-relacao-dos-pais-idosos.shtml>>

Número de denúncias de violência contra idosos aumentou 13% em 2018

19:44 | 12/06/2019
Facebook/Twitter

Levantamento feito pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos revelou que, no ano passado, o Disque 100 registrou um aumento de 13% no número de denúncias sobre violência contra idosos, em relação ao ano anterior. De acordo com a assessoria de imprensa da pasta, o serviço de atendimento recebeu 37.454 notificações, sendo que a maioria das agressões foi cometida nas residências das vítimas (85,6%), por filhos (52,9%) e netos (7,8%).

Divulgado nesta terça-feira (11), o levantamento mostra que a suscetibilidade das mulheres idosas é maior. Elas foram vítimas em 62,6% dos casos e os homens, em 32,2%. Em 5,1% dos registros, o gênero da vítima não foi informado.

Quanto à faixa etária, os dois perfis que predominam são de pessoas com idade entre 76 e 80 anos (18,3%) e entre 66 e 70 anos (16,2%). O relatório também destaca que quase metade das vítimas (41,5%) se declarou branca, 26,6% eram pardas, 9,9% pretas e 0,7% amarelas. As vítimas de origem indígena representam 0,4% do total.

As violações mais comuns foram a negligência (38%); a violência psicológica (26,5%), configurada quando há gestos de humilhação, hostilização ou xingamentos; e a violência patrimonial, que ocorre quando o idoso tem seu salário retido ou seus bens destruídos (19,9%). A violência física figura em quarto lugar, estando presente em 12,6% dos relatos levados ao Disque 100. O ministério informa que, em alguns casos, mais de um tipo de violência foi cometido e, portanto, comunicado à central.

A pasta detalhou a forma como as ocorrências se distribuem geograficamente. O estado de São Paulo aparece em primeiro lugar na lista, concentrando 9.010 dos casos reportados. O estado de Minas Gerais ocupa a segunda posição, com 5.379 registros, seguido por Rio de Janeiro, com 5.035 e Rio Grande do Sul, que responde por 1.919 ocorrências.

Para o secretário nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa do ministério, Antônio Costa, a violência contra idosos vai além de agressões classificadas como maus tratos. Para ele, o abandono e a exclusão social dessas pessoas também focalizam a questão.

Uma das ações governamentais de proteção a pessoas idosas é o Programa Viver – Envelhecimento Ativo e Saudável, que tem como finalidade a ampliação de oportunidades aos idosos, através da inclusão digital e social. As ações abrangem as áreas da tecnologia, educação, saúde e mobilidade física.

“O programa tem o propósito de resgatar a autoestima, conscientizar a pessoa idosa no âmbito da educação financeira e dos direitos a ela inerentes”, disse Costa.

Além do programa, o governo federal articula a Campanha Junho Lilás, que visa prevenir e identificar situações de abuso contra idosos. Lançada no último dia 3, a iniciativa integra um movimento global de alusão ao Dia Internacional de Conscientização e Combate à Violência contra a Pessoa Idosa, celebrado no dia 15 de junho.

*Com informações da assessoria de imprensa do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-06/numero-de-20denuncias-de-violencia-contra-idosos-aumentou-13-em-2018>>.



Proposta de Redação

- RESPEITO AO IDOSO: DEVER DE TODO CIDADÃO.

28ª

Temática

Bullying nas Escolas

10% das escolas brasileiras registram casos de *bullying* semanalmente, mostra pesquisa

Participaram do levantamento 48 países que compõem a OCDE

Semanalmente ao menos 10% no Brasil registram ações de *bullying* no ambiente educacional. É o que apontou o relatório *Teacher and School Leaders as Lifelong Learners*, feito a partir dos dados obtidos na pesquisa *Teaching and Learning International Survey* (Talis), realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Participaram da pesquisa professores de 48 países pertencentes à OCDE.

No conjunto de países da Talis 2018, 3% das escolas brasileiras enfrentam problemas de intimidação ou ofensa verbal a professores ou funcionários ao menos uma vez por semana. Continuando com a comparação entre o Brasil, 28% dos diretores de unidades de ensino do país apontaram casos corriqueiros de *bullying* e intimidação entre os alunos, contra 14% reportado pelos outros países participantes da pesquisa.

A pedagoga Sandra Costa atua como coordenadora de uma escola particular e acredita que ações como palestras e debates são fundamentais para amenizar e até conter atos violentos entre os alunos. Costa ainda aposta que a união família-escola é de extrema importância para o estímulo às boas atitudes entre os estudantes.

“Na instituição em que trabalho, conscientizamos os alunos contra o *bullying* na matéria de ética e com projetos de não violência. A família também é convidada a participar já que tem também um papel fundamental neste processo. Não adianta o professor ajudar o aluno e família ficar fora”, explicou a pedagoga.

A profissional também ressalta que o diálogo é um dos caminhos mais eficazes para combater o *bullying* nas escolas, incluindo primordialmente entender a origem do problema e como o aluno agressor deve se comportar. “Toda vez que um caso desse ocorre na nossa escola, a gente procura conversar com o aluno e pede para que ele faça uma reflexão e se coloque no lugar do colega. Com essa conversa a gente já percebe uma grande mudança”, conclui Sandra.

Educa Mais Brasil.

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/pais/online/10-das-escolas-brasileiras-registram-casos-de-bullying-semanalmente-mostra-pesquisa-1.2120693>>.

48% dos estudantes de Fortaleza se sentem inseguros na escola

Pesquisa aponta que quase metade dos alunos da Capital têm menor percepção de segurança nas unidades de ensino. Fenômeno pode comprometer o desempenho escolar e levar a problemas de saúde mental

O estudo também revela que, quanto maior a idade, menor é a chance de os jovens se sentirem seguros

A escola deveria ser símbolo de aprendizado e desenvolvimento cidadão, mas também se torna espaço de medo para quase metade dos estudantes de Fortaleza: 48% declararam não se sentir protegidos no ambiente escolar, segundo a pesquisa Infância [Des]Protegida, da Organização Não Governamental (ONG) Visão Mundial, que aponta maior sensação de insegurança entre meninas, negros e pessoas com deficiência.

“Dentro de um grupo vulnerável, temos grupos ainda mais vulneráveis”, explica a assessora de proteção infantil da Visão Mundial, Karina Lira, destacando que a maioria das crianças de escolas públicas vive em comunidades “de exclusão”. Mesmo assim, 76% disseram se sentir mais protegidos dentro de casa – ainda que uma em cada quatro não tenha a sensação de segurança no próprio lar.

Agressões e xingamentos podem prejudicar o desenvolvimento infantil, alerta psicopedagogo

O estudo também revela que, quanto maior a idade, menor é a chance de os jovens se sentirem seguros. Foram pesquisados 3.814 estudantes de 9 a 17 anos, do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental, em 67 escolas de ensino público de Fortaleza, Salvador, Recife; Nova Iguaçu (RJ); Canapi e Inhapi (AL); e Governador Dix-Sept Rosado (RN).

Do total, um em cada três estudantes relatou situações em que sofreu violência direta ou consequência da violência urbana: 84% presenciam brigas entre alunos e 33% sofrem ameaças, abuso físico e/ou xingamentos na escola. Entre crianças e adolescentes negros, este último índice sobre para 37%.

Prejuízos

Para o vice-presidente da Associação Brasileira de Psicopedagogia no Ceará (Abpp-CE), Harley Gomes, a escola como zona de conflitos é resultado de vários fatores. “Temos que enxergar o estudante como um sujeito biopsicossocial. Ele não deixa seus problemas à parte da escola. Temos jovens que foram bem atendidos nas questões afetivas e emocionais, mas também aqueles que são vítimas de conflitos familiares, são agredidos, violentados, e vítimas da ausência de políticas públicas”, explica.

O especialista alerta ainda para a naturalização de discursos e práticas violentas por crianças e adolescentes, já que alguns sujeitos percebem atos agressivos como forma de brincadeira ou interação. “Geralmente, esse pensamento parte do agressor. Ele não vê um xingamento ou empurrão dentro de sala como ato violento, mas uma forma de sociabilidade”, afirma, ressaltando a necessidade de diálogo e discussão do tema. Karina Lira, da Visão Mundial, elenca ainda os prejuízos das agressões. Baixo desempenho escolar e desmotivação da permanência na escola surgem no contexto educacional; na dimensão da saúde mental, podem desenvolver depressão e dificuldade de estabelecer vínculos sociais e afetivos. Há preocupação ainda com propensão à agressividade e drogadição.

Agressões

Os casos de violência, porém, não se restringem à Capital. No último dia 6 de junho, em vídeo compartilhado em redes sociais, uma criança aparece sendo pisoteada por outros alunos no município de Caririáçu, na região do Cariri. Um dos envolvidos chega a pular em cima do menino que está no chão. A professora suspeita de ter filmado as agressões foi afastada do cargo.

Já no dia 18, uma estudante de 12 anos foi agredida em frente a uma escola municipal de Maracanaú, na Região Metropolitana (RMF). Após discussões verbais, um garoto que estava do lado de fora do estabelecimento de ensino puxou a menina pelo portão e iniciou uma série de agressões físicas. A ação foi controlada por outros alunos. Contudo, depois da aula, a menina foi novamente agredida com socos e puxões de cabelo, pelo mesmo menino.

Segundo a mãe, a menina está assustada e não quer sair mais de casa. Ela revela que não foi a primeira vez que a garota sofreu constrangimento. “Ela vem sendo humilhada desde que entrou (na escola). Fui obrigada a alisar o cabelo da minha filha porque ela sofria bullying dentro de sala”, comenta.

Ações

A Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza (SME), responsável pelos alunos até o 9º ano, disse, por meio de nota, que promove uma política de proteção à criança e ao adolescente por meio do trabalho da Célula de Mediação Social e Cultura de Paz da SME, que atua no fortalecimento da escola para a resolução de conflitos e pela disseminação da cultura de paz.

Conforme a SME, o trabalho preventivo é realizado com a Célula de Segurança Escolar, que atua em ação conjunta com a Inspeção de Segurança Escolar da Guarda Municipal (ISE) e a Secretaria Municipal da Segurança Cidadã.

Outro esforço da gestão municipal é a articulação de projetos junto ao Comitê Internacional da Cruz Vermelha que promovem capacitação de profissionais e gestores frente à convivência com riscos relacionados à violência.

“É importante ressaltar ainda que a Rede de Ensino de Fortaleza controla o acesso às unidades com a presença de monitor na recepção à comunidade escolar, além de vigilância patrimonial e porteiros noturnos. O parque escolar de Fortaleza conta hoje com 573 equipamentos, que atendem mais de 223 mil alunos”, informou a pasta municipal.

No âmbito estadual, a Secretaria Estadual de Educação (Seduc), embora não tenha alunos no escopo da pesquisa, informou que também implantou, em 2016, a Célula de Mediação Social e Cultura de Paz, incentivando “a criação dos núcleos de mediação como ferramenta pedagógica para minimizar os impactos dos conflitos nas escolas”.

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/48-dos-estudantes-de-fortaleza-se-sentem-inseguros-na-escola-1.2120532>>.

Instagram ganha ferramentas de combate ao *bullying*

O Instagram anunciou duas novas ferramentas de combate ao *bullying* nesta semana. O aplicativo deve emitir alertas aos usuários que pretendem fazer comentários ofensivos e restringir o acesso a “seguidores problemáticos”.

“Nós podemos fazer mais para prevenir que o *bullying* aconteça no Instagram, e nós podemos fazer mais para empoderar aqueles que são alvo de *bullying* a se defenderem”, escreveu Adam Mosseri no blog oficial da empresa.

Notificação sobre comentários ofensivos

Por meio de inteligência artificial, a primeira ferramenta serve para notificar os usuários cujos comentários são considerados ofensivos antes que eles sejam postados.

Ao mostrar uma janela com a mensagem “repense o comentário que se parece muito com outros que foram denunciados”, o objetivo é fazer com que essas pessoas reflitam e reconsiderem o envio desse conteúdo.

Segundo a empresa, a partir de testes, foi descoberto que após a reflexão, de fato, muitas pessoas se sentiam encorajadas a desfazer os comentários negativos e escrever mensagens menos dolorosas.

Restrição a usuários

A segunda ferramenta serve para proteger as contas de interações não desejadas por meio de uma restrição de acesso. Com a intenção de dar maior controle às pessoas sobre suas experiências no app, é possível desativar as notificações de determinados usuários que possam estar cometendo *bullying*.

Nesse caso, essa ferramenta busca garantir o poder de escolha do usuário para que ele tenha o domínio sobre o que acontece em sua conta e sobre quais outros usuários podem se conectar com ele.

Além de possibilitar que o dono da conta escolha permitir ou não que os comentários das pessoas selecionadas estejam visíveis, o recurso “Restringir” impede que essas pessoas vejam se o usuário que o restringiu está online e se visualizou suas mensagens.

Disponível em: <<http://blogs.opovo.com.br/id/2019/07/10/instagram-ganha-ferramentas-de-combate-ao-bullying/>>.



Proposta de Redação

- **TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO: OS DESAFIOS DE SE COMBATER O BULLYING.**
- **CARTA: PRODUZA UMA CARTA DESTINADA A UM(A) AMIGO(A) QUE ESTÁ EM OUTRA CIDADE, CONTANDO-LHE UMA SITUAÇÃO QUE ENVOLVE BULLYING VIVENCIADA POR VOCÊ.**

29^a

Temática

Obesidade no Brasil. Por Que Estamos Mais Gordos?

Seu filho já ralou o joelho hoje?

Computadores, aumento da criminalidade e excesso de atividades extracurriculares afastam crianças das brincadeiras de rua. Especialistas alertam: infância entre muros pode gerar adultos individualistas e instáveis.

Num país onde mais de 30 milhões de pessoas saíram da miséria na última década, crescem as preocupações com alimentação, moradia, saúde e educação infantil. Em todas as classes sociais, os pequenos ganharam melhores condições de vida. Mas o Brasil parece estar deixando de lado outro direito fundamental dos pequenos, previsto no artigo 31 da Convenção dos Direitos da Criança da ONU: o de brincar.

E preocupados com o fato de que as crianças brasileiras, cada vez mais, brincam menos, especialistas fazem um alerta: o ato de brincar na rua é fundamental para a formação de valores. Uma infância sem brincadeiras livres, longe das telas de *gadgets*, *videogames* e celulares, pode reduzir as fases do desenvolvimento, produzir adultos precoces e, mais tarde, emocionalmente instáveis, que se comportam como crianças.

“Não ir à rua ralar o joelho, subir em árvore, passear em carrinhos de rolimã e outras brincadeiras livres faz uma grande falta no processo de socialização. A criança acaba não desenvolvendo o juízo moral, que ocorre naturalmente quando se organizam sozinhas em jogos ao ar livre, como esconde-esconde, pique e brincadeiras com bola”, opina Rosália Duarte, pesquisadora do Departamento de Educação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro. “Existe o risco de estarmos criando uma geração de adultos mais egocêntricos, individualistas, com menor capacidade de trabalhar em equipe e personalidades morais menos sólidas e flexíveis”.

O desenvolvimento e os desafios sociais e econômicos trouxeram obstáculos ao ato de brincar nas grandes cidades, mais verticalizadas e violentas, sem tantos espaços públicos capazes de tornarem-se palco para brincadeiras. Pais e mães enfrentam, ainda, uma carga maior de trabalho e precisam deixar os filhos ocupados e em lugar seguro.

A infância é passada por muitos entre muros. Além da escola, pequenos acabam cheios de atividades desde cedo, como aulas de balé, inglês e futebol. Se falta tempo para atividades lúdicas e ócio criativo, sobra excesso de informação. E problemas futuros, aponta a coordenadora de comunicação da organização não governamental IPA Brasil, Renata Proetti.

“A própria urbanização e a violência excessiva fazem com que

os pais sintam a necessidade de proteger os filhos. Faltam espaços urbanos para as brincadeiras. E mesmo aquelas crianças que crescem em condomínios fechados perdem o direito de se aventurar na rua, que é onde a criança pode ter experiências lúdicas, aprender e testar limites. Crianças precisam cair, ralar-se, machucar-se. Mas, em vez disso, estão presas a um conteúdo didático carregado, onde os pais apostam no futuro promissor para os filhos a longo prazo. Eles viram pequenos adultos com rotina digna de altos executivos”, observa Renata.

Risco para a saúde

Criada no Reino Unido em 1961, a IPA (sigla em inglês para Associação Internacional para o Brincar) tenta capacitar pais, mães, voluntários e educadores para resgatar a importância das brincadeiras livres num mundo cada vez mais globalizado. Presente em mais de 50 países, a organização se preocupa com os efeitos sociais, psíquicos, cognitivos e de saúde da nova geração que cresce entre quatro paredes.

“Um efeito imediato que observamos nas crianças que não brincam livremente é físico. Essa criança se torna mais sedentária, mexe-se pouco e desenvolve doenças precocemente, como obesidade, colesterol alto, estresse e ansiedade. Há ainda a erotização precoce, o amadurecimento precoce e o mergulho no consumismo. A longo prazo, os efeitos são mais preocupantes. A não socialização e não troca com o outro dificulta o desenvolvimento da empatia, da capacidade de se colocar no lugar do outro. Como a criança vai aprender isso sozinha, na tela de um computador?”, indaga Renata.

Para os pais, a saída é buscar o equilíbrio. Desde os 8 anos de idade, Carolina tem uma rotina tão ocupada quanto a de um adulto. Acorda às 5h30, vai para a escola, tem aulas de balé todos os dias e três vezes por semana pratica tênis de mesa. Hoje, aos 14, estuda muito para concluir o ensino fundamental e, quando chega em casa, está esgotada. Às vezes, conta a mãe dela, Alessandra Pereira, a menina sequer troca a roupa: desmaia de cansaço na cama e sonha com tempo livre nas férias. E Alessandra já faz planos de encaixar, no próximo ano, aulas de inglês na apertada agenda da filha.

“Ainda não sei com que tempo! Mas não me preocupo. O desgaste dela é físico, nunca psicológico. Ela foi uma criança normal e é uma pré-adolescente feliz. Gosta muito do que faz e tem excelentes notas na escola, como combinamos, para que todas as atividades pudessem ser mantidas. A interação com as colegas do balé, a atividade física, a disciplina que a dança exige não causam problemas. Ela convive com outras crianças”, conta a mãe.

Computadores devem ser dosados

Tantas atividades, avalia a professora Rosália Duarte, sugerem que as crianças estão sendo mais bem tratadas e têm mais oportunidades. Mas é preciso ficar atento para a relação cada vez mais estreita dos pequenos com a tecnologia, de modo a impedir o isolamento e permitir a socialização.

Os pais não devem ceder à dependência de brinquedos e produtos tecnológicos que acabam comprando para os filhos pelo *marketing* e não pela consciência de que são, de fato, adequados ao desenvolvimento infantil. Smartphones, videogames e computadores, diz a especialista, devem ser aliados da educação, não responsáveis por ela.

“O grande risco é a brincadeira individualizada na frente da tela. É o mesmo debate surgido quando a TV invadiu 98% dos lares no Brasil, foi preciso dosar para que as crianças não passassem o dia em frente à tela. A solução é estabelecer limites para o uso das máquinas. Não há uma fórmula exata, de permitir uma ou duas horas por dia. Vale o bom senso. Se a criança precisa fazer o dever de casa no computador, ela pode terminar no tempo dela e, depois, usar a máquina para se divertir um pouco”, afirma Rosália.

E completa:

“Esse tempo depende do que a criança estiver fazendo. A chave é diversificar as atividades. Ela precisa usar a máquina, fazer o dever, brincar com os irmãos e amiguinhos, ligar para os avós ou fazer outras atividades. Ela precisa se socializar.”

Renata Malkes, do Rio de Janeiro Edição: Rafael Plaisant
Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/maisnoticias/mundo/dw/2015/12/16/noticiasdw,3550049/seu-filho-ja-ralou-o-joelho-hoje.shtml>>

Balão intragástrico para redução de peso

1. O excesso de peso e a obesidade aumentaram, significativamente, nos últimos seis anos. No Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde, mais de 50% da população apresenta sobrepeso, tornando a obesidade uma das doenças mais preocupantes da atualidade. “Antes, o sobrepeso atingia pessoas idosas. Agora, é a população mais jovem, que deveria estar produzindo, economicamente ativa, que é acometida pelo problema”, explica o médico endoscopista bariátrico João Paulo (CRM 9886 / RQE 5962), da *Première Medicina e Saúde*.
2. Algumas pessoas até tentam perder peso com tratamentos clínicos, acompanhamento de especialistas (nutricionistas, preparadores físicos e psicólogos), mas, mesmo assim, não conseguem. Aí entra como sugestão de tratamento o balão intragástrico, projetado para induzir a sensação de saciedade precoce e perda do apetite que auxiliam, e muito, no emagrecimento em pessoas com IMC (índice de massa corpórea) a partir de 27. “O balão proporciona uma redução na ingestão de novas rotinas de alimentação com diminuição de 20% a 30% do peso corporal”.
3. O médico endoscopista bariátrico João Paulo diz que o balão intragástrico é um casulo de silicone, com sistema valvular, introduzido no estômago do paciente por meio de endoscopia. “É projetado para permanecer na câmara gástrica por um período de seis meses. É preenchido com até 700 ml de uma solução”. O perfil de quem procura o método é de mulheres que não conseguiram emagrecer depois da segunda gestação e homens com mais de cinco anos de casamento, que “colocam a culpa do sobrepeso no matrimônio”.
4. O procedimento é realizado na própria *Première Medicina e Saúde*, tanto na colocação quanto na retirada do balão. “Seguimos todos os cuidados necessários, contamos com uma equipe, com anestesista familiarizado com esse tipo de procedimento, um auxiliar capacitado para ajudar o cirurgião em qualquer intercorrência”, ressalta.
5. É um procedimento considerado simples, realizado com sedação do paciente semelhante à de uma endoscopia. O paciente acorda depois de cerca de 15 minutos já com o balão intragástrico. “Após seis meses, realizamos um novo procedimento, com nova sedação, em que o balão é retirado”.
6. O período de seis meses é o suficiente para que o paciente faça uma reeducação alimentar e mude os hábitos de vida. “O balão é apenas um estímulo ao emagrecimento. É importante que o paciente mude seus hábitos comportamentais e de alimentação nesse período de seis meses”, avisa. E por ser temporário é que o balão intragástrico faz sucesso se comparado à cirurgia bariátrica, um método definitivo.
7. Não é só colocar o balão intragástrico que tudo está resolvido, não. Cabe ao paciente o compromisso de mudar de vida. “Não adianta só segurar a boca, a pessoa tem de recorrer a um tratamento mais amplo, com psicólogo, endocrinologista, nutricionista e praticar exercícios físicos”, aconselha o endoscopista bariátrico João Paulo.

Adaptação ao balão

O corpo leva de três a cinco dias para se adaptar ao balão intragástrico. A fase de adaptação ao balão intragástrico depende muito de cada paciente. “Deixamos bem claro ao paciente que nos três primeiros dias é normal sentir náuseas. O balão é um corpo estranho dentro do estômago, que o organismo tende a jogar para fora, só que o balão não vai sair”, esclarece o médico endoscopista bariátrico João Paulo. Podem ocorrer também episódios de vômito, controlados por medicamentos.

No quinto dia, o paciente já estará totalmente recuperado, realizando todas as atividades normais do seu dia a dia. “Existem pessoas que não sentem praticamente nada, retornam ao trabalho no dia seguinte à colocação do balão, sem problema”, diz.

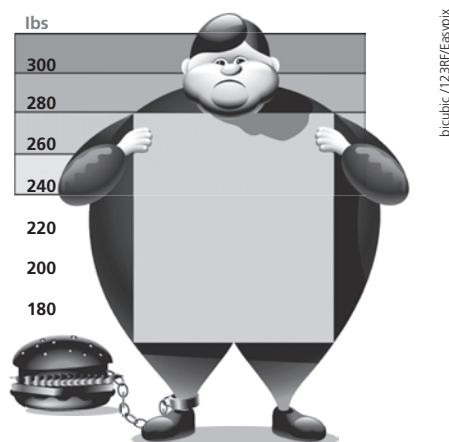
Contraindicações

Pacientes bariátricos que voltaram a engordar após a cirurgia não têm indicação para a colocação do balão dentro do estômago. Existem algumas restrições em relação à colocação de balão intragástrico. O procedimento é contraindicado a pacientes que já fizeram cirurgia no estômago, como a cirurgia bariátrica. “Algumas pessoas que já fizeram a bariátrica voltam a engordar e desejam colocar o balão. Só que não é possível, porque o estômago operado não aceita corpo estranho”. Estão excluídos também pacientes que sofrem com qualquer chance de sangramento estomacal, como úlceras gástricas ou doenças que dificultam a coagulação.

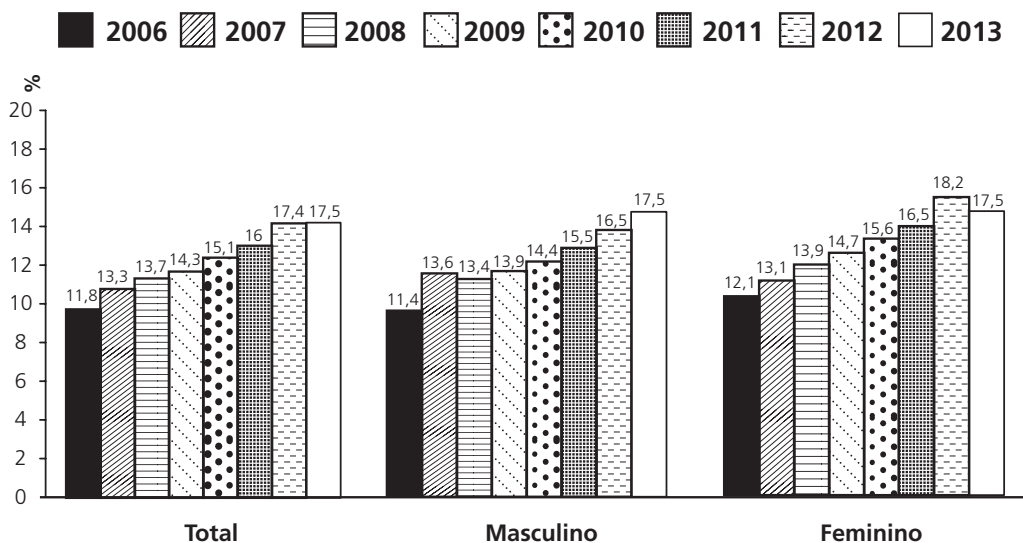
Na Cabeceira

O livro *O peso das dietas*, da escritora Sophie Deram, PhD, Editora Sensus, é bem esclarecedor sobre como fugir das dietas da moda e seguir uma alimentação saudável e perder peso sem sofrimentos.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/belezaesaudef/2015/12/05/noticiasbelezaesaudef,3543995/balao-intragastico-para-reducao-de-peso.shtml>>



Frequência de obesidade

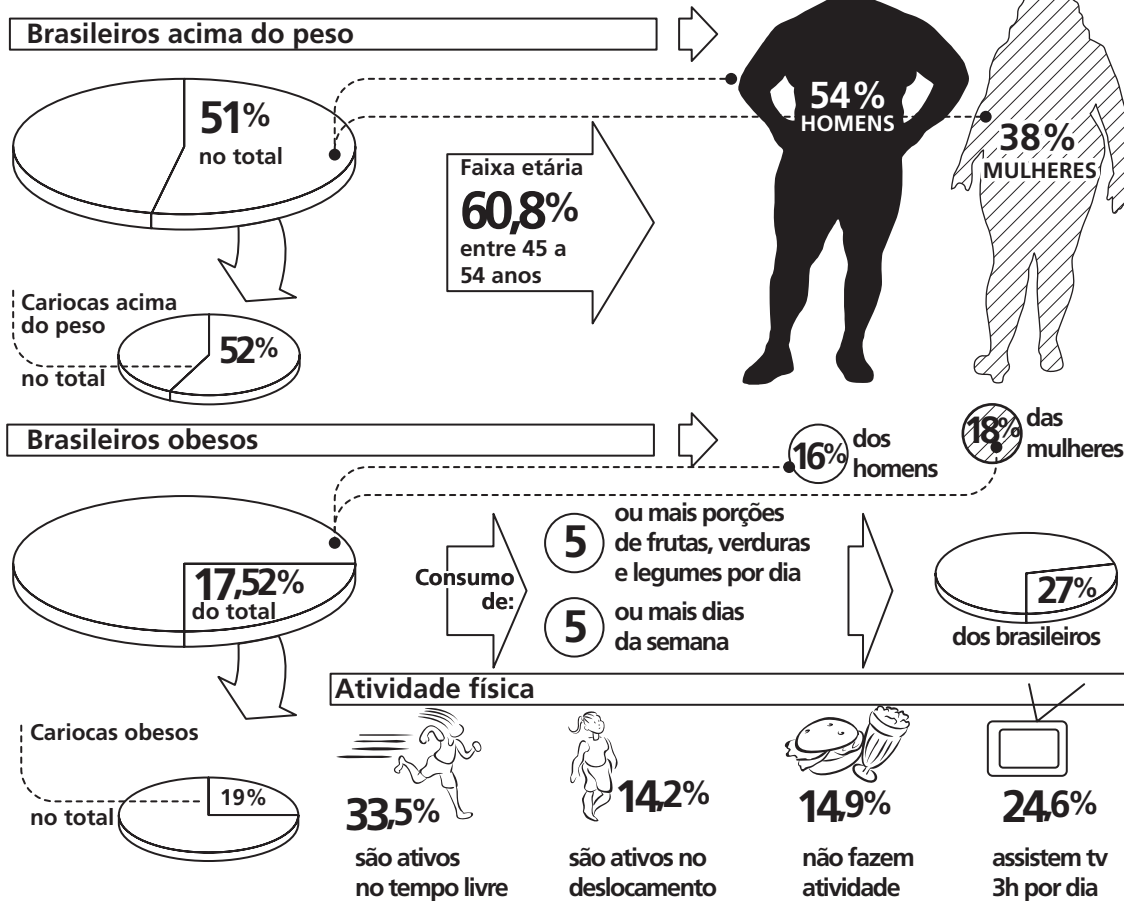


Aumento significativo entre homens e mulheres (2006-2013) $p < 0,01$

• Imputação de dados faltantes sobre peso ou altura para todos os anos

País dos gordinhos

Pesquisa do Ministério da Saúde foi feita com 45,4 mil pessoas acima de 18 anos em todas as capitais entre julho de 2012 e fevereiro de 2013



Reprodução/ Fundação do Câncer

Ceará é o 10º estado com mais pessoas acima do peso

Pesquisa Nacional de Saúde revela que o excesso de peso já atinge 57,1% dos cearenses. O número é maior entre as mulheres (57,6%) e está acima do índice nacional, que é de 56,9% – totalizando 82 milhões de brasileiros



Jan Milka / 123RF/Getty Images

Sem tempo para preparar todas as refeições em casa, com apetite aguçado para doces e sedentária, a psicóloga Ana Carla Mendes, 27, está perto de atingir o Índice de Massa Corpórea (IMC) limite para determinar obesidade – que é de 30 kg/m². Ela faz parte dos 57,1% dos cearenses acima de 18 anos com excesso de peso (quando o IMC é igual ou maior que 25 kg/m²).

Os dados foram divulgados ontem pela Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), feita pelo Ministério da Saúde (MS) e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com referência em 2013. Pelo estudo, o Ceará é o décimo estado do País em número de pessoas com sobrepeso. As mulheres cearenses acima do peso chegam a 57,6%, enquanto são 56,6% os homens do Estado com sobrepeso. Os cearenses obesos já são 18,7%.

O números do Estado ultrapassam os índices nacionais, que apontam 56,9% dos brasileiros acima de 18 anos com sobrepeso. Ao todo, são 82 milhões de pessoas no País. O MS credita a mudança de hábitos alimentares (aumento do consumo de industrializados em detrimento da dieta base dos brasileiros, que é arroz e feijão) para que o índice desse um salto em dez anos. Em 2003, o número de pessoas acima do peso no País era de 42%.

A pesquisa aponta que a obesidade atinge mais as mulheres do que os homens. Uma em cada quatro brasileiras (24,4%) estão obesas. Esse índice era 14% em 2003. Entre os homens, o percentual é de 16,8%. No Ceará, 20,9% das mulheres e 16,3% dos homens estão obesos.

A massa de gordura abdominal também foi alvo da PNS. Mais da metade das mulheres no Brasil (52,1%) e no Ceará (54,3%) apresentaram obesidade abdominal – com cintura acima de 88 centímetros, segundo parâmetros da Organização Mundial de Saúde (OMS). Entre os homens, 21,8% dos brasileiros e 20,2% dos cearenses têm a cintura acima de 102 cm, o que aponta circunferência aumentada no caso masculino.

Redução

O sobrepeso, de acordo com Renan Montenegro, médico endocrinologista, professor da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará, está ligado a fatores genéticos, sedentarismo, deseducação alimentar e estresse. “Outros pontos que podem ser levados em conta é como a mobilidade urbana está construída – aumento do hábito de se locomover, mesmo pequenas distâncias de carro –, e a carga de impostos em alimentos *diets* e *lights* que poderiam ser menos tributados”, diz.

Os hábitos alimentares de crianças de até dois anos também são citados pela PNS. O estudo inédito revelou que 60,8% das crianças brasileiras e 58,5% das nordestinas com menos de dois anos comem biscoitos, bolachas e bolos e que 32,3% das brasileiras e 25,5% das nordestinas tomam refrigerantes ou suco artificial.

“O excesso de peso é um problema grave, porque é um fator de risco para doenças do coração e outros problemas crônicos. É fundamental trabalharmos o incentivo à prática de exercícios e alimentação saudável desde cedo com as nossas crianças para reverter esse quadro. As crianças, muitas vezes, ajudam na conscientização e mudança de hábito dos pais”, destacou o ministro da Saúde, Arthur Chioro.

Números

57,1% dos cearenses estão acima do peso.

18,7% dos cearenses são obesos.

82 milhões dos brasileiros apresentam excesso de peso.

Saiba mais

Segundo Renan Montenegro, a obesidade pode causar o aumento da pressão arterial, dos riscos de diabetes, dos índices de gordura no sangue e do colesterol. Está ligada também a dores articulares, doenças do trato digestivo, apneia do sono e de doenças cardiovasculares, além de ser fator de predisposição a alguns tipos de câncer.

A pesquisa do MS foi feita em 64 mil domicílios em 1.600 municípios, entre agosto de 2013 e fevereiro de 2014. Durante o levantamento, foram coletadas informações sobre toda a família a partir de entrevistas válidas para 205 mil indivíduos em domicílio.

O estudo analisou eixos como pessoas com deficiência, saúde dos indivíduos de 60 anos ou mais de idade, saúde da mulher, atendimento pré-natal, saúde das crianças com menos de dois anos de idade, peso e altura, e pressão arterial.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/08/22/noticiasjornalcotidiano,3491966/ceara-e-o-10-estado-com-mais-pessoas-acima-do-peso.shtml>>

Cirurgias bariátricas: aumento de 200% em 10 anos

I BRASIL | A popularização do procedimento no País foi um dos temas no congresso que reúne especialistas até sábado, em Fortaleza

01:30 | 08/06/2018

Dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Pan-americana de Saúde (Opas), divulgados em janeiro de 2017, indicam que mais da metade da população brasileira está com sobrepeso e a obesidade já atinge a 20% das pessoas adultas. Resultado desta explosão de casos, a gastroplastia ou cirurgia bariátrica aumentou 200% em 10 anos no País, segundo o Ministério da Saúde.

A elevação do número de cirurgias bariátricas realizadas se deve principalmente a dois aspectos: o número crescente dos casos de obesidade e a popularização, no meio médico, das técnicas cirúrgicas como a realização por videolaparoscopia, que torna o procedimento menos invasivo.

Para a realização da cirurgia, o Ministério da Saúde estabelece alguns critérios, um deles é que o índice de massa corpórea (IMC) do paciente que deseja realizar a cirurgia seja maior que 35 kg/m². Essa norma é um dos temas que está sendo discutido no XIX Congresso Brasileiro de Cirurgia Bariátrica e Metabólica.

“O IMC é um processo de medição muito antigo. Esse índice não é um preditor de doenças e existem outras patologias que legalmente atestam a necessidade da realização da cirurgia bariátrica”, defende o cirurgião Luiz Vicente Berti, vice-presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Bariátrica e Metabólica (SBCBM).

Segundo Berti, o Índice de Massa Corpórea “não mede se a pessoa pode ter um infarto ou se a elevação do índice é devido aos músculos do indivíduo”. Por esse motivo existem casos em que a cirurgia bariátrica é necessária, mesmo sem atender o índice de massa corpórea estabelecido pelo Ministério da Saúde.

Para o médico, se o paciente tem o IMC um pouco abaixo do determinado, mas possui outras patologias que indicam que a cirurgia será o melhor método, o procedimento pode ser realizado. “Não é preciso esperar que ele piore para iniciar um tratamento”, explica o cirurgião.

Apesar do aumento no número de cirurgias no País, Berti afirma que ainda é “insignificante” mediante a quantidade de obesos. Além disso, segundo o cirurgião, essa estatística é baseada em todas as cirurgias bariátricas feitas no Brasil, inclusive as autorizadas por convênios particulares. “É uma gota no oceano quando se tem uma população em que 5% é obesa mórbida. São quase 30 milhões de pessoas que já teriam indicação para a cirurgia bariátrica e que, além da obesidade, têm uma série de outras doenças que dificultam suas vidas como: pressão alta, diabetes, problemas articulares.”

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/etc/2018/06/cirurgias-bariatricas-aumento-de-200-em-10-anos.html>>.

Redução de peso pode evitar 15 mil casos de câncer por ano no Brasil

Estudo da USP indica relação com consumo de alimentos ultraprocessados

Estima-se que pelo menos 15 mil casos de câncer por ano no Brasil, ou 3,8% do total, poderiam ser evitados com a redução do excesso de peso e da obesidade. E esse número deve ainda crescer até 2025, quando se estima que mais de 29 mil novos casos de câncer atribuíveis à obesidade e sobrepeso devam surgir por ano, índice que vai representar 4,6% de todos os novos casos da doença no país.

Os dados são de um estudo epidemiológico feito no Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP), em colaboração com a Universidade de Harvard (Estados Unidos).

“O problema principal é que vem ocorrendo um aumento nas prevalências de excesso de peso e obesidade no Brasil e, com isso, os casos de câncer atribuíveis a essas duas condições também devem crescer. Fora isso, espera-se que haja um aumento nos casos de câncer como um todo, pois a população do país vai aumentar e envelhecer”, acredita o doutorando na FMUSP, Leandro Rezende.

Rezende é um dos autores do artigo publicado na revista *Cancer Epidemiology*, com o título “The increasing burden of cancer attributable to high body mass index in Brazil.” O trabalho é resultado de uma Bolsa de Pesquisa no Exterior da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) realizada na Harvard University. Segundo o pesquisador, o aumento do poder econômico nos últimos anos levou a um maior consumo, porém, no caso da alimentação, o fenômeno ficou atrelado principalmente aos alimentos ultraprocessados.

“O estudo mostra essa fase de transição nutricional epidemiológica. São justamente esses alimentos altamente calóricos, com quantidade elevada de açúcar, sal e gordura, que também são os produtos mais baratos”, disse.

Obesidade e sobrepeso estão associados ao aumento de risco de 14 tipos de câncer, como o câncer de mama (pós-menopausa), cólon, reto, útero, vesícula biliar, rim, fígado, mieloma múltiplo, esôfago, ovário, pâncreas, próstata, estômago e tireoide, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). No Brasil, a incidência desses 14 tipos de câncer corresponde à metade do total de casos da doença diagnosticados por ano.

O estudo feito por Rezende, em colaboração com pesquisadores brasileiros e norte-americanos, calculou a fração atribuível populacional (FAP) do câncer relacionado ao índice de massa corporal (IMC) elevado. A FAP é uma métrica para estimar a proporção da doença possível de prevenir na população caso o fator de risco (nesse caso o sobrepeso e a obesidade) fosse eliminado, mantendo os demais fatores/causas estáveis.

População feminina

De acordo com o estudo, 3,8% dos mais de 400 mil casos de câncer diagnosticados anualmente são atribuíveis ao IMC elevado. Verificou-se também que esses casos são mais comuns em mulheres (5,2%) do que em homens. Isso se dá não apenas pelo fato de a média do IMC ser mais elevada nas mulheres, mas, principalmente, porque três tipos de câncer atribuíveis à obesidade e sobrepeso - ovário, útero e câncer de mama - afetam quase exclusivamente a população feminina.

Para estimar o excesso de peso e a obesidade na população brasileira, os pesquisadores usaram dados sobre IMC no Brasil em 2002 e 2013 da Pesquisa de Orçamentos Familiares e da Pesquisa Nacional de Saúde, ambas conduzidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A análise de dados em dois momentos, e com dez anos de diferença, se justifica para analisar a latência da doença a partir do excesso de peso ou obesidade.

De acordo com os dados do IBGE, 40% da população brasileira tinha sobrepeso ou obesidade em 2002. Em 2013, o total subiu para aproximadamente 60%. Levando em conta IMC, magnitude do risco relativo, casos da doença e período de latência, os pesquisadores estimaram que, em 2012, cerca de 10 mil casos de câncer em mulheres e 5 mil casos em homens eram atribuíveis ao excesso de peso e obesidade aferidos dez anos antes. Já os dados sobre a incidência de câncer foram obtidos do Instituto Nacional de Câncer (Inca) e da base Globocan da Agência Internacional de Pesquisa em Câncer, da OMS.

De modo a quantificar a dimensão da contribuição do sobrepeso e da obesidade na incidência de câncer no Brasil, os autores do estudo estimaram FAPs da doença em 2012 (com dados existentes) e em 2025 (por meio de projeção) atribuídas a IMC elevado. As frações foram calculadas de acordo com sexo, idade, área geográfica e tipo de câncer.

Abordagem regional

O trabalho é um dos primeiros a fazer comparações regionais sobre a relação entre obesidade e câncer. De acordo com o estudo, as maiores FAPs, para todos os tipos de câncer, foram encontradas nos estados das regiões Sul (3,4% de mulheres para 1,5% de homens) e Sudeste (3,3% de mulheres para 1,5% de homens).

Nas mulheres, as maiores FAPs foram encontradas nos estados de Rio Grande do Sul (3,8%), Rio de Janeiro e São Paulo (ambos 3,4%). Nos homens, as FAPs mais altas foram em Mato Grosso do Sul e São Paulo (ambos 1,7%).

“Houve aumento do IMC no país inteiro. Observamos que o impacto da obesidade é maior nas regiões Sul e Sudeste, principalmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, mais ricos e com maiores IMC. No entanto, não se justifica uma estratégia de prevenção de câncer e redução da obesidade exclusivamente nessas duas regiões”, disse Rezende.

Isso porque, de acordo com o artigo, ao comparar os dados de IMC de 2013 e de 2002, os autores perceberam que as regiões Norte e Nordeste tiveram o maior aumento de IMC em comparação com outras regiões. “Os dados mostram que é preciso tomar precauções em outros locais, além do Sul e Sudeste”, alerta Rezende.

Políticas públicas

Na avaliação do professor titular da FMUSP e orientador do estudo, José Eluf Neto, o interessante é poder mensurar o impacto da relação de câncer e obesidade para a saúde pública e, com base nisso, planejar ações e investimentos.

“Hoje, se sabe que há uma razão biológica para haver essa relação, com mecanismos moleculares ou metabólicos bem descritos. É o caso da insulina. A obesidade causa resistência à insulina, gerando inflamações e o aumento da proliferação celular”, esclarece Eluf Neto.

Alimentos ultraprocessados

De acordo com o artigo, as vendas de produtos ultraprocessados cresceram 103% em toda a América Latina entre os anos de 2000 e 2013, acompanhadas de um consequente aumento no IMC nos países da região. Para os autores, reverter esse quadro exige políticas públicas como a regulamentação de imposto, rotulagem nutricional e restrição de marketing de alimentos ultraprocessados.

“Esse crescimento de vendas na América Latina retrata uma estratégia da indústria de alimentos, assim como foi, ou tem sido, a da indústria de tabaco. Quando alguns países começam a regular minimamente a venda e publicidade desses alimentos, eles partem para regiões em que as leis ainda não foram estruturadas para promover a saúde da população”, analisa Rezende.

Segundo ele, o crescimento dos alimentos ultraprocessados no Brasil é comparável ao que ocorreu com a indústria de tabaco nos anos 1980. “O tabagismo, hoje, é um problema maior em países de baixa e média renda porque é onde a indústria de tabaco está focada. Fazer isso no Brasil em 2018 ficou mais complicado. Temos restrição de publicidade, é proibido fumar em ambiente fechado. Já no caso dos alimentos ultraprocessados, é como se estivéssemos em 1980. Os produtos não são comercializados, rotulados e taxados de maneira adequada a garantir a saúde da população”, disse.

Outros fatores

A equipe de pesquisadores está calculando também o peso de outros fatores, como sedentarismo, tabagismo, alimentação e consumo de álcool, na incidência e mortalidade por câncer. Os dados desses outros fatores ainda não foram publicados, mas o objetivo final do trabalho é compará-los e estimar quantos casos de câncer seriam evitáveis no Brasil.

“Existem fatores genéticos que aumentam o risco do desenvolvimento do câncer, mas isso não é algo modificável e também eles não excluem os outros fatores que causam a doença. O tabagismo é o principal fator de risco ou causa de câncer no Brasil, podemos adiantar essa análise, mas ele está caindo de forma importante, com prevalência em cerca de 15% da população. Com isso, outros fatores começam a ganhar relevância na formação de políticas públicas. Os dados mostram que não dá para cessar os esforços para reduzir o tabagismo, mas combater o sobrepeso e a obesidade também deve ser prioridade”, avalia o pesquisador.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2018-04/reducao-de-peso-pode-evitar-15-mil-casos-de-cancer-por-ano-no-brasil>>.



Proposta de Redação

- **OBESIDADE NO BRASIL: POR QUE A POPULAÇÃO NÃO CONSEGUE EMAGRECER?**

30^a

Temática

Aprovação da Reforma Previdenciária no Brasil

Nova Previdência reduzirá acesso ao benefício, dizem especialistas

De acordo com o presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB-CE e o diretor do Sindifisco-CE, o texto aprovado para a reforma diminuirá os direitos sociais da população, podendo aumentar a desigualdade

Ainda rodeada de incertezas sobre pontos que deverão ser incluídos no projeto, a reforma da Previdência já evidencia o distanciamento em relação às camadas mais pobres da população, segundo apontam especialistas consultados pela reportagem. A perspectiva parte do princípio que o modelo aprovado na Câmara dos Deputados deverá dificultar o acesso à Previdência Social. A opinião é corroborada por João Ítalo Pompeu, presidente da Comissão de Direito Previdenciário e Assistência da Ordem dos Advogados do Brasil no Ceará (OAB-CE), e por Marcelo Lettieri, auditor-fiscal e diretor do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco-CE).

“Vantagem para a população em questão de direito social não há. Haverá uma economia geral, o que pode acabar beneficiando as pessoas como um todo. Mas dizer que a aposentadoria vai ficar mais acessível não é verdade”, ponderou Pompeu. Um dos pontos mais importantes para entender essa avaliação, segundo o presidente da Comissão de Direito Previdenciário da OAB, está relacionado ao fato de o Governo, no novo texto da reforma, excluir a aposentadoria apenas por tempo mínimo de contribuição. A opção deverá afetar todos os segmentos do mercado de trabalho, mas principalmente empregados do setor privado. As pessoas estarão limitadas à opção que leva em consideração o tempo de contribuição. O texto votado na Câmara dos Deputados estipula 40 anos de trabalho para os homens e 35 para as mulheres.

“O ponto mais crítico é a idade mínima, porque ela representa de 60% a 70% do impacto da reforma e é onde a população vai sentir mais, até porque ela extingue (a aposentadoria) o tempo de contribuição, e muitas pessoas se aposentaram por esse quesito nos últimos anos”, explicou Pompeu.

Recursos

Caso seja aprovado sem mudanças a partir de agora, esse fator deve fazer com que mais pessoas busquem as opções de assistencialismo social, aplicadas, por exemplo, pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC), segundo projetou o auditor-fiscal Marcelo Lettieri. “Essa versão apresentou algumas melhorias como o tempo de contribuição para mulheres, mas a contribuição mínima só garante 60% do salário da pessoa. Para receber os 100% são 40 anos para homens e 35 para mulheres”, analisou o auditor-fiscal.

Outro ponto importante que precisa ser observado pela população, segundo Lettieri, é que a média do trabalhador brasileiro só consegue comprovar sete meses de trabalho por ano, considerando a instabilidade do mercado de trabalho. Em alguns setores específicos, como a construção civil, a projeção é ainda menor, com empregos conseguindo contribuir efetivamente por apenas 5 meses.

Desigualdade

Somado ao aumento do tempo de contribuição para receber o benefício na totalidade, Lettieri projetou que mais pessoas deverão, no futuro, recorrer ao BPC. Caso o cenário analítico se comprove realidade no futuro, o Brasil poderá acabar agravando a desigualdade social e financeira da população.

“Com essa reforma haverá um aumento da desigualdade, e ela nem mesmo garante que a economia vai voltar a crescer ou não. Se não houver pessoas com renda, não vai haver atividade econômica. É preciso que se discuta o modelo de Estado que está sendo aplicado”, disse.

Modelo

Para o diretor do Sindifisco-CE, o modelo de sistema previdenciário que está sendo aplicado foi planejado para funcionar em um país completamente desenvolvido, o que não é o caso do Brasil. Além disso, para Lettieri, o governo não está sendo sincero com os argumentos de que a reforma vem para “acabar com privilégios” e que os “mais pobres não serão afetados”. No texto, a reforma não abre mão da economia que seria gerada com o abono salarial – cerca de R\$ 70 bilhões em dez anos, que movimentaria a economia de cidades pequenas -, mas isenta mais de R\$ 84 bilhões, ao longo de dez anos, em cobranças sobre exportações de produtos do agronegócio.

“O Governo dizia que a economia era fundamental, mas isentou as exportações do agronegócio, então está clara a preferência do Governo. Os mais pobres têm de pagar pela reforma”, disse Lettieri.

77% defendem mudanças no sistema tributário

Pesquisa da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) e SPC Brasil mostra que 77% dos entrevistados defendem mudanças no sistema tributário brasileiro. A maioria, portanto, acredita ser necessária uma revisão das taxas.

As motivações incluem tornar o pagamento de impostos mais justo (30%), reduzir a desigualdade social (28%) e gerar mais empregos (26%). Apenas 5% dos entrevistados acreditam não haver necessidade de uma reforma nas tributações.

“Assim como vem ocorrendo com a reforma da Previdência, as possíveis alterações na legislação tributária ainda serão tema de longos debates no Congresso. Mas algo precisa ser feito a fim de tornar a arrecadação de impostos mais justa e, principalmente, eficiente no Brasil, reduzindo a burocratização e favorecendo tanto a União quanto o empresário e o cidadão comum”, defende Roque Pellizzaro Junior, presidente do SPC Brasil.

Ainda que haja alterações na proposta, as mudanças consideradas mais necessárias são a ampliação da isenção do Imposto de Renda para quem ganha menos (44%), a simplificação do sistema tributário e o impedimento da múltipla taxação de bens e serviços (41%) e a retirada da tributação do INSS paga sobre a folha de pagamento para todos os setores das empresas, sendo mantido apenas o imposto de renda (22%).

Quanto à possibilidade de aprovação da reforma, os entrevistados estão divididos: 33% acreditam que a medida será aprovada ainda este ano, enquanto 34% afirmam o contrário e 33% não sabem dizer.

Quem receberá os impactos da Reforma da Previdência?

Icartolal Dentre os inúmeros artigos que integram a PEC que poderá alterar o sistema previdenciário brasileiro, estão determinações que podem modificar o futuro de inúmeros brasileiros, que começam a se preparar para isso

Pouco mais de quatro meses depois do início da tramitação na Câmara dos Deputados, os deputados federais aprovaram em primeiro turno o texto vindo do Executivo Federal com as modificações feitas pela comissão especial e pelos destaques dos próprios parlamentares. Existe ainda um longo caminho para a matéria dentro do Congresso Nacional, mas quem será impactado pelo texto começa a projetar como as mudanças coletivas afetam o futuro individual.

Apesar disso, sobram respostas incertas de quem ainda não sabe muito bem como fica a própria aposentadoria. “As pessoas costumam se preocupar com a previdência apenas quando estão velhas, porque nós não temos uma educação previdenciária”, explica a professora de Contabilidade Previdenciária da Universidade de Brasília, Diana Lima. “Agora, se trouxe a discussão para dentro da vida das pessoas e elas não estavam preparadas”, continua.

O desconhecimento transforma-se em susto, considera Lima, principalmente com o conflito entre os discursos de parlamentares que se posicionam contra ou a favor da reforma. O impacto individual, que não pode ser esquecido, tem que ficar balanceado com o ponto de vista coletivo, na qual a proposta deve impactar de maneira positiva. “Nós temos um modelo de previdência solidário, na qual uma geração banca a outra”, argumenta Lima e completa: “a reforma é importante para a sustentabilidade do sistema, para garantir que no futuro a gente continue tendo sistema previdenciário”.

Agora, a pressa dominante na Câmara Federal, esmaneceu. A segunda discussão necessária para que a proposta possa ser levada para avaliação dos senadores deve ocorrer apenas no dia 6 de agosto, apesar de todo o esforço do presidente da Casa, Rodrigo Maia (DEM), para que as duas votações tivessem ocorrido antes do recesso parlamentar.

Resta, então, mais um tempo para tentar “absorver” do que se trata a Reforma, como disse a assistente social Jéssica Menezes – uma das entrevistadas desta reportagem - e como cada um será impactado pelas mudanças do sistema previdenciário. Para se preparar ou, até, para articular mudanças ainda possíveis nessa segunda fase de tramitação que em breve se inicia.

Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2019/07/12/quem-recebera-os-impactos-da-reforma-da-previdencia.html>

Redução da pensão por morte é desafio para mulheres da terceira idade

Com a nova regra no texto-base da reforma da Previdência, o pensionista poderá receber menos de um salário mínimo, algo que não ocorre hoje

As mulheres (viúvas ou órfãs) representam 83% dos que recebem pensão por morte do INSS, segundo o Anuário Estatístico da Previdência.

“Aprendam a fazer o bem, busquem o direito, socorram o oprimido, façam justiça ao órfão, defendam a causa da viúva.” Foram muitos os deputados, favoráveis e contrários à reforma da Previdência, que recorreram à citação do Livro de Isaías para defender regras menos rígidas na concessão de pensões por morte ao votar na quinta-feira (11) destaques ao texto principal, aprovado na véspera em primeiro turno na Câmara.

A preocupação se justifica. As mulheres (viúvas ou órfãs) representam 83% dos que recebem pensão por morte do INSS, segundo o Anuário Estatístico da Previdência.

Um dos pontos mais polêmicos da reforma da Previdência do presidente Jair Bolsonaro são as alterações nas regras de pensões por morte.

O pagamento para o principal beneficiário será de 60% do valor original da aposentadoria do INSS, mais 10% por dependente adicional. O viúvo ou a viúva com dois filhos, por exemplo, receberá 80% do benefício que era pago a quem morreu. Hoje, o valor corresponde a 100% do benefício, independentemente do número de pessoas na família.

Com a nova regra, o pensionista poderá receber menos de um salário mínimo, algo que não ocorre hoje. Na prática, o piso da pensão será de R\$ 598,80 no INSS.

Na quinta, os congressistas fizeram uma alteração para permitir que a pensão não seja menor que o salário mínimo (R\$ 998) se for a única renda do dependente principal – independentemente da dos demais membros da família. Essa alteração teve o apoio da bancada evangélica, que se juntou a partidos de esquerda nas 95 citações às viúvas, 25 aos órfãos e 10 à Bíblia feitas durante a votação. A oposição, na verdade, tentou manter as regras atuais, mas foi derrotada.

As pensões por morte previdenciárias representaram um quarto dos benefícios concedidos no regime geral. O governo estima uma economia em torno de R\$ 130 bilhões em dez anos com as mudanças, quase 15% do impacto total da reforma. Como a Câmara irá votar a proposta em 2º turno em agosto e a reforma também precisa do aval do Senado, as regras podem mudar. Além disso, para especialistas em direito previdenciário, a questão será judicializada.

Inconstitucionalidade

Diego Cherulli, diretor do IBDP (Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário), afirma que, em muitos casos, mesmo com um filho completando 21 anos, as despesas da família continuam as mesmas. Por isso, afirma que seria mais justo que pelo menos uma parte da cota desse dependente fosse revertida para outros familiares.

“O salário mínimo é o mínimo existencial para o núcleo familiar. A pensão também é um benefício substituidor de renda. Sendo aprovado, provavelmente virão ações de inconstitucionalidade”, afirma.

“Um benefício abaixo do salário mínimo viola um direito fundamental. É um tema para o Judiciário. A pessoa não vai ter uma Previdência mínima, que foi o que o segurado custeou”, diz João Badari, especialista em direito previdenciário e sócio da Aith, Badari e Luchin Advogados.

Ele cita como positiva a exceção criada para pessoas com deficiência ou incapacidade, que receberão o valor integral. O advogado afirma que outro aspecto negativo é que foram mantidas regras diferenciadas para servidores públicos, o que contraria o discurso do governo de que a reforma acaba com privilégios.

Não se alterou, por exemplo, a regra de pensões de servidores estaduais e municipais. Além disso, há benefícios para funcionários federais. No setor público federal, o valor médio do benefício é de R\$ 5.195 no Poder Executivo e chega a uma média de R\$ 21.167 no Legislativo. No regime geral, é de R\$ 1.687.

Embora mantenha a mesma regra do INSS, que permite receber menos de 100% do benefício original, o novo texto da reforma excluiu o desconto de 30% da parcela que excede o teto do RGPS (R\$ 5.839,45) para o servidor. Além disso, sobre acúmulo de benefícios, como pensão e aposentadoria, o relator criou uma nova faixa na tabela progressiva, de 10% do valor que exceder quatro salários mínimos (R\$ 3.992,00).

“Sobrou quase tudo para o regime geral”, afirma Badari ao apontar os trabalhadores do setor privado como os mais afetados pelas mudanças. “É uma reforma que está criando privilégios.”

As mudanças que a reforma da Previdência pode trazer para o pagamento de pensões por morte, caso confirmadas, ampliam a necessidade de que famílias mantenham reservas financeiras para adversidades e avaliem a contratação de planos de previdência ou seguros de vida. A proposta reduz o pagamento para dependentes de segurado aposentado ou de contribuinte que ainda está na ativa.

Letícia Camargo, da Planejar (associação de planejadores financeiros), diz que tratar de temas como morte e herança é tabu quando se fala em finanças, mas o assunto ganha importância com as mudanças nas regras da Previdência. Ela recomenda que as famílias estudem seus gastos mensais e tenham uma reserva para o caso de morte do principal provedor.

Ela destaca que, para começar a guardar dinheiro, talvez seja necessária uma adaptação no padrão de gastos. Annalisa Dal Zotto, planejadora financeira e sócia da Par Mais, diz que, no caso em que a família depende de uma só pessoa, é importante avaliar a contratação de um seguro de vida que dê fôlego para que ela se reestruture financeiramente no caso de morte.

Para a definição do produto, Dal Zotto sugere que se estude qual o gasto mensal da família e defina o prazo em que seria desejável ter uma renda para a reestruturação dela no novo cenário.

Ricardo Humberto Rocha, professor de finanças no Insper, vê a possibilidade do crescimento da venda de seguros como resultado das mudanças na Previdência.

Em sua avaliação, esse é um produto que sofre resistência no Brasil, mesmo nas classes mais altas. A maior adoção dele poderia diminuir o preço de contratação.

“No Brasil, o seguro é caro, porque um número enorme de pessoas que poderiam ter não contratam, acham que as coisas só podem acontecer com o vizinho”, diz.

Outra opção sugerida pelo professor é um plano de previdência privada que tenha o benefício do pecúlio, um pagamento em parcela única aos beneficiários definidos por quem contrata o plano.

A planejadora Dal Zotto também recomenda que o cônjuge que não trabalha contribua para a Previdência Social mensalmente, pois sua aposentadoria passará a ser mais importante para compor a renda familiar.

Como a pensão é paga por prazo determinado, de acordo com a idade de quem recebe, em muitas situações será preciso que quem estava fora do mercado busque oportunidades de trabalho.

Ricardo Basaglia, diretor-executivo da empresa de recrutamento Michael Page, sugere que a pessoa que busca colocação não olhe como possibilidade apenas o mercado tradicional. “Existem cada vez mais possibilidades de trabalhar por projetos, encontrar oportunidades temporárias ou vender seu trabalho pela internet”, diz.

Em sua avaliação, a maior preocupação de uma empresa quando se depara com um candidato que ficou muito tempo sem trabalhar é entender o motivo de ele ter tomado essa decisão e se há risco de o comprometimento com o emprego ser de curto prazo.

Um trunfo para quem busca uma vaga, avalia o especialista, é demonstrar que procurou durante o período em que esteve sem emprego, inclusive em atividades gratuitas online, e ter realizado projetos pessoais, mesmo que não estejam diretamente relacionados a trabalho.

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/online/reducao-da-pensao-por-morte-e-desafio-para-mulheres-da-terceira-idade-1.2123342>>.



Proposta de Redação

- OS IMPACTOS DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA PARA A SOCIEDADE BRASILEIRA.

Dicas sobre a Competência III

A Competência III visa a avaliar como você seleciona, relaciona, organiza e interpreta informações, fatos, opiniões e argumentos em defesa do ponto de vista defendido como tese. É preciso que o candidato elabore um texto que apresente, claramente, uma ideia a ser defendida e os argumentos que justifiquem a posição assumida em relação à temática exigida pela proposta de redação.

Portanto, atinge a nota máxima nessa competência o aluno que:

200 pontos

Apresenta informações, fatos e opiniões relacionados ao tema proposto, de forma consistente e organizada, configurando autoria, em defesa de um ponto de vista.

Cuidado com alguns pontos importantes:

1. Desenvolva os argumentos que forem expostos. Tente comprovar sua validade.
2. Utilize como estratégias para convencer o leitor:

Exemplos:

 - Dados estatísticos;
 - Pesquisas;
 - Fatos comprováveis;
 - Citações ou depoimentos de pessoas especializadas no assunto;
 - Alusões históricas; e
 - Comparações entre fatos, situações, épocas ou lugares distintos.

Cuidado com a coerência. Relembrando:

O que é coerência?

A coerência se estabelece a partir das ideias apresentadas no texto e dos conhecimentos dos interlocutores, garantindo a construção do sentido de acordo com as expectativas do leitor. Está, pois, ligada à compreensão, à possibilidade de interpretação dos sentidos do texto. O leitor poderá “processar” esse texto e refletir a respeito das ideias nele contidas; pode, em resposta, reagir de maneiras diversas: aceitar, recusar, questionar, até mesmo mudar seu comportamento em face das ideias do autor, compartilhando ou não da sua opinião.

Resumindo: na organização do texto dissertativo-argumentativo, você deve procurar atender às seguintes exigências:

- Apresentação clara da tese e seleção dos argumentos que a sustentam.
- Encadeamento das ideias, de modo que cada parágrafo apresente informações novas, coerentes com o que foi apresentado anteriormente, sem repetições ou saltos temáticos.
- Congruência entre as informações do texto e a realidade.
- Precisão vocabular.
- Utilize informações de várias áreas do conhecimento, demonstrando que você está atualizado em relação ao que acontece no mundo.
- Evite recorrer a reflexões previsíveis, que demonstram pouca originalidade no desenvolvimento do tema proposto.
- Mantenha-se dentro dos limites do tema proposto, tomando cuidado para não se afastar do seu foco. Esse é um dos principais problemas identificados nas redações. Nesse caso, duas situações podem ocorrer: fuga total ao tema ou fuga parcial ao tema.

31^a

Temática

Selfie! Selfie! O Narcisismo Contemporâneo e a Supervalorização da Imagem

Segundo Pierre Bourdieu, sociólogo francês, a linguagem corporal é marcadora pela distinção social, pois coloca o consumo alimentar, cultural e forma de como os mais importantes modos de se distinguir dos demais indivíduos, enquadrando-os em classes sociais totalmente inflexíveis. Assim, a imagem torna um corpo um veículo de comercialização e de coisificação e comercialização, esculpindo uma figura que toma o lugar de adoração, mas que só existe enquanto produto imaginário fabulado e fomentado pelo capitalismo. Seguindo o rumo fantasioso de um corpo produzido midiaticamente as singularidades desses sujeitos são extintas e qualquer tentativa de lidar com o corpo fora dos parâmetros estéticos e midiáticos tornam-se esdrúxulas ante uma publicidade esquizofrênica do corpo.



vabardov123RF/Getty

O preço de estar sempre conectado

Todos querem estar conectados. O preço, no entanto, pode ser o bom senso, a saúde das relações, da mente e do corpo. Para algumas pessoas, o uso das tecnologias pode virar dependência

No restaurante, na cama, na fila do supermercado, no cinema, na igreja, no ônibus, no carro, na reunião. Os *smartphones* e outros dispositivos móveis se entranham nas cidades e na vida das pessoas e suas telas luminosas já chamam mais atenção do que o mundo que se descortina ao redor. A vontade de estar sempre conectado e por dentro das atualizações das redes sociais faz com que o bom senso e o convívio social sejam sacrificados em muitas situações cotidianas. Assim, a tecnologia atravessa a vida da sociedade contemporânea em um caminho de muitos avanços e bemesses, mas em que a atenção ao uso precisa ser constante.

Para algumas pessoas, no entanto, esse uso pode se tornar dependência e afetar a qualidade de vida. No 33º Congresso Brasileiro de Psiquiatria, realizado no fim de outubro em Brasília, o tema da dependência da tecnologia foi debatido por profissionais já atentos à área ainda carente de pesquisas, mas que já desperta cuidados.

O psiquiatra Daniel Spritzer, especializado na infância e adolescência e membro do Grupo de Estudos sobre Adições Tecnológicas (Geat), no Rio Grande do Sul, afirma que, na era hipermoderna em que vivemos, com características de rapidez, de narcisismo e de satisfação rápida do prazer, cada nova tecnologia que surge tem “um impacto diferente no nosso jeito de ser, de nos relacionarmos com as outras pessoas e com a gente mesmo”.

“A gente precisa começar a estudar bem diretamente o que a tecnologia traz de benefício e de malefício, em que pontos ela faz parte do desenvolvimento normal e em que ponto já é dependência, porque senão a gente fica muito no âmbito abstrato”, defendeu a psicóloga Aline Restano, também membro do Geat.

Vulnerabilidade maior

Como relatam os profissionais, o grupo das crianças e adolescentes acaba por ser o mais vulnerável quando se trata da dependência. Por diversos motivos, como a atração por novidade, pela relação forte com as tecnologias – gerações que já nasceram com o convívio com ferramentas multimídia –, o tempo disponível etc. Os pesquisadores também apontam que os jovens do sexo masculino têm mais prevalência de casos de jogos online e as meninas, no uso das redes sociais.

No entanto, antes que pais fiquem preocupados ao extremo com o comportamento de seus filhos, é importante ressaltar que o uso problemático acontecerá para uma minoria das pessoas. Pesquisas apontam, por exemplo, que 3 a 5% dos usuários vão apresentar comportamento de dependência. Apesar de muitos estudos ainda serem necessários e indefinições ainda marcarem o assunto, pesquisadores apontam semelhanças entre a dependência de jogos e Internet com aspectos da dependência química, assim como alguns aspectos das compulsões.

(...)

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cienciasaude/2014/11/22/noticiasjornalcienciasaude,3351003/o-preco-de-estar-sempre-conectado.shtml>>

A exacerbação do Eu

Por Iracema Sales - Repórter, 00:00 / 17 de Março de 2018

A ensaísta argentina Paula Sibilia investiga a relação paradoxal entre os diários íntimos e os relatos em blogs

Com as transformações da tecnologia, “*selfie*” virou gênero de foto.

O conceito de intimidade, pelo menos como foi esboçado ao longo da história - ganhando ênfase no período moderno, ao contar com o reforço da própria arquitetura doméstica, que elege o quarto como o lugar ideal para a performance da vida particular, onde havia espaço para os segredos de alcova, cuja luz era apagada durante o contato íntimo, escrita de cartas de amor e diários pessoais - parece estar com os dias contados.

A técnica da confissão, fruto da sociedade das trevas, entra para a ordem do dia, dessa vez com a ajuda da tecnologia digital. Na época em que “*selfie*” e “*nude*”, dois exemplos de exacerbação de narcisismo, são considerados gêneros fotográficos, é possível perceber o esgarçamento do tecido que teima ainda sustentar as diferenças entre público e privado.

Como cada período histórico detém seus mecanismos e ferramentas para ser compreendido, eis que em “O *show* do eu - a intimidade como espetáculo”, a ensaísta argentina Paula Sibilia propõe-se a fornecer algumas pistas. Elas funcionam como verdadeiras senhas na compreensão dessa nova maneira de ser e estar no mundo, de ver e ser visto. A impressão é de que a sociedade vive sob efeito de um imenso caleidoscópio ou num eterno *reality*

show, tema também explorado por Sibilia - quem de maneira sensível e instigante, diseca as várias faces do eu, matéria-prima do mundo contemporâneo.

Em estudo de fôlego, a pesquisadora recorre às análises de alguns pensadores, a exemplo de Walter Benjamin, abordando a morte do narrador e a dicotomia entre artista e artesão; e de Georg Simmel, Sigmund Freud, Guy Debord e Michel Foucault, entre outros. O objetivo é juntar sua lente à desses estudiosos a fim de formular algumas hipóteses. Se os tempos modernos trouxeram a noção do eu íntimo, materializado no quarto individual (elemento desconsiderado pela arquitetura da Idade Média), a era contemporânea marca o surgimento do eu espetacularizado.

O fenômeno vem no bojo da sociedade do espetáculo, cujos alicerces foram lançados no fim dos anos 1960. Em menos de uma década, as transformações tecnológicas colocaram de ponta cabeça a maneira de estar no mundo, constata Sibilia.

Polifônico

Uma das características dessa sociedade é refutar o anonimato, daí a importância das tecnologias digitais para sua construção. “Eu é um outro”, alerta a pensadora, afirmando que “toda comunicação requer a existência do outro, do mundo, do alheio, do não eu, por isso todo discurso é dialógico e polifônico, inclusive os monólogos e os diários íntimos, pois a natureza é sempre intersubjetiva”.

O uso de palavras e imagens é também uma forma de agir e, graças a elas, é possível criar universos e construir subjetividades. Por isso, é necessário cuidado para essa sociedade do eu ou narcísica não caminhar para o isolamento, a solidão ou a intolerância.

O que se tinha de mais privado, a intimidade, está sendo exposto na rede mundial de computadores, como fotos íntimas de personagens anônimas e de celebridades. “O que está acontecendo, portanto, seria uma importante transformação histórica, que inclui ingredientes de todo tipo mas aponta, sobretudo, para uma notória mutação das subjetividades”, escreve na apresentação do livro o sociólogo também argentino Christian Ferrer.

A obra, dividida em nove capítulos, constitui a versão definitiva e atualizada da pesquisa, que serviu de base para a formulação da tese de doutorado de Sibilia, iniciada em 2002, na qual analisa os reflexos da parafernália digital, principalmente os efeitos da internet em uma sociedade digitalizada.

No entanto, o olhar atento da estudiosa não se limitou a uma apologia a esse aparato. Mergulhou na subjetividade dos usuários, como assinala Ferrer. “Naqueles inícios do século XXI, já bem longínquos, a curiosidade foi disparada pelo surgimento dos *blogs*, que na época eram descritos como uma espécie de diário íntimo, só que publicado na internet”, escreve Sibilia, no prefácio.

Ela questiona o significado do vocábulo “íntimo”, que ganha conotação, senão nova, ao menos diferente, ao ser empregada no contexto da internet.

E prossegue: “O que parecia não encaixar nessa nova lógica era que, até então, a palavra ‘íntimo’ se usava para nomear aquele acervo individual de afetos e ações que só podiam florescer no espaço privado; ou seja, protegidos da intromissão alheia por meio de paredes, pudores, chaves e fechaduras”, atesta.

Das cartas de amor aos diários íntimos, passando pelo romance, gênero literário que pede uma leitura solitária, diferente da realizada pelos contadores de história, a autora consegue chegar aos *blogs* e *foto blogs*. Nenhum detalhe passa despercebido aos olhos de Sibilia. As celebridades saídas dos *reality shows*, eventos culturais que enfatizam mais as performances dos participantes e o *boom* de escritores em primeira pessoa são assuntos analisados de maneira criteriosa e bem fundamentada.

É como se as pessoas perdessem a noção entre os mundos real e virtual, já que não existe mais público e privado, binômio que começou a se puir na passagem do século XX para o XXI.

A arte, em especial a contemporânea, também é posta em questão, uma vez que os artistas do eu exacerbado encontram canais próprios para divulgar suas estripulias, que tentam vender como obras, argumenta a autora.

Espaços

O discurso do “faça e seja você mesmo” ganhou força, chegando a confundir real e hiper-real. A solidão é outro componente desse imenso teatro em que foi transformado o mundo. As pessoas tratam suas vidas como verdadeiras marcas, valorizando a cultura produzida de maneira rápida na da tela dos *smartphones*, pelas mãos de blogueiras e “*digital influencers*”. Por trás das dicas existe o apelo comercial, de maneira subliminar, transformando anônimos em celebridades da noite para o dia.

O desejo de Paula Sibilia era mergulhar no paradoxo conceito “íntimo”, que deixa o escuro das alcovas para estampar as telas. “Às confissões vertidas no ciberespaço logo se somaram outros indícios de que algo importante estava acontecendo nesse terreno: dos *reality-shows*, em que milhões de pessoas concorriam pelas poucas vagas oferecidas na televisão para serem observadas dia e noite pelos olhos de um país inteiro, até as redes sociais como Orkut e depois Facebook, que em seguida permitiram a qualquer um concretizar esse sonho de viver enredados nas telas”.

Um dos elementos a chamar a atenção da pesquisadora foi a entrada em cena dos *blogs*, nos primeiros anos do século XXI, colocados na categoria de intimidade. “De fato, a origem etimológica do termo *blog* remete aos diários de bordo escritos pelos navegantes de outrora. Já nessas páginas da rede, que também foram denominadas *weblogs* - e que ainda contemplam modalidades mais específicas como *photoblogs* e *videoblogs* ou *vlogs* - qualquer uma contava suas peripécias cotidianas usando tanto palavras escritas como fotografias e vídeos”, escreve.

“Ainda hoje é enorme a diversidade de assuntos tratados nos *blogs* da internet, embora boa parte da atividade que eles canalizavam tenha sido absorvida pelas redes sociais como Facebook ou Twitter, que se desenvolveram mais intensamente na segunda década do século XXI”, completa a autora.

Paula Sibilia lança a provocação, ao afirmar que “quase todos os *blogs*, aliás, costumam recorrer a alguns dos artifícios estilísticos e ao modelo confessional do velho diário íntimo. Ou melhor: do diário íntimo, de acordo com um trocadilho que procura dar conta dos paradoxos dessa novidade, que consiste em expor a própria intimidade nas vitrines globais das telas interconectadas”. Foi um pulo para os autores de *blogs* se transformarem em protagonistas de diversas campanhas publicitárias, virando profissão.

“Há inclusive outro termo para nomear a atividade: *egoblog*, em referência a um canal da internet em que se fala de si e no qual o autor ou a autora, sob o rótulo de *egoblogger*, costuma postar fotografias suas vestindo diversas roupas. Entre as muitas moças que participam dessa tendência em todos os países, as mais bem-sucedidas conseguem ser contratadas pelas grifes para atuar como assessoras na área de marketing”, revela a autora.

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/2.804/a-exacerbação-do-eu-1.1909581>>



Proposta de Redação

- IMPLICAÇÕES DO NARCISIMO CONTEMPORÂNEO.

32^a

Temática

A Volta do Desemprego

Entre maio do ano passado até maio deste ano, o desemprego subiu de 4,9% para 6,7%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). E a intensidade desse crescimento foi mais forte entre os jovens de 18 a 24 anos. As principais causas em voga no país para a crescente taxa de desempregados ditam sobre a atual crise econômica que o país enfrenta e o custo elevado nos impostos e outros encargos para as empresas no momento da contratação com carteira assinada. Não se pode descartar, deforma alguns princípios básicos que nortearam a ingerência do governo com o trato dessas questões, pois a impressão que fica é que tudo aquilo que inicialmente foi “dado” ao povo, agora vem sendo retirado, sua casa, seu emprego, sua vida.

O quê? Quem? Onde?

Por Redação, 00:01 / 16 de Março de 2019

COMUNICADO

Uma pesquisa voltada para o índice de confiança do mercado de trabalho, com resultados divulgados esta semana, indica que as categorias analisadas estão confiantes quanto ao momento atual e os próximos seis meses. Entre os pesquisados estão desempregados, empregados e recrutadores. Pois bem: diz lá que a taxa de desemprego entre profissionais com 25 anos de idade ou mais e formação superior completa situa-se abaixo da média geral da população, atingindo o menor índice (5,3%) desde o 2º trimestre de 2017. Os números devem ser considerados, sim, mas é necessário que sejam comparados a outros. Como, por exemplo, os do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que indicam haver no País 12,6% da população desempregada, traduzíveis em 13,1 milhões de pessoas - os dados são do trimestre de dezembro de 2018 a fevereiro último.

Em baixa

Segundo o IBGE, o número de pessoas ocupadas foi reduzido em 858 mil (ou 0,9%) no trimestre encerrado em fevereiro, comparando com o trimestre de setembro a novembro de 2017, caindo para 91,1 milhões.

(...)

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/coluna/comunicado-1.181/o-que-quem-onde-1.2075342>>

Informalidade atinge mais da metade da população ocupada no CE

Por Carolina Mesquita, negocios@verdesmares.com.br 00:00 / 20 de Março de 2019

Ao todo, 55,3% dos trabalhadores cearenses exercem atividades sem carteira assinada ou por conta própria sem CNPJ, segundo dados do IBGE. O Estado é o quarto do País em proporção de informais.

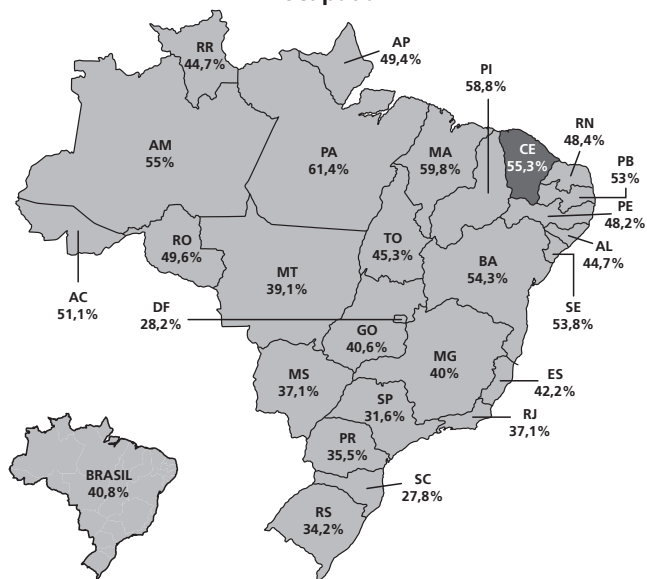
A procura por recolocação no mercado de trabalho tem sido a epopeia de muitos trabalhadores cearenses. Alguns estão nessa busca há anos e, com a crise econômica, a situação ficou cada vez mais recorrente. Uma das saídas para continuar sobrevivendo tem sido a informalidade, seja ela como empregado sem carteira assinada ou como empreendedor sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

Essa era a realidade de 1,9 milhão de pessoas no Ceará em 2018. O número representa mais da metade (55,3%) de toda a população ocupada no ano passado, que somava 3,6 milhões, conforme levantamento da Tendências Consultoria, que trabalhou com dados monitorados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Estado tem a quarta maior taxa de informalidade do Brasil, perdendo apenas para Piauí (58,8%), Maranhão (59,8%) e Pará (61,4%). As regiões Sul e Sudeste possuem as menores taxas. Santa Catarina (27,8%), Distrito Federal (28,2%) e São Paulo (31,6%) registram os menores valores.

TAXA DE INFORMALIDADE

A taxa de informalidade é referente à parceria de pessoas que exercem alguma atividade informal dentro do total de ocupada



UF	Informais	Total
Pará	2.081	3.388
Maranhão	1.349	2.255
Piauí	726	1.235
Ceará	1.995	3.610
Amazonas	868	1.578
Bahia	3.241	5.968
Sergipe	466	671
Paraíba	813	1.534
Acre	154	301
Rondônia	401	808
Amapá	146	295
Rio Grande do Norte	648	1.339
Pernambuco	1.689	3.504
Tocantins	290	640

Fonte: IBGE/Tendências

UF	Informais	Total
Roraima	88	196
Alagoas	435	974
Espírito Santo	798	1.892
Brasil	37.521	91.860,5

Goiás	1.342	3.286
Minas Gerais	4.015	10.046
Mato Grosso	623	1.593
Rio de Janeiro	2.711	7.304
Mato Grosso do Sul	486	1.310
Paraná	1.941	5.466
Rio Grande do Sul	1.883	5.499
São Paulo	6.921	21.908
Distrito Federal	418	1.479
Santa Catarina	998	3.584

Diário do Nordeste

Marcas cotidianas

Na pele queimada de tanto pegar sol e na aparência um pouco descuidada, por não sobrar dinheiro para esse “luxo”, vê-se no casal de ambulantes Edna Maria Santos (54) e Valdeci Barros Barbosa (52) as marcas de um trabalho feito dia após dia, sem folga, e que oferece um baixo retorno. “Estamos aqui no Centro vendendo frutas há quatro anos. Antes, eu trabalhava como doméstica, mas não era com carteira assinada”, conta Edna.

O marido dela trabalha com vendas por conta própria, há 34 anos. “Também nunca tive a carteira assinada. Com 19 anos, até passei um ano na Rodoviária João Thomé como avulso, mas tive uns desentendimentos e não quis mais. Não gosto de ser mandado por ninguém”, explica Valdeci. Além das frutas, o ambulante também já trabalhou com lanches na praia e como borracheiro.

Questionado se não tem medo de ficar doente e não ter como ir trabalhar, ele admite que não pensa muito nisso.

“Só tô lembrando de doença agora que você falou. Mas não fico me preocupando, porque é pior. Vou viver disso até o dia que der”.

O carrinho de frutas é a única fonte de renda do casal, que passa o mês apertado, mas “escapa com a fé de Deus”, como diz Edna. Ela ainda conta que a mercadoria sai bem pela qualidade e baixos preços. “No supermercado, eles vendem por quilo e aqui a gente vende por unidade”.

Antecipação

Segundo o economista da Tendências Consultoria, Thiago Xavier, o Ceará antecipou os efeitos da crise e começou a demitir antes que a média do País. “Em 2015, o Ceará já havia registrado uma redução de 2,2% no número de pessoas ocupadas, enquanto a média do Brasil ficou estável”.

Isso refletiu na taxa de informalidade no Estado, que subiu de 54,1%, em 2016, para 54,5%, em 2017, e para 55,3%, no ano passado. “A informalidade alta está relacionada com diversos fatores econômicos, como o grau de dinamismo da economia, e outros pontos políticos e sociais. Por isso, a taxa de informalidade é historicamente maior nos estados do Nordeste e Norte”.

Perfil discrepante

A informalidade, no entanto, não atinge somente os mais velhos. A designer de sobancelhas Glaucineide Nascimento (25) trabalha nas ruas do Centro há um ano. “Vim para cá para não trabalhar para ninguém”, afirma. Desde os 13 anos, Glaucineide trabalha em salão, mas sem vínculo formal.

“Aqui (no Centro), eu ganho bem mais, apesar de cobrar mais barato. No salão, não é todo mundo que entra. Aqui, tenho cliente morador de rua, pedinte, vendedora, gerente, não tem seleção”.

A designer chega a atender 20 pessoas por dia. “Meu serviço custa entre R\$ 10 e R\$ 12, enquanto em um salão seria de R\$ 25 a

R\$ 30. Faça um preço que caiba no bolso de todo mundo”. O trabalho de Glaucineide sustenta a casa onde ela mora com os pais, que não trabalham, nem são aposentados. Ela ainda não tem cadastro de Microempreendedor Individual (MEI), mas revela que pensa em fazer.

“Algumas amigas têm e dizem que é bom fazer, mas ainda não fui atrás. Por comodismo mesmo”.

Sobre montar seu próprio espaço, ela diz não pensar agora. “Aqui, eu só gasto o material e a minha mão de obra. Se eu for colocar um ponto, tem que pagar aluguel, água, luz. Aqui mesmo tá bom”.

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/negocios/informalidade-atinge-mais-da-metade-da-populacao-ocupada-no-ce-1.2077050>>

Seguro-desemprego é reajustado

O Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) divulgou a tabela que atualiza os valores que os trabalhadores brasileiros vão receber de seguro-desemprego, de acordo com as faixas salariais, em caso de demissões sem justa causa. A alteração passou a vigorar na última segunda-feira, 11, tomando como base o novo salário mínimo (R\$ 880) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

O reajuste aplicado segue as recomendações da Resolução 707, de 10 de janeiro de 2013, do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). A determinação prevê que os reajustes das faixas salariais acima do salário mínimo observam a variação do INPC, de 11,28% — calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) —, acumulada nos 12 meses anteriores ao mês de reajuste (janeiro). A parcela máxima do benefício passou a ser de R\$ 1.542,24.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/economia/2016/01/13/noticiasjornaleconomia,3560750/seguro-desemprego-e-reajustado.shtml>>



Proposta de Redação

- IMPLICAÇÕES DO DESEMPREGO NO BRASIL.

33^a

Temática

Consumismo Infantil Exagerado



O consumismo na infância

Na Internet, sites sobre o assunto podem ser facilmente encontrados para pesquisa de pais e mestres

Segundo o dicionário *Aurélio*, consumo é ato ou efeito de consumir; gasto. Extração de mercadorias. Aplicação das

riquezas na satisfação das necessidades econômicas do homem. Aproveitamento dos produtos. Em relação ao público infantil, estas definições podem ser aplicadas quando a criança recebe o poder de influência dos produtos destinados a elas. Quando falamos em consumismo infantil, lembramos várias crianças que, influenciadas pelo poder de sedução que exercem os brinquedos, roupas e alimentos, atraem diversas crianças e pais às lojas para comprar o que muitas vezes não precisam. Em relação a isso, os pais podem atuar junto às crianças mostrando que o mais importante é a personalidade do ser humano e não os brinquedos que ele possui. Dentro da escola, os professores também são convidados a exercerem um papel de conscientizar os alunos a não praticarem o consumismo de forma exagerada, pois é no ambiente escolar, que muitas vezes são desenvolvidos projetos que contribuem com a mudança de comportamento de pais e filhos.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovonaeducacao/projetoseducativos/2013/07/18/noticiaprojetoseducativos,3094809/o-consumismo-na-infancia.shtml>>

Um problema de todos

Ninguém nasce consumista. O consumismo é uma ideologia, um hábito mental forjado que se tornou uma das características culturais mais marcantes da sociedade atual. Não importa o gênero, a faixa etária, a nacionalidade, a crença ou o poder aquisitivo. Hoje, todos que são impactados pelas mídias de massa são estimulados a consumir de modo inconsequente.

As crianças, que vivenciam uma fase de peculiar desenvolvimento e, portanto, mais vulneráveis que os adultos, não ficam fora dessa lógica e infelizmente sofrem cada vez mais cedo com as graves consequências relacionadas aos excessos do consumismo: obesidade infantil, erotização precoce, consumo precoce de tabaco e álcool, estresse familiar, banalização da agressividade e violência, entre outras. Nesse sentido, o consumismo infantil é uma questão urgente, de extrema importância e interesse geral.

De pais e educadores a agentes do mercado global, todos voltam os olhares para a infância – os primeiros preocupados com o futuro das crianças, já os últimos fazem crer que estão preocupados apenas com a ganância de seus negócios. Para o mercado, antes de tudo, a criança é um consumidor em formação, consumidor de hoje e do amanhã, e uma poderosa influência nos processos de escolha de produtos ou serviços.

As crianças brasileiras influenciam 80% das decisões de compra de uma família (TNS/InterScience, outubro de 2003). Carros, roupas, alimentos, eletrodomésticos, quase tudo dentro de casa tem por trás o palpite de uma criança, salvo decisões relacionadas a planos de seguro, combustível e produtos de limpeza que têm pouca influência dos pequenos.

No Brasil, a publicidade na TV e na Internet são as principais ferramentas do mercado para a persuasão do público infantil, que cada vez mais cedo é chamado a participar do universo adulto quando é diretamente exposto às complexidades das relações de consumo sem que esteja efetivamente preparado para isso.

As crianças são um alvo importante, não apenas porque escolhem o que seus pais compram e são tratadas como consumidores mirins, mas também porque impactadas desde muito jovens tendem a ser mais fiéis a marcas e ao próprio hábito consumista que lhes é praticamente imposto.

Nada, no meio publicitário, é deliberado sem um estudo detalhado. Em 2006, os investimentos publicitários destinados à categoria de produtos infantis foram de R\$ 209 milhões (Ibope Monitor, 2005x2006, categorias infantis). No entanto, a publicidade não se dirige às crianças apenas para vender produtos infantis. Elas são assediadas pelo mercado como eficientes promotoras de vendas de produtos direcionados também aos adultos.

O Ibope Mídia, que anualmente divulga os dados de investimento publicitário no Brasil, constatou que foram movimentados cerca de R\$ 112 bilhões em 2013 com publicidade. A televisão permanece a principal mídia utilizada pela publicidade, representando 70% do investimento. Ao cruzar essa informação com o fato de a criança brasileira passar em média cinco horas e 35 minutos por dia assistindo à programação televisiva (Painel Nacional de Televisores, Ibope 2015) é possível imaginar o impacto da publicidade na infância.

Apesar de toda essa força, a publicidade veiculada na televisão é apenas um dos fatores que contribuem para o consumismo infantil. A TNS, instituto de pesquisa que atua em mais de 70 países, divulgou dados em setembro de 2007 que evidenciaram outros fatores que influenciam as crianças brasileiras nas práticas de consumo. Elas sentem-se mais atraídas por produtos e serviços que sejam associados a personagens famosos, brindes, jogos e embalagens chamativas. A opinião dos amigos também foi identificada como uma forte influência.

No âmbito da alimentação, a publicidade é um fator que estimula a disseminação da maior epidemia infantil da história: a obesidade. A pesquisa *Targeting Children With Treats* (Alvejando crianças com guloseimas, em livre tradução do inglês) de 2013 aponta que as crianças que já têm sobrepeso aumentam em 134% o consumo de alimentos com altos teores de sódio, gorduras trans e saturadas e açúcar, quando expostas à publicidade destes produtos.

O consumismo está relacionado à ideia de devorar, destruir e extinguir. Se agora, tragédias naturais, como queimadas, furacões, inundações gigantescas, enchentes e períodos prolongados de seca, são muito mais comuns e frequentes, é porque a exploração irresponsável do meio ambiente prevaleceu ao longo de décadas.

Concentrar todos os esforços no consumo é contribuir, dia após dia, para o desequilíbrio global. O consumismo infantil, portanto, é um problema que não está ligado apenas à educação escolar e doméstica. Embora a questão seja tratada quase sempre como algo relacionado à esfera familiar, crianças que aprendem a consumir de forma inconsequente e desenvolvem critérios e valores distorcidos são de fato um problema de ordem ética, econômica e social.

O Projeto Criança e Consumo, do Instituto Alana, combate qualquer tipo de comunicação mercadológica dirigida às crianças por entender que os danos causados pela lógica insustentável do consumo irracional podem ser minorados e evitados, se efetivamente a infância for preservada em sua essência como o tempo indispensável e fundamental para a formação da cidadania. Indivíduos conscientes e responsáveis são a base de uma sociedade mais justa e fraterna, que tenha a qualidade de vida não apenas como um conceito a ser perseguido, mas uma prática a ser vivida.

Entre 2010 e 2012, o projeto manteve um *blog*, com o objetivo de discutir os principais impactos do consumismo e da publicidade na formação da infância. Nele há diversos textos sobre cidadania e mobilização, comportamento, política e legislação, saúde e sustentabilidade.

Projeto Criança e Consumo / criancaconsumo.org.br/
Disponível em: <<http://criancaconsumo.org.br/consumismo-infantil/>>

Vaidade e infância: quais os limites?

A partir do momento em que a vaidade ganha papel central no dia a dia, os pais devem intervir

A vaidade pode se manifestar desde muito cedo na vida dos nossos filhos, tanto na das meninas como na dos meninos, embora seja mais comum e aparente nas meninas. Escolher uma roupa bonita para ir a uma festinha, passar batom, pintar as unhas, usar perfume, passar gel no cabelo, querer fazer um penteado diferente,

colocar sombra nos olhos...até querer sair de casa fantasiado, é comum, desde que não se torne fundamental para a felicidade da criança.

Então, papai e mamãe, fiquem atentos! Sei que não é fácil identificar muitas vezes quais os limites de certos comportamentos, mas quando a preocupação com esses detalhes por parte de seus filhos vier à frente de todas as outras atividades, prejudicando a socialização, atividades escolares, atividades esportivas, dentre outras, é hora de rever as prioridades.

O problema surge exatamente quando a vaidade ganha papel central no dia a dia e a criança passa a ser focada nela. Já viram meninas pequenas usando salto alto? Já viram crianças que se vestem e ficam iguais aos adultos? Já viram crianças que só querem usar roupa de tal marca ou o que custa muito caro? Então, quando a vaidade coloca em risco o desenvolvimento físico e psicológico dos seus filhos, é um problema grave que requer atenção e cuidado.

Agora, se essa vaidade ajuda a manter os bons hábitos de higiene, como lavar bem os cabelos, tomar banho cuidadosamente, escovar os dentes, estará promovendo a saúde da criança. Só não pode acontecer também os exageros e excessos até nessas atividades rotineiras e importantes. Tudo requer um equilíbrio. Quando praticada com moderação, a vaidade é muito saudável, pois ajuda a construir a boa autoestima dos nossos filhos. Funciona também como motivação e estimula-os a quererem ser admirados. Ajuda a criança a gostar dela mesma e a se ver como alguém único e especial.

Na medida certa, a vaidade é uma grande aliada. Por isso, nós pais devemos estabelecer os limites e sermos referência com nossos exemplos. Mostrar aos nossos filhos que a aparência é importante, mas não é tudo. Ensinar a serem críticos em relação aos valores que lhe são apresentados. Valorizar suas conquistas pessoais, como notas altas, esportes, comportamentos adequados.

Deve ser motivo de alerta aos pais caso eles percebam que seus filhos:

1. comecem a valorizar mais a aparência que os estudos;
2. deixem de comer, justificando que precisam emagrecer;
3. gastem toda a mesada em roupas e cosméticos;
4. preocupam-se de forma exagerada em ser popular na escola.

Fala, mamãe

“Minha filha é bem vaidosa, por isso eu tento não estimular tanto, pois naturalmente ela tem o interesse, mas não proíbo. Como ela tem 6 anos é liberado o batom, e ocasionalmente deixo *blush*, sombra e as unhas. Como sempre, ela me vê maquiando e quer usar tudo, então liberei pra sempre que ela quiser o batom e o restante somente em ocasiões especiais. O cabelo, sempre que tem um evento, ela quer penteado que eu mesma faço e somente quando ela é daminha pode fazer o penteado no salão.”
Laila Melo, corretora de imóveis.

Dica de quem sabe

“Os pais acabam atrapalhando quando, através do consumismo excessivo, compram roupas, maquiagens e outros produtos, pensando que assim vão elevar a autoestima da criança. Precisamos trabalhar em nossas crianças mais a generosidade e a autoconfiança, como base da vida delas.” Kelly Cristina Vieira, pedagoga e professora da Educação Infantil.

(...)

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/buchichinho/2014/11/15/noticiasbuchichinho,3347013/vaidade-e-infancia-quais-os-limites.shtml>>

A infância livre de consumismo

01:30 | 20/09/2017

No Brasil, a publicidade voltada à criança menor de 12 anos é proibida, mas muitas empresas insistem em tergiversar diante das leis, argumentando que essa restrição provoca efeitos negativos para seus negócios e, por isso, não querem abrir mão do uso da comunicação mercadológica infantil.

A desmistificação desse falso dilema pode ser conferida no relatório *Os Impactos da Proibição da Publicidade Dirigida às Crianças no Brasil*, estudo desenvolvido pelo Economist Intelligence Unit (EIU), divisão de pesquisas e análises do grupo inglês The Economist, sob encomenda do Instituto Alana, entidade brasileira que há mais de uma década mantém o projeto Criança e Consumo.

O relatório enfoca desde tendências internacionais da publicidade dirigida às crianças até questões éticas de empresas que tomam a criança como alvo de suas mensagens comerciais. Revela o quanto a sociedade se beneficiaria nos campos da saúde, do bem-estar psicológico e emocional e econômico, caso os anúncios feitos para meninas e meninos fossem redirecionados aos adultos.

No meu livro *Eu era assim – Infância, Cultura e Consumismo* (Cortez, 2008) faço uma ampla exposição de como o assunto é tratado em diversos países e realço o despertar dessa triste sina: “As atenções do mercado voltaram-se para a infância, inicialmente com a intenção de fidelização de futuros consumidores, mas pela credulidade e poder de influência encontrados no alvo precoce, logo as crianças passaram a ser vistas e tratadas como categoria de consumo” (p.33).

Anos depois, no ensaio *A Incorporação da Infância aos Planos de Sustentabilidade: Uma Abordagem na Perspectiva da Cidadania Empresarial*, publicado no Guia Brasileiro da Produção Cultural (Sesc-SP, 2010), questiono esse modelo que levou os recursos naturais do planeta e as relações humanas à exaustão, e deduzo que “a empresa está convocada pelos tempos a se reinventar e a se reposicionar” (p.350).

Ao ler o relatório do EIU sinalizando que se o mercado deixasse as crianças em paz, haveria uma redução do espírito materialista e, por conseguinte, um distanciamento da ideia de que a felicidade está nas coisas, mais uma vez me sinto impelido a reforçar em mim a crença em uma sociedade na qual as pessoas não sejam definidas pelo poder aquisitivo.

O mundo digital e em rede ampliou o acesso das crianças aos conteúdos publicitários. Considerando que o Brasil tem uma população infantil de 40 milhões de crianças (IBGE, 2016) e que mais de 80% das crianças e adolescentes brasileiros usam a internet (*TIC Kids Online, 2014*), torna-se muito desigual a força entre pais, educadores e o mercado no jogo do consumismo.

A solução desse problema passa pelas empresas. O estudo encomendado pelo Alana estima que o ponto de mutação esteja na saída da mentalidade imediatista para a de longo prazo. Com a transferência do alvo publicitário da criança para o adulto, ocorreria uma queda de receita no primeiro momento, mas com recuperação gradativa nos anos seguintes.

O relatório passa uma mensagem econômica positiva: “As ações no sentido de restringir a publicidade para crianças são impulsionadas por um desejo não apenas de fazer o bem, mas também de gerar rentabilidade no longo prazo e valor para a marca” (p.50). Mensagem essa que vai ao encontro do interesse das empresas que querem ser duradouras e desejadas.

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/colunas/flaviopaiva/2017/09/a-infancia-livre-de-consumismo.html>>

Período natalino demanda atenção para o estímulo do consumo exagerado em crianças

Por Mylena Gadelha, mylena.gadelha@svm.com.br 00:00 / 15 de Dezembro de 2019 ATUALIZADO ÀS 14:49

Quando a noite de Natal se aproxima aumentam as expectativas dos presentes, principalmente entre as crianças. Psicóloga diz que o incentivo à imaginação é válido, mas o consumo exagerado pede cuidado

A árvore de Natal rodeada de presentes é um dos símbolos dessa época do ano, assim como a figura tradicional, imponente e delicada do Papai Noel. São eles os responsáveis por “enfeitar” o imaginário dos pequenos e dar cor a uma magia natalina ainda capaz de fazer brilhar os olhos.

Se a troca de agrados, a reunião entre familiares e a espera pela figura do Bom Velhinho são situações tão aguardadas, também vale o questionamento: até onde as tradições natalinas podem levar ao consumismo para a vida das crianças?

A passagem da véspera para o dia 25 de dezembro é cercada de expectativas. Para o pequeno Arthur Elias, de apenas cinco anos, o ritual de escrever a cartinha e pedir o presente é sinônimo de crença.

Segundo a mãe do garotinho, Paula Kelly Araújo, todo o conto foi apresentado de forma natural, sem cobranças e visando sempre o espírito de felicidade. “Essa semana mesmo ele estava escrevendo os pedidos. É algo que eu ensinei também”, conta. De acordo com ela, as conversas com o menino vão mais além. “Procuro dizer muito a ele que o Natal não é só isso, não é só festa. Falo do nascimento do Menino Jesus, da alegria em homenageá-lo, de não se importar apenas com os bens materiais e, sim, com o amor, carinho”, revela.

Essa atitude, inclusive, pode auxiliar no desenvolvimento da criança e no costume por hábitos fora do consumo desenfreado, algo visto como prejudicial por especialistas. A psicóloga clínica infantil, Ana Cecília Prado, comenta que as figuras importantes para a imaginação devem estar presentes, quando administradas com cautela.

“É um período muito importante da infância. A fantasia faz parte disso e é um fator de sustento. Acaba sendo uma forma de a criança compreender a realidade ou até mesmo de transformá-la em algo mais agradável”, diz ao explicar como a naturalidade, ao inserir essa história, é importante.

Consumo

Nos contornos de uma sociedade capitalista, a verdade é que a figura do Papai Noel, muitas vezes, é utilizada como um indutor das compras por parte dos pais. Paula Kelly não deixa de presentear o filho, mas busca estratégias para difundir valores como a generosidade e a preocupação com o próximo.

“É um costume nosso também fazer doações. Como o Arthur tem muitos brinquedos, desde pequenininho incentivo na questão de desapegar dos objetos. Então ele já internalizou isso, e sempre acaba me perguntando sobre o que pode doar”, comenta.

Nesse caminho de incorporar a ideia das boas ações nesse período, conversas simples e diretas são a melhor saída. “Fazer uma lista para saber o que a criança está realmente precisando, por exemplo, pode ser uma boa escolha. Outra opção bacana é fazê-la entender que já possui muitos brinquedos e que outra criança pode ficar muito feliz com esses objetos”, explica a psicóloga.

Delicadeza

Ainda que os detalhes singelos sejam lindos e capazes de encantar até os adultos, o momento do questionamento e da incredulidade vai chegar a partir do crescimento. De acordo com Ana Cecília, por volta dos oito anos é comum ver as crianças iniciando o processo de abandono dessas figuras consideradas “mágicas”.

Nesta fase, “elas começam a questionar esses dados de realidade. É quando elas contrapõem a magia do Natal com a lógica sobre o trenó que voa, como o Papai Noel entra nas casas, esses detalhes. É um momento para ser conduzido com muito carinho pois configura uma quebra diante da descoberta”, alerta.

Conduzi-los nessa vertente para fugir do consumo e aproveitar toda a energia natalina não é tarefa simples. “Ele vê os amiguinhos falando e as propagandas na televisão, mas eu ainda enxergo nele essa inocência. É todo um trabalho e eu tento mostrar que o Natal é muito mais”, conta Paula Kelly. No fim das contas, alimentar a crença da criança, de forma singela, é uma forma de proximidade com o real espírito de fazer o bem.

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/verso/periodo-natalino-demanda-atencao-para-o-estimulo-do-consumo-exagerado-em-criancas-1.2187319>>



Proposta de Redação

- **AS EXIGÊNCIAS DE UM NOVO E OBSTINADO CONSUMIDOR: A CRIANÇA.**



O Ensino a Distância no Brasil

Educação a Distância

Ao transitar pela cidade, observamos alguns outdoors com ofertas de cursos a serem ministrados na modalidade a distância (Educação a Distância-EaD).

Propagandas similares repetem-se nos comerciais veiculados em canais televisivos, em que flexibilidade e preço apresentam-se como diferenciais.

Como será estudar nessa modalidade de ensino? Antes de tentar responder a essa pergunta, torna-se necessário primeiramente refletir sobre outras questões ligadas à legislação e até mesmo ao avanço tecnológico.

Recentemente, o Decreto Nº 9.057/2017 possibilitou uma série de mudanças na EaD, dentre elas, a ampliação da oferta de cursos superiores de graduação e pós-graduação à distância. Além disso, permite a inclusão de instituições na modalidade EaD sem exigir o credenciamento antecipado para a oferta presencial. Outro item que proporcionou o crescimento da educação a distância, foi avanço tecnológico com a implementação das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC). Se observarmos o resultado disso, veremos que a evolução das tecnologias proporcionaram mudanças nas formas de se comunicar e interagir. A comunicação mediada pelas TDIC rompeu significativamente a barreira espacial e temporal, agilizando a circulação de informações, e com isso, favorecendo as interações entre usuários localizados nos lugares mais distantes.

Tecnologias, recursos e ferramentas como a realidade virtual, realidade aumentada, simulação, webconferência, Curso Online Aberto e Massivo (MOOC), Ambiente de Aprendizagem Pessoal (PLE), Ambientes Virtuais de Ensino e Aprendizagem (AVEA), redes e comunidades sociais, blogs, YouTube, têm possibilitado novas formas de interação, tanto em tempo real como em tempos diferentes, e proporcionaram mudanças na percepção de mundo, tempo e espaço. Estudar a distância proporciona ao estudante uma flexibilização em seus horários de estudo e ritmo de aprendizagem. Por outro lado, caso o discente não defina um cronograma de estudos, bem como estudar com autonomia, poderá ter dificuldades na realização do seu curso a distância. Por fim, o estudo a distância exige dedicação e compromisso, como qualquer aprendizado presencial.

Cristiane Borges
cristiane.borges@

polodeinovacao.ifce.edu.br

Diretora do Polo de Inovação Fortaleza IFCE/Embrapii

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2018/03/educacao-a-distancia.html>>.

Adriano Albano: “Educação a distância levada a sério”

A modalidade de educação a distância (EaD) tem ganhado cada vez mais espaço no Brasil e há décadas em todo o mundo. Harvard já formou milhares de alunos nessa modalidade. Segundo o último Censo da Educação Superior, a EaD aumentou 3,9% enquanto o ensino presencial cresceu 2,3%, entre 2014 e 2015. De acordo com pesquisa feita por Sagah e Educa Insights, a tendência é que a EaD corresponda a 51% do mercado nos próximos cinco anos.

O decreto 9.057 e portaria nº 11/2017, publicados pelo Governo Federal, foram grandes estímulos a EaD. A partir deles, instituições bem avaliadas têm autorização prévia para implantar, no mínimo, 50 novos polos por ano. O acervo poderá ser exclusivamente on-line e as instituições poderão oferecer exclusivamente cursos a distância e parcerias com outras figuras jurídicas.

O crescimento, entretanto, está atrelado à qualidade dos cursos oferecidos. Essa é a informação mais importante e fundamental para a sociedade. A expansão está atrelada ao Conceito Institucional (CI), avaliação *in loco* feita por especialistas do MEC, onde são considerados aspectos de funcionamento, infraestrutura, corpo docente e administrativo de uma instituição. O Centro Universitário Unicesumar, recém-chegado a Fortaleza obteve a nota máxima, no caso 5. Isso autoriza a abertura de até 250 polos em 2018, baseado na excelência de cursos que a instituição oferece. No Índice Geral de Cursos (IGC), nenhuma outra instituição de ensino superior do Brasil conseguiu há sete anos estar com nota 4, que é de excelência nesse indicador. Nos próximos cinco anos, teremos sete polos na Capital e Região Metropolitana. Estamos no seletor grupo das 4% das melhores instituições de ensino superior do Brasil. Nossa divulgação é baseada na qualidade oferecida.

Quando bem escolhida, a EaD pode oferecer a mesma qualidade do ensino presencial e trazer vantagens aos alunos, como flexibilidade de horário e intensa vivência digital. É necessário que o aluno tenha critérios ao escolher a instituição. Em um mercado de intensa concorrência, muitas instituições oferecem o preço como diferencial. Entretanto, essa pode ser uma armadilha prejudicial ao aluno e há instituições sérias que trabalham com EaD. Meu conselho a você, que busca qualificação em 2018, é procurar o melhor. Informe-se e busque indicadores de qualidade de instituições que levem a educação a distância a sério.

Adriano Albano

adriano.albano-bnu@unicesumar.edu.br

Diretor do polo do Centro Universitário Unicesumar - Fortaleza

ADRIANO NOGUEIRA

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2017/12/adriano-albano-educacao-a-distancia-levada-a-serio.html>>.

Vínculo entre instituição e aluno pode diminuir o número de evasão no ensino a distância

Procura pela modalidade de ensino tem crescido nos últimos anos

Modelo de estudo flexível e mensalidades mais em conta. Essas são as principais características do ensino EAD, modalidade que tem conquistado cada vez mais adeptos pelo país. De acordo com o último Censo da Educação Superior – divulgado todos os anos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) – a **educação a distância** registrou em 2017 o maior salto no número de matrículas desde 2008.

O levantamento mostra que os estudantes do ensino EAD chegaram a quase 1,8 milhão em 2017, o equivalente a 21,2% do total de matrículas em todo o **ensino superior**. Entretanto, mesmo diante de tanto crescimento, a proximidade entre a instituição e aluno é um aspecto que pesa na hora de assegurar a permanência no curso.

Segundo uma pesquisa da Educa Insights, realizada com o intuito de analisar como comportam-se as instituições que ofertam o ensino a distância, os polos que mantêm uma maior proximidade com os alunos são os que apresentam os melhores resultados. Ou seja, o importante é provocar, reforçar a importância do estudo e oferecer as melhores opções. Além disso, a infraestrutura é algo que também ajuda a reduzir a evasão.

Miraildes Sousa já está em sua segunda graduação. Formada em **Pedagogia** há mais de 20 anos, hoje ela está cursando **Letras**. Devido à sua rotina corrida e dividida entre o trabalho e os cuidados com a casa, Miraildes optou pelo curso a distância na Unijorge. Entre o EAD e o ensino presencial, Miraildes fica com a primeira opção e diz enxergar muitos pontos positivos, principalmente em relação à pesquisa da Educa Insights.

“Só sinto falta de esclarecimentos imediatos. Porém, mesmo distante, me sinto próxima. As aulas são bem explicativas e o material de apoio muito rico. Além disso, temos um tutor online para tirar nossas dúvidas. Eu também conto com um polo em meu bairro, tudo que preciso posso resolver lá, onde são aplicadas algumas avaliações”, acrescentou.

É nítido que apesar de alguns desafios, o ensino a distância também vem acompanhado de benefícios. Se está pensando em começar uma graduação e também quer ingressar nessa modalidade, você pode contar com a ajuda do Educa Mais Brasil. O programa tem 15 anos de atuação e já beneficiou mais de 900 mil estudantes. Acesse o **site do programa**, lá você pode encontrar descontos de até 70% para cursos presenciais e EAD.

Educa Mais Brasil

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/pais/online/vinculo-entre-instituicao-e-aluno-pode-diminuir-o-numero-de-evasao-no-ensino-a-distancia-1.2090951>>.



Proposta de Redação

- O ENSINO A DISTÂNCIA NO BRASIL: EVOLUÇÃO OU RETROCESSO?

35ª

Temática

A Influência do Mundo Digital nas Práticas de Leitura

Ler e escrever no papel pode ser melhor para o cérebro, diz estudo

Para chegar a tais resultados, a linguista Naomi Baron monitorou os hábitos de leitura de 300 estudantes universitários

Atrativos pelo menor preço e pela fácil mobilidade, os livros compilados em *smartphones*, *tablets* ou *e-readers* têm alcançado lugar de destaque cada vez mais maior em todo o mundo, mas uma pesquisa indica que o tradicional papel guarda lá suas vantagens.

A linguista americana Naomi Baron monitorou os hábitos de leitura de 300 estudantes universitários espalhados nos Estados Unidos, Alemanha, Japão e Eslováquia, e reuniu tudo no livro *Words onscreen: the fate of reading in a digital world* (em tradução livre, “Palavras na tela: O destino da leitura num mundo digital”).

A praticidade dos livros digitais, segundo o que a linguista constatou, não faz tão bem ao cérebro quanto ler e escrever no papel, pois 92% dos estudantes afirmaram ser mais fácil se concentrar na leitura em um livro de papel do que em um livro digital.

Quanto à experiência de leitura dos estudantes em dispositivos digitais, especialmente em *tablets* e *smartphones*, Naomi detalhou, em entrevista ao *site New Republic* que “A primeira coisa que eles dizem é que se distraem mais facilmente, são levados a outras coisas. A segunda é que há cansaço visual, dor de cabeça e desconforto físico”.

Quanto à compreensão nos livros digitais e impressos, os resultados parecem similares. “Se você aplica testes padronizados de compreensão de passagens no texto, os resultados são mais ou menos os mesmos na tela ou na página impressa”, disse ela à publicação.

Além de ter mais chances de reler um trecho do texto, quem opta por um livro impresso tende a manter um ritmo de leitura mais contínuo e duradouro.

Escrever no papel faz bem

Um estudo feito em 2012 na Universidade de Indiana com crianças em processo de alfabetização demonstra resultados mais surpreendentes. Segundo os pesquisadores, as crianças que escrevem no papel têm seus cérebros ativados mais intensamente do que teria ao digitar letras em um teclado. Como resultado, o aprendizado se torna mais acelerado para aquelas que optam pelo tradicional papel.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/noticias/curiosidades/2015/02/ler-e-escrever-no-papel-pode-ser-melhor-para-o-cerebro-diz-estudo.html>>

É preciso amar a leitura

Um dos principais nomes da pesquisa em comunicação no Brasil, Lucia Santaella encerra (...) evento realizado no Espaço O Povo

Convidada da última noite do I Seminário Entre Livros e Leitores: as novas formas de ler, Lucia Santaella encerra o evento (...), discutindo desafios e possibilidades que uma sociedade de redes traz para o mundo da aprendizagem. Professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e diretora do Centro de Investigação em Mídias Digitais, ela é um dos principais nomes do estudo da semiótica no País. Autora de obras importantes, a pesquisadora antecipa a seguir algumas das questões que deve abordar hoje.

O Povo: É fato que o livro em papel não deve se acabar, como o rádio não acabou a partir da TV ou a TV, com a Internet. Ainda assim, tal como esses outros meios se modificaram, o livro também já sente as consequências do contexto digital. Quais as principais mudanças que o livro e a leitura devem sofrer?

Lucia Santaella: O que chamamos de livro, ou seja, com letras impressas em folhas de papel sequencialmente costuradas formando um objeto manuseável, tem uma longa história. Antes da Revolução de Gutenberg, no século XV, o livro era raro porque dependia do manuscrito que não podia ser facilmente reproduzido a não ser pela cópia. Mas, antes disso, o livro nem era em papel, passou pela fase dos códices romanos em couro e também pelos rolos de papíro. Diante dessa história, temos que considerar que o livro é um tipo de objeto que evolui. O suporte digital passou a ser utilizado para registro da linguagem escrita, mas não apenas da escrita, pois, como metamídia, o computador é capaz de absorver todas as outras formas de linguagem, orais, sonoras, visuais, constituindo a linguagem híbrida, que é própria das redes de interconexão que chamamos de hipermídia. Podem existir livros hipermídia, em formato digital, mas pode também existir um grande número de outras formas de livros não necessariamente hipermediáticos, desde uma mera passagem do livro em formato papel para o formato digital quanto um livro que faz uso de todos os recursos interativos e interlinguagens que o mundo digital oferece. Certamente, isso traz grandes mudanças para os processos de leitura, cuja principal característica encontra-se nas possibilidades de interação.

OP: O leitor de hoje pode ler em qualquer hora e lugar, criando inúmeras outras conexões. Mas num país como o Brasil, em que a maioria da população não foi educada para leitura, e livro impresso ainda é caro, que possibilidades o contexto tecnológico abre nesse cenário?

Lucia: Depois da introdução da era da mobilidade, como já estudei em meu livro com esse título, também surgiu um novo tipo de leitor, que chamo de ubíquo, ou seja, o leitor que transita pelo ambientes, levando consigo um dispositivo móvel conectado às redes. Assim munido, esse tipo de leitor pode saciar quaisquer curiosidades informacionais com uns poucos cliques, podendo inclusive compartilhar suas dúvidas com outras pessoas que lhe sejam acessíveis. O Brasil é um país que não lê. Não adianta colocar panos quentes nessa deficiência. Não lê e ponto. Conclusão: os recursos infinitos a que as redes podem dar acesso acabam por se limitar à superfície das informações, às marolas do conhecimento, tão profundo quanto uma poça d'água.

OP: Em que a educação brasileira ainda erra quando apresenta os alunos à leitura? Que possibilidades as novas tecnologias trarão à escola e à relação dos estudantes com os livros?

Lucia Santaella: Ou a escola desenvolve estratégias inteligentes e atrativas para a educação para a leitura, seja aonde for (papel, *tablet*, *kindle* etc.), ou nossa indigência de leitores continuará endêmica. Entretanto, ninguém será capaz de inspirar alunos para a leitura se não for ele ou ela mesma um(a) amante da leitura.

OP: Ao passo que o livro digital se populariza, muitas editoras têm investido no chamado livro-objeto, cujo valor está não só no conteúdo, mas na capa, no tipo de papel, no design gráfico etc. Como a senhora observa essa outra maneira de tratar o livro dentro da velha discussão que põe em lados opostos o impresso e o digital?

Lucia Santaella: Um suporte não substitui o outro, cada um tem seus encantos e atrativos, além de seus próprios recursos. Esses suportes são complementares e não inimigos. Ao contrário, um pode impulsionar para o outro. Vejo uma notícia sobre um livro no Facebook e corro para a livraria mais próxima para adquiri-lo. Se não tenho dinheiro para isso, vasculho nas redes para ver se já existe um pdf desse livro, ou resenhas sobre ele, ou ainda uma versão mais barata digital. Enfim, o amor pela leitura vem de dentro e esse amor só desenvolve se desenvolvemos o hábito da leitura.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/vidaearte/2015/2010/22/noticiasjornalvidaearte,3522486/e-preciso-amar-a-leitura.shtml>>



Proposta de Redação

- AS IMPLICAÇÕES DA ERA DIGITAL NA LEITURA.

36^a

Temática

Trabalho Escravo de Crianças e Adolescentes



Giulio Fornasar / 123RF/Getty

Os mitos do trabalho infantil e os 26 anos do ECA

O procurador do Trabalho Antonio de Oliveira Lima escreve artigo sobre os 26 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)

Antonio de Oliveira Lima. Procurador do Trabalho.

“Sou contra o trabalho escravo, e contra o trabalho degradante, mas não contra o trabalho infantil”. Essas palavras abriram o discurso de um vice-prefeito cearense, em uma conferência sobre os direitos da criança e do adolescente. Justificou a fala com base em história: “trabalhei desde criança e consegui vencer na vida”. Este é um dos mitos do trabalho infantil.

Casos de resiliência existem, mas são exceções. Também trabalhei na infância e superei as dificuldades com muito esforço. A maioria dos meus colegas, porém, não conseguiram concluir a educação básica. Por pouco, não abandonei a escola: minha professora convenceu meu pai.

Talvez seja exatamente por isso que hoje luto contra esse e os demais tipos de exploração infantil. Após conhecer o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA –, compreendi melhor sua iniciativa.

O ECA é um dos instrumentos legais mais importantes do Brasil, e um dos mais modernos do mundo. Ele contempla a doutrina da proteção integral e materializa o princípio da prioridade absoluta, além de reconhecer a condição peculiar da criança e do adolescente como pessoa em desenvolvimento. Antes dele, vigorava no Brasil o Código de Menores, que não os reconhecia como sujeitos de direitos. Nesses 26 anos, o ECA proporcionou muitas mudanças na sociedade e no poder público. O marco legal da primeira infância, recentemente aprovado pelo Congresso Nacional, e os avanços na educação infantil são exemplos de conquistas. Não obstante, muitos o desconhecem; outros têm uma visão equivocada a seu respeito.

Apesar dos avanços, ainda existem milhões de crianças e adolescentes com seus direitos violados, com a convivência da sociedade e a omissão do poder público. Somente no trabalho infantil são mais de 3,3 milhões, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD 2014. Ainda consumimos produtos produzidos ou comercializados por crianças e contratamos os serviços de adolescentes em desacordo com a lei.

Precisamos identificar todas as crianças e adolescentes em situação de trabalho e garantir-lhes proteção social. É igualmente necessário responsabilizar as empresas e empregadores. Por outro lado, não podemos esquecer que o trabalho infantil é uma das violações de direitos que mais conta com a tolerância da sociedade. Por isso, é imprescindível ampliar as ações de comunicação sobre os direitos da criança e do adolescentes, pois somente conseguiremos erradicar o trabalho precoce quando rompermos essas barreiras culturais.

Antonio de Oliveira Lima é procurador do Trabalho e coordenador do Programa de Educação contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Peteca).

Disponível em: <<http://opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/07/os-mitos-trabalho-infantil-e-os-26-anos-da-eca.html>>



Zvonimir Atletic/123RF/istock

“Trabalho infantil no Nordeste perpetua o ciclo da pobreza e miséria” diz Juíza

Profissionais envolvidos no combate e fiscalização entrevistados foram unânimes ao falar sobre a dificuldade em lidar com a exploração ou utilização do trabalho infantil, sobretudo no ambiente familiar e em cidades do interior.

A continuidade da exploração do trabalho infantil pode alimentar um ciclo difícil de quebrar. Um exemplo disso está na Região Nordeste, onde cerca de 90% dos adultos resgatados do trabalho escravo são egressos do trabalho infantil, segundo a juíza do Trabalho Rosimeire Fernandes.

“São grandes os prejuízos que o trabalho infantil causam, sobre o aspecto físico, emocional, intelectual e social da criança, que é um ser em formação. Perpetua o ciclo de pobreza e miséria e não promove a criança para a sociedade”, diz a juíza.

Devido a esse tipo de prática, ainda comum no Brasil, sobretudo no Nordeste, a data de hoje – 12 de junho – foi instituída como o Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil. Profissionais envolvidos no combate e fiscalização entrevistados pela Agência

Brasil foram unânimes ao falar sobre a dificuldade em lidar com a exploração ou utilização do trabalho infantil, sobretudo no ambiente familiar e em cidades do interior.

“Na Bahia, existe um alto índice de trabalho infantil, de acordo com o Censo do IBGE, de 2010. Somos um dos estados com o maior número de municípios com alto índice. São 125 cidades com mais de 400 casos, cada uma. Inclusive, a maior parte desses municípios é de pequeno porte, o que caracteriza uma presença de mais de 60% desse tipo de atividade, vinculado à agricultura familiar, na zona rural, com cadeias produtivas. Além disso, temos crianças e adolescentes utilizadas para o tráfico de drogas”, afirma a vice-presidente do Fórum Estadual de Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção do Adolescente da Bahia (Fetipa), Ivana Luna.

Segundo Ivana, esse tipo de trabalho é considerado invisível, já que, em muitos casos, a fiscalização pode não detectar. “Existe o trabalho infantil doméstico, que deixa as crianças vulneráveis à violência sexual e a outros tipos de violência, mas é um trabalho invisível. Há uma subnotificação, porque é difícil de identificar, e há muitas crianças envolvidas com resíduos sólidos, além de feiras livres, que já são mais comuns. Nesse caso, a fiscalização é mais eficaz”, completa.

O trabalho de crianças e adolescentes em feiras livres é apontado como grave e “bastante característico” no estado da Bahia pelo superintendente regional do Trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, Flávio Nunes. Para ele, os carregadores de compras, por exemplo, enfrentam condições degradantes e que fazem mal à saúde, além de terem pouco tempo para se dedicar a atividades que incentivem o conhecimento e o lazer.

“Essa realidade, a gente não encontra apenas grandes cidades, mas nas pequenas do interior também. Aqui no estado da Bahia, verificamos o trabalho infantil nos mais diferentes setores da economia. Mas, nas feiras livres, isso existe quase que como cultura: o adulto faz uma compra e paga a criança ou adolescente para carregá-la até o seu carro ou sua casa. Isso não é bom, não é correto, é ilegal. Porque não entendemos apenas que a criança não pode trabalhar, mas que não pode trabalhar com isso, porque faz mal à saúde”, destaca o superintendente.

Segundo o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador, o trabalho infantil está ligado às “atividades econômicas e/ou atividades de sobrevivência, com ou sem finalidade de lucro, remuneradas ou não, realizadas por crianças ou adolescentes em idade inferior a 16 anos, ressalvada a condição de aprendiz a partir dos 14 anos, independentemente da sua condição ocupacional”. O documento foi elaborado pela Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, do Ministério do Trabalho.

Este ano, o Dia Mundial contra o Trabalho Infantil tem como tema “Não ao trabalho infantil na cadeia produtiva”. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 168 milhões de crianças, em todo o mundo, são submetidas ao trabalho, principalmente nas cadeias produtivas da agricultura, indústria e construção.

Menor Aprendiz

A Constituição Federal proíbe a realização de qualquer tipo de trabalho por menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos. Também é vedada a realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos.

“A lei estabelece uma série de regras e limitações. Por exemplo, um adolescente pode trabalhar na condição de aprendiz, mas não na operação de máquinas ou na coleta de lixo, por exemplo. Isso é atribuição de adulto. Quando a gente verifica isso, mesmo em um contrato supostamente regular, nós temos que agir e combater esse tipo de prática”, completa o superintendente regional do trabalho, Flávio Nunes.

Penalidades

As punições contra pessoas ou empresas que exploram essa atividade são consideradas insuficientes. Com isso, mesmo com a constatação do trabalho infantil em determinada situação, as penalidades são consideradas brandas pelos especialistas.

“Na Justiça do Trabalho, quando chega um processo, na maioria das vezes o trabalho infantil já aconteceu ou, pior, um acidente envolvendo uma criança ou adolescente. No caso do menor aprendiz, além do reconhecimento de vínculo, há a assinatura de Carteira de Trabalho e todas as verbas indenizatórias, porque [o adolescente] estava na condição de empregado. Mas há ações civis públicas, em que o trabalhador usa essa prática do trabalho precoce, antes da idade permitida, e pode responder, inclusive, por dano moral coletivo. Nesse caso, são indenizações mais vultosas e mais pesadas para corrigir a situação”, ressalta a juíza Rosimeire Fernandes.

Para o superintendente Flávio Nunes, em alguns casos, como as ocorrências em ambiente familiar, a orientação e o aconselhamento são mais eficazes.

“São duas situações distintas: uma é quando o auditor-fiscal se depara com uma criança sendo explorada pelo empregador. A outra é quando você encontra uma criança sendo utilizada pelos pais, prefiro não chamar de exploração, na venda de pipoca, na venda de produtos, numa feira, por exemplo. O empregador você pune com base na lei, porque ele está cometendo uma irregularidade explorando aquela criança. Nós resgatamos a criança e a encaminhamos aos conselhos tutelares para cuidarem dela”, diz. “No caso dos pais, é o trabalho de convencimento, porque não se pune o pai por utilizar o filho. Temos que convencer as famílias que o mais importante é cuidar da educação da criança”, completa Nunes.

Conscientização

Segundo o superintendente, o caminho para a erradicação do trabalho infantil passa pela junção de forças de instituições de combate e fiscalização e requer, ainda, ações na área de educação e uma mudança cultural. Distribuição de cartilhas, campanhas publicitárias, reportagens e orientações a multiplicadores, como professores, podem ser uma ferramenta eficaz contra o trabalho infantojuvenil, de acordo com Flávio Nunes.

“Esse problema do trabalho infantil não se resolve apenas com a fiscalização. Há algo muito mais amplo, nós temos que mudar uma cultura. Em algumas oportunidades, a gente verifica que essas crianças trabalham com os próprios pais. No carnaval de Salvador, por exemplo, a gente encontra muitas crianças vendendo cerveja, o que é totalmente ilegal e prejudicial para a formação dessa criança”, diz o superintendente.

Disponível em: <<http://m.agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2016-06/trabalho-infantil-perpetua-o-ciclo-da-pobreza-e-miseria-diz-juiza>>

Trabalho infantil no Brasil (duas opções)

Adolescentes deixam escola para buscar emprego

A deterioração no mercado de trabalho levou a um aumento na busca de adolescentes por emprego, o que está ajudando a piorar a evasão escolar no País. A taxa de desemprego na faixa etária entre 14 e 17 anos foi a que registrou maior aumento no segundo trimestre de 2016 ante o mesmo período do ano anterior: passou de 24,4% para 38,7%. Os dados são da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), apurados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No entanto, a deterioração na taxa de desemprego entre adolescentes – e na média do mercado de trabalho como um todo – começou um ano antes, em 2015. O resultado coincide com uma queda mais acentuada nas matrículas do ensino médio, apontada pelo último censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

No ano passado, o número de jovens matriculados no Ensino Médio teve uma queda de 2,7% em relação a 2014, quase três vezes mais do que a taxa registrada em anos anteriores. Desde 2007 essa variação não chegava a 1%. O resultado da evasão registrada na passagem de 2014 para 2015 equivale a 224 mil adolescentes a menos na escola.

“À medida que as pessoas de mais importância no domicílio perdem o emprego, a tendência é que os outros moradores busquem um trabalho ou ajudem um parente em alguma atividade para complementar a renda da família. Durante a crise, a perda do emprego tem esse efeito de abandono escolar, de queda nas matrículas”, explicou Sandro Sacchet, pesquisador da Diretoria de Estudos Macroeconômicos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

O aumento na taxa de desemprego entre os adolescentes acompanha a deterioração no mercado de trabalho como um todo. No segundo trimestre de 2014, a taxa de desocupação entre os adolescentes estava em 20,9%, enquanto a taxa de desemprego na economia como um todo era de apenas 6,8%. A exemplo do que ocorreu entre os adolescentes, um ano depois, a taxa de desocupação no País tinha saltado para 8,3%. Em 2016, alcançou 11,3%.

O aumento no número de jovens em busca de uma vaga acompanha, sobretudo, a perda do emprego pelos chefes de família, grupo majoritariamente formado por pessoas entre 40 a 59 anos. Segundo avaliação do coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, a redução no número de postos com carteira assinada e a queda na renda do trabalhador são os fatores que levam a maior busca por uma vaga. Os demais integrantes da família, que não trabalhavam, passam a procurar um emprego para ajudar a compor a renda e estabilidade perdidas.

“A recessão, que reduziu a renda familiar, obriga pessoas a voltarem o foco para o mercado de trabalho. Às vezes, as pessoas não conseguem estudar e trabalhar ao mesmo tempo e vão só procurar emprego. Agora é um momento em que falta dinheiro em casa, então o filho também vai buscar trabalho”, explicou Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador de Economia Aplicada do IBRE/FGV.

As duas principais razões para a evasão escolar são o mau rendimento e o trabalho infantil, de acordo com um relatório do Unicef, citado pela secretária Executiva do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Isa de Oliveira.

“A Pnad não mede a qualidade do trabalho que está sendo procurado. O único trabalho permitido legalmente para adolescentes de 14 a 17 anos é o de aprendiz. Em geral, as outras formas de ocupação de adolescentes são degradantes, penosas e perigosas”, alertou Isa.

Demografia e alta taxa de reprovação afetam o resultado

Para Carlos Eduardo Moreno Sampaio, diretor de estatísticas educacionais do Inep, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, a queda na taxa de matrículas no ensino médio pode ter relação com fatores demográficos e “imprevistos” na vida escolar. A queda na taxa de fecundidade tem impacto direto na população, o que faz com que o número de jovens diminua e reduza a taxa de matrículas.

Entretanto, a Pnad Contínua aponta um crescimento na população em idade de trabalhar – que engloba todas as pessoas

acima de 14 anos. “Como há um gargalo na porcentagem de jovens matriculados no ensino médio, o ideal é que aumente o número, mesmo se a população jovem diminuir”, diz Barbosa Filho, pesquisador do IBRE/FGV.

Além do fator populacional, Sampaio destaca as taxas de aprovação nas últimas séries do ensino fundamental: como há mais reprovados, menos jovens estariam aptos a ingressar no ensino médio. “Este é o problema mais grave: muitos reprovam no nono ano”, diz Sampaio. As informações são do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/noticias/economia/2016/08/adolescentes-deixam-escola-para-buscar-emprego.html>>

Atenção ao trabalho infantil

Em 2002, a OIT (Organização Internacional do Trabalho), agência das Nações Unidas voltada para as relações de trabalho no mundo, escolheu o 12 de junho como Dia Mundial Contra o Trabalho Infantil.

O registro merece atenção porque, assim como as mulheres, as crianças sempre foram relegadas a condições de inferioridade e trabalho forçado no curso do desenvolvimento humano.

Há relatos históricos de que, na Idade Média, os filhos que caíam de carroções eram abandonados pelo caminho e, em tempos não tão distantes, a literatura internacional já produziu obras reveladoras dos maus tratos para com crianças e adolescentes durante a Revolução Industrial.

Com o passar do tempo, a sociedade moderna já goza de conquistas significativas em defesa das crianças e dos adolescentes, mas, em todo o mundo, ainda há muito a fazer.

Situação no Brasil

O Estatuto da Criança e do Adolescente, conhecido como ECA, contribuiu para que os direitos dos menores fossem amplamente divulgados e conhecidos. No entanto, isso não significa que, passados quase 26 anos – o Estatuto foi criado em 13 de julho de 1990 –, esses direitos sejam respeitados em sua totalidade.

O trabalho infantil não decorre apenas da herança cultural trazida por imigrantes europeus que, para substituir a mão de obra escrava, levaram toda a família para a lavoura. Ele também resulta da pobreza das famílias, tanto nas zonas rurais quanto nas áreas urbanas.

Embora a situação se assemelhe, o trabalho infantil no Brasil tem características regionais. O trabalho doméstico ainda é o mais representativo, seja na própria casa, seja a serviço de outras famílias. As meninas, portanto, são as mais penalizadas, principalmente nas regiões Sul e Sudeste. Mas, no Nordeste, por exemplo, e até meados dos anos 1970, era comum que famílias pobres do interior enviassem seus filhos para as capitais. Os meninos se tornavam empregados em casas de famílias abastadas, em troca de um teto, alimentação e promessas. Faziam todos os trabalhos domésticos na esperança de que, além de acolhidos, seriam postos na escola, para estudar. Quantos não foram assim enganados e escravizados?

Outra questão importante, e talvez a mais grave nos dias de hoje, é o impedimento do estudo. A criança e o adolescente postos para trabalhar, com todas as fragilidades que lhes são inerentes, tornam-se vítimas fáceis da violência e estão sujeitos a delitos graves, como o abuso sexual, as drogas e os espancamentos.

Fora da escola por força do trabalho, essas crianças perdem as perspectivas de futuro, pois se tornarão adultos total ou parcialmente analfabetos, além de levarem consigo as marcas de uma infância mal nutrida e de uma saúde precária.

Os anos da infância e da adolescência formam o período mais curto da vida do indivíduo. Frente aos outros tantos anos da vida adulta, são menos de duas décadas nas quais um ser humano tem o direito de ser formado, cuidado, educado.

Visão de futuro

Em 2011, a estimativa era de cerca de 3,7 milhões de crianças em situação de trabalho infantil, segundo o IBGE.

Mais recentemente, e de acordo com um relatório da Fundação Abrinq, lançado em 5 de abril de 2012, mais de 3,3 milhões de crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos estão em situação de trabalho infantil no Brasil.

Comparados os números, até parece que houve um avanço. Entretanto, a própria Fundação alertou, quando do lançamento do guia *Cenário da Infância e Adolescência – 2016*, que em 2014 houve um aumento de 4,5% na exploração da mão de obra infantil. Em 2013, cerca de 3,1 milhões de crianças e adolescentes na faixa de 5 a 17 anos de idade estavam trabalhando.

Diante desse quadro, a atenção ao trabalho infantil deve ser redobrada. Os pequenos brasileiros necessitam de políticas públicas adequadas para crescer com saúde, boa formação e a dignidade a que todos têm direito.

Disponível em: <http://www.opovo.com.br/app/colunas/responsabilidadesocial/2016/06/13/noticiasresponsabilidadesocial_3623392/atencao-ao-trabalho-infantil.shtml>



Propostas de Redação

- **AS CONSEQUÊNCIAS DO TRABALHO INFANTIL NA FORMAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.**
- **PRODUZA UM TEXTO NARRATIVO EM QUE A PERSONAGEM MOSTRA COMO O TRABALHO INFANTIL FEZ PARTE DE SUA VIDA, TRANSFORMANDO-A DE FORMA POSITIVA.**

37^a

Temática

A Tecnologia e o Desemprego

Profissões em extinção. Que trabalhos deixarão de existir?

A tecnologia sofisticada o trabalho e algumas funções tendem a ter fim. O povo inicia a série profissões em extinção.

A tecnologia não apenas torna mais otimizados os processos como também muda as relações de trabalho. Algumas profissões podem ser substituídas por soluções digitais. Por exemplo, para dar agilidade ao atendimento e evitar as longas filas nos estacionamento, shoppings já investem em aplicativos para *smartphones*.

Nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, o abastecimento do veículo pode ser feito pelos próprios motoristas nos postos. Na Europa e já em Fortaleza, alguns motoristas acumulam também a função de cobrador.

A tendência é que a tecnologia sofisticada os postos de trabalho e que algumas funções sejam incorporadas por outras. “O mercado é muito mutante. Sempre haverá profissões que vão deixar de existir”, destacou a coordenadora do gerenciamento humano da CMGB Consultoria, Celânia Pinto Lima.

As profissões que tendem a desaparecer são, em sua maioria, as que têm condições mais precárias, segundo Gisele Studart, diretora da Studart RH e diretora de *marketing* da Associação Brasileira de Recursos Humanos do Ceará (ABRH/CE). “É uma tendência, principalmente nas funções em condições mais precárias, trabalhos mais operacionais”, destacou. Ela lembrou que funções como a de chaveiro são escassas e caras na Europa.

Os avanços tecnológicos podem trazer tanto benefícios quanto prejuízos para os trabalhadores, segundo a frentista Francisca Gilmária Barbosa. A bomba automática facilitou o trabalho, mas, se isso representar que os consumidores também poderão fazer o autoatendimento, poderá acabar com a profissão. “Para a gente que sabe utilizar a bomba é perigoso, imagine para um cliente que não sabe”, completou. Já a frentista Teresa de Oliveira disse que, se o autosserviço for autorizado, terá de procurar outra profissão. “Vou fazer algum curso”, disse.

Outra atividade cada vez mais rara no mercado é a de ascensoristas de elevadores. Silas Coelho de Oliveira, 56, está há 35 anos na profissão. De acordo com ele, o profissional não apenas opera o equipamento, mas presta um serviço. “Tem gente que tem medo de andar só, tem medo de elevador”, disse.

Marcos Sérgio Silva, 40, trabalha há 13 anos como ascensorista em um prédio no Centro da cidade. Ele destacou que os elevadores automáticos têm sempre mais problemas. Já José Paulo de Souza, 62, há 16 anos na profissão, conta que tem também a função de porteiro no prédio onde trabalha. “Saber fazer outras coisas ajuda”, disse.

Eliminação automática

As cargas de trabalho são automaticamente eliminadas pela tecnologia, de acordo com Ediran Teixeira, Coordenador Técnico da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) no Dieese. De acordo com ele, a tendência é que cada vez mais algumas funções sejam absorvidas por outras, mantendo os mesmos salários. Ele explicou que a quantidade de anos de estudo necessária aumenta, mas não os salários. “As tecnologias são mais rápidas. Rearranjam as profissões, eliminam postos de trabalho, com a redução de custos”, disse.

Conforme Ediran, o excesso de mão de obra e a necessidade das empresas de reduzir custos desencadeia os salários mais baixos. No entanto, as profissões sem carteira de trabalho também tendem a sumir com o tempo. Outra tendência é o maior grau de profissionalização. Datilógrafos precisaram assumir funções de digitadores. A expectativa é que esses profissionais tenham também habilidade de *designers*, segundo ele.

Profissões que desapareceram

O mercado de trabalho evolui com o tempo e algumas profissões vão desaparecendo ao passo que outras surgem

1. Datilógrafo

Até meados da década de 1980, o datilógrafo era imprescindível nos escritórios. Os computadores fizeram com que a profissão evoluísse e muitos se tornaram digitadores.

2. Armadores de pinos

As pistas de boliche necessitavam de um armador de pinos. Com a tecnologia de reposição, a profissão deixou de ser necessária.

3. Despertador humano

Sem os celulares ou os antigos relógios despertadores, algumas pessoas contratavam alguém para acordá-las de manhã. Quem tinha a função de despertador usava pedaços de madeira ou pedra para acordar os clientes.

4. Cortadores de gelo

O trabalho dos cortadores de gelo era muito importante antes dos modernos sistemas de refrigeração. Eles enfrentavam lagos congelados para abastecer as casas dos homens ricos.

5. Radar humano

Modernas forças armadas do mundo já usaram o radar humano. Ele detectava som de motores de aviões se aproximando por meio de um dispositivo de concentração.

6. Acendedor de lâmpões

Sem a energia elétrica, a energia pública das cidades era feita à base de lâmpões. Para acendê-los, havia um profissional. Essa função seguiu até a introdução das lâmpadas elétricas nos postes.

7. Telefonistas

As chamadas telefônicas de longa distância eram feitas com a ajuda das telefonistas. Elas conectavam de forma manual e transferiam as ligações. Hoje o processo é feito de modo digital.

Profissões que podem desaparecer

A tendência é que algumas funções sejam incorporadas por outras ou que a tecnologia reduza postos de trabalho.

1. Cobrador de ônibus

São encarregados de fazer as cobranças de tarifas nos ônibus, além de dar aos passageiros informações sobre o trajeto. Em algumas linhas, em especial com os micro-ônibus, o motorista já acumula as duas funções.

2. Caixa de estacionamento

Para dar agilidade ao atendimento e evitar as longas filas nos estacionamentos, shoppings já investem em aplicativos para *smartphones*. Os consumidores podem comprar ingressos nas salas de cinema e pagar o estacionamento.

3. Frentistas de posto de gasolina

Nos Estados Unidos e em alguns países da Europa, o abastecimento do veículo é feito pelo próprio dono do carro. No Brasil, a Lei Nº 9.956/2000 proíbe o funcionamento de bombas de autosserviço.

4. Trabalhadores domésticos

As profissões ligadas ao lar tendem a desaparecer nos próximos anos. A contratação dos profissionais fica mais cara e a automação permite que muitos trabalhos sejam executados pelos próprios donos da casa.

5. Vendedor porta a porta

Com a possibilidade de fazer as compras pela Internet e receber os produtos em casa em um tempo hábil, tem se reduzido a necessidade dos vendedores porta a porta.

6. Setor produtivo industrial

A automação nas indústrias deverá reduzir o número de postos de trabalho nos próximos anos. Em alguns segmentos, deverão permanecer apenas os profissionais mais qualificados.

7. Trabalhadores rurais

A automação das máquinas agrícolas deverá reduzir o número de postos de trabalho no campo. A população da zona rural, cada vez mais, tende a buscar melhores condições de vida e de trabalho nas cidades.

Hypeness e Consultore

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/dom/2014/11/15/noticiasjornaldom,3348266/profissoes-em-extincao-que-trabalhos-deixarao-de-existir.shtml>>

Desemprego entre os chefes de família acelera e tem alta de 57% em um ano

Milhares de chefes de família que estão perdendo seus empregos em função da crise. No mês de novembro, havia 548 mil chefes desempregados nas seis principais regiões metropolitanas do País, 56,9% a mais do que em igual mês do ano passado, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Como são os principais provedores do lar, a demissão é um golpe no poder de compra dessas famílias.

Alex Galdino, de 37 anos, era o principal responsável pelas despesas em sua casa até abril deste ano, quando foi demitido de uma empresa de tecnologia da informação. Sem emprego, não teve outra saída senão fazer bicos enquanto procura outra vaga. No lugar dele, a esposa, Maíra, que é psicóloga e massoterapeuta, assumiu parte das contas da família. Outras foram simplesmente cortadas do orçamento.

Acabou com a TV por assinatura, já gastou todas as suas economias e conta com a ajuda da mãe e da sogra. Cogitou vender o carro, mas adiou esse plano diante da necessidade de manter o veículo para levar a filha e a enteada ao médico, à escola e para fazer as compras de supermercado.

Mesmo assim, o número de viagens diminuiu bastante por causa da crise.

“Não consigo emprego nem na área que tenho experiência (TI), nem na área em que sou formado (logística). Nesse tempo todo, só fiz uma entrevista para *call center*, mas não me chamaram porque acham que sou muito qualificado”, conta o morador da zona sul de São Paulo. “Por enquanto, tenho feito manutenção de computadores e atuo como supervisor *freelancer*. É menor (a renda), mas é melhor pingar do que secar.”

O número de chefes de família que estão desempregados começou a crescer já em janeiro deste ano. Naquele mês, eram 357 mil nas seis principais regiões metropolitanas (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Salvador). Com o aumento, a taxa de desemprego entre os chefes atingiu 4,7% em novembro deste ano.

Abaixo da média

O resultado está abaixo da média (7,5%), mas esconde uma das principais consequências desse movimento: outros membros da família que antes não trabalhavam passam a procurar emprego, sem que haja vagas disponíveis para acomodá-los. Por isso, a taxa de desemprego sobe. Além disso, o poder de compra diminui, com repercussão sobre setores como comércio e serviços, gerando um círculo vicioso.

“Isso vai fazer com que outras pessoas tentem recompor essa renda perdida”, avalia o economista Rafael Bacciotti, da Tendências Consultoria Integrada. Segundo o IBGE, há 1,286 milhão de “outros membros” da família buscando emprego, 52,3% a mais que em novembro de 2014.

No *site* de busca Vagas.com, a procura tem sido crescente. O cadastro de novos currículos atingiu 173 por hora na média do acumulado do ano até setembro, 11,6% a mais do que em igual período de 2014. Até novembro, a alta acelerou para 17%. As oportunidades, no entanto, encolheram 4% até o mês passado.

Jovens

“Temos percebido que a faixa etária de 25 a 34 anos é a que mais procura, mas o crescimento tem sido maior entre 18 e 24 anos”, conta Rafael Urbano, especialista em Inteligência de Negócios da Vagas.com.

Entre os jovens, os cadastros avançaram 49% de janeiro a novembro ante igual período de 2014, segundo o *site*.

A procura de emprego por jovens é o que mais tem dado combustível ao aumento do desemprego em 2015. Antes, o movimento era contrário: os pais tentavam preservar os estudos dos filhos e bancavam seu sustento. Agora, com a renda encolhendo quase 10%, não há como mantê-los longe do batente.

Por outro lado, Bacciotti vê que já há um sentimento de “desesperança” entre os brasileiros, já que a proporção de pessoas economicamente ativas em relação às pessoas em idade de trabalhar tem diminuído. “É um ambiente econômico tão ruim, uma atividade tão paralisada, que há essa desesperança”, diz.

Para o economista Marcel Caparoz, da RC Consultores, a situação ainda pode piorar antes de melhorar. “Como essas pessoas são as fontes principais de renda, elas não têm condição de sair do mercado de trabalho. Algumas fazem bicos ou abrem o próprio

negócio e não são consideradas desocupadas. Mas a probabilidade de o negócio dar certo em 2016 é baixa”, afirma o economista.

“É um emprego muito vulnerável. O risco é que essa pessoa vire desempregada e a taxa de desemprego dê um salto”, acrescenta Caparoz. Segundo ele, a taxa de desemprego deve atingir seu pico em 2017, provavelmente em dois dígitos, para só então começar a arrefecer em 2018. As informações são do jornal *O Estado de S. Paulo*.

Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral/desemprego-entre-os-chefes-de-familia-acelera-e-tem-alta-de-57-em-um-ano,10000005474>>

Desemprego

O lado do desemprego que o governo não quer enxergar é a da necessidade de capacitação do homem. Estamos no século das revoluções científicas, na época em que o conhecimento é a ferramenta mais importante para todas as atividades profissionais.

O setor primário, ao ser beneficiado pela mecanização agrícola e biotecnologia para aumentar a sua produtividade, passou a exigir mão de obra e assistência técnica especializada. A indústria, ao perseguir a inovação, foi automatizada ou robotizada, sendo hoje intensiva em capital e demanda menos mão de obra. O setor produtivo está a demandar pesquisas em nanotecnologia, biotecnologia, química fina, novos materiais, tecnologia da informação e outras. A área de serviços tem carência de conhecimentos em comunicação e mídias eletrônicas.

Se analisarmos os anos em que o Brasil teve um índice de emprego elevado, observaremos que surgiu trabalho na faixa de até dois salários mínimos. Esse trabalho que era feito pelo homem está sendo substituído por máquinas.

Vivemos numa sociedade que persegue o crescimento econômico à custa de consumo, sem olhar o aspecto do desenvolvimento humano. O resultado aí está: chegamos a ser a sétima economia do mundo em Produto Interno Bruto (PIB), mas com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 85. É um dos piores, porque estamos ruins em saúde, educação e renda.

O Brasil, apesar de ter avançado na educação, no entanto, apresenta uma sociedade extremamente desigual. O Nordeste tem 17% de analfabetos, 25 milhões de analfabetos funcionais, 55% de jovens de 14 a 17 anos fora da escola e um número significativo de micro e pequenas empresas que nascem e morrem por falta de assistência tecnológica.

Somente com educação e trabalho poderemos garantir cidadania para esses milhões de excluídos. Se não atacarmos esse problema, virá o que já está ocorrendo – a marginalidade. Só tem uma saída: investir no professor, porque escola é professor. Assim o fizeram Japão, Alemanha, Coreia, Finlândia e outros.

Ariosto Holanda

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2016/07/29/noticiasjornalopiniao,3641321/desemprego.shtml>>

Era dos robôs: qual o futuro do mercado de trabalho?

Quase 50% das empresas esperam que a automação leve a alguns redução de sua força de trabalho em tempo integral até 2022. Entretanto, a expectativa para o futuro dos empregos ainda é positiva. A partir de uma nova divisão de trabalho, poderão ser criadas até 2020, 133 milhões de novos postos de trabalho que integram máquinas e humanos. Os dados são do relatório *The Future of Jobs*, publicado recentemente pelo Fórum Econômico Mundial.

O mercado já sente a chamada quarta revolução industrial, termo usado por especialistas para referência à chegada de novas tecnologias, como inteligência artificial, automação industrial e a impressão 3D, entre outras. A questão é que a chegada desta onda está mudando a forma como as nações vivem e trabalham. E a mão de obra intelectual será imprescindível nessa nova era.

Em vez de temer, se preparar. Seguindo a linha otimista para a chegada da tecnologia, o levantamento aponta que 38% das empresas pesquisadas esperam estender sua força de trabalho a novas melhorias de produtividade e funções, e mais de um quarto espera que a automação vá levar à criação de novos papéis em sua empresa.

Ao passo que a inteligência artificial irá eliminar alguns empregos, uma nova demanda por novas habilidades humanas está surgindo. Cerca de metade dos principais empregos atuais – a maior parte do emprego em todos os setores – permanecem estáveis no período até 2022. Entretanto, o relatório apontou ainda que, de fato, alguns postos de trabalho serão extintos com a chegada da automatização: 75 milhões de empregos poderão ser substituídos. À medida que as relações de emprego mudam, esse número faz com que a exigência intelectual para trabalhadores do futuro seja ainda maior.

Habilidades mentais e estratégicas serão destaques fundamentais no mercado de trabalho. Capacidade de criação e ser interdisciplinar continuarão a ser importantes. Pôr em prática a Inteligência Artificial, dizer às máquinas o que, quando e como fazer são exemplos de competências indispensáveis no futuro. Não fará sentido ser fisicamente extraordinário para desenvolver uma atividade em que um robô ou outro equipamento poderá executar a mesma tarefa. Mesmo habilidades como capacidade de interpretação correm o risco de não serem utilizadas futuramente, uma vez que cada vez mais os softwares fazem isso por nós.

É o momento de focar no aumento do valor econômico por meio de novas atividades, melhorar a qualidade do trabalho tradicional. Como? Aumentando as habilidades de seus funcionários, colocando-os como extraordinários, executando tarefas de alto valor agregado, que precisam ser feitas por trabalhadores humanos.

No Brasil, a passos tímidos, as empresas têm começado a implementar a 4ª revolução industrial. Atualmente, segundo a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), que é ligada ao Ministério da Indústria e Comércio (Mdic), menos de 2% das empresas estão inseridas neste conceito global. Entretanto, a expectativa é positiva, em dez anos, 15% das indústrias de todo o território nacional devem atuar no conceito da indústria 4.0.

Marcelo Miranda

Especialista em automação industrial e CEO e fundador da Accede

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/opiniaio/eras-dos-robos-qual-o-futuro-do-mercado-de-trabalho-1.2123140>>.



Proposta de Redação

- **PRODUZA UM EDITORIAL SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DO AVANÇO TECNOLÓGICO PARA A EXTINÇÃO DE ALGUMAS PROFISSÕES E O CRESCENTE DESEMPREGO.**

38ª

Temática

Descarte do Lixo Eletrônico

Descarte correto de lixo eletrônico

O que é lixo eletrônico?

O lixo eletrônico é composto por resíduo material que é resultado do descarte de equipamentos eletrônicos. Atualmente, vivemos cercados de uma grande quantidade de equipamentos eletrônicos e com isso surgiu um grande problema para o

meio ambiente, pois grande parte desse lixo não é descartado corretamente.

Podemos citar como exemplos de lixo eletrônico aparelhos celulares, monitores de computador, baterias, televisores, *notebooks* e computadores em geral, impressoras, câmeras fotográficas entre outros. Esses resíduos devem ser descartados da forma correta para evitar problemas para o meio ambiente.

Os problemas do descarte incorreto

Em geral, quando um equipamento eletrônico se mostra obsoleto ou tem algum defeito, é descartado. Porém, esse tipo de lixo não pode ser simplesmente jogado no meio ambiente. Um dos principais problemas desse descarte incorreto está no fato de que eles contêm substâncias químicas como chumbo, mercúrio, cádmio, berílio entre outros.

Esse tipo substância pode gerar a contaminação da água ou do solo. Além disso, essas substâncias podem causar graves doenças nas pessoas que trabalham coletando lixo nos lixões ou mesmo nas ruas e terrenos baldios. Outro ponto que deve ser ressaltado é que esses equipamentos têm diversos componentes de plástico, vidro e metais. Isso torna esses equipamentos muito difíceis de serem decompostos no solo.

Onde descartar o lixo eletrônico?

Para garantir que o seu lixo eletrônico não irá causar problemas, como contaminação e poluição do meio ambiente, é importante descartar corretamente os seus equipamentos. Já existe um mercado de empresas e cooperativas que trabalham com a reciclagem de eletrônicos.

Além disso, as baterias dos celulares podem ser entregues para as empresas de telefonia. Essas empresas tem a obrigação de encaminhar os resíduos para os locais corretos evitando assim danos ao meio ambiente. Nos casos em que você pretende descartar os equipamentos apenas por estarem obsoletos, vale a pena cogitar a possibilidade de doar os mesmos.

Quando os equipamentos apresentam boas condições de uso, podem ser muito interessantes para instituições sociais ou mesmo para pessoas que não tem condições de adquirir aparelhos novos. Não contamine o meio ambiente e ajude quem precisa.

Coleta seletiva

Uma forma de evitar a poluição do meio ambiente é através do processo de coleta seletiva. Passe a selecionar o lixo produzido na sua casa, escola e empresa, pois isso faz toda a diferença para o meio ambiente. O conceito básico da coleta seletiva é separar o lixo orgânico do lixo reciclável, ou seja, aquele lixo que não pode mais ser reutilizado daquele que ainda pode se transformar em outras coisas como metais, plásticos e papéis.

Os benefícios da reciclagem de lixo eletrônico

Além de garantir uma quantidade menor de lixo para o meio ambiente absorver, a reciclagem desse tipo de resíduo gera emprego e renda para muitas pessoas em muitas comunidades. Existem várias ONGs que estão embasando o seu trabalho na área de lixo eletrônico.

O trabalho começa com o ensino do descarte correto desse lixo, passa por mecanismos de recolhimento e termina com a transformação de itens que iriam poluir o meio ambiente. Além de todos esses benefícios, os projetos focados em reciclagem de eletrônicos ainda promovem a inclusão digital de pessoas carentes.

Inclusão digital

A inclusão digital se dá pelo fato de que as ONGs e instituições que trabalham com a reciclagem de eletrônicos promovem o prolongamento da vida útil dos computadores e equipamentos. Dessa forma, pessoas que estão numa camada social em que precisam de inclusão digital e cidadania encontram essa possibilidade.

Há também que se enfatizar a redução do acúmulo de lixo bem como a prevenção de contaminação do solo e lençóis freáticos. Dar uma destinação correta para os resíduos eletrônicos faz parte da preservação da natureza.

O que é Remanufatura de Computadores?

A remanufatura consiste em pegar equipamentos antigos e que apresentam as suas capacidades reduzidas e torná-los novamente eficientes. É possível obter esse tipo de resultado através da limpeza, substituição ou acréscimo de componentes que ajudam a melhorar o seu desempenho.

Na maioria dos casos, as ONGs e instituições que trabalham com remanufatura de computadores tem como objetivo preparar os equipamentos para atender as demandas de entidades e negócios sociais que tenham como foco a inclusão digital ou cursos de profissionalização.

O problema do lixo eletrônico

O lixo como um todo representa um grande problema para o mundo, porém, o tipo de lixo que mais cresce em todo o globo é o lixo eletrônico. Somente no Brasil é produzido cerca de meio quilo de lixo eletrônico por habitante, de acordo com pesquisas da ONU (Organização das Nações Unidas).

Com essa quantidade de lixo, o Brasil é o campeão mundial na geração de lixo por habitante. No mundo todo, a geração desse lixo chega a cerca de 50 milhões de toneladas todos os anos. Os Estados Unidos estão no topo da lista de principais geradores de lixo eletrônico, com três milhões de toneladas. Em seguida aparece a China, com uma produção superior a dois milhões de toneladas por ano.

Para se ter uma ideia do tamanho do problema, o lixo eletrônico está crescendo três vezes mais do que o lixo convencional. Nos países emergentes, a situação se mostra ainda mais preocupante devido ao desejo e possibilidade de consumo. A produção de lixo é uma bola de neve que vem transformando o mundo e prejudicando o meio ambiente.

Disponível em: <<http://www.biomania.com.br/bio/?Dg=artigo&cod=3935>>



Projeto recicla equipamentos eletrônicos sem uso

Aparelhos celulares sem uso ou trocados por modelos novos e equipamentos eletroeletrônicos que não funcionam mais, por exemplo, não precisam nem devem ir para o lixo. Eles podem ser transformados em outros produtos tecnológicos. É o que o projeto Gambiarra Tecnológica Solidária faz.

A ação, lançada pela Fundação de Ciência, Tecnologia e Inovação (Citinova), órgão da Prefeitura de Fortaleza-CE, tem o objetivo de dar novo uso aos aparelhos, além de divulgar as variadas formas de reaproveitamento de produtos eletrônicos.

(...) Televisores, computadores, rádios-relógios, celulares são exemplos de aparelhos que podem ser doados.

Os materiais serão usados em cursos de formação nas áreas de cultura e arte digital e ganharão novos significados. Eric Barbosa, gestor da Casa da Cultura Digital, afirma que qualquer pessoa pode participar dos cursos.

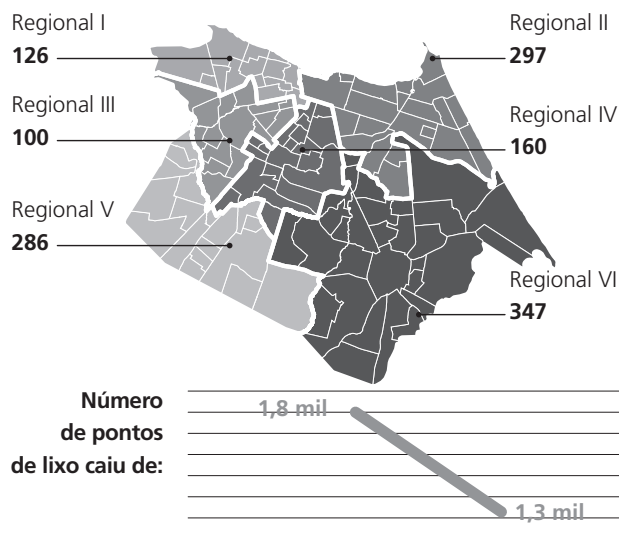
No ato da doação, um cadastro será feito com doadores que se interessem pelos cursos. “A sociedade está programada a consumir e não há um processo de descarte adequado (de produtos eletrônicos). A campanha tem um questionamento sobre isso e está aliada a uma ação”, destaca.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2015/12/19/noticiasjornalcotidiano,3551614/projeto-recicla-equipamentos-eletronicos-sem-uso.shtml>>

Lei do lixo gera 10 multas por dia em um ano

Lei contribuiu para tirar da clandestinidade toneladas de lixo geradas por empresas que iam parar em áreas verdes, rios e nas ruas. Foram aplicadas 3.698 multas. Mesmo assim, ainda há 1,3 mil rampas de lixo na Capital cearense.

Onde estão os pontos de lixo



Em vigor há um ano, lei sobre lixo em Fortaleza tirou da clandestinidade toneladas de resíduos que eram jogadas nas ruas. A quantidade recolhida na coleta privada, contratada por estabelecimentos comerciais, cresceu 367%. Já o volume retirado pela Prefeitura de rampas de lixo caiu 36,4%. A administração municipal contabiliza quase 500 pontos de lixo a menos na Cidade. Foram aplicadas 3.698 multas – média superior a dez por dia.

Mesmo assim, a população ainda reclama da sujeira. Há queixa de que houve até piora. Segundo o secretário da Conservação e dos Serviços Públicos, João Pupo, a culpa, ao menos em parte, foi da própria Prefeitura. E proposital. Em vários lugares, foi suspensa a coleta, pelo poder público, do lixo que é responsabilidade das empresas. “Tiramos (a coleta pública) para impor (que as empresas contratassem coleta privada)”, disse.

Mesmo com a mudança, ainda há 1.316 pontos de lixo, segundo a empresa de coleta Ecofor. A média é de 11 rampas por bairro.

Sensação de sujeira

Em um bairro da Capital do Ceará, lixo doméstico e entulho ocupam um lado da via. O vigilante Nonato Lima, 44, diz que o contêiner no local é pequeno para a quantidade de resíduos colocada diariamente. Ele conta que, além da população, construtoras descartam detritos. “Quando chove, a água rebola todo esse lixo pra rua”.

No bairro Antônio Diogo, a comerciante Neirla Soares, 23, comenta que é rotina o acúmulo de lixo no contêiner da rua Hildebrando Pompeu. No local, próximo à Praia do Futuro, o lixo transborda e ocupa a calçada, a poucos metros, do mercadinho de Neirla. “Nos fins de semana, os carros das barracas (de praia) jogam restos de peixe e camarão”, narra.

O secretário João Pupo conta que a sensação de aumento da sujeira, em particular na Praia do Futuro, decorre de decisão da Prefeitura. Desde 1999, estabelecimentos que produzem mais de 100 litros de lixo são obrigados a contratar coleta particular, de empresa credenciada. Porém, até ano passado, a multa aplicada era irrisória – cerca de R\$ 60. E a fiscalização, tímida.

Com a lei 10.340/15, as multas passaram a ser de até R\$ 19 mil. Desde que a lei entrou em vigor, em 18 de maio de 2015, foram mais de 12 mil fiscalizações. Além disso, a Prefeitura suspendeu a coleta do lixo depositado em rampas em locais como Praia do Futuro e Varjota. “Pode ter dado sensação, no início, de aumento de sujeira. O poder público patrocinava a coleta, basicamente, das barracas”, diz Pupo.

“Se essa atitude, logo no começo, não tivesse sido tomada, a Praia do Futuro estaria do mesmo jeito”, afirma Albert Gradwohl, coordenador de Limpeza Urbana da Prefeitura. “É um misto de coragem e de loucura”, admite Pupo, sobre a suspensão da coleta das rampas. Hoje, segundo o secretário, barracas se organizam para regularizar o descarte.

O que mudou com a lei

Coleta privada (contratada por estabelecimentos)

Janeiro a abril de 2015 (antes da lei): 46.794 toneladas.

Janeiro a abril de 2016 (com a lei): 218.795 toneladas.

Aumento: 367%

Coleta pública em rampas de lixo (não inclui coleta domiciliar)

Janeiro a abril de 2015 (antes da lei): 114.855 toneladas.

Janeiro a abril de 2016 (com a lei): 73.040 toneladas.

Aumento: 36,4%

Coleta privada era menos da metade da coleta pública. Hoje, é o triplo.

O que mudou com a política para lixo

1. Revisão da Legislação do grande gerador de lixo

Em vigor desde 18 de maio de 2015. Punição ficou mais dura para empresas que descumprem normas sobre descarte de resíduos. Multas ficam mais altas e há possibilidade até de cancelamento de alvará.

2. Implantação de sistema eletrônico de controle de resíduos sólidos

É feito georreferenciamento de contêineres e monitoramento de caçambas por GPS, para saber se lixo é descartado no prazo correto.

3. Apreensão de contêineres irregulares

Foram apreendidas 64 caçambas estacionárias – terminologia técnica para contêineres. A contagem inclui também veículos apreendidos transportando lixo ilegalmente.

4. Ciclomonitoramento

Serão dez grupos com uma moto e dez bicicletas em cada. Previsão era para junho de 2015. Está prometido para junho próximo. Hoje, há piloto, no Centro, cuja atuação não se restringe a fiscalizar lixo.

5. Implantação de lixeiras

Têm sido instaladas nas praças reformadas. Meta é de 2 mil lixeiras. Prazo era junho de 2015.

6. Fiscal Cidadão

Recebe denúncias de descarte irregular de lixo pelo telefone 156 ou por aplicativo para *smartphone*.

7. Requalificação de áreas degradadas

Aplicação de multas e compensação por ações de impacto ambiental são substituídas por recuperação de áreas.

8. Ecopontos

Nove estão instalados. Meta é de 25 até segundo semestre.

9. “Recicla Fortaleza”

Cartão dá bônus, desde abril, na conta de energia a quem entrega itens recicláveis nos Ecopontos. Bônus serão ampliados para Bilhete Único e conta de água. Prazo era segundo semestre de 2015.

10. Alô Cidade Limpa

Serviço de coleta em domicílio de itens como móveis usados ou pequenas quantidades de resíduo. Prazo era primeiro semestre de 2016. Deve ficar para 2017.

11. Implantação de áreas de recebimento de resíduos da construção civil

Prefeitura buscou áreas públicas em Fortaleza, mas não encontrou em condições adequadas. Solução foram convênios com Eusébio, Itaitinga e Pacatuba. Há outro em trâmite com Caucaia.

12. Projeto “Reciclando Atitudes”

Educação ambiental, que já existia.

13. Legislação para recuperação de calçadas

É preparada pela Secretaria do Urbanismo e do Meio Ambiente (Seuma). Prazo era junho de 2015.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/05/18/noticiasjornalcotidiano,3614592/lei-do-lixo-gera-10-multas-por-dia-em-um-ano-shtml>>.



Proposta de Redação

- **PRODUZA UMA CARTA DE SOLICITAÇÃO AO GOVERNADOR DE SEU ESTADO, REQUISITANDO A CRIAÇÃO DE UM “PROJETO DE LEI QUE CRIE PROGRAMAS DE DESCARTE E DE RECICLAGEM DE LIXO ELETRÔNICO”.**

39ª

Temática

Solidariedade Brasileira

O mito da solidariedade brasileira

Por que o País está caindo nos rankings internacionais de ajuda ao próximo e o que fazer para virar esse jogo

Dois pesquisas recém-divulgadas revelam que os brasileiros não são tão solidários quanto parece. O País vem despencando no ranking internacional de solidariedade World Giving Index. Em 2013, ficou em 91º lugar, caindo oito posições em relação a 2012. Quando a lista foi divulgada, pela primeira vez, em 2010, o Brasil ocupava o 76º lugar. No fim de fevereiro, outro estudo mostrou que 73% da população não se sente estimulada a fazer doações ou trabalho voluntário. “Somos generosos com pessoas próximas, mas não com desconhecidos. O Brasil não é um país solidário”, afirma Paula Fabiani, diretora-executiva do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (Idis), que realizou o levantamento. A pesquisa do Idis aponta ainda que, quando abrimos a mão, a preferência é pelos pedintes, que recebem 30% da ajuda. Organizações não governamentais (ONGs) levam só 14%. “É uma forma assistencialista de doação que não resolve os problemas da sociedade no longo prazo”, diz Paula Fabiani. A diretora-executiva da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (Abong), Adriana Ramos, concorda: “As pessoas preferem dar esmolas em vez de doar para ONGs porque não sabem como as organizações poderiam potencializar aquilo, numa ação mais estratégica”, diz.

Ajuda eventual

Voluntários organizam doações às vítimas de enchentes da região serrana do Rio, em 2011

Segundo especialistas, as escolas deveriam estimular a ajuda ao próximo, mas dificuldades institucionais também emperram a solidariedade no Brasil. Com mais transparência, por exemplo, a população desconfiaria menos das organizações. Com os escândalos de corrupção envolvendo convênios entre o poder público e ONGs, a reputação dessas entidades sofreu um baque. Para melhorar essa situação, tramita no Senado um projeto estabelecendo novas regras para a contratação dessas organizações, que visa aumentar a transparência e facilitar a prestação de contas dessas ONGs. Além disso, pouca gente sabe que é possível abater impostos através de doações – embora o complicado processo afaste também quem conhece o sistema.

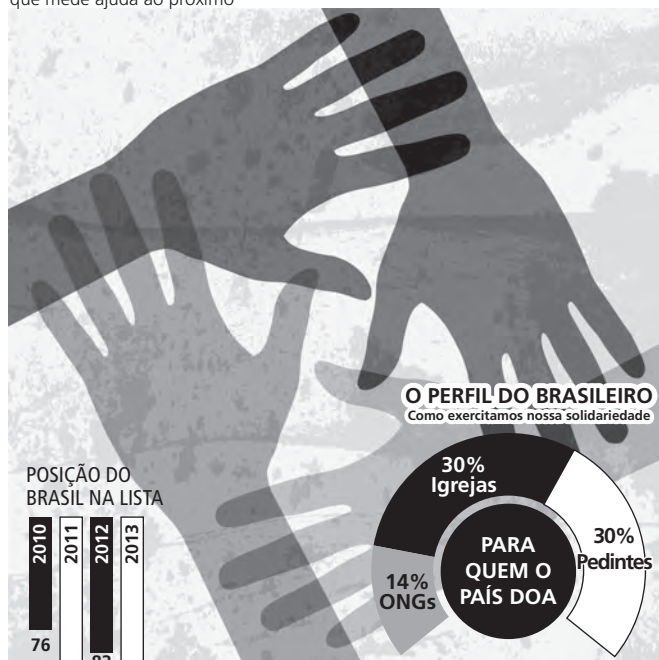
A atuação das empresas pode estimular a solidariedade, mas tem prós e contras. De acordo com o professor da Fundação Getulio Vargas (FGV), Mario Aquino Alves, especialista em ações da sociedade civil, o fato de as empresas considerarem trabalho voluntário como um diferencial na hora da contratação pode estimular pessoas a se engajarem nessas atividades, mas o perigo é, depois da contratação, as companhias abusarem dos funcionários. “Pode haver uma decisão de cima para baixo. Já não é mais trabalho voluntário, é sobretrabalho, no qual o empregado ajuda a melhorar a imagem da organização”, afirma.

“Tenho a impressão de que no Brasil as pessoas estão extremamente voltadas ao próprio umbigo” Corine Goldenberg, voluntária no Graacc.

Paula Fabiani, do Idis, diz que doações seriam estimuladas se houvesse possibilidade de fazer, via empresas, descontos na folha de pagamento para doações. Outra ideia que ganha força é o financiamento coletivo. Nele, uma causa é divulgada na Internet e recebe ajuda de várias fontes. “Esse modelo tem sido interessante para pequenos projetos”, afirma Alves, da FGV. Uma iniciativa que será lançada em 20 de março é a rede social Mottirô. Nela, os usuários poderão fazer doações a projetos de caridade. “A gente criou esse sistema para a pessoa conhecer a causa, doar com um clique e acompanhar os resultados”, diz o presidente da empresa, Junior Gonçalves.

RANKING DA SOLIDARIEDADE

Brasil despensa em estudo que mede ajuda ao próximo



Disponível em: <http://istoe.com.br/352408_O+MITO+DA+SOLIDARIEDADE+BRASILEIRA/>. Adaptado.

Estudiosos afirmam, porém, que é necessário um esforço conjunto do governo, das empresas e da sociedade civil para resolver os problemas sociais no Brasil. Além disso, destacam a importância da participação da população, que normalmente só se mobiliza para ajudar quando ocorrem grandes tragédias, como as enchentes, por exemplo. “Tenho a impressão de que aqui as pessoas estão extremamente voltadas ao seu próprio umbigo”, diz Corine Goldenberg, que há oito anos faz trabalho voluntário no Grupo de Apoio ao Adolescente e à Criança com Câncer (Graacc).

Dia do Voluntariado completará 31 anos neste domingo, 28

Você já ajudou alguém? No Brasil, cerca de três em cada dez brasileiros já realizaram ações voluntárias ao longo da vida

Neste domingo, 28, o Dia do voluntariado vai completar 31 anos e haverá comemorações em todo o Brasil. A Lei nº 7.352, de 28 de agosto de 1985, instituída pelo então presidente da República, José Sarney, reconhece e destaca pessoas que doam seu tempo, trabalho e talento, de maneira voluntária, para causas de interesse social e para o bem de uma comunidade.

E para lembrar o Dia do Voluntariado, a Associação Peter Pan (APP) antecipou a data e realizou, na manhã desta quinta-feira, 25, uma festa para 70 voluntários. Para a presidente da APP, Olga Freire, o Dia do Voluntariado é importante para a classe e a prática é um remédio para as aflições da vida. “Esse dia é muito significativo. Quando a gente exercita o bem, o bem que é realizado faz muito mais bem a quem o fez”, afirma.

O voluntário Agenor Barbosa destaca que após ajudar as pessoas desta forma, tornou-se uma pessoa melhor. “Eu acho muito importante a pessoa se doar; quando eu venho para cá, sei que essa doação é um compromisso meu. Além de ajudar as crianças, ajudou-me muito em casa, no trânsito, na vida”, ressalta.

No próximo sábado, 27, a APP estará lançando em sua sede, localizada na rua Alberto Montezuma, 350, no Vila União, a abertura da campanha McDia Feliz 2016. O dinheiro arrecadado com a venda do sanduíche BigMac será revertido para a luta contra o câncer infantil. No Ceará, a Associação Peter Pan é quem recebe o valor e destinará a verba para a expansão do Centro Pediátrico do Câncer, disponibilizando mais leitos. O evento acontece em todos os McDonald’s espalhados por Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte. Diversas atrações farão a alegria dos clientes.

De acordo com um levantamento feito pelo Instituto Datafolha, em 2015, com 2.024 brasileiros de 135 municípios, 11% da população são voluntários, 28% já realizou algum tipo de atividade formal não remunerada para ajudar o outra pessoa em algum momento, ou seja, cerca de três em cada dez brasileiros já realizaram ações voluntárias ao longo da vida. O País tem 16,4 milhões de pessoas que atuam no voluntariado. Segundo a pesquisa, 58% das pessoas entraram no voluntariado para serem solidários, 18% disseram que iniciaram a prática por influência de conhecidos ou instituições. Outros 17% dizem que entraram por satisfação pessoal.

Na opinião dos brasileiros, é despertado um conjunto de sentimentos ao praticar a atividade: sensação de bem-estar (51%), sentir-se útil (40%) e gratificação pessoal (37%).

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2016/08/25/noticia/fortaleza,3652438-dia-do-voluntariado-completara-31-anos-neste-domingo-28.html>>

Reciclagem solidária

Por si só, qualquer projeto de reciclagem já é um avanço em nossa relação com os princípios da sustentabilidade. O aumento da reciclagem cria empregos e novos negócios, como as cooperativas; aprimora tecnologias na busca de métodos mais eficazes para a transformação de determinados resíduos; reduz significativamente os volumes de energia e água utilizados nos processos de fabricação; estimula novas aplicações para os materiais reciclados.

Ninguém mais se espanta ao saber que da garrafa PET é possível fazer uma vassoura, ou uma sacola que parece ser de tecido, mas não é. Ao contrário, comemoramos e aplaudimos todas as iniciativas de reaproveitamento de resíduos que, até bem pouco tempo atrás eram considerados lixo e descartados como lixo.

Quando a reciclagem vai ao encontro da solidariedade, tudo fica ainda melhor. É exatamente isso o que vem sendo feito por algumas empresas, com a adesão de seus colaboradores e consumidores.

Meias do Bem

A Puket, fabricante de meias e pijamas, com lojas e revendas da marca em todo o país, criou a Campanha Meias do Bem em 2013. O sucesso de então se repete anualmente: a produção de cobertores a partir da reciclagem de meias fora de uso.

Os consumidores são convidados a doar meias velhas, furadas, rasgadas e sem o par, nos pontos de troca indicados no site: www.meiasdobem.com.br. As meias podem ser de qualquer marca, com exceção daquelas meias longas, sociais, que não se prestam à reciclagem para a produção de cobertores.

Desde que o projeto foi iniciado, mais de 10 toneladas de resíduos têxteis foram transformadas em mais de 10 mil cobertores, que foram doados a instituições cadastradas pela Puket e a moradores de rua.

A doação de meias velhas pode ser feita o ano todo. Mas, durante o mês de junho, outra ação solidária se junta à Campanha Meias do Bem. É a Campanha Inverno do Bem, que alia a compra de três pares de meia em qualquer loja Puket à doação que a empresa fará de outro par de meias novas para uma das instituições parceiras.

ReciclAzul

Entre maio de 2015 e abril de 2016, a Azul Linhas Aéreas Brasileiras recolheu 7,4 toneladas de latinhas de alumínio a bordo de suas aeronaves. As latas foram vendidas e o valor apurado com a reciclagem possibilitou a compra de seis cadeiras de rodas que a empresa destinou a duas instituições para idosos na região de Campinas (SP).

As instituições foram escolhidas por indicação de colaboradores da Azul que trabalham como voluntários em Valinhos e Indaiatuba e pela própria relação da empresa com a região. O maior centro de operações da Azul fica em Viracopos (Campinas), onde, inclusive, nasceu o projeto ReciclAzul.

Segundo a empresa, em aproximadamente dois anos do programa, o ReciclAzul já ultrapassou a marca de 9,6 mil quilos de metais recolhidos. Em breve, o projeto que já está presente nos aeroportos de Campinas, Guarulhos e Confins (MG), será estendido para Recife.

Acolher

O Programa Acolher é uma iniciativa social liderada por colaboradores dos hotéis ibis, ibis Styles e ibis Budget, da AccorHotels. Em 2014, o programa deu início a uma campanha de coleta de lacres de latas de alumínio. Logo, todos estavam juntando lacres: filhos e parentes dos colaboradores, colaboradores de outras marcas da empresa, fornecedores, amigos.

No final daquele ano, a totalidade dos lacres coletados rendeu o suficiente para a compra de 10 cadeiras de rodas que foram doadas a instituições assistenciais, também de acordo com a indicação dos colaboradores. Como a AccorHotels atua nacionalmente, as doações procuraram atender a instituições de todas as regiões do país.

A campanha de 2015 seguiu os mesmos moldes, recebeu ainda mais adesão e resultou na compra de 12 cadeiras de rodas. Agora, em 2016, o Programa Acolher continua.

Com tais exemplos já dá para imaginar que, logo, a reciclagem vai ficar muito mais solidária. Ainda bem.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/colunas/responsabilidadesocial/2016/06/20/noticiasresponsabilidadesocial,3626018/reciclagem-solidaria.shtml>>



Proposta de Redação

- **IMPLICAÇÕES DA SOLIDARIEDADE DOS BRASILEIROS PARA MINIMIZAR PROBLEMAS SOCIAIS.**

40^a

Temática

O Sedentarismo na Sociedade Contemporânea

Mudanças simples no cotidiano reduzem pela metade chance de doenças como o câncer, indica pesquisa

Segundo estimativa da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2025, os casos de câncer no Brasil poderão crescer em até 50%

Atividade física associada a uma alimentação balanceada proporciona melhor qualidade de vida

Apesar do check-up de rotina realizado por mais de 30 anos, a cordelista Ivonete Moraes foi surpreendida por um câncer de mama. À época, com 64 anos, admite que negligenciava na alimentação, à base de muitos doces. Após tratar a doença, mudou completamente seus hábitos. “Hoje, não como mais macarrão, nem arroz branco. Também aboli o açúcar. Como peixe, alface, cenoura, tomate”, explica.

A cordelista é mais um exemplo de que os maus hábitos alimentares, associados ao estresse, ao sedentarismo e a questão da própria idade, são capazes de comprometer o bem-estar. Segundo estimativa da Organização Mundial de Saúde (OMS), em 2025, os casos de câncer no Brasil poderão crescer em até 50%, em decorrência do aumento e do envelhecimento da população.

Um terço das mortes causadas por 20 tipos de câncer no Brasil poderia ser evitado com algumas mudanças no estilo vida. Tabagismo, consumo de álcool, excesso de peso, alimentação não saudável e falta de atividade física são os cinco fatores de risco relacionados a 114 mil casos da doença (27% do total) e 63 mil mortes (34% do total) por ano no Brasil.

Esses dados, publicados na revista *Cancer Epidemiology*, fazem parte de um estudo realizado por pesquisadores do Departamento de Medicina Preventiva da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP) e da Harvard University, nos EUA, com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Confira 7 dicas para prevenir doenças graves e ter uma vida saudável

O levantamento, divulgado pela Agência Brasil, mostra ainda que a incidência de câncer de pulmão, de laringe, de orofaringe, de esôfago, de colón e de reto poderia ser reduzida pela metade, caso esses cinco fatores de risco fossem eliminados. Conforme o pesquisador da FMUSP, e um dos autores do estudo, Leandro Rezende, até o momento não se conhece outra forma de prevenir tantos casos da doença.

Rezende aponta que o tabagismo é responsável por 67 mil casos de câncer por ano no Brasil, o equivalente a 15,5% dos registros e 40 mil mortes. “Hoje, aproximadamente 10% da população fuma (antes, era mais de 30%). Quando o País adotou um pacote de medidas, leis e regulamentação do tabaco, como a tributação do cigarro, a proibição do consumo em local fechado, a gente teve um impacto bastante positivo na saúde da população”, compara.

Consumo consciente

A nutricionista clínica e esportiva, Taís Nobre, reforça a importância de adotar hábitos saudáveis para prevenir problemas futuros. Por outro lado, reconhece que ainda é muito alto o consumo de açúcar, de conservantes, de corantes e de alimentos processados, a exemplo de salsichas, presuntos e industrializados. “Aquele pacotinho que está lá, prontinho na prateleira, vai ter substâncias cancerígenas”, alerta a profissional.

Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde, recomenda o consumo de produtos *in natura* e que se evitem alimentos processados, em especial os ultraprocessados.

Leandro Rezende ressalta que é necessário a elaboração de mais políticas no campo da alimentação. “Rotulagem, restrições de marketing e aumento de impostos de produtos da indústria de alimentos para desestimular o consumo são propostas possíveis de serem implementadas”, sugeriu. Ele lembra que o Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde, também recomenda o consumo de produtos *in natura* e que se evitem alimentos processados, em especial os ultraprocessados.

Qualidade de vida

Bem como o consumo de uma dieta regular, é necessário também olhar para o corpo, ressaltando que o sedentarismo, associado ao estresse, pode potencializar algumas doenças, a exemplo do câncer. “O nosso gene pode ser ativado ou mesmo silenciado por meio das nossas escolhas e do nosso estilo de vida. Então é melhor optar por alimentos naturais e dedicar, ao menos 30 minutos diários, a alguma atividade física. Isso garantirá melhor qualidade de vida”.

Segundo a psicóloga Ana Rachel Sales, quem já está passando por um tratamento de doença grave, terá sequelas físicas e psicológicas. Porém, é possível que, a partir da busca por ferramentas que auxiliem na cura, haja uma sensação de alívio, fruto da percepção de que é possível superar questões específicas da doença por meio do autocuidado.

Ana Rachel afirma que essa é uma das características positivas que a vivência da doença pode oferecer, a possibilidade de adesão a novas rotinas e hábitos, e mais, a possibilidade de encarar problemas que surjam durante a vida com um olhar mais otimista.

“Entre essas ferramentas positivas essenciais está a busca pela alimentação adequada, balanceada, pois proporciona tanto a melhora física, devido às propriedades de cada alimento, quanto ajuda no humor, auxiliando na sensação de bem-estar do paciente. Ferramentas como essas contribuem diretamente com o processo de cura das doenças físicas e psicológicas”, pontua.

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/verso/mudancas-simples-no-cotidiano-reduzem-pela-metade-chance-de-doencas-como-o-cancer-indica-pesquisa-1.2086985>>.

Sedentarismo atinge 45,9% dos brasileiros e é mais comum entre mulheres

Entre as mulheres, o índice de quem não pratica atividade alguma chega a 50,4

O sedentarismo atinge 45,9% dos brasileiros, divulgou nesta segunda-feira, 22, o Ministério do Esporte, na pesquisa Diagnóstico Nacional do Esporte. Os números foram coletados em 2013 e dão conta de que 67 milhões de pessoas não fazem atividade física ou praticam esporte.

O problema é mais comum entre as mulheres, grupo no qual o índice chega a 50,4%, enquanto entre os homens o percentual cai para 41,2%.

Segundo a pesquisa, 25,6% dos entrevistados praticam esportes e 28,5%, atividades físicas, como caminhada. Entre os homens, a prática de esportes supera a de atividades físicas, com 35,9% contra 22,9%. Já as mulheres praticam mais atividades (34%) do que esportes (15,6%).

O sedentarismo entre os jovens foi considerado preocupante pelo ministro George Hilton, que defendeu o aumento da prática esportiva com escolas de tempo integral. Na população de 15 e 16 anos, o sedentarismo chega a 32,7% e o índice cresce conforme a faixa etária aumenta, atingindo 40,7% na faixa etária de 25 a 34 anos e 64,4% entre 54 e 74 anos.

Saiba mais

A chegada ao mercado de trabalho é apontada como uma das causas para o abandono da atividade física. Segundo a pesquisa, 69,8% das pessoas que abandonam a prática de esportes ou atividades físicas afirmam que a falta de tempo para conciliar com o trabalho e os estudos foi a causa.

A metodologia da pesquisa permitiu que o entrevistado declarasse livremente a natureza da prática: se esporte ou atividade física. Embora não haja uma distinção clara entre essas práticas, o Conselho Europeu do Esporte leva em conta a obtenção de resultados em competições de todos os níveis. Já definições aceitas no meio acadêmico descrevem atividade física como a prática vinculada à promoção da saúde e elevação da qualidade de vida.

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/saude/2015/06/sedentarismo-atinge-45-9-dos-brasileiros-e-e-mais-comum-entre-mulhere.html>>.

Por ano, 98 cearenses de 15 a 39 anos morrem por infarto

Ataque cardíaco também acomete jovens, sendo mais letal que em indivíduos mais velhos. No Estado, 19.947 pessoas, de todas as idades, morreram entre 2014 e 2018, conforme levantamento da Secretaria da Saúde do Estado (Sesa)

Ter um ataque cardíaco não é apenas uma preocupação dos mais velhos. O Infarto Agudo do Miocárdio (IAM) pode acometer com maior frequência pessoas a partir dos 50 anos, mas jovens e adolescentes também estão sujeitos e precisam ficar atentos ao problema. No Ceará, 19.947 pessoas morreram de IAM entre 2014 e 2018. Dentre elas, 490 estavam na faixa etária de 15 a 39 anos, segundo dados da Secretaria da Saúde do Estado (Sesa), o que representa 98 óbitos em média por ano no período levantado.

Para Ednardo Conrado, o caso aconteceu aos 38 anos. O servidor público, atualmente com 52, caminhava pelo Centro de Fortaleza quando começou a sentir os sintomas. Suspeitando de lesão muscular, deu continuidade à rotina até que a dor na região do tórax – que irradiava para os braços – se tornou “horrrível”, o fazendo suar bastante até “pingar pelos dedos”. “Uma dor que você não tem posição para ficar deitado, em pé ou sentado”, diz. Apenas no dia seguinte, cerca de 20 horas depois e alguns exames, descobriu que se tratava de um infarto do miocárdio. “Eu tinha uma vida muito sedentária, só trabalhava, ia para casa, dormia mal e fumava muito”, relata Ednardo.

De acordo com o professor de cardiologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará (UFC) e diretor da Unidade de Investigação Cardiológica (Unicordis) do Hospital São Mateus, Ricardo Pereira Silva, essas características do estilo de vida de Ednardo são causas que podem facilitar um IAM. O cardiologista explica que existem 10 fatores imutáveis e mutáveis relacionados ao infarto: idade, sexo masculino, histórico familiar, obesidade, hipertensão, diabetes, tabagismo, sedentarismo, estresse e dislipidemia (colesterol elevado).

No entanto, para além destes, o professor afirma que distúrbios da coagulação e o uso de drogas ilícitas também contribuem para ataques cardíacos em pessoas mais jovens que, nessa fase, apresentam consequências mais letais. “As pessoas que infartam em idade avançada, à medida que as artérias vão ficando obstruídas, o organismo vai fabricando circulações colaterais. No jovem, não há tempo para a permutação dessa circulação colateral, então, muitas vezes, o infarto é fatal”, ressalta.

Conforme a Sesa, homens são mais acometidos do que mulheres. Nos últimos cinco anos, o sexo masculino representa 56,12% dos casos entre todas as faixas etárias.

Cuidados

Após o susto, Ednardo Conrado decidiu adotar uma mudança de hábitos. Submetido a uma angioplastia, o servidor público se recuperou do acidente em três dias. “Eu acho que teve esse lado bom porque depois (do infarto) a minha vida mudou. A gente passa a ver melhor o mundo e a forma de como ter uma vida bem mais saudável”, pondera. Hoje, ele faz atividades físicas moderadas com treino na academia, além de manter acompanhamento médico.

“Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) estão intimamente relacionadas ao estilo de vida saudável (prática de atividade física, alimentação saudável, combate ao tabagismo etc.) e ao atendimento primário de saúde (fornecimento de medicamentos básicos, controle regular de PA, peso e glicemia, acesso a exames etc)”, informou a Sesa, em nota, explicando que, através desses aspectos, é possível evitar o desenvolvimento de complicações ou óbitos em pacientes diagnosticados.

“O tratamento de um infarto ocorre com a desobstrução mecânica da artéria acometida, por meio de cateterismo, se o paciente chega no hospital com até 12 horas do acontecido”, diz Ricardo Pereira Silva. Ele lembra que o serviço funciona 24h nos hospitais.

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/por-ano-98-cearenses-de-15-a-39-anos-morrem-por-infarto-1.2084119>>.



Proposta de Redação

- **TEXTO DISSERTATIVO-ARGUMENTATIVO: CONSEQUÊNCIAS DO SEDENTARISMO PARA A SAÚDE.**
- **CARTA ABERTA: PRODUZA UMA CARTA ABERTA DESTINADA AO GOVERNANTES DE SUA CIDADE SOBRE A NECESSIDADE DE AÇÕES SOCIAIS QUE PREVINAM O SEDENTARISMO NA SOCIEDADE.**

Dicas sobre a Competência IV

A Competência IV visa a avaliar a estruturação lógica e formal entre as partes da redação. A organização textual exige que as frases e os parágrafos estabeleçam entre si uma relação que garanta a sequenciação coerente do texto e a interdependência entre as ideias.

Assim, atinge a nota máxima na Competência IV o candidato que:

200 pontos	Articula bem as partes do texto e apresenta repertório diversificado de recursos coesivos.
------------	--

Por fim, atente para alguns cuidados:

1. Coloque elos de coesão entre as orações, entre os períodos e entre os parágrafos, a fim de manter a relação entre suas ideias.
2. Ao utilizar os conectores, atente para a adequação. Não use conectores de adição para efetuar relação de oposição, por exemplo. Observe qual a relação semântica que há entre as informações.
3. Não utilize a expressão “o mesmo” para referir-se a substantivos. É errada a construção “João foi à praia, mas o mesmo (use: ele) estava resfriado”. Utilize os pronomes para evitar o uso dessa expressão.
4. Cuidado com o uso dos pronomes “desse” e “deste”. “Desse” faz referência anafórica a algo que já foi mencionado no texto, devendo, normalmente, ser seguido de substantivo. “Deste” faz referência catafórica a algo que ainda será citado no texto, podendo, no entanto, fazer referência a um termo anterior se este for o último elemento de uma enumeração. Um exemplo deste uso seria: “João e Pedro foram à praia. Este levou comida e aquele levou bebidas”.
5. Na conclusão, ao apresentar as propostas de intervenção, coloque elos de coesão aditivos entre elas, como “além disso”, “ademais”, “outrossim”.

Resumindo: na elaboração da redação, você deve evitar:

- frases fragmentadas que comprometam a estrutura lógico-gramatical;
- sequência justaposta de ideias sem encaixamentos sintáticos, reproduzindo usos típicos da oralidade;
- frase com apenas oração subordinada, sem oração principal;
- emprego equivocado do conector (preposição, conjunção, pronome relativo, alguns advérbios e locuções adverbiais) que não estabeleça relação lógica entre dois trechos do texto e prejudique a compreensão da mensagem;
- emprego do pronome relativo sem a preposição, quando obrigatória; e
- repetição ou substituição inadequada de palavras sem se valer dos recursos oferecidos pela língua (pronome, advérbio, artigo, sinônimo).

**41^a
Temática**

**Situação Social Brasileira e
Consciência Política**

Consciência Política

Muito se tem falado sobre “política”. Mas, o que é “política” realmente? Se consultarmos o dicionário, veremos que “política” é uma arte, que, se bem empregada, pode trazer muitos benefícios. Temos várias definições: Ciência dos fenômenos referentes ao Estado; – Ciência Política; – Sistema de regras respeitantes aos negócios públicos; – Arte de bem governar os povos; Habilidade no trato das relações humanas, com vista à obtenção dos resultados desejados; – Maneira hábil de agir; – E outras.

No entanto, para que haja uma boa política, esta deve estar acompanhada de algo divino, Consciência.

E, o que é “Consciência”? É o sentimento ou percepção do que se passa em nós; – Voz secreta da alma; – Senso de autocrítica, aprovando ou desaprovando nossas ações; – Senso de responsabilidade; – Honradez; – Retidão; – Sinceridade absoluta.

Infelizmente, essas duas palavras “Consciência” e “Política” não têm estado ligadas ultimamente.

Os nossos “pretensos políticos” talvez nem saibam o que realmente é “Consciência Política”

Vários são os fatores que causam essa ignorância generalizada. Basicamente, o nosso povo ainda não despertou para a importância que tem o seu voto. Assim como aqueles que se candidatam a cargos públicos também não estão preparados para exercê-los. Em ambos os casos falta “Consciência”. E o pior é que isso já vem de longa data.

Parece-me que chegou a hora de revertermos este quadro. Precisamos fazer uma autoanálise e procurar descobrir o verdadeiro sentido da nossa existência. Tomarmos consciência de que todos nós temos missões a cumprir, e, se possível, fazer sempre o melhor em tudo.

Cito aqui um trecho de um Ensinamento de Meishu-Sama, Fundador da Igreja Messiânica Mundial, constante do livro Alicerce do Paraíso: “Aos políticos cabe esquecerem a si próprios, pondo a felicidade do povo acima de tudo e erigindo-se como exemplos de boa conduta. O povo também deve praticar boas ações e esforçar-se, constantemente, para desenvolver sua inteligência”.

É certo que a perfeição do homem é uma utopia. No entanto, devemos nos esforçar, ao máximo, para tentar alcançá-la. Só assim poderemos ser considerados “homens” de fato.

Sinceramente! – Jeronimo Madureira – 10/01/08.
Disponível em: <<http://www.recantodasletras.com.br/artigos/811669>>

**Edilberto Carlos Pontes Lima:
Desafios no combate à corrupção**

**O grande desafio é fazer com que escândalos
dessa natureza não se repitam**

A Operação Lava Jato e seus desdobramentos revelaram um Brasil extremamente corrompido. Mostraram um vasto mundo paralelo de “empresas de fachada”, de “notas frias”, de “laranjas”, de “acertos” os mais diversos, de malas de dinheiro, de empresas “offshore”, enfim, um universo sombrio, obscuro, que constrange e revolta os brasileiros.

Ao mesmo tempo, o País dispõe de uma estrutura de controle considerável, que consome algumas dezenas de bilhões de reais anualmente e inclui Ministério Público, Polícia, Tribunais de Contas e Poder Judiciário. Essa estrutura permitiu apurar e está punindo os responsáveis pelos desvios (o que é obviamente importantíssimo), mas não conseguiu evitar que eles acontecessem.

O grande desafio é fazer com que escândalos dessa natureza não se repitam. O que é necessário? Uma pista é construir uma espécie de “engenharia reversa”. É seguir o caminho da corrupção desde o nascedouro, ou seja, investigar o que estava ocorrendo quando a corrupção se desenvolvia, e fechar as possibilidades para que se renove.

De plano, o financiamento de campanhas eleitorais é item que sobressai. De fato, eleições milionárias, financiadas com recursos de empresas privadas, são uma avenida para práticas deletérias. Não é suficiente proibir doações de pessoas jurídicas, porque boa parte ocorre sem registro, por meio de “caixa 2”, como ficou claro nas revelações recentes. Os órgãos de fiscalização e controle devem, portanto, ligar os radares e intensificar a supervisão preventiva já nas campanhas eleitorais.

Também é fundamental aprofundar as regras de “compliance” e de governança corporativa de empresas públicas e privadas. Os problemas na Petrobras e no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, foram favorecidos pela opacidade. Até o Tribunal de Contas da União (TCU) encontrou dificuldades para fiscalizar essas empresas, sendo necessária intervenção do STF para que tivesse acesso às informações de diversas operações.

Outra providência é exercer uma supervisão muito mais forte sobre empresas registradas em paraísos fiscais que operam no Brasil, aumentando as exigências por transparência. Uma pesquisa do Banco Mundial revelou que 70% dos maiores casos de corrupção têm a participação de empresas registradas em paraísos fiscais, que escondem os reais proprietários da empresa, e são utilizadas para lavar dinheiro, principalmente na compra de ativos imobiliários. Na Lava Jato, isso ficou evidente.

São apenas alguns exemplos, há muito mais a ser feito. A Lava Jato constitui oportunidade ímpar para revermos e aprofundarmos os mecanismos de controle, de modo que a corrupção não continue a ser uma mazela tão grave no Brasil.

Edilberto Carlos Pontes Lima

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2017/05/edilberto-carlos-pontes-lima-desafios-no-combate-a-corrupcao.html>>

“Vamos consolidar avanços no combate à corrupção”, diz Moro

O ministro da Justiça e Segurança Pública afirmou ainda que todos os órgãos da pasta têm independência para atuar.

Há cerca de 70 dias em Brasília, agora como ministro, o ex-juiz federal Sérgio Moro enfrenta certa resistência na aceitação do seu projeto anticrime e vê entre parlamentares o surgimento da ideia para o fim da unificação das áreas de Justiça e Segurança Pública. Apesar disso, o ex-titular dos processos da maior operação de combate à corrupção do País afirmou ao jornal *O Estado de S. Paulo* ter feito a escolha certa ao aceitar o convite do presidente Jair Bolsonaro (PSL). Seu argumento é que somente em Brasília é possível consolidar a onda de combate à corrupção iniciada pela Lava Jato por meio de políticas públicas.

Na semana em que o País assistiu à tragédia na escola Raul Brasil, em Suzano (SP), o ministro disse também que eventos como esse aumentam a ansiedade e o desejo de acertar em políticas para a solução do problema da segurança pública.

Questionado sobre críticas que recebe, principalmente nas redes sociais, Moro afirmou que todos os órgãos da pasta têm independência para atuar. Defendeu ainda a indicação dos integrantes do Conselho de Controle da Atividade Financeira (Coaf), que, segundo ele, nunca será utilizado para perseguir adversários políticos do governo. A seguir, a entrevista do ministro:

O Ministério da Justiça e Segurança Pública vai ser separado? Por quê?

O Ministério da Justiça e o Ministério da Segurança Pública foram unificados no novo governo. No entanto, no Congresso há alguns parlamentares que apresentaram proposta de nova separação. Penso, com todo o respeito, que isso apenas enfraqueceria o combate à criminalidade, pois é necessário um ministério forte e no qual possam ser integrados os esforços das diferentes áreas envolvidas em Justiça e Segurança Pública. É importante, por exemplo, que Coaf e DRCI (Departamento de Recuperação de Ativos e Cooperação Jurídica Internacional) responsáveis, respectivamente, pela inteligência contra a lavagem de dinheiro e pela cooperação jurídica internacional, tenham atuação integrada com a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e polícias estaduais. Separar e fragmentar os esforços não faz nenhum sentido.

O acúmulo de áreas e funções pode emperrar seu projeto? Ou vai em frente?

A reunião de diversos órgãos e secretarias encarregadas de setores específicos da segurança pública é essencial. Outro exemplo, a Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad) tem uma atribuição importante – e que estamos fortalecendo – de gestão de bens sequestrados e confiscados do tráfico de drogas. O tráfico de drogas gera, infelizmente, muitos lucros, e confiscar o patrimônio do criminoso é uma estratégia importante para prevenir o tráfico. Atualmente, há 50 mil bens à disposição da União, entre eles, 314 aeronaves. Vamos agilizar a venda desses bens e os recursos poderão ser investidos na segurança pública ou em políticas de prevenção. Não faz nenhum sentido deixar essa atividade relevante separada de outros braços da segurança pública, como a Polícia Federal e a Polícia Rodoviária Federal, como foi feito quando Justiça e Segurança eram separados. Mais uma vez, essa ideia de separar os ministérios desconhece a realidade atual na qual o Ministério da Justiça e da Segurança Pública está focado em reduzir a criminalidade e, para isso, precisa de todos os instrumentos disponíveis.

Passados os primeiros 70 dias de governo, o sr. está convencido de que fez a escolha acertada ao deixar a magistratura?

Sim, é preciso consolidar os avanços anticorrupção da Operação Lava Jato em políticas mais gerais, o que só pode ser feito em Brasília, concomitantemente com políticas de redução de crimes violentos e de enfrentamento do crime organizado.

Já acumula decepções?

Há eventos trágicos e perturbadores, como o havido nos assassinatos em Suzano (na escola Raul Brasil). Isso eleva a ansiedade e desejo de acertar o mais rapidamente possível as políticas necessárias de segurança.

Falemos sobre o Coaf. Há críticas sobre nomeações de conselheiros do conselho. Está em curso um aparelhamento do Coaf?

Não há qualquer aparelhamento. O Coaf tem uma reputação de ser um órgão eminentemente técnico e, assim, continuará sendo. Todos os conselheiros são pessoas altamente qualificadas e usualmente indicadas por seus órgãos de origem.

O Coaf, até o governo anterior, tinha apenas 37 funcionários. Esse cenário já foi alterado? Qual a meta de número de servidores no órgãos na sua gestão?

O Coaf, apesar da qualidade de seus serviços, estava um pouco negligenciado no final do governo anterior, provavelmente pelas próprias dificuldades com ajuste fiscal e recursos humanos. Ele foi transferido para o Ministério da Justiça exatamente para facilitar a integração com os órgãos de Justiça e Segurança Pública e para ser fortalecido. Atualmente, tem 54 funcionários e o número deve aumentar.

Qual a garantia de que o conselho terá independência para agir?

Todos os órgãos atuantes no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública têm por dever cumprir bem sua função. A independência técnica é pressuposto e garantia legal.

A mudança terá impacto no trabalho do Coaf em conjunto com grandes investigações de combate à corrupção e lavagem de dinheiro?

Embora o Coaf seja um órgão de inteligência, e não de investigação, uma das inovações para fortalecer o órgão e o trabalho dele foi a de criar um setor dedicado especificamente a atender e auxiliar operações especiais de investigação.

Críticos temem que o Coaf poderá ser utilizado pelo governo para perseguir adversários políticos. Como o Sr. responde a isso?

Não há nenhuma base concreta para este temor. As pessoas que convidei para ocupar os cargos de direção no Ministério da Justiça e Segurança Pública têm reputação ilibada e reconhecida competência técnica. Nem se eu quisesse - e não quero - aceitariam qualquer desvirtuamento de suas funções.

Disponível em: <<https://diarionordeste.verdesmares.com.br/editorias/politica/online/vamos-consolidar-avancos-no-combate-a-corrupcao-diz-moro-1.2076479>>



Proposta de Redação

- **ESCREVA UM ARTIGO DE OPINIÃO SOBRE A CRISE SOCIAL E POLÍTICA BRASILEIRA E A NECESSIDADE DE UM POSICIONAMENTO A PARTIR DE UMA CONSCIÊNCIA POLÍTICA.**

42^a

Temática

Situação dos Índios no Brasil

“A HISTÓRIA DO BRASIL É UM HOLOCAUSTO”

Cineasta e indigenista há 50 anos, Vincent Carelli guarda em sua produção e mente recortes da história, resistência e cultura indígena no Brasil

01:30 | 15/10/2018
Vincent Carelli Julio Caesar

Diretor de cinema e fundador do projeto Vídeo nas Aldeias (VNA), o franco-brasileiro Vincent Carelli é uma das principais referências do País em relação ao trabalho do indigenismo, voltado à defesa e valorização das populações indígenas. A atuação profissional e pessoal dele na causa soma 50 anos.

O VNA, talvez o ponto mais importante dessa trajetória, é um projeto de formação em audiovisual para indígenas. Em seus mais de 30 anos, tem um acervo de dezenas de filmes feitos sobre e por índios. Mais recentemente, em 2016, Vincent dirigiu, com Ernesto de Carvalho e Tita, o documentário *Martírio*, um amplo e profundo retrato sobre a relação do Estado brasileiro com os povos indígenas a partir do massacre histórico dos guarani kaiowá. A obra é frontal e crítica em relação aos jogos de poderes da política, ao agronegócio e às perseguições aos indígenas.

Em entrevista concedida no início de agosto na ocasião da abertura da Escola de Cinema Indígena Jenipapo-Kanindé, em Aquiraz - a primeira do Estado, Vincent refletiu sobre seus 50 anos de atuação na causa, criticou a visão estreita acerca de filmes sobre indígenas e avaliou o impacto das eleições presidenciais na realidade dos indígenas.

O POVO – O senhor é cineasta, indigenista. Como chegou a esses lugares e como eles se misturaram até resultar na sua atuação hoje?

Vincent Carelli – Comecei muito cedo, com 16 anos. Não fiz outra coisa na vida a não ser trabalhar com os índios. Passei pela Universidade rapidamente e vi que a minha questão com eles era mais existencial do que “objeto de estudo”. Sai e fui morar com eles. Quer dizer, eu li muita etnografia e tal. Fui morar com eles, depois fui para a Funai (Fundação Nacional do Índio, órgão indigenista oficial do Estado brasileiro, criado em 1967), que foi uma experiência importante e lamentável. Depois, fundei uma ONG indigenista, na época da ditadura. Depois trabalhei na formação da grande rede de colaboradores do que é hoje a única enciclopédia indígena, do Instituto Socioambiental, que é *online* (Povos Indígenas no Brasil). Na época não tinha nem banco de dados confiáveis sobre os povos.

Nessa questão da enciclopédia, eu fui o responsável por fuçar os arquivos do Brasil, alguns do Exterior, para resgatar imagens sequestradas e engavetadas sobre povos indígenas. A partir disso, a gente tinha tido uma provocação na década de 1970 de um cineasta interessado em saber qual que seria o olhar dos índios. A gente ajudou ele a escrever um projeto, ele ganhou uma bolsa, a gente acabou fazendo filme 16 mm. Quando teve a revolução do VHS, eu resolvi experimentar, mas meio como ferramenta, ainda numa perspectiva indigenista, vamos dizer assim. (Eu) Tinha uma hipótese do que a gente poderia fazer com imagem. Eu já tinha trabalhado em muitos lugares, com muitos povos diferentes, situações históricas diferentes. A primeira experiência me mostrou que os índios não tinham o menor interesse nisso.

(...)

Protagonismo

OP – Qual o diferencial que o vídeo, o audiovisual, traz para o trabalho com os indígenas. O que tem de diferente da escrita, por exemplo?

Vincent Carelli – Estamos trabalhando com processos coletivos. A escrita entra nos povos indígenas como um divisor, é um momento difícil onde os velhos perdem autoridade porque não são alfabetizados e passam a ser controlados pelas novas gerações, que fazem essa interface com o mundo de fora porque dominam a escrita, as contas, o dinheiro. É uma transição difícil que exclui, de certa forma, os saberes, essas pessoas mais velhas e as autoridades. O audiovisual não. É apropriado diretamente por todo mundo, é mais democrático nesse sentido. E faz sentido, porque é imagem viva, enfim, então você conduzir um trabalho coletivo com escrita não dá, né? Uns falam e outros registram. A imagem tem um fascínio pra todo mundo, pra gente e pra eles.

(...)

Política

O POVO – O lugar de fala, hoje, é sempre trazido em discussões sobre minorias, fala-se das pessoas se empoderarem das próprias narrativas. No momento em que os índios começaram a ter formação, isso era uma preocupação?

Vincent Carelli – Esse negócio é de agora: o politicamente correto, o lugar de fala, e às vezes se caminha para um *apartheid* às avessas. Por exemplo, o que acontece hoje com o cinema indígena? Nós produzíamos esse cinema em oficinas, basicamente, aí neguinho pensa: “Cinema indígena parece que surgiu por geração espontânea”. Não, ele surge de um trabalho colaborativo entre índios e não índios. “Não, porque o protagonismo...”. Tudo bem, mas vamos ser realistas: são processos, inclusive colaborativos. Acho meio radical, meio babaca. É importante o lugar de fala, descolonizar, mas um país se constrói junto. Aí me perguntam: “Qual o teu lugar de fala?”. Não sei qual é meu lugar de fala. Não sou índio, mas trabalho desde os 16, há 50 anos, com os índios, entende? Então meu lugar de fala é esse, eu o construí ao longo de uma vida. Por exemplo, os americanos, viram Martirio e acham ridículo eu narrar a história e ainda mais chorar diante das merdas que a gente vê lá. “Não, porque os índios...”. Bem, os índios têm uma visão e eu tenho a minha, eu tô contando a minha história. É uma coisa muito bitolada. Tô trazendo outra narrativa: justamente, eu faço um personagem não índio que faz o contraponto com o fazendeiro do agronegócio. Tem uns caras que apoiam os índios, que lutam por eles, lutam com eles. Eu fui a um seminário lá e os mais jovens eram os mais radicais: “Por que os índios não contaram essa história?”. Porque eles não têm essa perspectiva histórica. Eu sou um dos narradores desse filme, os índios falam um monte, fazem discursos, dialogam, se expressam, mas para eles estava tudo resumido em “é um branco que está contando a história”. Eu estou contando porque estou fazendo a revisão da nossa versão da história. Vira tudo uma conversa meio ridícula, fora de contexto, inclusive, de que eu estou tomando o lugar da narrativa dos índios.

Não, tudo bem, então eu sou branco e não posso falar, eu não vou nem trabalhar com os índios, tchau, eles na deles e eu na minha (risos), sabe?

(...)

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/paginasazuis/2018/10/a-historia-do-brasil-e-um-holocausto.html>>.

O futuro dos povos indígenas

IGOVERNO BOLSONARO! Declarações e medidas adotadas pelo presidente eleito apontam ameaças aos interesses indígenas no País. Especialistas e representantes dessa população temem retrocessos

Passadas as eleições, e antes mesmo de assumir, o presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) já deu inúmeras declarações entendidas, não só pelos povos indígenas do Brasil, como ameaças. Uma das falas mais diretas e contundentes nesse sentido se deu ainda em 5 de novembro, durante entrevista ao apresentador José Luiz Datena, da TV Bandeirantes: “Eu tenho falado que, no que depender de mim, não tem mais demarcação de terra indígena”, sentenciou.

A frase elevou a tensão entre as comunidades indígenas e trouxe o tema da demarcação ao centro do debate nacional. “Foi uma surpresa. A gente não esperava um ataque direto e frontal logo após as eleições. Remonta uma violação aos direitos humanos.

Uma declaração infeliz que demonstra incoerência e desinformação. O direito aos territórios indígenas é originário, é constitucional”, critica o vereador cearense de Caucaia Weibe Tapeba (PT).

Assessor jurídico da Federação Estadual dos Povos Indígenas do Ceará e membro do Conselho Nacional de Políticas Indigenistas, Weibe lamentou o que chamou de “inversão de valores” posta para o próximo ano, pois é atribuição da União proteger as terras indígenas. Porém, conforme o parlamentar, a expectativa é que ataques futuros contra essa população partam do próprio Planalto.

“Foi uma manifestação muito evidente da tentativa de defender os interesses do agronegócio no Brasil, especialmente da bancada ruralista, que vem ganhando muita força nos últimos anos. É a bancada mais forte dentro do Congresso Nacional”, completa.

Corroboram com essa ideia declarações posteriores de Bolsonaro. No último dia 17, ele afirmou que pretendia explorar, “de forma racional, e no lado dos índios, dando *royalties* e integrando o índio à sociedade”, as riquezas da reserva indígena Raposa Serra do Sol, que ocupa 1,7 milhão de hectares no estado de Roraima, abrigando aproximadamente 17 mil indígenas de cinco etnias.

No dia seguinte, o presidente eleito recuou. É que a demarcação já foi reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), ainda em 2009. “Quem sabe um dia o Supremo acorde para isso e nos ajude a fazer com que essas reservas venham a ser exploradas, com racionalidade, obviamente, em benefício do próprio povo indígena”, disse, em transmissão ao vivo pelo Facebook.

Também contrariando os anseios dos povos indígenas, Bolsonaro decidiu que a Fundação Nacional do Índio (Funai) deve deixar a composição do Ministério da Justiça, passando a integrar o futuro Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, que será liderado pela atual presidente da Frente Parlamentar Agropecuária, Tereza Cristina (DEM).

Por fim, Bolsonaro anunciou que criará um conselho para discutir as demarcações, formado por representantes dos ministérios da Agricultura, Defesa, Meio Ambiente, Mulher, Família e Direitos Humanos e do Gabinete de Segurança Institucional. Em meio às idas e vindas de um jogo político que causa preocupação aos povos indígenas, O POVO discute o que estará em jogo para essa população, a partir de 2019.

Sobre o assunto

- Especialistas temem tensionamento e novos casos de violência.

Linha do tempo

A evolução da legislação que trata dos povos indígenas no Brasil:

- 1570 - Primeira lei contra o cativo indígena.
- 1609 - Lei que reafirmou a liberdade dos índios no Brasil.
- 1686 - Decretação do “Regimento de Missões”.
- 1755 - Aprovado o diretório que tinha por objetivo a Integração do índio na vida da colônia.
- 1758 - Fim da escravidão indígena: diretório foi estendido para toda a América Portuguesa.
- 1798 - Diretório foi abolido.
- 1845 - Aprovado o Regulamento das Missões.
- 1910 - Criado o Serviço de Proteção ao Índio - SPI.
- 1952 - Criado o Projeto Parque Nacional do Xingu.
- 1967 - Criação da Fundação Nacional do Índio - Funai.
- 1973 - Sancionado o Estatuto do índio - Lei nº 6.001.
- 1979 - Criação da União das Nações Indígenas.
- 1988 - Constituição da República Federativa do Brasil.
- 1989 - Convenção nº 169 da OIT sobre os povos indígenas e tribais.
- 2007 - Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.
- 2016 - Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas e criação do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI)-Decreto nº 8.593.

O que diz a Constituição

As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são bens da União, conforme o artigo 20.

Capítulo VIII (sobre os índios):

Art. 231 – São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.

§ 2º As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

§ 4º As terras são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.

§ 5º É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, *ad referendum* do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, após deliberação do Congresso, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco.

§ 6º São nulos e extintos, não produzindo efeitos jurídicos, os atos que tenham por objeto a ocupação, o domínio e a posse das terras a que se refere este artigo, ou a exploração das riquezas naturais do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, ressalvado relevante interesse público da União, segundo o que dispuser lei complementar, não gerando a nulidade e a extinção direito a indenização ou a ações contra a União, salvo, na forma da lei, quanto às benfeitorias derivadas da ocupação de boa-fé.

O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias definiu que a União demarcaria as terras indígenas em cinco anos, a partir da promulgação da Constituição (1988).

Modelos de demarcação

A Constituição Federal, o Estatuto do Índio (Lei 6.001/73) e o decreto Nº 1.775/96, que versa sobre os procedimentos administrativos das demarcações, estabelecem que as terras indígenas são classificadas nessas modalidades:

Reservas: Doadas por terceiros, adquiridas ou desapropriadas pela União, têm à posse permanente dos povos indígenas. Pertencem à União, mas não se confundem com terras de ocupação tradicional.

Dominiais: De propriedade das comunidades indígenas, têm domínio adquirido nos termos da legislação civil.

Interditadas: Têm acesso restringido pela Funai para proteção de povos isolados.

Tradicionalmente Ocupadas: Habitadas em caráter permanente, com uso em atividades produtivas e necessárias à preservação de recursos ambientais, reprodução física e cultural de costumes e tradições.

No caso das Tradicionalmente Ocupadas, as fases do procedimento demarcatório são definidas por decreto da Presidência da República:

Em estudo: Período de realização de análises antropológicas, históricas, fundiárias, cartográficas e ambientais que fundamentam a identificação e delimitação.

Delimitadas: Têm estudos foram aprovados pela Funai, com conclusão publicada em Diário Oficial, e que se encontram na fase do contraditório administrativo, analisado pelo Ministério da Justiça.

Declaradas: Têm expedição de Portaria Declaratória pelo Ministro da Justiça autorizando a demarcação física, com a materialização dos marcos e georreferenciamento.

Homologadas: Possuem limites materializados e georreferenciados, com demarcação administrativa homologada por decreto Presidencial.

Regularizadas: Têm decreto de homologação registrado em nome da União, em cartório e na Secretaria do Patrimônio da União. Interditadas: Têm restrições de uso e ingresso de terceiros, para a proteção de povos indígenas isolados.

Thiago Paiva

Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/jornal/2018/12/23969-o-futuro-dos-povos-indygenas.html>>

Funai inicia operação para proteger índios isolados sob risco de massacre

O grupo de índios vive no sul do estado de Amazonas, que concentra o maior número de índios sem contato no país

Expedição de Monitoramento e Proteção dos Korubo do Coari, realizada em 2015 pela Funai. Organização volta à região para realizar novo contato com grupos indígenas isolados.

A Funai (Fundação Nacional do Índio) iniciou uma expedição para realizar o contato com um grupo de índios Korubo no sul do estado do Amazonas. Eles vivem isolados na selva amazônica mas agora estão sob risco de um massacre.

A equipe de indigenistas deixou a base de vigilância da entidade no rio Ituí, na Terra Indígena Vale do Javari, na manhã do último domingo (3). Esse território, com 8,4 milhões de hectares, concentra a maior quantidade de referências de índios sem contato no país e possivelmente no mundo - há pelo menos 16, reconhecidas pelo governo brasileiro.

Uma operação para contatar os índios vem sendo pedida há mais de quatro anos por indígenas de uma etnia vizinha, os Matis, que chegaram a invadir uma base da Funai na região, em 2016, a fim de pressionar o órgão. Além disso, Korubo contactados em anos anteriores também passaram a demandar um encontro com seus parentes ainda isolados.

Os índios isolados que serão contactados vivem na beira do rio Coari, na mesma região. Junto com os funcionários da entidade, participam do esforço seis índios Korubo que têm familiares entre os isolados e poderão ajudar na aproximação. Eles são membros de duas comunidades, com cerca de 80 pessoas, alguns contactados em 1996 e outros entre 2014 e 2015. As famílias de contato mais recente viviam com o grupo que está sendo buscado agora, do qual se separaram logo antes do contato.

Os Korubo são conhecidos como “índios caceteiros” por não usarem arco e flecha mas bordunas, ou cacetes, para caçar animais maiores e em confrontos corporais (para animais pequenos e pássaros, usam zarabatanas). Ao longo das décadas passadas foram registrados muitos conflitos com outros índios e com invasores brancos em suas terras.

Gestão passada

A operação de contato foi discutida no final do governo de Dilma Rousseff, planejada no governo de Michel Temer e agora desencadeada porque os Matis voltaram a alertar a Funai, em uma carta à presidência do órgão, sobre o risco de confronto iminente com os isolados. Em 2014, um choque entre as duas etnias deixou dois Matis mortos e um número indeterminado de vítimas entre os Korubo.

A Funai informou na época que ouviu dos Korubo a informação de que oito deles morreram no revide. O órgão teme que um massacre venha a se repetir a qualquer momento.

A expedição é chefiada pelo indigenista Bruno Pereira, que trabalhou por mais de cinco anos no Vale do Javari e hoje coordena o setor do órgão em Brasília especializado em povos indígenas isolados e de recente contato. “[O motivo da expedição] é a proteção física desse grupo”, diz Pereira.

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/pais/online/funai-inicia-operacao-para-protetger-indios-isolados-sob-risco-de-massacre-1.2071975>>



Proposta de Redação

- AS DIFICULDADES DE INCLUSÃO SOCIAL DOS ÍNDIOS NO BRASIL.

43^a

Temática

Desafios da Polícia no Brasil

Clarissa Freitas: “Baixar os vidros resolve?”

Nesta semana, o caso do motorista assassinado por não abaixar os vidros ao entrar em território violento repercutiu. Sabemos onde se concentram os episódios de violência urbana em Fortaleza: de acordo com o relatório do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, em metade dos casos investigados, os adolescentes foram assassinados a 500 metros de casa; 73%, no próprio bairro. De todas as mortes, 44% aconteceram em apenas 18 dos 119 bairros da Capital, 3% da área da Cidade. Diante desses dados, me pergunto: por que esses territórios não são o alvo prioritário das políticas urbanas? Por que eles ainda não receberam esgoto, água, transporte público e caminhão do lixo passando a uma distância razoável da porta de cada casa?

Nesses 3% do território mora uma enorme quantidade de gente que não conta com a presença do Estado de nenhuma sorte. Em muitos casos, nem o correio chega e, sem endereço, os moradores têm dificuldade de ter acesso ao posto de saúde e à escola. Em um incêndio no terreno ao lado, não adianta chamar o Corpo de Bombeiros, pois ele não atende à comunidade. O táxi cobra mais caro se topar a corrida.

Um dia fui entrar com um grupo de alunos em um assentamento precário, e a polícia avisou que não cobria aquela área. Noutra comunidade, soubemos que a prefeitura quis fechar o posto de saúde, pois o bairro era muito violento e representava um perigo para seus funcionários.

Tais situações, corriqueiras para nós, me remeteram a um caso na Índia em que duas irmãs adolescentes saíram de seu barraco à tarde para defecar do lado de fora, onde não seriam vistas e teriam privacidade.

Mas elas nunca voltaram. Seus corpos mortos e violentados foram encontrados dependurados em uma mangueira. O chefe de polícia local relatou que, se as mulheres tivessem acesso a sanitários, apenas no estado de Bihar, cerca de 400 estupros teriam sido evitados naquele ano de 2012. Na Índia, banheiros seriam mais efetivos que polícia no combate à violência.

E em Fortaleza, será que ruas asfaltadas, praças e serviços sociais básicos também não seriam mais efetivos que polícia? Quais medidas do programa Ceará Pacífico foram realmente implantadas nesse sentido? A quantas anda a política local de urbanização de assentamentos precários? Em recentes questionamentos à Prefeitura fui informada que a expansão da rede de saneamento para os assentamentos precários tem esbarrado numa suposta ilegalidade dos mesmos...

Clarissa Freitas
urbcla@gmail.com

Professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFC; possui pós-doutorado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade de Illinois Urbana-Champaign (EUA)

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2017/07/clarissa-freitas-baixar-os-vidros-resolve.html>>

Guerra no Brasil

É desnecessário dizer que a violência se mostra cada vez mais forte e poderosa, basta atentar para os índices dos casos de homicídios e de expressões violentas, evidentes a todo dia e a toda hora.

Nos últimos dias a cidade do Rio de Janeiro tem chamado a atenção nacional pelo fato de agravamento da chamada crise na segurança pública do Estado. Tal crise, que se deve ao eminente caos vivido graças ao império da insegurança, se explicita efetivamente na situação em que se encontra a população: medo constante.

Ora, essa situação reflete o que acontece não só no Rio de Janeiro, mas em todo o País. Na cidade citada, recentemente uma criança ainda no ventre materno foi atingida por bala perdida. A decadência humana chegou ao ponto de não medir as consequências de uma trágica ação e, assim, marcar brutalmente pela violência de um tiro, quem ainda, de fato, não nasceu.

Há quem compare a condição do RJ com países que estão em guerra. Pode ser considerado exemplo disso o trabalho “O som da guerra”, realizado pelo jornal comunitário Voz das Comunidades formado por moradores do Complexo do Alemão. O jornal foi às ruas com gravações de confrontos ocorridos na comunidade e pediu que as pessoas identificassem onde aquilo havia acontecido. A reação em forma de resposta apontava para países como Síria, Iraque.

A pesquisa “Retrato do espalhamento da mancha criminal no Estado do Rio de Janeiro” feita pela Diretoria de Análise de Políticas Públicas da FGV, atesta que atualmente a criminalidade em alguns índices volta ao patamar anterior a implantação das UPPs.

Isso denota um desafio que se apresenta em nível nacional. O enfrentamento direto com o braço armado pode ser útil momentaneamente e resolve ali o entrave efêmero, mas gera o que se demonstrou na reação das pessoas diante da escuta do áudio dos confrontos, ou seja, uma sensação de guerra.

A complexidade demandada pelo setor de segurança enquanto instituição estatal precisa estar em diálogo com um outro tipo de enfrentamento que, por assim dizer, serve de prevenção, ou seja, evita que o pior aconteça, evita que uma cidade ou que cidades se assemelhem a países em guerra. Esse possível diálogo que

pouco recebe atenção, se encontra na abrangência que constitui as carências sociais que devem ser atendidas.

Infelizmente, o que se observa é a insistente indiferença mantida pela mediocridade de não satisfazer os elementos carregados da falta de assistência, de modo que essa omissão, se volta para a própria estrutura que deveria contemplar tal oferta, em forma do que se chama de crise. E o País parece enfrentar internamente de forma não declarada, uma guerra que mata comparativamente a guerras existentes.

Felipe Augusto Ferreira Feijão

Disponível em: <<http://www20.opovo.com.br/app/jornaldoleitor/noticiassecundarias/artigos/2017/07/24/noticiajornaldoleitorartigos,3680787/guerra-no-brasil.shtml>>



Proposta de Redação

- **DESAFIOS ENFRENTADOS PELA POLÍCIA BRASILEIRA DIANTE DE UMA POPULAÇÃO CANSADA DE VIVENCIAR SITUAÇÕES DE VIOLÊNCIA.**

44^a

Temática

Educação Ambiental

Edilene Oliveira: “Gentileza urbana para transformar o nosso ambiente”

Para um convívio social saudável e equilibrado nas cidades, atitudes simples são fundamentais para vencermos as limitações urbanas e transformarmos a nossa realidade com um novo olhar. Cada vez mais, percebemos que há troca de gentileza entre as pessoas e a Cidade.

Quer seja em um passeio de bicicleta, uma caminhada em um parque ou numa praça reformada, ou mesmo o simples ato de separar o reciclável para um catador. Nos últimos anos, a Prefeitura de Fortaleza tem estruturado uma série de políticas públicas que revolucionam o nosso cotidiano.

O artigo 225 da Constituição Federal aborda esse cuidado, essa gentileza, quando preconiza que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, mas também o dever compartilhado com o poder público e a coletividade de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Observando essas premissas, o Programa de Adoção de Praças e Áreas Verdes da Prefeitura de Fortaleza vem compartilhando responsabilidade com empresas, associações e cidadãos que, desde 2013, já adotaram 123 espaços. São canteiros, praças e até ruas que recebem esse cuidado.

Outra iniciativa importante é o Programa Reciclando Atitudes que, além de trabalhar com os catadores de materiais recicláveis, vem requalificando e retirando pontos de lixo, com pintura de muros e plantios de árvores por toda a cidade. Essas ações estão ocorrendo em 125 espaços, com a participação efetiva da população, tornando Fortaleza, cada vez mais compartilhada e gentil. São gestos simples que incentivam a gentileza no dia a dia.

Essa Fortaleza, a cada dia que passa, se aproxima com a do meu imaginário, dotada de pipas voando aos ventos de agosto e com cadeiras na calçada para uma boa conversa.

Edilene Oliveira

Disponível: <<http://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2017/07/edilene-oliveira-gentileza-urbana-para-transformar-o-nosso-ambiente.html>>



Andrey Kupriyakov / 23RF/EasyPix

Conceitos de Educação Ambiental

“Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.”

Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº 9795/1999, Art 1º.

“A Educação Ambiental é uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.”

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental, Art. 2º.

Disponível: <<http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental>>

Biodiversidade



Andrey Andronov / 23RF/EasyPix

O Brasil ocupa quase metade da América do Sul e é o país com a maior diversidade de espécies no mundo, espalhadas nos seis biomas terrestres e nos três grandes ecossistemas marinhos. São mais de 103.870 espécies animais e 43.020 espécies vegetais conhecidas no país. Suas diferentes zonas climáticas favorecem a formação de zonas biogeográficas (biomas), a exemplo da floresta amazônica, maior floresta tropical úmida do mundo;

o Pantanal, maior planície inundável; o Cerrado, com suas savanas e bosques; a Caatinga, composta por florestas semiáridas; os campos dos Pampas; e a floresta tropical pluvial da Mata Atlântica. Além disso, o Brasil possui uma costa marinha de 3,5 milhões km², que inclui ecossistemas como recifes de corais, dunas, manguezais, lagoas, estuários e pântanos. Tudo isso pode ser pesquisado no Portal da Biodiversidade.

Esta abundante variedade de vida abriga mais de 20% do total de espécies do planeta, encontradas em terra e na água. Em termos globais, o Brasil incorporou as recomendações da Convenção sobre Diversidade Biológica (CBD), entidade vinculada à Organização das Nações Unidas (ONU) e apresenta um relatório anual sobre a situação da biodiversidade brasileira, no Panorama da Biodiversidade Global (Global Biodiversity Outlook – GBO). O documento contém, ainda, uma análise das ações globais com o objetivo de assegurar que a biodiversidade seja conservada e usada de forma sustentável, e que os benefícios advindos do uso dos recursos genéticos sejam equitativamente distribuídos.

A situação da biodiversidade brasileira é acompanhada de perto também pela Comissão Nacional da Biodiversidade (Conabio), que tem papel relevante na discussão e implantação das políticas sobre a biodiversidade, bem como identificar e propor áreas e ações prioritárias para pesquisa, conservação e uso sustentável dos componentes da biodiversidade. Uma das grandes preocupações do governo é com as espécies brasileiras ameaçadas de extinção, sobre exploradas – exploração excessiva, não sustentável, em com consequências negativas que, cedo ou tarde, serão prejudiciais do ponto de vista físico/quantitativo, qualitativo, econômico, social ou ambiental – ou ameaçadas de sobre exploração, requerendo políticas específicas de recuperação tanto de fauna terrestre e aquática como de flora. Ocorre que o processo de extinção está relacionado ao desaparecimento de espécies ou grupos de espécies em um determinado ambiente ou ecossistema.

Para estimular ações, pesquisas e desenvolvimento de projetos de conservação da biodiversidade, o Ministério do Meio Ambiente lançou o Prêmio Nacional da Biodiversidade. A proposta pretende conhecer o mérito de iniciativas, atividades e projetos de organizações não governamentais, empresas, sociedade civil, academia, órgãos públicos, imprensa e cidadãos, que se destacam na busca por melhoria ou manutenção do estado de conservação das espécies da biodiversidade brasileira, contribuindo para a implantação das Metas de Aichi para a Biodiversidade.

Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/biodiversidade>>

Artur Bruno: “Educação ambiental na escola”

Foi aprovado, na Assembleia Legislativa, o projeto de lei 038/2017, que cria o Selo Escola Sustentável, de iniciativa das secretarias estaduais da Educação (Seduc) e do Meio Ambiente (Sema). O objetivo é fomentar a consciência e o engajamento da comunidade escolar em relação ao uso racional dos recursos públicos e naturais. Melhor dizendo, se quer que as escolas da rede estadual de ensino pautem suas ações a partir do corte da sustentabilidade, do apego ao meio ambiente e com uma forte planificação quando da utilização de seus recursos.

Pela nova lei, as cerca de 700 escolas estaduais concorrerão à certificação e a prêmios. A Educação Ambiental deverá ser ferramenta de planejamento e gestão escolar, bem como haverá incentivo do uso de metodologias de ensino interdisciplinares baseadas no contato com a natureza. A meta é reduzir os impactos ambientais nas escolas, promovendo a melhoria da qualidade de vida e de trabalho nestes espaços. Queremos consolidar uma mentalidade sustentável desde cedo, começando com as crianças e os jovens, de forma que eles incentivem e repitam estas práticas em suas casas, influenciando toda a comunidade escolar.

Não adianta a escola falar sobre sustentabilidade se ela não fizer a sua parte, ou seja, se este conceito não fizer parte da ambiência escolar.

Não se trata aqui somente de campanhas contra gastos desnecessários – comuns, notadamente no quesito água –, mas de toda uma gama de procedimentos que devem ser incorporados ao dia a dia da comunidade escolar, tanto do ponto de vista interno como no entorno: compras certificadas ambientalmente, medidas de economia no uso de recursos, incentivo à alimentação saudável na merenda, campanhas de conscientização a respeito de arbovíroses, atividades regulares de educação ambiental de alunos e professores.

O Selo – que terá validade de três anos – será atribuído a partir do julgamento do Comitê Gestor composto por servidores da Sema, Seduc, e representantes das Comissões de Educação e Meio Ambiente da AL, do Conselho Estadual do Meio Ambiente (Coema), e do Conselho Estadual de Educação, que premiará os estabelecimentos melhor classificados. O Comitê pautará sua decisão a partir de vários critérios, tais como uso de materiais sustentáveis, gestão eficiente da água, uso de energias limpas, práticas de respeito ao patrimônio cultural e ecossistemas locais, práticas de promoção dos direitos humanos e promoção do conhecimento das condições do bioma e clima locais.

Além da formação de crianças de jovens, as escolas serão pontos importantes de debates e disseminação do ideal da sustentabilidade ambiental para toda a comunidade do entorno, já que os pais e os responsáveis serão, necessariamente, potencialmente atingidos pelas novas concepções. Num estado como o nosso, localizado numa zona semiárida, tais práticas favorecerão, certamente, a construção de uma sociabilidade solidária com nosso recursos e com nossa população.

Artur Bruno

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2017/07/artur-bruno-educacao-ambiental-na-escola.html>>

Meio ambiente. É preciso definir limites e critérios para turismo em Jericoacoara

O turismo e a sustentabilidade se distanciaram, com o passar dos anos, na vila. Até a criação do Parque Nacional de Jericoacoara, em 2002, já se contavam mais de 15 anos de atividades turísticas sem o devido olhar para as questões ambientais e sociais. O ex-gestor da APA da Lagoa de Jijoca diz que é preciso “trocar o pneu do carro andando. Temos que receber os turistas, mas, ao mesmo tempo, pensar, estudar (as condições locais)... Não creio que a gestão (do Município à União) esteja preparada para um aumento de uma demanda de 20%”.

Para Tiago Bezerra, tem-se que regularizar os empreendimentos e estabelecer critérios para a construção de novos – a exemplo da altura dos prédios, que tem crescido. Também “é fundamental”, acrescenta Jeovah Meireles, da UFC, “definir o potencial de suporte da unidade de conservação para dimensionar o fluxo de turistas”. Absorção dos visitantes pelas pousadas, definição do tráfego no parque por rotas pré-estabelecidas e o monitoramento ambiental contínuo seriam o resultado desse dimensionamento.

“Ambientalmente, a maior concentração de pessoas agrava os abusos no uso dos recursos naturais, assim como agrava os problemas de produção de resíduos sólidos, de poluição do ar, das águas e do solo”, ratifica o professor Roberto Pinto, da Uece. “Nesse aspecto, devem ser adotadas providências de educação e acompanhamento, para evitar o abuso na exploração dos recursos”, soma, sugerindo “que se acrescentem as expertises de estudiosos” na elaboração de um plano de mitigação de danos para a região.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/jornal/dom/2017/07/meio-ambiente-e-preciso-definir-limites-e-criterios-para-turismo-em-j.html>>



Proposta de Redação

- **A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.**

45^a
Temática

Internet como Ferramenta Política

Editorial:

“A favor de quem mais precisa”

É erro a crença de que essa polarização tão presente nas redes sociais se estenda pela sociedade

O embate político e ideológico se dá hoje de forma mais concreta nas redes sociais. Elas permitiram confrontos que antes só ocorriam esporadicamente. Geralmente no âmbito acadêmico. Um ponto se mantém igual: a polarização, a falta de civilidade, as grosserias, a falta de racionalidade e o rebaixamento das ideias como se o mundo fosse dividido entre somente dois palanques.

É um erro a crença de que essa polarização tão presente nas redes sociais se estenda pelo conjunto da sociedade. Pelo contrário. É o que aponta uma pesquisa divulgada pela economista Monica De Bolle, pesquisadora do Peterson Institute for International Economics e professora da Johns Hopkins University.

A pesquisa, batizada de *Idea Big Data*, que entrevistou mais de dez mil pessoas em 37 cidades do Brasil, concluiu que o conflito prospera na rede, mas pouco chega ao cotidiano da maioria das pessoas. Mais: essa maioria rechaça os alinhamentos político-partidários que se reproduzem nos canais de interação da internet.

Ponto central: “Perguntados sobre o quão importante é a identificação de uma determinada política pública com a esquerda ou a direita, 72% disseram que o relevante não é tal distinção, mas sim se a política trará melhorias para suas vidas”.

Portanto, a maioria está preocupada é com seu cotidiano. Suas relações com a política e a gestão pública dizem respeito à sua qualidade de vida. Assim, não importa a cor ideológica do gestor, mas a eficiência do serviço público que está sendo oferecido.

“O Brasil parece estar maduro e esperançoso por políticas públicas cujos resultados tenham impacto sobre suas vidas, sem o peso da corrupção ou o ônus ideológico do eixo direita-esquerda. Há busca por um centro hoje desocupado, por lideranças que tenham ligação direta com a sociedade”, escreveu a economista.

É nesse ponto (ligação direta com a sociedade) que reside a necessidade de aumentar e melhorar os canais de diálogo com os cidadãos. Não somente aqueles que estão constantemente *online* nas redes sociais, mas principalmente com os cidadãos que não podem se dar esse luxo em seus trabalhos – como comerciante, como motorista ou como trabalhador da construção civil.

Portanto, em vez de valorizar disputas ideológicas sem serventia, é mais produtivo abordar a eficiência dos gestores na execução dos serviços públicos. Na outra ponta, sempre estará quem mais precisa.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/jornal/opiniaio/2017/08/editorial-a-favor-de-quem-mais-precisa.html>>

Eu vi no Face

Bastava olhar o celular pra sentir o bafo da campanha eleitoral no cangote. Que alívio que terminou, né? Convenhamos: enchia o saco, mas, às vezes, até rendia boas gargalhadas. Fato é que a disputa eleitoral migra rapidamente para as redes sociais. Tomando gradativamente um espaço antes dominado pela mídia tradicional, pela rua e pelo programa obrigatório do rádio e TV.

Mas afinal, fechadas as urnas, sem aquele calor da disputa, até que ponto esse movimento influenciou na decisão de voto e fez a cabeça do eleitor? Em termos de quantidade de informação, parece que sim, mas em qualidade...

Fiz uma pesquisa informal com jovens que votaram pela primeira vez e a grande maioria diz que acompanhou a eleição mais pelo Whatsapp que pela TV. Também afirmaram que não dá pra confiar no que circula nas redes. A baixaria dos ataques da campanha em Fortaleza ajuda a fortalecer a tese da falta de confiança. A influência do conteúdo digital é relativizada pelo fator credibilidade.

Na nossa jovem democracia, é grave a crise de representação. Os políticos, depois de eleitos, se distanciam dos eleitores e tomam decisões incongruentes com as propostas de campanha e com a vontade do eleitor. Nesse sentido, a internet é muito bem-vinda por ajudar a envolver a população no debate sobre os rumos da política.

Mas como esperar coisa boa das redes sociais, terreno fértil para maledicências, fofocas, mentiras? Tudo isso é fruto da própria natureza da Internet: livre, sem censura. Muitas vezes, como na campanha, as falsas notícias corriam feito fogo de palha. Mas não passavam no teste da credibilidade. O eleitor, que não é bobó, só confiava numa postagem depois de vê-la publicada no portal da mídia tradicional. Isso sim influencia o voto!

O uso das mídias sociais na política não é, por si, um ganho à democracia. Mas pode acelerar o amadurecimento da consciência política. É uma tendência no mundo inteiro. O bom disso tudo é que a realidade impõe um novo modelo de relacionamento entre políticos e população, quase um novo pacto matrimonial.

Ainda bem que estas novas formas de comunicação mobilizam e inserem as pessoas no debate eleitoral. Oxalá possam também diminuir a secular distância entre políticos e eleitores e mostrar quem é que manda na relação.

Luiz Viana

Disponível em: <<http://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2016/11/01/noticiasjornalopiniao,3667136/eu-vi-no-face.shtml>>

“O ÚNICO CANAL DE ENTRADA DO NOVO NA POLÍTICA É O DIGITAL”

SOCIÓLOGO E ESCRITOR, SÉRGIO ABRANCHES AFIRMA QUE, EMBORA FRAGILIZADO, O SISTEMA POLÍTICO BRASILEIRO AINDA TEM FORÇA SUFICIENTE PARA BARRAR ALTERNATIVAS ELEITORAIS EM 2018

Cientista político Sérgio Abranches ora é otimista em relação à crise que se abateu sobre o País, ora pessimista. A curto prazo, entretanto, avalia que não há caminho fácil: o Brasil está numa encalacrada da qual não sairá com facilidade. A tendência, segundo ele, é de que o governo continue a sofrer os solavancos na esteira das denúncias da Operação Lava Jato, com estilhaços atingindo também Judiciário e Legislativo. Em entrevista ao

O POVO por telefone, Abranches, que acaba de lançar o livro *A era do imprevisto*, analisa o panorama nacional, mas sem perder de vista o horizonte de mudança mais amplo. Para o pesquisador, as eleições do ano que vem serão território propício para o surgimento do novo, sobretudo nas plataformas digitais.

O POVO: O que essa crise tem ensinado ao Brasil?

Não acredito que qualquer um desses partidos consiga recuperar a sua reputação junto à população.

Sérgio Abranches: Eu costumo dizer que a política ficou atrasada, analógica, e a sociedade se digitalizou, avançou, mudou. E hoje há setores muito amplos da sociedade que não se sentem representados pelo sistema partidário existente. Isso está claro no mundo inteiro. As eleições na Alemanha e no Reino Unido estão mostrando isso com muita clareza. É algo que está se manifestando como uma crescente dificuldade de obter maiorias parlamentares. No Reino Unido, num espaço de uma década, houve dois parlamentos paralisados. A última vez que isso tinha acontecido foi na década de 1970. Isso mostra como esse processo está avançando, de deslegitimação dos partidos e de descontentamento da população com a política. Na França, a mesma coisa, só que lá foi um passo adiante. Lá, os partidos tradicionais perderam fragorosamente e surgiu um candidato novo, com novas ideias, para mudar uma situação no país e fazer uma super-maioria. Na verdade, o eleitor repetiu a dose na França, mas, ao mesmo tempo, a gente vê uma taxa de abstenção recorde. Isso mostra que uma outra parte do eleitorado não está nem aí mais para o que acontece na política. Está cuidando da própria vida. No Brasil, nós temos oligarquias partidárias fortes, mas temos também um processo endêmico de corrupção. É o sistema partidário inteiro, da esquerda à direita, sobretudo nos dois partidos que têm se alternado no poder presidencial desde a Constituição de 1988, que é o PSDB e o PT. É a peemedebização geral do sistema partidário brasileiro, o que faz com que ele se torne ainda mais ilegítimo e a sociedade se sinta menos representada ainda do que nos outros países. O lado positivo dessa crise é o fortalecimento das instituições de fiscalização e controle da própria política, num sistema que a gente chama de pesos e contrapesos. É um Judiciário mais forte, o Ministério Público independente, a Polícia Federal com capacidade de investigação. Isso produziu a revelação da corrupção.

Agora, as oligarquias estão atacando esse sistema, mas é difícil porque a classe política está deslegitimada. No entanto, ainda pode avançar o processo, criando medidas que reduzam e controlem esse poder e essa autonomia das instituições.

OP: Esse sistema político entrou em colapso, mas continua tentando impedir o avanço das investigações. É possível estancar a Operação Lava Jato?

A gente tem que começar a pensar é em que condições nós vamos ter eleições em 2018.

Abranches: Esse sistema vive uma crise de legitimidade que é terminal. Não acredito que qualquer um desses partidos consiga recuperar a sua reputação junto à população. Mas, nesse período de transição, as instituições que estão apodrecendo ainda retêm uma força desproporcional porque o novo ainda não surgiu. Na política isso é ainda mais dramático.

Porque há muitas barreiras para o surgimento do novo. Eles ainda têm força política suficiente pra fazer muito estrago. Mas isso também depende daqueles que ainda estão dispostos a se acumpliciar com esse sistema partidário corrupto em nome de uma falsa noção de estabilidade e de continuidade ou em nome de reformas genéricas, ou mesmo dessas reformas que estão propostas. Principalmente no Judiciário. Há alguns ministros que já estão acumpliciados com esse sistema, com esse processo de combate à Lava Jato.

(...)

OP: Como o senhor avalia o julgamento do TSE que absolveu a chapa Dilma/Temer?

Abranches: Esse julgamento desacreditou a Justiça Eleitoral. Mostrou que, se a gente quiser fazer uma democracia mais robusta e representativa, nós vamos ter que pensar seriamente em reformar a Justiça Eleitoral e até nos indagar se é realmente necessário ter Justiça Eleitoral no País. Foi uma decisão muito política, com pouca base jurídica e que violentou todos os princípios de igualdade e representação no processo. No fundo, as duas chapas que foram para o segundo turno de 2014 estavam financiadas com dinheiro ilegal. E isso é eleição para presidente da República. Então, é grave demais para o tribunal tomar uma decisão tão irresponsável. Isso obviamente agravou a crise e tirou a credibilidade da Justiça Eleitoral. Ela já era morosa, já era leniente e complacente, e agora ficou claro que ela também está a serviço das oligarquias partidárias.

OP: Como fica a capacidade de governar a partir de agora, com mensalão e Lava Jato? Como o próximo presidente vai se relacionar com o Congresso?

Abranches: A gente tem que começar a pensar é em que condições nós vamos ter eleições em 2018. Nós temos hoje um presidente sem legitimidade e sem capacidade de articular boas decisões no Congresso.

Na verdade, ele se tornou refém da sua coalização e passa boa parte do tempo fazendo concessões apenas pra se preservar no cargo, mantendo o foro privilegiado. Nós estamos exatamente onde nós estávamos meses antes do *impeachment* da Dilma, com um presidente sitiado no Palácio articulando exclusivamente a sua preservação. E, no meio disso, nós precisamos aprovar regras até setembro que deixem claro como serão as eleições em 2018. Como será o financiamento? Não vai ter financiamento de empresa. Tudo bem, e o financiamento individual? E o fundo partidário?

(...)

OP: O senhor já disse que o sistema político cria dificuldades para o surgimento do novo, mas, por razões especiais, as eleições do ano que vem devem abrir oportunidade pra isso. Não acha que 2018 será uma chance talvez única pra que alguns nomes se apresentem como novidade?

Abranches: Olha, que eles vão se apresentar como novidade, sem dúvida alguma. Mas que sejam novidade de fato, eu tenho sérias dúvidas.

Os que estão se colocando hoje como novidade são de uma velhice a toda prova. Bolsonaro (Jair Bolsonaro, deputado federal pelo PSC) é a coisa mais velha que o Brasil tem. O Doria (filiação ao PSDB, é prefeito de São Paulo) não tem nada de novo. Mas ambos terão tempo de televisão, e o problema é exatamente esse. As novas lideranças que poderiam promover um realinhamento partidário e apresentar novos caminhos para o Brasil não vão ter espaço na campanha, tampouco vão se tornar conhecidas, a não ser que haja uma tempestade perfeita a favor. Que é assim: surge uma liderança nova, de qualidade, que olha pra frente, pensando no futuro do Brasil. Essa pessoa usa as redes porque vai ter barreira na entrada dos canais convencionais da política, viraliza e ganha. Isso pode acontecer.

Porque o único canal de entrada do novo na política brasileira hoje é o digital. É o cara – ou “a cara” – que explode na rede social e pode prescindir do programa gratuito de televisão. Mas, mesmo nesse caso, tem obstáculos importantes. A Justiça Eleitoral pode funcionar a favor das oligarquias. Ou seja, há dificuldade pra que um candidato ou candidata seja realmente inovador ou inovadora, pra que leve mudanças efetivas ao País e realinhe o sistema como o Macron (Emmanuel Macron) fez na França... E nem estou dizendo que Macron será revolucionário. Pra mim, ele já fez o que tinha que fazer, que foi derrotar as grandes oligarquias partidárias que dominaram toda a V República francesa. No mínimo, ele está

obrigando a uma reorganização geral do sistema partidário francês. Daí pra frente, nem é mais o papel dele. Essa é a diferença entre o revolucionador e o revolucionário, que é baseada numa análise do historiador e filósofo da ciência Thomas Kuhn. Ele fala que a revolução do Copérnico, por exemplo, não foi derivada do que ele falou ou do que ele fez, mas o que ele falou e o que ele descobriu produziram os revolucionários mais à frente. Ele rompeu o dique de paradigmas conservadores da ciência, que, a partir dele, pode evoluir e abrigar novas ideias. Acho que Macron foi exatamente isso na França.

OP: Como o senhor interpreta o vazio das ruas hoje, sobretudo diante dessa escalada de denúncias envolvendo políticos e mesmo o presidente?

Abranches: Houve dois momentos nessas manifestações mais recentes. Um era protesto mesmo, coisa espontânea de quem ia pra rua.

Isso aconteceu em vários países, com os indignados na Espanha, na praça Tahrir (Egito). Em 2013 foi isso, com protestos articulados via redes sociais. As pessoas foram sem muita organização. Depois vieram as claquas partidárias que polarizaram o País. E aí as manifestações deixaram de ser manifestações do povo, da classe média, e passaram a ser manifestações aparelhadas, com objetivos políticos específicos, todos de preservação de suas respectivas oligarquias. Essa manifestação aparelhada e agressiva expulsou o cidadão da rua.

OP: O “Fora, Dilma” foi isso?

Abranches: O “Fora, Dilma” foi o início desse aparelhamento pela direita. E o movimento de defesa da Dilma foi o aparelhamento pela esquerda.

OP: Por que não há um “Fora, Temer” hoje?

Abranches: Porque o “Fora, Temer” desorganiza essa polarização. Quem queria tirar a Dilma também queria tirar o Temer. E quem queria manter a Dilma hoje é contra o Temer. Ou seja, continuam ressentidos e polarizados e não podem se juntar para ir juntos protestar contra o Temer.

OP: O senhor vislumbra um desfecho a curto prazo pra essa crise?

Abranches: Essa crise é complexa. Ela tem dois momentos, dois estágios críticos: primeiro, o que a gente faz com o Temer? Um presidente isolado, sem legitimidade, que usa todas as armas que a Presidência lhe dá para se defender e com isso paralisa o País. O desfecho ideal seria o mais rápido possível: renúncia, *impeachment* ou autorização para processar no Supremo e uma condenação tão rápida para ele sair do jogo e a gente poder ter um governo que faça uma boa transição.

(...)

Leitor: Que ética irá surgir após a série de escândalos que o País vive?

Sérgio Abranches: Impossível dizer. Se a Operação Lava Jato tiver sucesso, com punição de grandes empresários e líderes políticos, teremos poderosos desestímulos à corrupção. Como isso se consolidará é imprevisível.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/jornal/paginasazuis/2017/06/o-unico-canal-de-entrada-do-novo-na-politica-e-o-digital.html>>



Proposta de Redação

- **PRODUZA UMA CARTA ABERTA PARA A POPULAÇÃO BRASILEIRA SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PROTAGONISMO POLÍTICO ATRAVÉS DOS MEIOS DIGITAIS.**

46^a

Temática

Desafios Burocráticos no Processo de Adoção no Brasil

Conheça as regras para adotar uma criança no Brasil

Neste 25 de maio, 7.493 crianças no Brasil estão aguardando pelo momento da adoção

Aguardando no corredor frio, sentado num banco de cimento, Jefferson Seidler, de 42 anos, sentia as mãos suadas de ansiedade. Eram seus filhos, esperados por tanto tempo, que estavam chegando.

A voz embargou ao avisar a esposa, Silvana Kronemberger, de 41 anos: “Acho que são eles vindo ali”. Semanas atrás, uma ligação dela quase o fez cair da cadeira. “Jefferson, está sentado? Então senta. São três! Isso mesmo: trigêmeos. E aí, vamos?”, indagava ela com um sentimento misto de alegria e tensão.

Foram quatro anos de gestação e uma proposta bem maior do que o registrado no Cadastro Nacional de Adoção (queriam uma criança, com menos de três anos).

O menino veio chorando e simplesmente se jogou nos braços da futura mãe. Ele tinha febre. Uma das meninas se sentou no outro extremo do banco e encarou os dois com expressão de raiva.

A terceira, sorridente, se sentou no chão e começou a brincar distraída com algo caído. Os três tinham dois anos e meio na época. “Saímos desse primeiro encontro como se tivéssemos sido atropelados. Conversamos e bolamos algumas estratégias.

Pedimos uma sala reservada, sem pessoas passando todo tempo. Não levaríamos brinquedo ou doces, pois as crianças deveriam desejar estar conosco e não com o que poderíamos oferecer. Na segunda visita, meu filho de longe nos avistou, me reconheceu, sorriu e correu pra junto de nós como quem diz “Vocês? Não acredito que voltaram!” lembra Silvana.

A mãe, que até hoje guarda os sapatinhos que as meninas usavam naquele encontro (o menino foi descalço), ainda lembra da angústia que sentiu no período que começou com aquele dia e só terminou um mês depois, quando Caio, Camila e Carla, hoje com 6 anos, finalmente foram para casa da família.

Neste 25 de maio, Dia Nacional da Adoção, 7.493 crianças no Brasil estão aguardando por este momento. No entanto, 4.826 inscritas no Cadastro Nacional de Adoção estão totalmente disponíveis para integrar um novo lar. As demais ainda têm vínculos com as famílias de origem, situação que possibilita recursos que podem inviabilizar o processo.

Esse número, porém, é um pouco mais de 10% das crianças que vivem hoje em abrigos. Segundo levantamento do CNJ, são cerca de 46 mil crianças e adolescentes morando longe de seus parentes biológicos e ainda distante de lares definitivos porque estão em um limbo judicial, à espera da conclusão do processo de destituição familiar.

Do outro lado da lista, 39.633 pretendentes à adoção esperam. A maioria, cerca de 80%, não declara preferência por raça, 63% são indiferentes quanto ao sexo da criança, 32% aceitam adotar irmãos ou crianças com algum tipo de problema de saúde. Segundo a professora de direito civil da Universidade de Brasília Suzana Borges Viegas, o perfil traçado pelos requerentes não é a principal causa da morosidade dos processos.

“O que de fato contribui para a demora é toda a burocracia da tramitação judicial. As varas de infância não podem abrir mão de nenhum procedimento exigido por lei, inclusive para evitar

problemas como de rejeição. E algumas fases são extensas. A fase de regularização da situação da criança, por exemplo, dura cerca de um ano. O rompimento de vínculo com a família de origem deve ser feito com muita cautela porque a intenção do Estado é, primeiramente, tentar fazer com que a criança fique com a família de origem”, explica.

Uma das medidas para reduzir esse tempo seria, na opinião da especialista, aumentar o número de funcionários nas Varas da Infância. Ela também defende a aprovação de um projeto de lei, apresentado em fevereiro pelo Ministério da Justiça e da Segurança Pública, que determina prazos para a tramitação do processo. O projeto prevê ainda a concessão de guarda provisória mais rápida. “Essa novidade garante que as famílias já fiquem com as crianças antes da conclusão do processo”, explica Viegas.

A espera, segundo a mãe dos trigêmeos, Silvana Kronemberger, vale a pena. “Meus filhos são a maior representatividade do amor de Deus por mim. Ele me deu a honra de amá-los e educá-los para serem pessoas plenas, homem e mulheres pra fazerem deste mundo um lugar melhor, serem prova de que é possível e que vale a pena investir na família”, define emocionada.

Como adotar uma criança no Brasil

Para se candidatar à adoção é necessário ter mais de 18 anos e ter 16 anos a mais que a criança a ser adotada. O processo tem várias etapas que variam de acordo com o estado e com as Varas de Infância (É possível consultar os endereços aqui). Os documentos solicitados também são distintos. De acordo com a unidade da Federação.

Segundo o Cadastro Nacional de Adoção, o procedimento geral segue o seguinte rito:

1. Procure a Vara de Infância e Juventude do seu município e se informe sobre os documentos. Para entrar no Cadastro Nacional de Adoção são solicitados: identidade; CPF; certidão de casamento ou nascimento; comprovante de residência; comprovante de rendimentos ou declaração equivalente; atestado ou declaração médica de sanidade física e mental; certidões cível e criminal.
2. Com documentos em mãos, faça uma petição, que pode ser preparada por um defensor público ou advogado particular no cartório da Vara de Infância.
3. É obrigatório fazer o curso de preparação psicossocial e jurídica para adoção. A duração do curso também varia nos estados. No Distrito Federal, são dois meses de aulas semanais.
4. O passo seguinte é a avaliação psicossocial com entrevistas e visita domiciliar feitas pela equipe técnica interprofissional. Na entrevista, é determinado o perfil da criança que deseja adotar, de acordo com vários critérios. O resultado será encaminhado ao Ministério Público e ao juiz da Vara de Infância.
5. O laudo da equipe técnica da Vara de Infância e o parecer emitido pelo Ministério Público vão servir de base para a sentença do juiz. Se o pedido for acolhido, o nome do interessado será inserido nos cadastros, válidos por dois anos em território nacional. Se não, é importante buscar os motivos. Estilo de vida incompatível com criação de uma criança ou razões equivocadas (para aplacar a solidão; para superar a perda de um ente querido; superar crise conjugal) podem inviabilizar uma adoção. É possível se adequar e começar o processo novamente.
6. A Vara de Infância avisa sobre uma criança com o perfil compatível. O histórico de vida da criança é apresentado ao adotante; se houver interesse, ambos são apresentados. A criança também será entrevistada após o encontro e dirá se quer continuar com o processo. Durante esse estágio de convivência, monitorado pela Justiça e pela equipe técnica, é permitido visitar o abrigo onde ela mora e dar pequenos passeios.
7. Em seguida, é preciso ajuizar a ação de adoção. Ao entrar com o processo, é entregue a guarda provisória, que terá validade

até a conclusão do processo. Neste momento, a criança passa a morar com a família. A equipe técnica continua fazendo visitas periódicas e apresentará uma avaliação conclusiva.

8. O juiz vai proferir a sentença de adoção e determinar a lavratura do novo registro de nascimento, já com o sobrenome da nova família. Neste momento, a criança passa a ter todos os direitos de um filho biológico.

Adoção Internacional

Para adotar crianças ou adolescentes de outro país, as regras são diferentes. O país de origem da criança deve ter ratificado a Convenção de Haia. A lista com os documentos necessários e os procedimentos também são diferentes. As informações estão disponíveis na página do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

O Ministério Público do Rio Grande do Sul elaborou um documento para esclarecer as principais dúvidas sobre esse processo. O arquivo está disponível para ser baixado aqui.

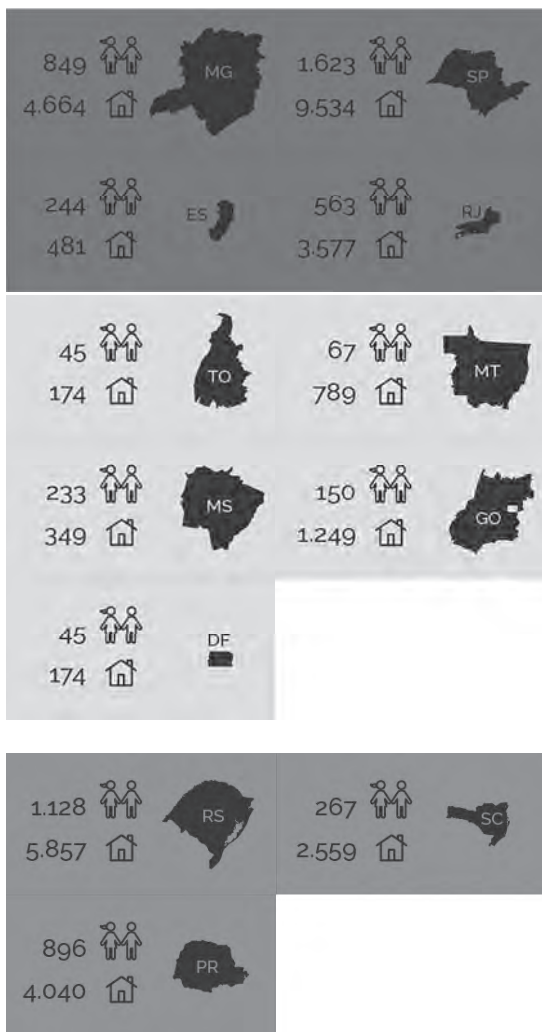


crianças à espera de adoção



pretendentes à adoção





Infográficos: Cid Vieira e Daniel Dresch / Agência Brasil
Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-05/passo-passo-da-adocao-conheca-regras-para-adotar-uma-crianca-no>>

Burocracia dificulta adoção de crianças mais novas

Quanto mais idade tem a criança, mais difícil a adoção. Por isso a importância de dar velocidade aos processos

Ficar em unidade de acolhimento, teoricamente, é medida temporária. A permanência não pode se estender além de dois anos, conforme prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Na prática, são comuns casos de crianças que ficam abrigadas por muito mais tempo, aponta Priscila Farias, presidente da ONG Rede Adotiva. “Vemos meninos que crescem no abrigo, com processos muito lentos de destituição. Acabam saindo do perfil mais procurado para adoção, que é de recém-nascidos e crianças mais novas”, relata.

Após adotar casal de irmãos, Priscila criou a Rede Adotiva para dar apoio às crianças que permanecem abrigadas. “Poucos olham para o passado dessas crianças, sem convívio familiar, por melhor que seja a unidade. Os meus filhos terão meios de separar, mas e as outras?”, questiona.

Nas 21 unidades de acolhimento de Fortaleza, o número de crianças e adolescentes é maior à medida que aumenta a idade. Quanto mais velhos, menos procurados para adoção. Por isso, celeridade na destituição familiar de recém-nascidos é uma das estratégias para mudar esta realidade e destravar a fila de espera.

Disponível em: <<http://www20.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2016/10/24/noticiasjornalcotidiano,3665642/burocracia-dificulta-adocao-de-criancas-mais-novas.shtml>>

Adoção: criação com apego é fundamental para fortalecer vínculos

Quando se dá o nascimento de uma mãe e de um pai? Em que momento alguém se torna filho? Como quebrar as barreiras de si para chegar ao outro? São nos encontros, histórias e abraços que estão as respostas

Messias, 12, precisou de quase um ano para conseguir desprender as amarras que o impediam de abraçar a mãe adotiva, Suelen, 35 – mas, agora, tem uma vida inteira para fazê-lo

Amor não é sobre sangue. Amar não é sobre DNA. É sobre ser lar, aconchego e segurança. Não é na genética onde vive o cuidado, nem nas veias onde moram o afeto e a paciência. Laços, como as casas, são algo que se constrói – e no alicerce do peito de Suelen Brasil, 35, o operário foi Messias.

Mãe e filho se conheceram quando ele tinha sete anos, todos vividos em um abrigo institucional de Fortaleza. Quando a espera acabou e, finalmente, a adoção foi concretizada, há cinco anos, outra expectativa iniciou. “Normalmente, a criança se apega logo com a figura materna, mas o Messias foi com a paterna. O processo de conquista foi muito longo pra ele ter confiança em mim - foram 11 meses até eu ganhar o primeiro abraço”, relembra Suelen, que “nunca sonhou em ser mãe biológica”.

O fato de a adoção ter sido tardia, quando a criança já está fora da faixa etária de até três anos, tornou a “gestação” um desafio muito maior, como relata a professora. “Quando a criança vem, são dois mundos que se encontram: você aprendendo a ser mãe, ele a ser filho. A gente idealiza, mas, quando chega, é o filho real. Há uma certa ‘frustração’ naqueles primeiros meses. Depois, as coisas se encaixam naturalmente”.

Vínculo

Pondo abaixo, então, tijolo a tijolo das barreiras emocionais que o filho erguia, Suelen alcançou, mesmo quase um ano depois, o patamar que a emociona só em falar. “Hoje, com quase 12 anos, o Messias é extremamente apegado, grudento, o tempo todo agarrado comigo. A gente encara esse processo como preenchimento de uma lacuna da vida dele. Ter esse carinho de quem passou 7 anos com a ausência materna é tudo.”

Para a doutora em Educação Patrícia Lana, abraçar o conceito de criação com apego - que prioriza “olhar para a necessidade do outro com empatia, paciência e amor” – é fundamental, mas se torna um processo difícil para famílias adotivas. “Especialmente no caso de adoções tardias, momentos desafiadores serão certos. Crianças e adolescentes nos abrigos vivem dificuldades de ordens diversas, que podem reverberar no comportamento durante o período de adaptação aos novos lares. O movimento da criação com apego pode auxiliá-las na construção de vínculos com seus filhos”, pontua.

Três olhares repletos de gentileza e empatia são os que preenchem os dias de Davi, 4, desde que nasceu para a mãe, Sandra Souza, 38; o pai, Peterson Teixeira, 38; e o irmão, Samuel, 5; há cerca de três meses. “Eu tinha medo da gestação e sempre quis adotar. Fui germinando no coração do Peterson e fomos desenvolvendo mais ainda o desejo de ter um filho adotivo, mesmo já tendo o Samuel”, relata Sandra. Pouco mais de um ano depois da habilitação no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), Davi chegou – com alto grau de desnutrição, uma doença rara (diabetes insípido) e um sorriso impossível de descrever nestas linhas.

A chegada do sorriso imenso de Davi completa a família de Peterson, Sandra e Samuel.

Abraçar

A rapidez no processo de desinstitucionalização do pequeno, que também tem distúrbios na produção do hormônio do crescimento, ocorreu justamente pelas múltiplas necessidades de atenção à saúde – Davi se encaixava no conceito de “adoção necessária”, que abrange crianças e adolescentes fora do perfil considerado “desejado”.

“O fato de aceitarmos o Davi com essas demandas foi porque o Samuel, sendo biológico, veio com autismo, calcificação e cardiopatia. E o nosso amor foi o mesmo ou até maior. Por que não abraçar uma criança também com dificuldades? Quando vimos o sorriso dele, extremamente cativante, não tinha como não ser. Eu senti que era meu filho naquele momento”, declara Sandra, descrevendo, ainda, outro laço instantâneo que atou a família.

“Por Samuel ser autista, tem uma dificuldade muito grande de lidar com contato físico, não tem esse desprendimento: mas assim que o levamos para visitar o Davi, ele foi direto pra abraçá-lo. Como diz o meu marido, eles são tão irmãos e tão amáveis que até brigam e se defendem. O Samuel chama o irmão de ‘meu Gavi’, é uma forma que encontrou de ter um nome só deles. Só chama ‘Davi’ quando está com raiva”, ri a mãe, que driblou os medos – e ainda dribla – para abraçar um amor que, apesar de imenso, cabe entre os dois braços.

“O processo de adaptação propriamente dito está acontecendo. Vai levar algum tempo para ele desenvolver aquela confiança de se sentir bem no ambiente. Mas estamos bem. No início, eu tinha medo de o Davi chegar em casa e sentir falta do abrigo, não querer ficar com a gente. De ele não nos acolher, não nos ter como família. Mas foi o contrário – ele já sabe que tem uma mãe, um pai e um irmão”.

Espera

Atualmente, 150 crianças no Ceará ainda aguardam, oficialmente, essa sorte – constam como “disponíveis” no CNA. Mais 135 estão vinculadas a pretendentes, ou seja, no processo de visitas que precede a oficialização da adoção. A quantidade de adotantes cadastrados e disponíveis no sistema, porém, é cerca de quatro vezes maior que a de adotandos, chegando a 641, de acordo com o CNA.

Segundo o titular da 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude do Ministério Público do Ceará (MPCE), Dairton Oliveira, “o tempo médio de espera dos pais na fila do CNA de Fortaleza é de um ano e meio, e o máximo, que era de até oito anos, reduziu para três e meio”. Até 1º de julho, “apenas 25 pretendentes” tinham entrado na fila para adotar, cujo maior contingente de adotantes (44%) entrou em 2017”. A expectativa, conforme o promotor, “é que até o fim de 2019, todos os pretendentes que entraram na fila em 2016 realizem o parto do coração. Todos estão tecnicamente grávidos.”

Disponível em: <<https://diarionordeste.verdesmares.com.br/editorias/metro/adoacao-criacao-com-apego-e-fundamental-para-fortalecer-vinculos-1.2122379>>.



Proposta de Redação

- **CONSEQUÊNCIAS DO PROCESSO BUROCRÁTICO DE ADOÇÃO PARA A INFÂNCIA ABANDONADA NO BRASIL.**

47^a

Temática

Gravidez na Adolescência

Gravidez na adolescência tem queda de 17% no Brasil

Segundo o Governo, a queda no número de adolescentes grávidas está relacionada a vários fatores, como expansão do programa Saúde da Família

A gravidez na adolescência registrou queda de 17% no Brasil, segundo dados preliminares do Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (Sinasc) divulgados hoje (10) pelo Ministério da Saúde.

Em números absolutos, a redução foi de 661.290 nascidos vivos de mães entre 10 e 19 anos em 2004 para 546.529 em 2015.

Segundo o ministério, a queda no número de adolescentes grávidas está relacionada a vários fatores, como expansão do programa Saúde da Família, que aproxima os adolescentes dos profissionais de saúde, mais acesso a métodos contraceptivos e ao programa Saúde na Escola que oferece informação de educação em saúde.

As crianças nascidas de mães adolescentes representaram 18% dos 3 milhões de nascidos vivos no País em 2015.

A região com mais filhos de mães adolescentes é a Nordeste (180.072 – 32%), seguida da Região Sudeste (179.213 – 32%). A região Norte vem em terceiro lugar, com 81.427 (14%) nascidos vivos de mães entre 10 e 19 anos, seguida da região Sul (62.475 – 11%) e da Centro-Oeste (43.342 – 8%).

O ministério explicou, em nota, que hoje 66% dos casos de gravidez em adolescentes são indesejados e que, para reduzir esses casos, investe em políticas de educação em saúde e em ações para o planejamento reprodutivo.

Uma das iniciativas é a distribuição da Caderneta de Saúde de Adolescentes (CSA), em versões masculina e feminina e linguagem acessível, com orientações sobre o atendimento integral dos jovens.

Para prevenção da gravidez, o governo distribui ainda a pílula combinada, de anticoncepção de emergência, mini-pílula, anticoncepcional injetável mensal e trimestral, e diafragma, assim como preservativo feminino e masculino.

Contraceptivo

Recentemente, o Ministério da Saúde anunciou a oferta de dispositivo intrauterino (DIU) de cobre em todas as maternidades brasileiras, o que inclui as adolescentes dentro do público a ser beneficiado. O método é uma alternativa a mais para a adolescente que já teve uma gravidez precoce, pois ele dura 10 anos, tem longa duração e não precisa ser administrado diariamente.

A pesquisa Saúde Brasil mostra que o uso das boas práticas no parto foram ampliadas. O estudo aponta um aumento de 15% de parto normal entre mães adolescentes. Cerca de 70% das adolescentes, entre 10 e 19 anos de idade no ano de 2014, tiveram seus filhos por parto normal, enquanto em 2013 esse percentual foi de 55%.

Saiba mais

Pesquisa

A pesquisa mostra ainda que enquanto em 2013, apenas 11% das mães se alimentaram durante o trabalho de parto, em 2014 esse percentual subiu para 16%. Cerca de 55% das jovens disseram ter se movimentado durante o trabalho de parto, enquanto em 2013 esse percentual era de 45%. Também aumentou o percentual de mães que foram orientadas a ter filho em outras posições além de deitada, de 10% para 15% no mesmo período.

Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-05/gravidez-na-adolescencia-tem-queda-de-17-no-brasil>>

ACESSO À CONTRACEÇÃO NO PAÍS É INFLUENCIADO POR QUESTÕES RELIGIOSAS, DIZ ESTUDO

Embora o Brasil tenha uma das legislações sobre planejamento familiar mais avançadas da América Latina, o acesso das mulheres a contraceptivos no país é influenciado por correntes religiosas e grupos conservadores. A conclusão está no relatório Barômetro latino-americano sobre o acesso das mulheres aos contraceptivos modernos, que levantou dados sobre direitos reprodutivos no Brasil, México, Colômbia, Argentina e Chile.

O documento, divulgado esta semana pela Federação Internacional de Planejamento Familiar/Região do Hemisfério Ocidental, aponta que a influência desses fatores na escolha dos métodos contraceptivos se dá porque as mulheres não têm acesso à informação nem a políticas públicas de educação sexual.

A pesquisa foi realizada no fim de 2015 e ouviu 20 especialistas de cada país, dos setores público e privado. No Brasil, o estudo foi coordenado pela organização não governamental (ONG) Cepia, que se dedica ao desenvolvimento de projetos que promovem os direitos humanos e a cidadania de grupos vulneráveis.

Interferência

De acordo com a socióloga da Cepia Jacqueline Pitanguy, muitas vezes, a influência religiosa determina a escolha de um método contraceptivo e até impede o cumprimento da Lei de Planejamento Familiar, que prevê, por exemplo, a vasectomia e a ligadura de trompas como instrumentos de programação de um casal. Em alguns casos, segundo a representante da Cepia, até profissionais de saúde – motivados por valores morais pessoais e crenças religiosas – interferem na tomada de decisão das mulheres sobre essa escolha.

Além disso, em nome de questões morais e religiosas, alguns protocolos de atendimento são quebrados, como o direito à confidencialidade e à privacidade nas consultas médicas, que também é garantido por lei a adolescentes, mas descumprido quando os profissionais condicionam o atendimento à presença da mãe ou outro adulto.

“Isso fere o protocolo e mostra uma moral incriminatória que, imediatamente, freia o que é o objetivo precípuo desse atendimento, que é fornecer à jovem informação contraceptiva, acesso a meios para que ela possa, por exemplo, evitar uma gravidez na adolescência, que é uma coisa muito séria no Brasil”, pondera a socióloga.

A interferência se dá, segundo Jacqueline, por causa da ausência de disciplinas sobre saúde sexual e reprodutiva nos currículos escolares do país. Para a socióloga, a educação sexual tem a ver “com cidadania, com projeto de vida, de liberdade” e não pode ser limitada ao ensino de questões biológicas.

De acordo com o relatório, de modo geral, os cinco países analisados tratam os temas de direitos sexuais e reprodutivos de forma limitada em campanhas de saúde. No Brasil, por exemplo, as campanhas públicas sobre o tema são quase sempre restritas ao período do carnaval e voltadas especificamente para a prevenção de HIV/AIDS. “Apesar de termos alcançado pontuação elevada no que se refere a protocolos, normas, mesmo a leis com relação à saúde reprodutiva e sexual, nós não fazemos campanhas de sensibilização da população sem ser aquela coisa pontual de carnaval, AIDS, camisinha”, critica Jacqueline.

Vírus Zika

O relatório destaca a necessidade de reforço das políticas de planejamento familiar em função do vírus Zika, que provoca malformações em bebês. Logo após o auge a epidemia da doença, em 2015, o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos emitiu recomendações sobre a ampliação do acesso à contracepção, principalmente entre as mulheres mais pobres, mais vulneráveis à contaminação pelo vírus, transmitido pelo *Aedes Aegypti*. Além disso, a ONU apontou a necessidade de revisão das leis sobre o aborto por causa da doença.

Segundo Jacqueline, as diretrizes não foram acolhidas pelo Brasil, que concentrou os esforços no atendimento às famílias de bebês que nasceram com microcefalia causada pelo Zika.

Sistema Único de Saúde

No documento, a Federação Internacional de Planejamento Familiar elogia a política brasileira de distribuição gratuita de medicamentos contraceptivos no Sistema Único de Saúde (SUS), mas pondera que o acesso é desigual e varia de acordo com a região do país.

Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-01/pesquisa-aponta-influencia-religiosa-no-acesso-de-mulheres-contracecao-no-br>>

Gravidez na adolescência: impacto social e humano

Trata-se de um problema nacional cuja resolução exige a instituição de uma abrangente política pública.

Um estudo sobre o impacto da gestação não planejada na adolescência revelou que dos 97.832 partos que aconteceram no Ceará em 2014, 23.167 (23,68%) foram de adolescentes entre 10 e 19 anos. O Estado é o 20º no *ranking* de partos de adolescentes com essa faixa etária no Brasil. A média nacional é de 20,04%.

Essa realidade traz consequências sociais e econômicas, afetando o desempenho escolar e profissional desses indivíduos, sua inserção no mercado de trabalho e seus projetos de vida.

A pesquisa foi conduzida pela professora Marta Franco Finotti, do Departamento de Ginecologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás (UFG), a partir de dados fornecidos pelo Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS) e do Ministério da Saúde. Entre os estados com maiores taxas de partos de adolescentes estão Pará (com 30%), Amazonas (29,2%), Alagoas (29,1%) e Amapá (28,8%).

Trata-se de um problema nacional cuja resolução exige a instituição de uma abrangente política pública de intervenção nas causas sociais responsáveis pelo fenômeno. As unidades federativas – município e estado – devem ser chamadas, por sua vez, a dar um toque particular ao enfrentamento da questão, adicionando iniciativas complementares. Seria, porém, um equívoco, se a tentativa de solução se centrasse apenas na difusão de métodos

contraceptivos. Estes fazem parte do conjunto das providências – desde que administrados de forma responsável, ética e segura e preservando a saúde do corpo e da mente, sem se deixar subordinar aos interesses exclusivos da indústria farmacêutica. Ou seja, não dispensando a ética.

Um país com tanta necessidade de desenvolver-se não pode ficar indiferente aos dados revelados por essa pesquisa, pois, como constatou o próprio Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a gravidez nessa faixa etária causa um problema de consequências marcantes para a vida das mães precoces, dada a dificuldade de sua reintegração à escola e ao mercado de trabalho. Isso cria mais uma chaga social com inevitáveis desdobramentos econômicos, humanos e éticos. Não há futuro para um país se a infância e juventude não forem tratadas com os cuidados devidos a uma sementeira. Ou seja: extirpando toda erva daninha que sufoque o desabrochar dos brotos e impeça seu desenvolvimento pleno.

Disponível em: <<http://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniaio/2016/10/24/noticiasjornalopiniao,3665657/gravidez-na-adolescencia-impacto-social-e-humano.shtml>>

PREMATURIDADE É PRINCIPAL CAUSA DE MORTALIDADE INFANTIL, ALERTA ONG

O Brasil ocupa a 10ª posição no *ranking* mundial de prematuridade com cerca de 300 mil bebês prematuros por ano – 11,7% do total de nascimentos no país. A maioria dos casos decorre de gestações na adolescência ou tardias, pré-natal deficitário e doenças maternas. Os dados foram divulgados pela organização não governamental (ONG) Prematuridade.com.

De acordo com a entidade, o nascimento prematuro figura como a principal causa de mortalidade infantil até 5 anos de idade em todo o mundo. No Brasil, os números revelam que, a cada 30 segundos, um bebê morre em consequência do parto antecipado. “O nascimento de um prematuro deixa sequelas psicológicas permanentes para os pais e pode acarretar sequelas de saúde para os bebês”, destacou a ONG.

Diante do cenário, a Prematuridade.com. prepara nesta quarta-feira, 16, uma série de ações no Congresso Nacional na tentativa de instituir formalmente a data como Dia Nacional da Prematuridade. A proposta é sensibilizar parlamentares para a criação do Novembro Roxo, campanha reconhecida internacionalmente na prevenção à prematuridade, mas ainda sem representatividade no Brasil.

Parto prematuro

A ONG lembra que é considerado parto prematuro aquele que acontece antes de 37 semanas de gestação. “Acontece que nem sempre a prematuridade dá sinais de que vai acontecer e ainda não se conhece todas as causas que levam ao parto prematuro; em muitos casos, não se consegue associá-la a uma causa específica”, alertou.

Estão em maior risco para trabalho de parto prematuro as mulheres que já passaram por um parto prematuro, que estão grávidas de gêmeos ou múltiplos ou com história de problemas de colo do útero ou uterinos.

Além disso, outros fatores podem levar ao parto prematuro: ausência de pré-natal, fumo, álcool, drogas, estresse, infecções do trato urinário, sangramento vaginal, diabetes, obesidade, baixo peso, pressão alta ou pré-eclâmpsia, distúrbios de coagulação, algumas anomalias congênitas do bebê, gestações muito próximas (período menor do que nove meses entre o nascimento do bebê e uma nova gravidez), gravidez fruto de fertilização *in vitro* e idade menor de 17 anos e acima de 35.

Sinais e sintomas

Os principais sintomas do parto prematuro são bolsa rota/ruptura prematura de membrana, hipertensão crônica, pré-eclâmpsia, descolamento prematuro da placenta, placenta prévia, malformações uterinas, infecções uterinas e malformações fetais.

Já os sinais e sintomas do trabalho de parto prematuro incluem contrações a cada dez minutos ou mais, mudanças na secreção vaginal, pressão pélvica, dor lombar, cólicas menstruais e cólica abdominal com ou sem diarreia.

Prevenção

Entre as medidas a serem tomadas para evitar que o bebê nasça antes do tempo estão:

- Converse com seu ginecologista/obstetra antes mesmo de engravidar. Ele poderá dar conselhos muito úteis para que você inicie a gravidez de maneira saudável e evite um parto antes da hora;
- Assim que o resultado der positivo, avise seu médico imediatamente. Quanto antes o pré-natal for iniciado, melhor para a mãe e para o desenvolvimento do feto;
- Revele ao médico o seu histórico de saúde. Doenças crônicas e reações alérgicas que você já apresentou, histórico familiar, assim como o histórico de saúde do pai do bebê;
- Siga as consultas e os exames do pré-natal rigorosamente;
- Esteja vigilante sobre sua pressão arterial e cheque-a sempre que achar conveniente;
- Mantenha uma dieta equilibrada;
- Mantenha-se numa faixa de peso adequada. Converse com o obstetra e, se preciso, faça acompanhamento com nutricionista;
- Evite bebidas alcoólicas: o álcool, durante a gestação, mesmo em doses muito pequenas, pode ter efeitos bastante nocivos para a criança, incluindo retardo mental, dificuldades de aprendizagem, defeitos na face e problemas de desenvolvimento;
- Não fume. O fumo aumenta chances de parto prematuro, de o bebê nascer com baixo peso e da morbimortalidade dos recém-nascidos;
- Não se auto-medique. Alguns remédios são altamente perigosos para as gestantes e esses avisos, via de regra, estão escritos com letras pequenas nas bulas dos medicamentos;
- Exercite-se. Se o seu médico autorizar e sempre com acompanhamento profissional;
- Mantenha seu calendário de vacinação atualizado. Converse com seu obstetra sobre o assunto: algumas vacinas estão contraindicadas na gravidez e outras necessitam reforço;
- Não se esqueça do ácido fólico e da vitamina B12. Eles vão garantir que seu bebê não desenvolva malformações ou tenha danos no sistema nervoso. O consumo do ácido fólico deve ser iniciado antes mesmo da concepção do bebê. Esses nutrientes são facilmente encontrados em alimentos de origem animal (carnes, laticínios, ovos) e em vegetais verde-escuros;
- Esteja alerta para sangramentos e observe líquidos e secreções vaginais.

Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-11/prematuridade-e-principal-causa-de-mortalidade-infantil-alerta-ong>>

GRAVIDEZ NO CEARÁ. EM UM ANO, MAIS DE 23 MIL PARTOS EM ADOLESCENTES

Dos 97.832 partos que aconteceram no Ceará em 2014, 23,68% foram de mães entre 10 a 19 anos. Esse percentual coloca o Estado em 20º no *ranking* brasileiro.

Cotidiano

Dos 97.832 partos que aconteceram no Ceará em 2014, 23.167 (23,68%) foram de adolescentes entre 10 e 19 anos. O Estado é o 20º na *ranking* de partos de adolescentes com essa faixa etária no Brasil. A média nacional é de 20,04%. O único estado cujo patamar fica abaixo dessa marca é Santa Catarina, com apenas 5,2%.

Os dados são do Sistema de Informações Hospitalares (SIH/SUS) e foram divulgados no *workshop* de Saúde Feminina, realizado em São Paulo pela Bayer, organização global com competências nas áreas da saúde e nutrição. Entre os estados com maiores taxas de partos de adolescentes estão Pará (com 30%), Amazonas (29,2%), Alagoas (29,1%) e Amapá (28,8%). Com os menores percentuais — além de Santa Catarina — estão o Distrito Federal (20,4%), Minas Gerais (21,1%) e São Paulo (21,3%).

As informações fazem parte do estudo sobre o impacto da gestação não planejada na adolescência e como o uso de métodos contraceptivos de longo prazo podem ajudar a reduzir esse impacto.

O trabalho foi da pesquisadora do Departamento de Ginecologia da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Goiás (UFG), Marta Franco Finotti.

No estudo, que também colheu dados do Ministério da Saúde, de 60% a 84% das primeiras gestações entre adolescentes não foram planejadas.

No mundo, a faixa etária de 15 a 19 anos é responsável por 11% de todos os nascimentos. Metade de todos os partos durante a adolescência aconteceu em apenas sete países — entre eles, o Brasil. Sobre o impacto social, o estudo ressalta que 30% das adolescentes engravidam novamente no primeiro ano pós-parto e, entre 25% e 50%, no segundo ano pós-parto.

Essa realidade torna mais difícil a reintegração da mãe à escola e ao mercado de trabalho, conforme pesquisa do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

A estudante Ana Luíza Lima Feitosa, 25, viveu isso. Ela foi mãe aos 15 anos e teve a segunda filha aos 18. “Deixei os estudos de lado. Voltei a estudar neste ano, agora que a mais velha tem nove anos”, relata. Luíza conta que tem alergia à camisinha e, quando engravidou, tinha medo de a mãe descobrir que ela usava anticoncepcional.

Impacto na economia

O Brasil gastou R\$ 4 bilhões com gestações não planejadas em 2014, deixando de acrescentar US\$ 3,5 bilhões ao Produto Interno Bruto (PIB). A pesquisa divulgada diz que, caso as meninas retardassem a gravidez até os 20 anos, o Brasil teria maior produtividade.

Além da redução da mortalidade materna, o Governo Federal possui o papel de implementar políticas públicas de saúde e acesso gratuito a métodos contraceptivos. A pesquisadora Marta Franco afirma que a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomenda a inclusão dos anticoncepcionais reversíveis de longa duração na lista básica de medicamentos a serem ofertados pelos sistemas públicos de Saúde.

O Governo Federal precisa ainda desempenhar programas de assistência à mulher e serviços de planejamento reprodutivo adequados e acessíveis. Já o ginecologista deve recomendar contraceptivos de qualidade e educação de Saúde reprodutiva e sexual.

Saiba mais

O **contraceptivo** injetável mensal e trimestral é distribuído aos municípios que possuem população igual ou superior a cinco mil habitantes.

O **DIU** é distribuído aos municípios que possuem população igual ou superior a 50 mil habitantes.

O **diafragma** é distribuído aos municípios com população igual ou superior a 200 mil habitantes.

Os preservativos são distribuídos a todos os municípios.

A **pílula** anticoncepcional é distribuída aos municípios com população igual ou superior a 50 mil habitantes.

Disponível em: <<http://www20.opovo.com.br/app/opovo/dom/2016/10/22/noticiasjornaldom,3665421/gravidez-no-ceara-em-um-ano-mais-de-23-mil-partos-em-adolescentes.shtml>>



Proposta de Redação

- **CONSEQUÊNCIAS DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA.**



48ª

Temática

Ideologia em Sala de Aula

Movimento Escola Sem Partido ganha força no país, mas divide professores

Com o processo de *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff e um país dividido politicamente – como ficou claro nas urnas em 2014 – o movimento Escola sem Partido ganha força no país, sob o discurso de que professores não podem transmitir aos estudantes nenhum tipo de posicionamento, seja político, ideológico ou religioso. As ideias do movimento transformaram-se em projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional, estados e municípios. No dia do professor, a Agência Brasil conversou com professores para saber o que pensam da proposta.

Contra

“O projeto Escola sem Partido aprofunda a insegurança de como trabalhar em sala”, diz a professora Gina Vieira Ponte de Albuquerque, que dá aula para o 9º Ano do ensino fundamental e para os anos finais do ensino fundamental da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Centro de Ensino Fundamental (CEF) 20 de Ceilândia e CEF 02, no Distrito Federal.

“Remete a um professor que transmite um conhecimento enciclopédico. Ser professor é mais complexo, nossa prática começa quando colocamos o pé dentro da escola e nos deparamos com alunos com atitudes racistas. Um mero professor não vai fazer nada, mas um educador fará uma intervenção”.

Com o projeto Mulheres Inspiradoras, Gina, ganhou pelo menos quatro prêmios: Professores do Brasil, Educação em Direitos Humanos na Escola, Prêmio Ibero-Americano de Educação em Direitos Humanos “Oscar Arnulfo Romero” e Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero.

“Ao longo do projeto me deparei com alunos que presenciavam pais espancando mães e isso era naturalizado. Diante de um contexto de Escola sem Partido isso não poderia ser abordado. O projeto é para não pensar uma educação que pode promover a mudança social, promover o respeito à diversidade, a tolerância e a compreensão de contradições sociais”, diz.

Segundo Gina, professores que emitem posicionamentos partidários ou outros abusivos devem ser punidos, mas isso já consta nas atuais regras que regem a profissão. O Escola sem Partido traria outros tipos de insegurança pois, segundo ela, relativiza o que é o abuso. “Se acontecem abusos, nós, professores, somos os primeiros a dizer que isso deve ser denunciado. É falta de ética profissional. O que esse dispositivo legal faz, no entanto, é atingir o professor que tem extrema consciência da profissão, que se percebe como educador”.

A favor

A professora e psicopedagoga Luciana Hass, que leciona português na Escola Municipal de Belo Horizonte defende a medida. “É importante a gente ter uma escola sem partido porque, em uma sociedade livre, as escolas não devem funcionar como centro de doutrinação”, afirma. Ela defende que, na medida do possível, os professores devem apresentar aos estudantes todas as informações que puderem.

Segundo Luciana, há uma falta de compreensão do projeto por parte daqueles que o criticam. A medida, de acordo com ela, vem para proteger a liberdade de cátedra. “A escola sem partido vem para fazer com que os professores mostrem todos os lados. Têm que passar o conhecimento de maneira neutra. Tão neutra quanto possível”.

Ela diz que, no dia a dia, quando se depara com textos que são mais voltados para determinada ideologia, ela busca outros que mostrem outros pontos de vista. “Os opositores falam que não se pode trabalhar política. Muito pelo contrário, deve-se, sim, trabalhar assuntos políticos. Outro dia, vi um trabalho interessante no qual as crianças diziam o que esperavam do prefeito da cidade, o que esperavam que fizesse de bom. Imagina se eu trabalhasse isso de forma partidária, falando sobre algum partido. Não vamos falar de partido, mas podemos tratar de questões políticas”.

Contra

O professor Uanderson de Jesus Menezes, da Escola Estadual XXII de Ipatinga (MG), acredita que uma maior participação dos pais ajudaria a definir melhor os conteúdos e as abordagens, e os tornaria parte da educação dos filhos também na escola, sem a necessidade de uma lei. “O que falta muitas vezes é o acompanhamento de perto dos pais, eles não estão presentes na escola, não acompanham o dia a dia. É muito comum que pais falem que, se não tem problema com o filho, não vão à escola. Nossas reuniões são vazias. Dizemos que são filhos órfãos de pais vivos. A melhor forma seria estarem presentes para conhecer a disciplina, entender o plano de aula”.

Menezes recebeu o prêmio Professores do Brasil pelo projeto TV Filosofia, no qual os estudantes escolhem um tema e explicam por meio de produções audiovisuais. “Uma vez, um pai de aluno, que é pastor na região, foi à escola reclamar que a escola estava ensinando Barroco [estilo artístico dos séculos XVI a XVII, presente inclusive na construção de igrejas católicas]. Ele acreditava que tornava os alunos gays”, conta. “Não se pode ter essa função de exigir que se ensine o que se quer porque esses conteúdos são cobrados em avaliações como o Enem [Exame Nacional do Ensino Médio]”.

Para além da participação dos pais, o professor Leonardo Stefano Masquio, do Instituto Federal Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, ressalta que a participação dos alunos é essencial nas aulas e que eles não absorvem meramente o conteúdo, como supõe o Escola sem Partido, mas questionam o que é ensinado. Masquio recebeu o Prêmio Arte na Escola Cidadã pelo projeto Oficina de Criação de Canções, que propõe que estudantes componham músicas coletivamente. No processo, de acordo com o professor, os estudantes têm liberdade de propor temas que serão abordados nas letras. “Quando estamos produzindo uma música, qualquer um

pode questionar. Eu posso colocar alguma visão e os estudantes questionarem, podem dizer que é ruim e que não querem seguir por ai, não tem essa hierarquia”.

Segundo ele, a ideia de construir o conhecimento passa pela pluralidade de pensamento. O Escola sem Partido possibilitaria que professores comprometidos com a pluralidade de pensamento fossem confundidos como doutrinadores, “como se fizessem uma lavagem cerebral, como se os estudantes não tivessem pensamento crítico”, diz. “Pluralidade é diferente de um professor que diz que vota em tal partido, isso é algo pedagogicamente equivocado, mas que não pode servir de justificativa para se cometer outro erro”.

A favor

Cleverson Lino Batista, professor de filosofia, ética e sociologia do ensino médio no Colégio São Pedro do Vaticano e do ensino fundamental na Rede *Colegium*, ambas escolas particulares em Belo Horizonte, defende que, na situação atual do país, o projeto é necessário. “A doutrinação ideológica nas escolas é muito forte. Não é generalizado, não são todos os professores, mas muitos sabem a posição que têm como formadores de jovens, como alguém que é visto como exemplo, e acabam influenciando de maneira indevida os estudantes”, diz.

Ele defende que o professor pode ter opinião própria, mas que devem levar os alunos a conhecerem também opiniões antagônicas às suas. “O processo de educação é feito através de confronto de ideias, de perspectivas diferentes. Se apresenta apenas uma posição e demoniza as demais, isso não é papel do professor, ele está fugindo do papel dele”, assegura.

Sobre questões religiosas, ele defende que escolas particulares que deixam claro a linha de atuação e que são, por isso, escolhidas pelos pais e responsáveis podem seguir diretrizes específicas. No entanto, escolas públicas devem garantir a pluralidade do ensino.

Para Batista, questões como religião e gênero devem ser discutidas nas famílias. “Isso é, antes de tudo, tarefa da família. A escola, nesse ponto, é acessória, ela vem para suprir, não é ator primário desse debate de religião ou gênero. Não deve fugir do debate, mas sempre manter o cuidado e a posição como escola, onde acontece o ensino”.

Origens do Escola Sem Partido

O movimento Escola sem Partido foi fundado em 2004 pelo procurador de Justiça de São Paulo, Miguel Nagib. Em 2014, ganhou força quando transformou-se no Projeto de Lei 2974/2014, apresentado na Assembleia Legislativa Estadual do Rio de Janeiro (Alerj). O movimento disponibilizou, então, dois modelos de projetos de lei, estadual e municipal.

Em âmbito nacional, projetos semelhantes tramitam tanto na Câmara dos Deputados – Projeto de Lei (PL) 867/2015, de autoria do deputado Izalci Lucas (PSDB-DF) – quanto no Senado Federal – Projeto de Lei do Senado (PLS) 193/2016, de autoria do senador Magno Malta (PR-ES).

Em consulta pública aberta no *site* do Senado Federal, uma maioria manifesta-se contra o projeto de lei, por uma pequena diferença. Ao todo, até sexta-feira (14), 183.604 (48,1%) eram favoráveis, enquanto 197.765 (51,9%) eram contrários.

Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-10/movimento-escola-sem-partido-ganha-forca-no-pais-mas-divide-professores>>

Educação, base de tudo

A educação é a alavanca de que o Brasil precisa. Os partidos políticos dizem que a educação será a prioridade de seus governos, mas quando eles assumem o poder não é bem isso o que acontece.

O desleixo com a educação no Brasil não é o tema mais discutido no momento, mas já foi alguns anos atrás. Em 1932 foi lançado “O Manifesto dos Pioneiros da Educação”, escrito por 26 educadores. Também o PNE (Plano Nacional de Educação) que tem o objetivo de definir metas até 2032 para a educação.

Uma solução para a educação seria os governantes “homens da caneta” investir mais na educação, pagar mais os professores, porque são eles que irão nos ajudar a escolher o melhor caminho, escolher a melhor profissão, mas não somente investir na educação em sala de aula, mas também em aulas, fora da escola.

Hoje, o método utilizado nas escolas públicas é o método “nuca”. Nesse método o aluno só olha para nuca do outro colega, para o caderno e para o quadro, não tendo direito de conhecer outros locais aprofundar o conhecimento em histórias e artes que o Brasil tem.

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/jornal/jornaldoleitor/2017/07/educacao-base-de-tudo.html>>

Sem partido, sem ideologia e sem noção

Vem crescendo a polêmica sobre o projeto de lei que tramita no Congresso Nacional – e que se reproduz como os Gremlins Brasil afora – visando proibir o que seus defensores chamam de “doutrinação ideológica” nas escolas. Para eles, o professor aparece como um sujeito assustador, pronto a levar os estudantes para as sendas escuras do “esquerdismo”.

O interessante é que o Escola sem Partido, que pretende salas de aula “sem ideologia” é defendido, por exemplo, por um movimento chamado Endireita Brasil, por pastores evangélicos e políticos conservadores. Para eles, “ideologia” é uma espécie de vírus, do qual estão livres da contaminação.

Mas a proposta é tão canhestra que até o ministro da Educação de Temer, Mendonça Filho – cuja primeira medida ao assumir a pasta foi receber o especialista em educação Alexandre Frota – está contra a sua implementação.

Para o ministro, os professores devem ter compromisso “com a amplitude do conhecimento” oferecido aos estudantes, mas entende que não será uma lei a resolver o problema. Ele disse ainda não conhecer nenhum país do mundo com legislação para “controlar posicionamento dentro da sala de aula”, vendo a “quase impossibilidade” em aplicar uma medida desse tipo.

No entanto, ao ser perguntado se, caso a lei seja aprovada, recomendaria o veto ao presidente em exercício Michel Temer, evitou responder diretamente.

O ministro disse que não iria “antecipar um posicionamento de um projeto” que ainda não foi votado, acrescentando que o presidente saberá como se comportar “tendo em vista o interesse geral de uma boa educação e de conceitos como pluralidade, liberdade e preservação do direito do estudante de conhecer todos pontos de vista históricos e ideológicos”.

Oremos

PS. 1) As informações do artigo estão em entrevista do ministro ao G1 (<http://goo.gl/1S67b3>); 2) No programa “Debates do Povo” de ontem, rádio O POVO/CBN o tema foi debatido (<https://goo.gl/Cvkiokf>); 3) na coluna “Menu Político”, próximo domingo, voltarei ao tema.

Disponível em: <<http://www20.opovo.com.br/app/opovo/opiniao/2016/08/04/noticiasjornalopiniao,3643206/sem-partido-sem-ideologia-e-sem-nocao.shtml>>

Debate. A escola e o equilíbrio entre visões divergentes

Quem critica o programa Escola Sem Partido lembra a importância da formação crítica. Os contrários dizem que objetivo do projeto é evitar direcionamento ideológico.

Projetos de lei pelo Brasil

Congresso Nacional

SENADO Projeto de Lei 193/2016

Autor: Magno Malta (PR-RS)

Relator: Cristovam Buarque (PPS-DF)

Situação: matéria com a relatoria na Comissão de Educação, Cultura e Esporte

Em consulta pública do projeto no site do Senado, o placar era de 187,2 mil votos contrários e 178,1 mil a favor até as 17 horas de sexta-feira, 29.

No Ceará

Assembleia Legislativa

Projeto de lei 273/2015

Autor: Dra. Silvana (PMDB)

Situação: tramitando na Comissão de Constituição e Justiça

Outros estados e Distrito Federal

■ Aprovado

ALAGOAS

Autor
Ricardo Nezinho (PMDB)

■ Tramitando

AMAZONAS

Autor
Platiny Soares (DEM)

DISTRITO FEDERAL

Autores
Sandra Faraj (Solidariedade) e Rodrigo Delmasso (PTN)

MATO GROSSO

Autor
Dilmar Dal Bosco (DEM)

PERNAMBUCO

Autor
Pastor Cleiton Collins (PP)

Câmara dos Municipais

Projeto de lei 867/2015

Autor: Izalci (PSDB-DF)

Relator: Diego Garcia (PHS-PR)

Situação: tramitando em conjunto com o projeto de lei 7180/2014, de Eriavelton Santana (PSC-BA).

Projeto mais antigo prevê que os valores familiares sobre educação moral, sexual e religiosa precedem a educação escolar. As duas propostas aguardam criação de Comissão Temporária.

RIO DE JANEIRO

Autor
Flávio Bolsonaro (PSC)

RIO GRANDE DO SUL

Autor
Marcel van Hattem (PP)

SÃO PAULO

Autores
José Bittencourt (PSD) e Luiz Fernando Machado (PSDB)

■ Arquivado

ESPÍRITO SANTO

Autor
Hudson Leal (PTN)

GOIÁS

Autor
Luis Carlos do Carmo (PMDB)

PARANÁ

Autores
12 deputados

Foi sair do Ensino Médio, mesmo na escola particular, para perceber que a maioria dos professores aplicava os conteúdos com discursos cheios de ideologia ligada a partidos de esquerda, como define o estudante Guilherme Fontenele, 21. Ele se incomoda ao ver questões sobre marxismo e cultura do estupro faladas como se todos concordassem. E se posiciona a favor do Escola Sem Partido porque considera que os contrapontos seriam melhor explorados.

Uma das propostas do movimento é reformular também o material didático para garantir um equilíbrio entre visões contrárias. O que seria mais adequado, conforme Guilherme, para discutir temas como a igualdade de gênero. “Seriam melhor entendidos por meio de leituras mais imparciais”, defende o estudante.

O estudante Marcos Alves, 19, é contrário ao programa por entender que o pensamento crítico na escola é formado com o máximo de debate sobre problemas sociais. Assim, ele acredita que o ensino não deve estar vinculado a crenças e valores pessoais. E acha que a escola deve ser descontinuidade da família para despertar novas consciências. “Não precisamos continuar o que é negativo. A homofobia continuaria circulando livremente”, exemplifica.

“As crianças vão para a escola para descobrir o mundo e ter contato com o diferente. É debatendo ideias que não são nossas que tomamos a decisão de qual identidade formar”, defende Alejandra Meraz Velasco, superintendente do movimento Todos Pela Educação. A crítica ao programa se dá também pelos textos que dão base aos projetos de lei. Conforme a superintendente, os termos — como doutrinação — são subjetivos e trariam dificuldades de entendimento, deixando o professor vulnerável à perseguição.

Termos e frases ainda são muito abrangentes e passarão por modificação, explica Antônio Jorge Pereira, professor de Direito na Universidade de Fortaleza (Unifor). Ele prestou auxílio ao deputado federal Diego Garcia (PHS-PR), que foi relator do projeto de lei da Escola Sem Partido na Câmara. “O texto dá margem a interpretações de que haveria censura nas escolas, de acabar com o pensamento crítico. A concepção original é evitar que os alunos sejam submetidos a direcionamentos de viés político e partidário”, defende. (Tháís Brito)

Frase

“Nada poderia impedir um professor católico ou evangélico de usar suas aulas para catequizar os alunos ou um professor marxista de tentar convencê-los de que a religião é o ópio do povo. Nos dois casos, a liberdade de consciência e de crença dos alunos seria violada.”

Miguel Nagib, coordenador do Movimento Escola Sem Partido.

“Embora reconheçamos que a escola seja um polo importante do processo educativo, este processo é bem maior. É formado pelas experiências também na família, na vida social, na igreja, no partido político.”

Idevaldo Bodião, professor aposentado da UFC e colaborador do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente (Cedeca).

“Sabemos que não existe uma neutralidade ideológica estrita, em nenhuma atividade humana, mas a impossibilidade da neutralidade não deve nos impedir de buscar a neutralidade ao máximo que pudermos”.

Antônio Jorge Pereira, professor de Direito na Universidade de Fortaleza (Unifor)

“O projeto de lei desconsidera que os alunos pensam. Como se a criança fosse uma esponja e absorvesse tudo, numa posição de total vulnerabilidade. Mas, na escola que a gente deseja, o aluno é incentivado a pensar e tem suas hipóteses respeitadas.”

Alejandra Meraz Velasco, superintendente do movimento Todos Pela Educação.

“Infelizmente, nem na escola particular deixa de ocorrer doutrinação. É prejudicial a partir do momento em que o professor desconsidera o outro lado.”

Guilherme Fontenele, 21, estudante

“Não é sufocando o debate na escola que se resolvem situações de doutrinação, de vender uma verdade como única. A proposta flerta com o autoritarismo, e é em contextos como este, de restrição da liberdade, que ela ganha força.”

Edmar de Sousa, doutor em Geografia e professor da rede estadual.

O professor no programa Escola Sem Partido

Conforme a proposta de lei, todas as salas de aula de ensino fundamental e médio teriam um cartaz com o seguinte conteúdo:

1. O professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
2. O professor não favorecerá, não prejudicará e não constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
3. O professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
4. Ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa — isto é, com a mesma profundidade e seriedade —, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria.
5. O professor respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
6. O professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros dentro da sala de aula.

Disponível em: <<http://www20.opovo.com.br/app/opovo/dom/2016/07/30/noticias/jornal-dom,3641721/debate-a-escola-e-o-equilibrio-entre-visoes-divergentes.shtml>>



Proposta de Redação

- **IMPLICAÇÕES DO PROJETO DE LEI “ESCOLA SEM PARTIDO” PARA OS RUMOS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL.**

49^a

Temática

Homofobia na Sociedade Brasileira

Supremo decide criminalizar a LGBTfobia como forma de racismo

STF conclui julgamento e confirma enquadrar a homofobia como uma forma de racismo

Criminalização da homofobia era uma reivindicação antiga das paradas do orgulho LGBT pelo País

Após seis sessões de julgamento, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu hoje (13) criminalizar a homofobia como forma de racismo. Ao finalizar o julgamento da questão, a Corte declarou a omissão do Congresso em aprovar a matéria e determinou que o crime de racismo seja enquadrado nos casos de agressões contra o público LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis) até que uma norma específica seja aprovada pelo Congresso Nacional.

Por 8 votos a 3, os ministros entenderam que o Congresso não pode deixar de tomar as medidas legislativas que foram determinadas pela Constituição para combater atos de discriminação. A maioria também afirmou que a Corte não está legislando, mas apenas determinando o cumprimento da Constituição.

Pela tese definida no julgamento, a homofobia também poderá ser utilizada como qualificadora de motivo torpe no caso de homicídios dolosos ocorridos contra homossexuais.

Religiosos e fiéis não poderão ser punidos por racismo ao externarem suas convicções doutrinárias sobre orientação sexual desde que suas manifestações não configurem discurso discriminatório.

Votos

Na sessão desta quinta-feira, a ministra Cármen Lúcia seguiu a maioria formada no julgamento do dia 23 de maio e entendeu que a Constituição garante que ninguém será submetido a tratamento desumano. “Numa sociedade discriminatória como a que vivemos, a mulher é diferente, o negro é diferente, o homossexual é diferente, o transexual é o diferente, diferente de quem traçou o modelo porque tinha poder para ser o espelho. Preconceito tem a ver com poder e comando”, disse.

Em seguida, o ministro Ricardo Lewandowski votou pela omissão do Congresso, mas entendeu que a conduta de homofobia não pode ser enquadrada como racismo pelo Judiciário, mas somente pelo Legislativo. O presidente do STF, Dias Toffoli, também seguiu o mesmo entendimento.

“A extensão do tipo penal para abarcar situações não especificamente tipificadas pela norma penal incriminadora parece-me atentar contra o princípio da reserva legal, que constitui uma fundamental garantia dos cidadãos, que promove a segurança jurídica de todos”, disse Lewandowski.

Gilmar Mendes também seguiu a maioria e disse que a Constituição obriga a criminalização de condutas discriminatórias.

“Estamos a falar do reconhecimento do direito de minorias, direitos fundamentais básicos. Os mandamentos constitucionais de criminalização do racismo e todas as formas de criminalização não se restringem a demandar uma formalização de políticas públicas voltadas a essa finalidade”, disse Mendes.

Marco Aurélio divergiu da maioria a favor da criminalização e disse que o STF está invadindo a competência do Congresso Nacional ao tipificar crimes.

Os ministros Celso de Mello e Edson Fachin, relatores das ações julgadas, além dos ministros Alexandre de Moraes, Luís Roberto Barroso, Rosa Weber, Luiz Fux votaram nas sessões anteriores a favor da criminalização.

“Raça social”

O caso foi discutido na Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO) nº 26 e no Mandado de Injunção nº 4.733, ações protocoladas pelo PPS e pela Associação Brasileiras de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT).

As entidades defenderam que a minoria LGBT deve ser incluída no conceito de “raça social”, e os agressores punidos na forma do crime de racismo, cuja conduta é inafiançável e imprescritível. A pena varia entre um e cinco anos de reclusão, de acordo com a conduta.

Em fevereiro, no início do julgamento, o advogado-geral da União (AGU), André Mendonça, reprovou qualquer tipo de conduta ilícita em relação à liberdade de orientação sexual, mas entendeu que o Judiciário não tem poderes legais para legislar sobre matéria penal, somente o Congresso.

A mesma posição foi defendida pelo representante da Associação Nacional de Juristas Evangélicos (Anajure), o advogado da entidade defendeu que o Congresso tenha a palavra final sobre o caso. Segundo a entidade, a comunidade LGBT deve ter seus direitos protegidos, mas é preciso assegurar que religiosos não sejam punidos por pregarem os textos bíblicos.

Pelo atual ordenamento jurídico, a tipificação de crimes cabe ao Poder Legislativo, responsável pela criação das leis. O crime de homofobia não está tipificado na legislação penal brasileira.

No mês passado, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou a mesma matéria, tipificando condutas preconceituosas contra pessoas LGBT. A medida ainda precisa ser aprovada pelo plenário da Casa.

Disponível em: <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/pais/online/supremo-decide-criminalizar-a-lgbt-fobia-como-forma-de-racismo-1.2111048>>.

Brasil é o país que mais pesquisa a palavra homofobia no Google

O termo “orgulho LGBT” gerou mais procura em São Paulo, Amapá, Rio de Janeiro e Distrito Federal

Parada pela Diversidade Sexual de Fortaleza 2019 acontece no domingo, 30

O Brasil foi o país em que a palavra homofobia foi mais pesquisada no Google no último ano. Em seguida aparecem Bolívia, Costa Rica, Paraguai e Honduras. A informação é do escritório da empresa no Brasil. O mecanismo de busca é o mais popular aqui, com mais de 94% de participação de mercado.

O ranking é formado a partir da consulta que usuários fazem de uma determinada palavra. Dessa procura a empresa produz uma medida, que denomina “índice de interesse” (em uma escala de 0 a 100). Na avaliação, foram consideradas as buscas dos últimos 12 meses. Ele compara o termo, mesmo que ele seja consultado em distintos idiomas.

O “índice de interesse” do Brasil ficou em 100. As demais nações em que o termo é popular ficaram da seguinte maneira: Bolívia (73), Costa Rica (64), Paraguai (63) e Honduras (60). As nações em que o termo foi menos buscado foram Japão, Tailândia e Irã.

O Google listou as perguntas mais pesquisadas pelos brasileiros relacionadas à palavra homofobia, considerando o mês de junho. As principais foram “O que é ser homofóbico?”; “O que é preconceito homofóbico?”; “De que maneira a homofobia e transfobia se materializam?”; “Quais as causas da homofobia?”; e “O que é homofobia institucional?”.

Estados

No recorte por estados, também consideradas as buscas do mês de junho, o termo “orgulho LGBT” gerou mais procura em São Paulo, com índice de interesse 100. Em seguida vêm Amapá (62), Rio de Janeiro e Distrito Federal (53) e Rio Grande do Norte (51).

Orgulho LGBT

O Google também divulgou as perguntas mais pesquisadas pelos brasileiros sobre o termo “Orgulho LGBT”. As mais colocadas no mecanismo foram O que implica tirar LGBT dos Direitos Humanos?; O que o movimento LGBT reivindica?; Quais são os projetos de leis aprovados sobre direitos da comunidade LGBT?; O que são as diretrizes dos direitos LGBT? e Quais são os Direitos LGBT?.

Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-06/brasil-e-o-pais-que-mais-pesquisa-palavra-homofobia-na-internet>>



Proposta de Redação

- A HOMOFÓBIA EM QUESTÃO NO BRASIL

50^a
Temática

Os Desafios da Escolha Profissional

Prepare-se para o plano B

Moacir Casemiro, 37, é consultor de projetos na área de engenharia de *software* e há quatro anos decidiu trocar a carreira em uma empresa para atuar por conta própria em diversas frentes. Hoje ele faz gestão e desenvolvimento de *softwares* de quatro ou cinco projetos de diferentes empresas, ao mesmo tempo. Muitas vezes de forma remota para outros estados. Também dá aulas em uma universidade particular de Fortaleza. “Eu decidi seguir este caminho pela questão do desafio, achei que iria ter mais espaço para crescer, fazer o que gosto”.

A remuneração aumentou em torno de 40%. Assim como as responsabilidades. Ele passou a ter de entender mais sobre planejamento e fluxo de caixa, ser mais organizado, investir em capacitação e em *networking*.

“A gente acaba fazendo também um trabalho comercial. É importante me apresentar bem, participar de eventos, fazer contatos, cuidar desta parte financeira e da qualificação. Afinal, o melhor produto de um consultor é o conhecimento dele”.

A gestão da própria carreira é uma tendência consolidada em países mais desenvolvidos, mas vem ganhando força, na última década, também no Brasil, explica o especialista em carreiras e diretor da Produtiva Carreiras e Conexões, Rafael Souto. São nas carreiras 3.0 que o conceito de empregabilidade passa a dar espaço ao de trabalhabilidade.

“Até a década de 90, as empresas tinham organogramas muito maiores, mais opções de empregos, planos de carreira e o profissional ia fazendo um sequenciamento de cargos em uma única empresa. Com as mudanças do mercado de trabalho, isso mudou. As pessoas estão tendo que pensar em formas alternativas de gerar trabalho, não dá mais para pensar em um emprego para vida inteira”.

O cenário de crise, instabilidade econômica, reestruturação das empresas, surgimento de novas tecnologias e maior longevidade dos brasileiros ajudam a explicar este cenário. “As pessoas estão vivendo mais tempo e querem continuar produzindo. Chega uma fase em que o emprego fica mais difícil. O emprego não vai acabar, as empresas vão continuar contratando. Mas a ideia é que cada vez mais o indivíduo seja protagonista da própria carreira”.

O presidente do Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças (IBEF – CE), Raul Santos, ressalta que independente de ter sido por necessidade ou escolha, este movimento pode ser positivo. “Tira um pouco da inércia, do mesmo modo de fazer e pensar as coisas. Sair da zona de conforto estimula a criatividade. Culturalmente também é positivo, vamos ter mais empreendedores e isso vai ter efeito dentro das famílias no longo prazo”.

Irna Cavalcante

Disponível em: <<https://agenciabrasil.etc.com.br/geral/noticia/2019-06/brasil-e-o-pais-que-mais-pesquisa-palavra-homofobia-na-internet>>.

Gestão da própria carreira

17:00 | 05/08/2017 133 0 FacebookTwitterGoogle+

Ter um negócio próprio, investir em consultoria, conciliar um emprego com a docência, *coworking* e trabalho em rede são alguns caminhos que vêm sendo trilhados por quem procura um plano B. Este passo precisa ser planejado e mensurado para ter maior chance de êxito.

“O primeiro risco é o inerente ao empreendedorismo. É diferente de se estar trabalhando para alguém, porque ele assume o risco primário”, explica o presidente do IBEF, Raul Santos.

Também é importante não esperar a urgência bater à porta, como a perda de um emprego ou o aperto financeiro, para começar a pensar em alternativas. “O ideal é pensar em quais são as minhas aptidões, os caminhos que podem ser explorados no mercado de trabalho”, recomenda o especialista em carreiras, Rafael Souto.

O ideal é pensar em quais são as minhas aptidões, os caminhos que podem ser explorados

No caso da empresária e consultora financeira, Samara Prudêncio, 38, que vinha de uma sólida carreira no mercado financeiro e já tinha passado pelos quatro maiores bancos privados do País, a decisão de redirecionar a carreira para atuar por conta própria veio após o nascimento da filha, hoje com quatro anos.

Ela já vinha conciliando a função no banco com a sociedade na Cartola Comunicação, empresa de comunicação digital, que montou vislumbrando o crescimento do *e-commerce* no Brasil. Depois que saiu, passou a dedicar mais tempo à atividade, além de prestar consultoria para o Sebrae, na área financeira, em planejamento estratégico e em planos de negócios. “Hoje eu trabalho mais em casa, vou aos clientes e faço acompanhamento mais via Skype. Se tiver alguma reunião presencial, eu me desloco”.

Como vantagens ela diz que passou a ter mais flexibilidade de horários, mais prazer no trabalho e qualidade de vida. “O que não quer dizer menos trabalho”. Por outro lado, o tempo de maturação, a sazonalidade e a necessidade de ter de fazer garantias por conta própria (antes cobertas pelos benefícios da carteira assinada) são desafios.

Irna Cavalcante

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/jornal/empregos/2017/08/gestao-da-propria-carreira.html>>

O perfil para a carreira 3.0

Pensamento crítico, criatividade, saber resolver problemas complexos, resiliência, buscar aprendizado sempre e ter empatia com o cliente são competências prezadas nas carreiras 3.0, avalia Mariangela Schoenacker, responsável pelo escritório da Consultoria Lee Hecht Harrison (LHH) no Recife.

Ambientes de inovação ajudam a aflorar essas competências e podem ser um pontapé para que novas profissões surjam no mercado. A exemplo do que já vem acontecendo com a disrupção de alguns negócios como o de transporte, como Uber, e de hospedagens, como Airbnb. Para Mariangela, no futuro, é possível que se tenham, por exemplo, profissões como consultores de privacidade e curadores digital. O importante é não se deixar ficar obsoleto.

“A palavra chave é colaboração. É não mais coordenar o outro, para coordenar com o outro. É pensar em conjunto como resolvo a dor daquele cliente”.

O que, em muitos casos, pode levar também a outros tipos de realização profissional: o de trabalhar com propósito. “Eles querem enxergar o impacto do trabalho deles no mundo”.

É o que a engenheira sanitária e ambiental, Daniele Brito de Sousa, 32, acredita ter encontrado depois que decidiu atuar por

conta própria na Argus Engenharia Ambiental. “A maior vantagem que eu vejo é a possibilidade de expansão por meio de parcerias, você pode chegar muito longe de acordo com tua proposta. É claro que isso requer conhecimento, contatos, mas é diferente de se estar em só uma empresa em que você só se especializa naquela atividade que mandaram você fazer”.

Irna Cavalcante

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/jornal/empregos/2017/08/o-perfil-para-a-carreira-3-0.html>>

Tarcísio Holanda: “Autoconhecimento para a profissão certa”

O autoconhecimento é algo que pode ser visto como um desafio por muitas pessoas. E na fase da adolescência, muitos são os questionamentos enfrentados. Escolher uma profissão que dará o rumo da sua vida durante muitos anos é decisão séria que traz muitos conflitos em um momento de muitas transformações para o jovem.

Entre “o que me faz feliz” ou “o que trará mais dinheiro”, existem muitas lacunas a serem respondidas. Além das próprias cobranças internas, os jovens precisam lidar com as expectativas de pais e familiares, que, na maioria dos casos, investiram financeiramente naquele filho e esperam ver resultados.

A primeira pergunta que faço é: qual profissão faria brilhar seus olhos? A escolha profissional de uma pessoa pode ser diferente de outra por vários aspectos e, por isso, a aplicação do método deve ser personalizado, respeitando os limites de cada um. E são vários os fatores motivacionais e de tomada de decisão, como o dinheiro, as influências externas e internas, o papel dos pais, entre outros. É importante desmistificar essas causas para fazer com que, ainda no ensino médio, o jovem faça o que gosta e não por obrigação.

É preciso compreender que iniciar ou continuar uma carreira apenas visando ao retorno financeiro gera muito mais prejuízo do que fazer o que se gosta ou mudar de área. Pois um profissional desmotivado não consegue desenvolver um bom trabalho e, por consequência, não obterá sucesso, seja em que profissão estiver.

Em pesquisa realizada pelo ISMA – *International Stress Management Association*, associação sem fins lucrativos e a única de caráter internacional voltada para pesquisa e desenvolvimento da prevenção e tratamento do estresse no mundo, diagnosticou que, no Brasil, cerca de 80% dos profissionais ativos no trabalho estão insatisfeitos. Outra pesquisa realizada pelo Instituto Gallup apontou que apenas 13% da população mundial está satisfeita com o que faz na vida profissional.

Por isso, uma orientação cuidadosa e focada no autoconhecimento é de grande apoio para adolescentes se conhecerem melhor e desenvolverem suas habilidades de forma natural para, assim, traçarem uma meta que vai ao encontro dos seus objetivos.

Tarcísio Holanda

Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/jornal/opiniao/2017/07/tarcisio-holanda-autoconhecimento-para-a-profissao-certa.html>>



Proposta de Redação

- OS DESAFIOS DE CONCILIAR A ESCOLHA PROFISSIONAL COM A VOCAÇÃO E O MERCADO DE TRABALHO.

Dicas sobre a Competência V

A última competência a ser avaliada no seu texto visa a analisar a apresentação de uma proposta de intervenção para o problema abordado. Por isso, a sua redação, além de apresentar uma tese sobre o tema, apoiada em argumentos consistentes, deve oferecer uma proposta de intervenção na vida social.

Ao propor uma solução para o problema, o candidato deve elaborar uma intervenção que tenha **RELAÇÃO COM O TEMA**, de modo a manter um vínculo com a tese inicial, **RELAÇÃO COM A DISCUSSÃO** desenvolvida nos argumentos e excelente nível de **DETALHAMENTO**, de modo a permitir ao leitor um julgamento sobre a sua exequibilidade, expondo os meios para realizá-la. Para isso, você deve apresentar uma ação concreta (**O QUÊ?**), um agente realizador da ação (**QUEM?**), os meios para execução (**COMO?**) e a finalidade da intervenção (**PARA QUÊ?**).

Assim, atinge a nota máxima nessa competência o candidato que:

200 pontos	Elabora muito bem proposta de intervenção, detalhada, relacionada ao tema articulada à discussão desenvolvida no texto.
------------	---

Para isso, atente para alguns cuidados:

1. Detalhe a solução de modo a permitir ao leitor o julgamento sobre sua exequibilidade, apresentando os meios para realizá-la.
2. É necessário que a sua solução respeite os direitos humanos, que não rompa com valores, como cidadania, liberdade, solidariedade e diversidade cultural.
3. Tente dar soluções a todos os problemas abordados na sua argumentação. Por isso, cuidado com a quantidade de problemas apresentados, de modo que não prejudique nem o desenvolvimento dos argumentos nem o detalhamento da solução. Ademais, cuidado para não solucionar problemas não apresentados.
4. Procure não apresentar somente uma solução que tente abranger todo o problema. Dê soluções específicas, sendo necessário também abordar os problemas de forma específica no desenvolvimento.
5. Solucione as causas dos problemas apresentados. Evite solucionar somente as consequências para que a intervenção não seja meramente paliativa.
6. Aborde, em sua intervenção, agentes solucionadores de âmbitos diferentes, por exemplo, o Governo, a Família, a Escola, a Mídia, a fim de demonstrar ao avaliador seu conhecimento sobre a temática.

Dicas importantes para a montagem de um texto nota 1000

1. Inicie a prova de redação lendo atentamente a proposta e os textos motivadores. Tente não se assustar com temas inesperados nem ficar muito seguro com temas já desenvolvidos. Veja se o recorte temático feito pela proposta de redação é o mesmo de outros temas que você já elaborou.
2. O título é algo opcional em seu texto, você não ganhará mais pontos colocando-o, nem perderá por não o inserir. Por isso, só escreva título se tiver treinado bem essa estrutura.
3. PLANEJE seu texto antes de fazer o rascunho. Isso irá poupar tempo na hora de escrevê-lo e evitará perda de ideias boas.
4. Não deixe de fazer RASCUNHO da sua redação. Ao passar o texto logo para a folha definitiva, você estará correndo o risco de cometer erros que não poderão ser consertados.
5. Evite copiar, em sua introdução, o tema dado. Utilize somente as palavras-chaves para contextualizar e compor a tese.

6. Exponha sua TESE logo na introdução.
7. Não se prenda às ideias dos textos motivadores, pois os avaliadores esperam que você extrapole os limites do que foi apresentado neles. Ademais, procure não copiar trechos desses textos.
8. Não se prenda a simples exposições. Desenvolva sua argumentação, sempre dissertando o PORQUÊ de suas ideias. Lembre-se de que você está tentando CONVENCER alguém.
9. Mantenha-se sempre dentro dos limites do recorte temático feito pela proposta e cheque a coerência entre as partes do seu texto, a fim de evitar ambiguidades, ideias repetidas ou contraditórias.
10. Ao final da elaboração do rascunho e da produção do texto definitivo, REVISE todo seu texto. O ideal seria executar duas leituras para cada revisão. Uma primeira leitura deve focar o conteúdo, o teor da argumentação e a coerência interna do texto. Em uma segunda leitura, o objeto da revisão deve ser os aspectos formais, como ortografia, acentuação, pontuação, dentre outros.

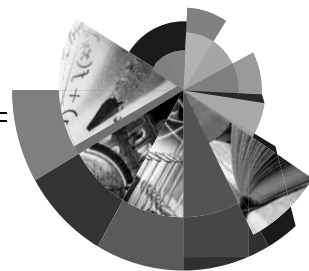


Anotações



Anotações

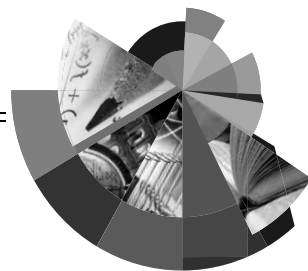
Anotações





Anotações

Anotações





SISTEMA FARIAS BRITO DE ENSINO

Para quem quer aprender com quem já sabe

A coleção **Pré-Universitário** é resultado da parceria que uniu talentos da Organização Educacional Farias Brito e da Editora Moderna.

São livros que levam a todo o país uma proposta consistente e inovadora no segmento do Pré-Universitário, baseada no compromisso com a educação de qualidade.

As atividades, elaboradas por experientes educadores, estimulam o estudante a conhecer o mundo e a experimentá-lo nas quatro áreas do conhecimento, identificando e entendendo as habilidades e competências das Linguagens, da Matemática, das Ciências Humanas e da Natureza e suas respectivas Tecnologias, por meio da resolução de diversas situações-problema.

Nada melhor do que se preparar para o Enem e os vestibulares com o suporte dos professores do Farias Brito, a organização que lidera os índices de aprovação nos exames mais difíceis do país, como ITA, IME, Olimpíadas e Enem.

A coleção **Pré-Universitário** representa bem o que faz do Farias Brito e da Editora Moderna referências nacionais na educação brasileira – parceiros que sabem o que é necessário para sua aprovação, além da determinação.